

FABRÍCIO DA SILVA AMORIM

Gramaticalização de conectores causais na história do português

São José do Rio Preto – SP
2017

FABRÍCIO DA SILVA AMORIM

Gramaticalização de conectores causais na história do português

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Área de Concentração – Análise Linguística, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, câmpus de São José do Rio Preto, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Bolsa: CAPES e CAPES/PDSE (Processo 99999.000660/2015-09)

Orientadora: Profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin

Coorientadora do PDSE: Profa. Dra. Liesbeth Degand (UCL/Bélgica)

São José do Rio Preto – SP

2017

Amorim, Fabrício da Silva.

Gramaticalização de conectores causais na história do português /
Fabrício da Silva Amorim. -- São José do Rio Preto, 2017
212 f. : il., tabs.

Orientador: Sanderléia Roberta Longhin

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Análise linguística (Linguística) 3. Linguística
histórica. 4. Língua portuguesa - Gramaticalização. 5. Relações causais
(Linguística) 6. Língua portuguesa - Português escrito - Séc. XIII-XX.
7. Língua portuguesa - Português falado - Séc. XXI. I. Universidade
Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências, Letras
e Ciências Exatas. II. Título.

CDU – 41

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
UNESP - Câmpus de São José do Rio Preto

FABRÍCIO DA SILVA AMORIM

Gramaticalização de conectores causais na história do português

Tese apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São José do Rio Preto
Orientadora

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São José do Rio Preto

Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Araraquara

Profa. Dra. Maria da Conceição Auxiliadora de Paiva
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Profa. Dra. Maria Alice Tavares
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

São José do Rio Preto – SP
5 de dezembro de 2016

AGRADECIMENTOS

A Deus,
por Sua acalentadora onipresença.

À professora Sanderléia,
pelo diligente trabalho de orientação desta tese; pelos inúmeros auxílios prestados em demandas relativas (ou não!) ao meu doutoramento; pelo exemplo – inspirador – de serenidade e seriedade no labor acadêmico; enfim, pela generosa parceria.

À professora Liesbeth Degand,
pelo acolhimento na Université Catholique de Louvain (Bélgica) e pelas discussões pautadas por comparações translinguísticas, que muito contribuíram para o refinamento, sobretudo metodológico, desta tese.

À professora Maria Alice Tavares e ao professor Roberto Gomes Camacho,
pelas relevantes contribuições advindas da participação de ambos no Exame Geral de Qualificação.

À professora Sônia Borba,
orientadora da minha dissertação de mestrado, pelas primeiras, mas bastante sólidas, lições de pesquisa em gramaticalização e pelas acuradas correções dos meus textos, contribuições imprescindíveis ao meu ingresso no curso de doutorado.

A Rosemar Rosa de Carvalho Brena,
supervisora da Seção Técnica de Pós-Graduação, pelos momentos em que, mesmo muito atarefada, atendeu a solicitações burocráticas feitas, em meu benefício, pela professora Sanderléia.

À CAPES,
pelo apoio financeiro no Brasil e no exterior.

A Isis Barros,

pelo auxílio no uso do programa GoldVarb e pela assídua partilha de experiências sobre as nossas teses – acadêmicas e pessoais.

A Cleilton Moreira,

pelo companheirismo zeloso e benevolente, tão necessário ao meu bem-estar.

À mainha: Zezé Amorim,

pelo amor incondicional, que tanto me inspira e me incentiva.

*Tudo está certo, no seu lugar, cumprindo o seu destino.
E eu me sinto completamente feliz.
Mas, quando falo dessas pequenas felicidades certas,
que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem,
outros que só existem diante das minhas janelas, e outros,
finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim.*

Cecília Meireles¹

¹ MEIRELES, C. A arte de ser feliz. In: QUEIRÓS (Org.), B. C. **As palavras voam**: antologia poética de Cecília Meireles. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

RESUMO

Esta tese investiga os processos de gramaticalização de onze conectores causais do português: *ca, que, como, pois, pois que, porque, porquanto, posto que, já que, visto que* e *por causa que*. Empreendendo incursões em diferentes sincronias do português, esta pesquisa pauta-se pela premissa de que a sistematicidade e a historicidade linguística devem ser estudadas paralelamente (COSERIU, 1979). Com base na abordagem da Gramaticalização (MARTELOTTA, 2011; BYBEE, 2010; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; HOPPER, 1991) em correlação com os estudos de (Inter)Subjetivização (TRAUGOTT, 2010; 2007), analisam-se propriedades semântico-pragmáticas e sintáticas de cada conector, tendo em vista os seguintes objetivos: a) descrever as trajetórias de gramaticalização dos conectores causais encontrados no *corpus*; b) analisar, sincrônica e diacronicamente, os seus usos e estatuto sintático e c) investigar se a (inter)subjetivização representa um dos estágios possíveis da gramaticalização desses conectores. O *corpus* é constituído por amostras de língua falada e escrita. Os dados de fala são do século XXI; os textos escritos datam do século XIII ao XX. As investigações no *corpus* seguem pressupostos estabelecidos pela perspectiva das Tradições Discursivas (KABATEK, 2012). Os principais resultados são: i) alguns dos conectores gramaticalizam-se ainda no latim; ii) a gramaticalização dos conectores causais, no português, com exceção de *porque*, não envolve (inter)subjetivização; iii) a tendência de os conectores se especializarem na expressão de um subtipo causal está presente em todas as sincronias investigadas e iv) é possível notar mudanças no estatuto sintático de alguns dos conectores como resultado da continuidade da sua gramaticalização no português.

Palavras-chave: Gramaticalização. Sincronia. Diacronia. Causalidade. Conectores.

ABSTRACT

This thesis probes into the grammaticalization of eleven Portuguese causal connectives: “ca”, “que”, “como”, “pois”, “pois que”, “porque”, “porquanto”, “posto que”, “já que”, “visto que” and “por causa que”. By carrying out incursions into different synchronies of Portuguese, this research is in line with the assumption that it is possible to examine language considering its systemacity and historicity in parallel (COSERIU, 1979). Based on the grammaticalization approach (MARTELOTTA, 2011; BYBEE, 2010; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; HOPPER, 1991) in correlation with researches on (inter)subjectification (TRAUGOTT, 2010; 2007), semantic-pragmatic and syntactic features of each connective are analyzed, aiming at: a) describing connectives’ trajectories of grammaticalization; b) investigating connectives’ usages and syntactic status both synchronically and diachronically and c) identifying (inter)subjectification as one of the stages of the grammaticalization of causals. The corpus of the investigation consists of written and spoken texts. The written texts represent samples from the 13th to the 20th centuries. Spoken samples belong to the 21st century. The investigations through the corpus follow assumptions of the discourse tradition perspective (KABATEK, 2012). The main results are as follows: i) some of the causal connectives undergo grammaticalization in Latin; ii) the grammaticalization of causals throughout the Portuguese doesn’t involve (inter)subjectification, except for “porque”; iii) Portuguese causals undergo a semantic-pragmatic specialization in all synchronies under investigation and iv) syntactic status of causal connectives may be altered as a result of the continuity of their grammaticalization.

Keywords: *Grammaticalization. (Inter)Subjectification. Diachrony. Causality. Connectives.*

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

FIGURAS

FIGURA 1	Relações de sentido: do mundo para língua.....	49
FIGURA 2	Relações de sentido: do mundo para língua.....	52
FIGURA 3	Relações causais com base na escala de envolvimento do falante.....	59
FIGURA 4	Relações causais na perspectiva da GDF.....	70
FIGURA 5	Panorama diacrônico do inventário de conectores causais do português.....	198

QUADROS

QUADRO 1	Exemplos de relações referenciais e epistêmicas, em diferentes ordens conceptual e linear.....	51
QUADRO 2	Indícios formais e discursivos dos domínios de causalidade.....	73
QUADRO 3	Sincronia I: Período Arcaico.....	76
QUADRO 4	Sincronia II: Período Moderno.....	76
QUADRO 5	Sincronia III: Período Contemporâneo I (Escrita).....	77
QUADRO 6	Sincronia IV: Período Contemporâneo II (Fala).....	77
QUADRO 7	Proposta de reclassificação dos gêneros da amostra em TD.....	85
QUADRO 8	Testes para análise do estatuto sintático de conectores causais.....	106
QUADRO 9	Comportamento sintático-discursivos de conectores causais.....	107
QUADRO 10	Marcas sintático-discursivas para a descrição do estatuto sintático dos conectores causais.....	110
QUADRO 11	Conectores causais em sincronia.....	191
QUADRO 12	Propriedades e mecanismos da gramaticalização de conectores causais.....	200

GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Decadência do uso de <i>ca</i> causal.....	114
GRÁFICO 2	Diacronia dos usos causais de <i>ca</i>	117
GRÁFICO 3	Frequência dos usos causais de <i>que</i>	124
GRÁFICO 4	Diacronia dos usos causais de <i>que</i>	126
GRÁFICO 5	<i>que</i> e <i>porque</i> no português contemporâneo falado.....	126
GRÁFICO 6	Frequência de <i>como</i> causal em diacronia.....	130
GRÁFICO 7	Frequência de <i>pois</i> causal em diacronia.....	136
GRÁFICO 8	Diacronia dos usos causais de <i>pois</i>	138
GRÁFICO 9	Frequência de <i>pois que</i> causal em diacronia.....	146
GRÁFICO 10	Diacronia dos usos causais de <i>pois que</i>	147
GRÁFICO 11	Frequência dos usos causais de <i>porque</i> em diacronia.....	150
GRÁFICO 12	Diacronia dos usos causais de <i>porque</i>	156
GRÁFICO 13	Tipos de relações causais estabelecidas por <i>porque</i> em diacronia.....	157
GRÁFICO 14	Estabelecimento dos domínios de causalidade por TD.....	160
GRÁFICO 15	Distribuição do padrão posicional de <i>porque</i> em diacronia.....	164
GRÁFICO 16	Frequência dos usos causais de <i>porquanto</i> em diacronia.....	170
GRÁFICO 17	Usos causais de <i>porquanto</i> em diacronia.....	171
GRÁFICO 18	Distribuição do padrão posicional de <i>porquanto</i> em diacronia.....	178
GRÁFICO 19	Rearranjos no inventário dos conectores causais do português.....	196

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Marcas sintático-discursivas de <i>ca</i>	119
TABELA 2	Marcas sintático-discursivas de <i>que</i>	127
TABELA 3	Marcas sintático-discursivas de <i>como</i>	133
TABELA 4	Diacronia dos usos causais de <i>pois</i> – séculos XIII ao XVII.....	138
TABELA 5	Diacronia do estatuto informacional dos segmentos introduzidos por <i>pois</i>	140
TABELA 6	Distribuição dos usos de <i>pois que</i> em textos do português arcaico.....	145
TABELA 7	Marcas sintático-discursivas de <i>pois que</i>	148
TABELA 8	Usos dos conectores causais nos modos de enunciação oral e escrito.....	161
TABELA 9	Marcas sintático-discursivas de <i>porque</i>	163
TABELA 10	Marcas sintático-discursivas de <i>porquanto</i>	172
TABELA 11	Conectores causais <i>x-que</i>	164
TABELA 12	Distribuição de <i>por causa de</i> quanto à natureza morfossintática do segmento a que se liga.....	186
TABELA 13	Usos de <i>por causa de</i> e <i>por causa que</i>	186
TABELA 14	Marcas sintático-discursivas de <i>por causa que</i>	189
TABELA 15	Distribuição dos conectores nos subdomínios, no Português Arcaico.....	193
TABELA 16	Distribuição dos conectores nos subdomínios, no Português Moderno....	194
TABELA 17	Distribuição dos conectores nos subdomínios, no Português Contemporâneo Escrito.....	195
TABELA 18	Distribuição dos conectores nos subdomínios, no Português Contemporâneo Falado.....	195

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 O objeto de estudo: trabalhos anteriores	15
1.1.1 O objeto de estudo: delimitação	19
1.2 A hipótese e os objetivos	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 A Linguística Centrada no Uso	22
2.2 A Linguística Histórica	25
2.2.1 O texto e a pesquisa diacrônica: alguns desafios.....	28
2.2.2 A história da língua pela história dos textos: as tradições discursivas	31
2.3 A Gramaticalização	35
2.3.1 Gramaticalização e (Inter)Subjetivização.....	41
3 A CAUSALIDADE	44
3.1 A linguística da causalidade	45
3.1.1 Causalidade, cognição e pragmática.....	48
3.2 A (releitura da) teoria dos domínios	57
3.3 A relação de causalidade na GDF	66
3.4 Operacionalização da causalidade	70
4 METODOLOGIA E CONTRIBUTOS PARA A ANÁLISE DA JUNÇÃO CAUSAL	75
4.1 O <i>corpus</i>	75
4.2 A estrutura da junção causal	86
4.3 Limites e fluidez dos domínios de causalidade	91
4.4 A dimensão sintática: definição e critérios	102
5 ANÁLISE DOS PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO DOS CONECTORES CAUSAIS NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS	112
5.1 Conectores herdados do latim	112
5.1.1 Ca	112
5.1.2 Que.....	122

5.1.3 Como.....	129
5.2 Conectores provenientes de advérbios latinos.....	134
5.2.1 Pois	134
5.2.2 Pois que	143
5.3 Conectores provenientes da justaposição de preposição a pronome.....	150
5.3.1 Porque	150
5.3.2 Porquanto	166
5.4 Conectores <i>x-que</i>	174
5.4.1 Por causa que	183
6 CONCLUSÕES	191
REFERÊNCIAS	203

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta tese é analisar os processos de gramaticalização experimentados pelos conectores causais na história do português. Para tanto, são realizadas análises semântico-pragmáticas e sintáticas, com o intuito de identificar as mudanças que indiciam esses processos, permitindo traçar, sincrônica e diacronicamente, as suas trajetórias. Nesta pesquisa, portanto, mobilizam-se diferentes níveis de análise, a saber: o *semântico*, o *pragmático* e o *sintático*.

Para atender à perspectiva diacrônica de análise, o *corpus* desta tese é constituído de textos escritos, que datam do século XIII ao XX, e de amostras de fala do século XXI, material que, conforme se detalha na Metodologia (Seção 4), organiza-se em quatro sincronias: Português Arcaico (séculos XIII ao XV); Português Moderno (séculos XVI e XVII); Português Contemporâneo I – enunciação escrita (séculos XVIII ao XX); Português Contemporâneo II – enunciação falada (século XXI).

Seguindo Coseriu (1979), assume-se que, embora fundamentalmente diacrônica, subjaz a esta pesquisa a abordagem sincrônica. Coseriu defende que sincronia e diacronia devem representar métodos complementares para o estudo da língua, concebida como objeto histórico em que um *dado estado é sempre resultado de estágios anteriores*. Assim, a abordagem sincrônica prevê o estudo da língua como *sistema*, em que a estabilidade é perceptível, enquanto a diacrônica se debruça sobre o resultado da sucessão de estados sincrônicos, examinando a língua em sua face histórica (COSERIU, 1979, p. 23). Nesse sentido, a análise diacrônica pressupõe a análise sincrônica, uma vez que a língua é, simultaneamente, *sistêmica* e *histórica*.

Assim, no presente trabalho, de um lado, descrevem-se, em termos semântico-pragmáticos e sintáticos, os *padrões sincrônicos* dos conectores causais e, de outro, investigam-se as mudanças desses padrões, ao longo das sincronias, de modo a se obter um *panorama longitudinal/diacrônico* dos percursos de gramaticalização traçados por esses elementos.

Sobre a estrutura do texto, além desta *Introdução*, esta tese apresenta cinco seções. Na seção 2, está a *Fundamentação Teórica*, em que se encontram os princípios que norteiam a concepção e a execução da pesquisa. Na seção 3, *A Causalidade*, analisam-se diferentes abordagens sobre as relações causais e apresenta-se uma proposta de operacionalização dessas relações para fins de análise. A seção seguinte, *Metodologia e contributos para análise da junção causal*, além de abordar questões atinentes ao *corpus* e às decisões metodológicas, problematiza acerca da construção de um modelo de análise para o domínio da junção. Na seção 5, *Análises semântico-pragmática e sintática dos conectores causais na história do português*, empreendem-se as análises quantitativo-qualitativas dos conectores encontrados no *corpus*. Por fim, encontram-se as *Conclusões* e as *Referências*.

1.1 O objeto de estudo: trabalhos anteriores

O estudo da conexão causal no português tem focado a perspectiva sincrônica, baseando-se, sobretudo, no português contemporâneo, como se vê, por exemplo, em Paiva (1991), Neves (2000), Lopes (2004), Amorim (2012) e Neves e Braga (2016). Esses e outros trabalhos são brevemente resenhados a seguir, com o intuito de mostrar diferentes abordagens sobre o objeto de estudo desta tese. Ademais, a referência a outras pesquisas sobre os conectores causais contribui para justificar a presente proposta de investigação, demonstrando em que aspectos ela se apresenta como inédita e necessária à revisão/complementação de investigações anteriores.

O trabalho de Paiva (1991), cujo principal objetivo é descrever, sob uma perspectiva discursivo-funcional, a organização sintagmática dos enunciados causais, representa a investigação pioneira sobre a junção causal no português brasileiro. Além de discutir as propriedades semânticas e pragmáticas da relação de causalidade, a autora mostra as funções que a ordenação *causa-efeito* e *efeito-causa* desempenha, no discurso oral, evidenciando, por exemplo, que a anteposição e a posposição do enunciado causal não representam alternativas sintagmáticas selecionadas, aleatoriamente, pelo falante, mas o resultado da influência de aspectos discursivos, como a distribuição de informação e a continuidade tópica. Por exemplo, Paiva atesta que a anteposição do segmento causal sob a forma de *X então Y* desempenha função coesiva, na medida em que emerge nos contextos em que o segmento causal, ao retomar uma informação já mencionada no texto, garante a continuidade tópica; ao contrário da forma *Porque Y, X*, em que, geralmente, a anteposição do segmento causal adquire feições de um

“hiato discursivo”, porque provoca uma ruptura tópica: nesse caso, o segmento causal codifica informação nova (PAIVA, 1991, p. 209). Desse modo, os resultados apresentados pela autora trazem, entre outras contribuições, a evidência de que o estudo da junção causal deve se realizar sob o escopo *forma-função*, princípio também assumido nas análises do presente trabalho.

Neves (2000) também apresenta uma descrição funcional da junção causal no português brasileiro, mas a partir de uma ampla amostra de textos escritos ao longo do século XX. Nesse trabalho, as construções causais são descritas quanto a aspectos formais – constituição morfossintática (forma simples/locucional), ordenação e correlações modo-temporais – e funcionais – níveis de expressão da causalidade (predicações; proposições e atos de fala). Podem-se depreender duas grandes contribuições do trabalho de Neves: a primeira diz respeito à apresentação de um amplo inventário dos conectores causais usados em textos do português contemporâneo; a segunda se revela na abordagem semântico-pragmática das construções causais, em que a autora explica como se dão as relações de causa entre predicações (estados de coisas), proposições (fatos possíveis) e enunciados (atos de fala), aproximando-se da proposta dos domínios de causalidade de Sweetser (1990), mas ilustrando-a com dados reais do português.

O trabalho de Lopes (2004) foca a junção causal no português europeu contemporâneo, apresentando uma análise que conjuga aspectos semântico-discursivos e sintáticos para a descrição das orações causais introduzidas pelos conectores *pois*, *porque* e *que*. Com base no critério da *pressuposionalidade da relação causal*, a autora distingue duas classes de construções causais: as que exprimem a *causa propriamente dita*, quando a relação causal aparece como uma asserção, e as que exprimem a *causa explicativa*, quando a relação de causa é apresentada como pressuposta. Lopes argumenta que o estabelecimento da junção causal não se resolve em estruturas puramente coordenadas ou subordinadas, mas se projeta na sintaxe através de estruturas com comportamentos próximos do da coordenação e da subordinação, designadas *parataxe* e *hipotaxe*. Nesse sentido, a contribuição mais relevante de Lopes (2004) para os estudos da junção causal diz respeito ao modelo de análise do estatuto sintático dos conectores causais, que, segundo a autora, deve considerar propriedades que se distribuem nos níveis sintático, semântico e discursivo (Cf. Seção 4.4).

Amorim (2012), em estudo também pautado por um enfoque funcional, investiga as orações causais introduzidas pelos conectores *por causa que*, *porque* e *que*, retiradas de um *corpus* constituído, principalmente, de amostras do português popular brasileiro. Entre outros objetivos, o autor se propõe a explicar a emergência de um conector causal de gramaticalização recente – *por causa que* – e a descrever seus usos, do ponto de vista semântico-pragmático, em

comparação ao dos conectores *porque* e *que*, atestando entre eles a manifestação do princípio da especialização (HOPPER, 1991). Esse estudo revela que a forma *por causa que* apresenta forte tendência em expressar relações causais referenciais, enquanto *que* representa uma forma especializada na marcação de relações causais alargadas. No entanto, nos *corpora* analisados pelo autor, *porque* se caracteriza como um item *polissêmico*, não especializado, portanto, na marcação de um único subtipo causal.

Em Neves e Braga (2016), aborda-se a junção causal no português brasileiro falado. Nesse trabalho, as construções causais são descritas sob um enfoque semântico-pragmático, considerando diferentes níveis/domínios funcionais e cognitivos em que a relação de causalidade pode se manifestar. Ao analisarem a relação entre o tipo de conector e a posição dos enunciados causais, Neves e Braga corroboram o princípio de que a ordenação de enunciados causais está sob a influência de aspectos do discurso. Assim, as autoras distinguem os conectores causais a partir da sua especialização funcional quanto à distribuição de informação, de modo que são *tópicos* os que introduzem informação já conhecida ou a apresentam como pressuposta e *remáticos* os que introduzem informação nova. Mostram, ainda, que a ordenação também sofre restrições impostas pelo tipo de relação expressa pela construção causal: quando estabelecida no nível proposicional ou dos atos de fala, o segmento causal tende a vir posposto, aspecto bastante referido nas análises do trabalho ora apresentado (Cf. Seção 5).

Em relação a investigações diacrônicas sobre a conexão causal no português, destacam-se Olinda (1991), Barreto (1999), Mattos e Silva (2008a), Braga e Paiva (2011), Paiva e Braga (2013a) e Paiva e Braga (2013b).

Olinda (1991) analisa as mudanças semânticas e sintáticas experimentadas pelas formas *ca* e *pois*. Para tanto, a autora não trata apenas dos usos causais desses conectores, mas descreve os vários padrões morfossintáticos assumidos por essas formas, como, por exemplo, os usos de *ca* como conjunção integrante e os de *pois* como advérbio/conjunção temporal. A autora chega a conclusões importantes, retomadas na seção de análise deste trabalho, como a de que, entre os séculos XV e XVI, se verifica uma reorganização do inventário dos conectores causais do português, o que decorre de três fenômenos interrelacionados, a saber, o total desaparecimento de *ca*, conector causal bastante frequente nos primeiros séculos do português arcaico, a perda dos usos temporais de *pois* e o seu consequente estabelecimento como conector causal.

O trabalho de Barreto (1999), que analisa os processos de gramaticalização de 136 itens conjuncionais do português, representa o *interlocutor* mais relevante desta pesquisa. A autora aborda, também em perspectiva diacrônica, diversos conectores causais— *ca*, *que*, *como*, *pois*,

pois que, porque, porquanto etc –, descrevendo seus usos e estágios de gramaticalização, a partir de amostras do português do século XIII ao XVII e do século XX. Como se verifica na seção de análise desta tese, percursos de gramaticalização desses conectores propostos por Barreto (1999) são retomados e, em alguns casos, à luz dos dados desta investigação, questionados e reformulados.

Mattos e Silva (2008a) apresenta um estudo dos conectores causais *ca, pois, pois que e porque* entre os séculos XIII e XVI. Focando o estatuto sintático desses conectores, Mattos e Silva trata de processos de vinculação de orações, que chama de *coordenação explicativa e subordinação adverbial causal*. Desse modo, a forma *ca* é apontada como *coordenante*, classificação que se baseia no fato de os enunciados introduzidos por esse conector terem a posposição como ordem fixa e virem sempre separados por pausa do enunciado a que se ligam, apresentando, assim, propriedades comuns a estruturas coordenativas. Como subordinadas causais do português arcaico, Mattos e Silva (2008a, p. 175) refere-se às orações iniciadas por *porque* e *pois*. Diferentemente da tradição, portanto, Mattos e Silva não classifica *pois* como coordenativo, já que, no português arcaico, os enunciados introduzidos por esse conector poderiam assumir a anteposição em relação ao enunciado nuclear. Fiéis e Lobo (2008)², em trabalho que também investiga, diacronicamente, os conectores causais do português, corroboram o estatuto subordinativo de *pois* no período arcaico, constatação retomada e discutida na subseção 5.2.1 desta tese.

Braga e Paiva (2011), com base em um *corpus* constituído por cartas que datam do século XVIII ao XX e à luz da interface gramaticalização/gramática das construções, evidenciam rearranjos no rol dos conectores causais do português, motivados por mudanças morfossintáticas e, sobretudo, semântico-pragmáticas ocorridas no decorrer dos séculos investigados. Em Paiva e Braga (2013a), analisam-se os usos dos conectores *pois* e *pois que*, a partir de uma amostra de textos do século XIII ao XX, com o objetivo de verificar se a evolução gramatical desses conectores está atrelada à subjetivização, processo diacrônico pelo qual uma forma linguística tem sentidos cada vez mais subjetivos em virtude da semanticização de inferências pragmáticas (TRAUGOTT, 2010). Por fim, Paiva e Braga (2013b), com base no mesmo *corpus* do trabalho anterior, traçam a evolução de *pois*, mostrando que as orações introduzidas por esse conector, contando com motivações discursivas, sofrem uma mudança de

² Fiéis e Lobo (2008) focam as mudanças e permanências no estatuto sintático de um amplo grupo de conectores causais na história do português. Diferentemente dos outros trabalhos mencionados, as autoras se alinham a descrições mais formais, pautando-se pelo gerativismo. Os critérios de análise e as principais conclusões apresentadas por esse trabalho são discutidos ao longo das seções 4 e 5 deste texto.

estatuto sintático, de mais para menos integradas, contrariando a trajetória de gramaticalização de orações que prevê o percurso unidirecional *parataxe* > *hipotaxe* (Cf. HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Nos três trabalhos, há pontos teóricos que os aproximam da proposta de investigação aqui apresentada, permitindo comparações e confrontos bastante frutíferos, uma vez que as autoras assumem a classificação semântico-pragmática de Sweetser (1990), que propõe o estabelecimento da causalidade nos domínios referencial, epistêmico e dos atos de fala (Cf. Seção 3), a mesma adotada nesta pesquisa. Ademais, conforme assinalado, empreendem análises baseadas no paradigma funcional da gramaticalização, abordando, ainda, a subjetivização, caminho investigativo que dialoga com as hipóteses e objetivos do presente trabalho.

Desse modo, observa-se que o diálogo com outros trabalhos, seja através da retomada e reavaliação de hipóteses, seja por meio do confronto de resultados, permite que a pesquisa ora apresentada amplie o conhecimento sobre o objeto de investigação. Esse diálogo permite, ainda, a própria formulação das hipóteses que justificam a execução desta pesquisa, conforme se observa a seguir.

1.1.1 O objeto de estudo: delimitação

Esta tese investiga itens gramaticais que operam no domínio da *junção causal*, considerados a partir dos seguintes aspectos:

- i) Entende-se *junção* numa perspectiva funcionalista, que reconhece o pareamento *forma-função* (RAIBLE, 2001; HOPPER; TRAUGOTT, 1993): nesse caso, esse pareamento se manifesta como “um mecanismo de relação entre esquemas sintáticos e sentido” (LONGHIN, 2014, p. 33).
- ii) Do amplo paradigma dos elementos de junção, consideram-se apenas os que mobilizam a *relação de causalidade* na *parataxe* e na *hipotaxe*, entendidas como estratégias de articulação de orações nos moldes de Hopper e Traugott (1993). Não se consideram, portanto, os conectores de orações causais mais integradas/encaixadas, como se observa em construções do tipo *segmento efeito + conector + oração causal infinitiva*.
- iii) Os conectores focalizados sempre *introduzem o segmento causal*, mas não o segmento efeito, compondo construções do tipo *p porque q* ou *porque q, p*.
- iv) A relação de causalidade é definida sob o viés semântico-pragmático, abrangendo noções de causa estrita e alargada (Cf. Seção 3).

1.2 A hipótese e os objetivos

Como assinalado, Amorim (2012) mostra que, no português brasileiro atual, há uma divisão de tarefas, no inventário dos conectores causais, de modo que as formas *que* e *por causa* se especializam, respectivamente, na expressão de *causa alargada* e *causa estrita*. Assim, com base no princípio do uniformitarismo (LABOV, 1994) – segundo o qual os mesmos princípios que atuam em mudanças em curso operaram no passado, o que permite colocar hipóteses sobre a forma de desenvolvimento de mudanças concluídas –, pode-se aventar a hipótese de que o processo de especialização descrito por Amorim (2012) tenha se implementado, entre os conectores causais do português, em sincronias pretéritas.

Outra hipótese baseada na observação dos usos atuais dos conectores de causa diz respeito à subjetivização (TRAUGOTT, 2010; 2007), processo que prevê, como já definido, a crescente semanticização de valores subjetivos em uma forma linguística. No caso dos conectores causais, a subjetivização é atestada quando, na sua evolução, deixam de indicar causa estrita e se especializam na expressão de relações causais mais argumentativas, que não se referem, portanto, à predicação, mas à enunciação, o que pressupõe um alto grau de subjetividade (PANDER MAAT; DEGAND, 2001). Tanto Amorim (2012) quanto outros estudos sobre os conectores causais do português (BRAGA; PAIVA, 2010; LOPES, 2004), na esteira das discussões sobre a especialização semântico-pragmática, reconhecem usos mais ou menos subjetivos dos conectores causais. Adotando-se a hipótese de Traugott (2010), que preconiza que usos subjetivos de um item gramatical representam o resultado de um processo diacrônico de crescente subjetivização, pode-se supor que os conectores causais mais subjetivos apresentem, em sincronias pretéritas e, sobretudo, no seu estágio de gramaticalização primária (Cf. Subseção 2.3), usos menos subjetivos, sofrendo subjetivização no decorrer da sua evolução.

Embora represente um processo notadamente semântico-pragmático, estudos mostram que a subjetivização pode acarretar mudanças formais (Cf. TRAUGOTT, 2007; IZUTSU; IZUTSU, 2006). No caso da gramaticalização de conectores causais, é possível que a subjetivização apresente, como reflexo formal, alteração no seu estatuto sintático, uma vez que, tornando-se mais subjetivo, o conector geralmente perde flexibilidade posicional, propriedade típica de conectores hipotáticos, assumindo, dessa forma, estatuto mais característico da parataxe.

Assim, com base nessas observações, a hipótese norteadora desta tese é a de que

A gramaticalização de conectores causais apresenta, em um dos seus estágios, uma subjetivização marcada, do ponto de vista semântico-pragmático, por uma trajetória de crescente abstratização da noção de causa – [relações causais menos subjetivas]>[relações causais mais subjetivas] –, o que pode ter reflexos, mediante um pareamento de forma e função, na dimensão sintática, promovendo alterações no fluxo do continuum parataxe>hipotaxe>subordinação.

Desse modo, a fim de testar a validade dessa hipótese, busca-se:

- i) descrever as relações de sentido codificadas pelos conectores causais com base na proposta dos domínios de causalidade (SWEETSER, 1990) e em suas releituras (LOPES 2012; PANDER MAAT; DEGAND, 2001), em correlação com os mecanismos de articulação de orações (LOPES, 2004; HOPPER; TRAUGOTT, 1993) e
- ii) identificar processos de especialização semântico-pragmática (HOPPER, 1991) dos conectores, tanto sob o escopo sincrônico quanto o para seu diacrônico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tendo como principal objetivo investigar a gramaticalização dos conectores causais a partir de dados reais e sob um enfoque funcional, este trabalho se assenta, primariamente, na Linguística Centrada no Uso. Ademais, dado o seu caráter eminentemente diacrônico, esta pesquisa vincula-se também à Linguística Histórica, que representa uma teoria basilar, dentro da qual se desenvolvem vertentes teóricas que se particularizam a partir do enfoque dado a um ou outro aspecto específico da língua. A Gramaticalização, por exemplo, pode ser considerada um paradigma teórico que, praticado sob o escopo da Linguística Histórica, volta-se para um tipo específico de mudança linguística, a mudança morfossintática responsável pela criação de elementos gramaticais. Esta seção, no entanto, não visa a detalhar essas considerações epistemológicas, mas apresentar as escolhas teóricas que justificam o olhar que se lança sobre o objeto da investigação e as decisões metodológicas. Desse modo, são três os principais objetivos desta parte do texto: i) conceituar a Linguística Centrada no Uso, a Linguística Histórica e a Gramaticalização; ii) discutir, no caso da Linguística Histórica, a sua interface com as Tradições Discursivas e, no caso da Gramaticalização, assumida como processo, a sua relação com os processos de pragmatização e subjetivização e iii) mostrar como os aspectos discutidos se relacionam aos dados, às hipóteses e à metodologia desta pesquisa.

2.1 Linguística Centrada no Uso

O estabelecimento da Linguística Moderna se assentou numa proposta notadamente formalista, a fim de adequar-se ao modelo teórico proposto pelo Estruturalismo Europeu, uma vez que, para seu precursor, Ferdinand de Saussure, os estudos linguísticos deveriam ter como objeto a *língua*, lugar da sistematicidade, e não a *fala*, lugar da variação. A ênfase no estudo da *língua*, sob os moldes saussureanos, marginalizou uma série de fenômenos cuja explicação dependia da consideração de aspectos que estavam, grosso modo, “fora do sistema”.

A negligência em relação aos fenômenos que reclamavam explicações menos formais suscitou, sobretudo a partir da década de 1960, o (res)surgimento de teorias voltadas para o *discurso*, que se propunham a

...resgatar justamente o que era um obstáculo para Saussure, ou seja, a heterogeneidade como princípio constitutivo da linguagem, questionando-se a submissão da teoria ao princípio do descontínuo, como uma necessidade epistemológica de criar um objeto homogêneo de estudos” (CAMACHO, 2006, p. 41).

Assim, desenvolvem-se, como teorias não formalistas, o funcionalismo, a sociolinguística, a análise do discurso, a análise da conversação e a linguística textual.

O funcionalismo, considerado genericamente, tem como principal objetivo estudar a **língua em uso**, isto é, desenvolver investigações que vão além da forma linguística, considerando elementos e fatores da interação verbal em que o sistema é utilizado como um instrumento para fins comunicacionais. Nessa perspectiva, a *função* do sistema deve ter prioridade sobre a sua *forma*, de modo que o componente pragmático da linguagem assuma um papel central no estudo da língua, princípio baseado no reconhecimento de que estão no discurso as verdadeiras motivações capazes de interferir nos demais componentes (o semântico, sintático e fonológico).

Embora a primazia da função represente o princípio fundamental do funcionalismo, não se deve compreendê-lo como uma corrente teórica que goza de homogeneidade teórico-metodológica; daí haver, na realidade, *funcionalismos* (CAMACHO, 2006; PEZATTI, 2004). Assim, o presente trabalho, que, conforme assinalado, empreende análises baseadas em propriedades dos níveis pragmático, semântico e sintático, buscando-se o *pareamento forma/função*, vincula-se a uma das vertentes do funcionalismo, a saber: a Linguística Centrada no uso.

O que particulariza a Linguística Centrada no Uso em relação aos demais funcionalismos é o fato de se observar o papel da cognição em fenômenos de variação e mudança linguística. Segundo Bybee (2010), essa é uma teoria da linguagem que investiga a dinâmica do processo de criação das línguas sob o enfoque da variação e da mudança linguística como efeito de processos cognitivos. Nessa perspectiva, as estruturas linguísticas emergem como resultado da repetição de processos cognitivos subjacentes ao uso, que, por sua vez, estão circunscritos em um contexto sociocultural, promovendo, por exemplo, a generalização e convencionalização de sentidos, recrutamento inovador de itens linguísticos para desempenhar funções gramaticais, criação ou recriação de construções gramaticais em que o sentido das partes componentes é substituído por um sentido composicional geral etc. Tem-se, portanto, a

premissa de que “a estrutura linguística emerge por meio do uso da língua: o contexto social e cultural no qual a língua é usada impacta nas estruturas que são criadas”(BYBEE, 2010, p.204)³.

Na definição a seguir, Martelotta (2011, p.54-5) caracteriza a Linguística Centrada no Uso reunindo aspectos funcionalistas tradicionais e princípios inovadores atinentes à interface *língua/cognição*:

Estamos aqui chamando de linguística centrada no uso (TOMASELLO, 2005) um tipo de abordagem que, como o próprio nome sugere, considera haver uma relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação. Um tipo de abordagem que não se limita à observação de aspectos formais, ou da difusão das formas pela estrutura social, incorporando, em suas análises, dados semânticos, pragmáticos e discursivos. Nessa perspectiva, são levados em conta, na análise das línguas, aspectos relacionados a restrições cognitivas que incluem a captação de dados da experiência, sua compreensão e seu armazenamento na memória, assim como aspectos associados à capacidade de organização, acesso, conexão, utilização e transmissão adequada desses dados. Mas é importante entendermos que esses aspectos de ordem cognitiva só se materializam na interação, ou seja, não refletem apenas o funcionamento de nossa mente como indivíduos, mas como seres inseridos em um ambiente cultural. (MARTELOTTA, 2011, p.55)

São muitos os aspectos desta pesquisa que a filiam aos princípios de que trata Martelotta. Dessa maneira, começando pela metodologia, observa-se que os procedimentos adotados, conforme se descreve na Seção 4, constituem um modelo de análise da língua em uso, que foca o domínio da junção causal, examinada, portanto, a partir de aspectos semântico-pragmáticos, discursivos e formais. Teoricamente, também são inúmeros os pontos que alinham este trabalho ao quadro teórico em questão. Exemplo bastante ilustrativo é apresentado na Seção 3.1.1, em que se discute a noção de causalidade sob um enfoque cognitivo.

Assim, considera-se, por exemplo, que a relação icônica *causa-efeito* verificada no mundo é cognitivamente apreendida pelo falante, o que permite, por analogia ou contiguidade, a sua operacionalização, a fim de que ela seja representada na/pela língua sob diferentes estruturas. Essa representação, por sua vez, deriva de conceptualizações mais ou menos icônicas, expressando relações causais mais ligadas ao mundo ou à percepção do falante. Por conseguinte, o elo causal, como construções linguísticas, pode assumir padrões formais e funcionais bastante variáveis, atestando, dessa forma, a premissa de que a estrutura linguística emerge do uso ao qual subjaz processos cognitivos (BYBEE, 2010).

³ “...linguistic structure emerges through language use – that the social and cultural context in which language is used would have an impact on the structures that are created” (BYBEE, 2010, P.204).

2.2 A Linguística Histórica

Mattos e Silva (2008b) desenvolve o conceito de Linguística Histórica a partir da distinção entre Linguística Histórica *lato sensu* e Linguística Histórica *stricto sensu*. Para a autora, o trabalho de investigação linguística por meio de *corpora* com datação e localização específicas é tarefa da Linguística Histórica *lato sensu*. Nessa perspectiva, todo trabalho sincrônico baseado em *corpora* com determinação temporal e espacial pertence à Linguística Histórica em sentido amplo. Quando essa tarefa se volta para a descrição da mudança ocorrida nas línguas naturais, ao longo do tempo, de modo que se possa caracterizar, por exemplo, diferentes estágios morfossintáticos, entra em cena a Linguística Histórica *stricto sensu*: “a que se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que tais línguas são usadas” (MATTOS E SILVA, 2008b, p. 9).

É muito importante ressaltar que, sob o rótulo de *Linguística Histórica*, desenvolvem-se pesquisas que pertencem a diferentes correntes teóricas (Cf. MATTOS e SILVA, 2008; SOUSA, 2006). Dessa forma, a definição do *objeto-língua* da Linguística Histórica depende do quadro teórico no qual o estudo se baseia. Com isso, ao longo da história da Linguística Moderna, o *objeto-língua* da Linguística Histórica assumiu diferentes acepções.

Embora seja comum localizar o início da Linguística Histórica no século XIX, é preciso reconhecer que, muito antes, já se delineavam estudos com foco na *mudança linguística*. No século XVI, por exemplo, com o Renascimento, surgiram investigações baseadas na percepção de que as línguas românicas apresentavam semelhanças entre si, o que foi interpretado como indício de que teriam uma origem comum: tem-se, então, a gênese do que, no século XIX, ficou conhecida como Linguística Histórico-Comparativa (SOUSA, 2006). De modo geral, pode-se dizer que o binômio *gênese-evolução*, profundamente influenciado pelos modelos biológicos nas ciências naturais, como o de Darwin, representou o foco dos modelos de Linguística Histórica desenvolvidos no decorrer dos séculos XVIII e XIX.

No século XX, com o advento do Estruturalismo, uma importante dicotomia postulada por Saussure serviu para redefinir os rumos da Linguística Histórica, a saber, *sincronia-diacronia*. Essa dicotomia, conforme destaca Coseriu (1979), deve ser considerada uma *distinção metodológica*, uma vez que se trata de conceitos que não se aplicam aos fatos da língua em si, mas à maneira de estudá-la: a língua é sempre histórica e mutável; no entanto, metodologicamente, ela pode ser considerada como um *sistema estruturalforma* sincrônica ou pode ser analisada de um ponto de vista diacrônico, em que se considerem suas diferentes sincronias. Sousa (2006) afirma que a distinção sincronia-diacronia fomentou na Linguística

Moderna a delimitação de dois tipos de correntes teóricas, as que se ocupam da *estabilidade e permanência* dos fatos linguísticos e as que tratam da *instabilidade e movimentação* desses fatos. Outro importante aspecto discutido por Sousa (2006, p. 24) se refere à diferença entre *diacronia e história*, termos que, em geral, são tomados como sinônimos na Linguística.

Nesse sentido, diacronia se refere a uma abordagem da língua no tempo, tomado em sentido estrito, como uma sequência cronológica. Em um estudo estritamente diacrônico, os fatos linguísticos podem ser investigados sem que haja considerações histórico-sociais. Por outro lado, no estudo histórico da língua, interessa investigar a língua no tempo, mas não apenas com foco nos eventos encadeados cronologicamente, mas perspectivando-os historicamente. Mattos e Silva (2008b) também chama a atenção para tal distinção, valendo-se de termos diferentes: para a autora, existe a *Linguística Histórica social* (estudos históricos) e a *Linguística Histórica a-social* (estudos diacrônicos). Exemplificam o primeiro caso os estudos que se desenvolvem no modelo da Teoria da Variação e Mudança, conforme propõe William Labov. Ilustram o segundo caso os estudos do Gerativismo Diacrônico, representado, principalmente, por David Lightfoot.

Quanto aos aspectos metodológicos, os estudos empreendidos ao longo da Linguística Histórica seguem duas tradições, a documental e a experimental. A tradição documental baseia-se em registros escritos, tomados como um testemunho dos estágios da mudança que se deseja investigar. No entanto, a adoção desse método requer o reconhecimento de que a documentação pode não representar um testemunho fiel de um passado linguístico, já que nem todo texto reflete a realidade linguística da época em que foi produzido. Na tradição experimental, a reconstrução dos estágios anteriores se dá com base nos fatos atuais: pressupõe-se que o hoje, por apresentar indícios do ontem, permite a reconstrução de estágios pretéritos. A experimentação, portanto, está atrelada à noção de *reversibilidade* dos fenômenos linguísticos.

Faraco (2007) aborda a questão da *explicação* na linguística histórica, que assume um caráter diferente do tipo de explicação dada por outras ciências aos seus fenômenos de investigação. Nas Ciências da Natureza, por exemplo, a explicação baseia-se em um conjunto de postulados gerais que são capazes de garantir a previsibilidade do fenômeno sob investigação. Como a língua representa uma realidade mais sociocultural que natural, a mudança linguística – objeto de estudo da Linguística Histórica em sentido estrito – não pode

ser submetida a uma teoria geral pautada por uma previsibilidade absoluta⁴, já que, atrelados a ela, estão fatores contingentes (FARACO, 2007, p. 115).

A caracterização dos fatores contingentes, no entanto, é bastante variável entre as diferentes pesquisas praticadas sob o rótulo de Linguística Histórica. De um ponto de vista funcional, em sentido lato, esses fatores dizem respeito aos condicionamentos da mudança linguística, que são considerados de natureza interna e externa (de caráter, sobretudo, social) e tratados de maneira inter-relacionada. Nessa perspectiva, a mudança representa um fenômeno que só se explica através da consideração da inter-relação e da fluidez dos fatores que a determinam, a fim de mapear os seus *(des)caminhos*. A fluidez desses fatores exige, assim, certa *fluidez* na tentativa de explicá-la. Assim, *explicar*, na Linguística Histórica, “significa **interpretar a mudança, torná-la compreensível, iluminá-la**, conjugando, para isso, dimensões de generalidade do movimento histórico e características contingentes” (FARACO, 2007, p. 117- grifo acrescido).

Ainda na esteira da constituição teórico-metodológica da Linguística Histórica, Faraco (2007) apresenta três vias para o estudo histórico das línguas, quais sejam: i) o estudo concentrado em fases passadas da língua; ii) o estudo de fases passadas com vistas a compreender sincronias atuais e iii) estudo de sincronias atuais a fim de compreender fases passadas.

A primeira via estava presente entre estudos históricos realizados no início do século XIX, cujo objetivo, fundado na ideologia de que o passado das línguas representava uma “fase áurea”, era recuperar estágios antigos. Deixada de lado a ideia de superioridade de estágios antigos, essa primeira vertente legou aos estudos posteriores em Linguística Histórica o *método comparativo*, usado para estabelecer o parentesco entre línguas e reconstruir sincronias pretéritas. Também utilizam a primeira via estudos que, reforçados pelo postulado estruturalista de que a sincronia precede a diacronia, focam a descrição de uma sincronia, nesse caso, passada, descrevendo-a com base em documentos que resultaram de trabalhos filológicos. O interessante é que a descrição de sincronias passadas, a partir de documentação, abre caminho para a comparação entre elas, ou seja, para um estudo diacrônico.

⁴ O fato de a mudança linguística não representar um fenômeno de todo previsível não inviabilizou vertentes teóricas desenvolvidas no rol da Linguística Histórica a apresentarem propostas “determinísticas”. Nesse sentido, vale lembrar que, no século XIX, contexto em que se desenvolveram os trabalhos de base histórico-comparativa, a proposta dos neogramáticos, conhecida como as “leis fonéticas”, fundava-se na ideia de que as mudanças fônicas se davam a partir de leis regulares e inexoráveis. As mudanças que “escapavam” a essas leis eram, simplesmente, tratadas como exceções resultantes da ação da analogia (ABAURRE, 2006).

A segunda via se manifesta em trabalhos que buscam, no passado, explicação para fenômenos observados no presente. Essa perspectiva se caracteriza, portanto, como uma tentativa de, identificada a sua gênese, delinear os caminhos percorridos até que o fenômeno assumisse a sua configuração atual.

A terceira via, por sua vez, firma-se na ideia de que a compreensão do presente abre caminhos para melhor entrever o passado. O *princípio da uniformidade*, conforme aponta Faraco (2007, p. 122), diz respeito à terceira via ao postular que fenômenos flagrados em uma sincronia atual estão provavelmente sob efeito de condicionantes que também estiveram presentes em sincronias passadas, o que significa dizer que

o estudo sistemático da variação sincrônica, incluído aí o estudo das chamadas mudanças em progresso, ao elucidar as formas como está condicionada a heterogeneidade atual, nos dá recursos metodológicos para melhor analisar o passado, que foi também uma realidade heterogênea condicionada, basicamente, por fatores semelhantes aos que operam no presente. (FARACO, 2007, p.123).

É importante destacar que as três vias não são excludentes, mas complementares, visto que uma pode *alimentar* a metodologia da outra: um estudo focado no passado, como o de Mattos e Silva (1989), que se propôs a descrever, a partir de um documento do século XI, a *gramática* do português arcaico, fornece a descrição de uma sincronia pretérita por meio da qual podem se desenvolver outros estudos, norteados por outra via.

A próxima seção foca um ponto específico da metodologia da Linguística Histórica: a constituição do *corpus* a partir de um *conjunto de textos-documentos*.

2.2.1 O texto e a pesquisa diacrônica: alguns desafios

Considerando, principalmente, as vertentes que se voltam para a descrição de sincronias passadas – ou as que delas necessitam para a compreensão de sincronias atuais –, observa-se que o texto representa o recurso metodológico mais importante da Linguística Histórica: o texto é um *mirante temporal* do qual se pode entrever a língua no passado.

É comum que registros escritos de outras épocas, por terem sofrido os ataques implacáveis do tempo, apresentem sempre alterações irreversíveis, ainda que tenham sido editados por exímios filólogos, o que requer do pesquisador de Linguística Histórica grande cautela no trato com os dados. Assim, ao buscar a descrição de fases antigas das línguas naturais, pode-se chegar não a precisões, mas a *aproximações*: “sendo o passado diferente do

presente, dele só é possível uma aproximação” (MATTOS e SILVA, 2008a, p. 24). E, para que essa *aproximação* seja legítima, é preciso “fazer o melhor uso de maus dados” (LABOV, 1982 apud MATTOS e SILVA, 2004, p. 07), na medida em que resta ao pesquisador reconstituir estágios anteriores de uma língua a partir de textos escritos que, para além de problemas de conservação ou de edição, não refletem fielmente o sistema linguístico nos seus usos reais.

Além dos textos remanescentes – *fontes primárias* – que, geralmente, tornam-se acessíveis através de edições, é possível conhecer antigas fases de uma língua a partir de reflexões de gramáticos ou de outros textos metalinguísticos que tratam dos usos linguísticos do período que se estuda: são as chamadas *fontes secundárias*. Essa bibliografia, entretanto, é rara para o período arcaico do português e para as demais línguas românicas, visto que, até o início do século XVI, apenas o latim era considerado língua de cultura e, por conseguinte, representava a língua que despertava o interesse dos gramáticos. Quando as línguas românicas passaram a ter valor cultural e político, sobretudo a partir do século XVI, surgiram as primeiras gramáticas das *línguas vulgares*, ou seja, das línguas românicas.

Mesmo em vista dos problemas assinalados, seguindo Mattos e Silva (2008a), defende-se que os registros escritos antigos fornecem diferentes possibilidades para a descrição do passado de uma língua:

sendo a documentação escrita que permanece, e sendo essa uma representação convencional da fala, desta teremos nos documentos um reflexo que permite tirar conclusões, até certo ponto seguras, no nível fônico-mórfico, já que, não havendo então uma normatização ortográfica, a análise da variação da escrita oferece indícios para alguma percepção da voz. Do mesmo modo, se o que está escrito procura espelhar a voz, pelo escrito se pode depreender, embora não integralmente, a língua em qualquer dos níveis em que se pode estruturá-la: fônico, mórfico, sintático e discursivo. (MATTOS e SILVA, 2008a, p. 42)

Assim, em relação ao português, Mattos e Silva (2008a, p. 32) propõe a seguinte *tipologia* para a documentação que representa um testemunho linguístico (aproximado) do período arcaico: a) documentação poética, conhecida como “lírica galego-portuguesa” ou “cancioneiro medieval português”; b) documentação em prosa não literária, ou seja, a documentação de natureza jurídica e c) documentação em prosa literária em sentido amplo (não jurídica). Mattos e Silva (2008a) explica que a escolha dessas tipologias para a constituição de um *corpus* deve levar em consideração o nível linguístico a ser investigado: se fonêmico, morfológico, sintático ou semântico-lexical.

Dessa maneira, considerando o período arcaico do português, a documentação poética, por exemplo, fornece maiores possibilidades para o conhecimento do léxico da época, além de,

por apresentar uma estrutura formal em versos rimados, poder ser bastante cara ao estudo de aspectos fonéticos desse período. Pode-se, ainda, estudar fenômenos morfológicos e sintáticos através desse gênero, mas, no caso da sintaxe, deve-se considerar o caráter fluido da sintaxe poética, que, muitas vezes, se distancia bastante de padrões linguísticos reais.

Por outro lado, através da documentação de natureza jurídica – em se tratando de textos datados e localizados ou passíveis de serem localizados com certa precisão –, é possível obter um razoável conhecimento da variação dialetal existente no período arcaico. Ademais, “tais textos informam sobre a grafia e sua relação com as realizações fônicas, também sobre a morfologia, além do léxico...” (MATTOS e SILVA, 2008a, p.37). Entretanto, para o estudo de fatos sintáticos, essa documentação pode não ser adequada, “devido à estrutura formular restrita, às vezes alatinada”, característica desse tipo de textos.

A documentação em prosa literária, por sua vez, além de ser útil ao estudo da morfologia nominal e verbal, tem importância maior para a investigação no nível da sintaxe, na medida em que não apresenta as limitações, já destacadas, da documentação poética e jurídica. Assim, “é nesse tipo de texto que se podem entrever, com mais amplitude, os recursos sintáticos e estilísticos disponíveis para o funcionamento efetivo da língua [no período arcaico], já por serem textos extensos, já pela variedade temática” (MATTOS e SILVA, 2008a, p. 46). Por outro lado, não fornecem muito material para investigações fonéticas, por não disporem dos recursos formais da poesia, tampouco para supor variação dialetal, uma vez que, em muitos casos, essa documentação não é localizada.

As observações apresentadas nesta seção evidenciam, portanto, que a constituição de um *corpus* diacrônico é uma tarefa permeada por vários problemas de natureza metodológica. Os critérios arrolados por Mattos e Silva (2008a), em referência à tipologia de documentos para pesquisa em Linguística Histórica, são de grande relevância para atenuar/evitar tais problemas. Podem-se somar a esses critérios, para um entrever mais amplo da história da língua através de textos, a abordagem das Tradições Discursivas, descrita na seção a seguir.

2.2.2 A história da língua pela história dos textos: as Tradições Discursivas

Para entender o conceito de Tradições Discursivas (doravante TD) é preciso, antes, analisar o conceito de língua em que ela se baseia. Assim, tendo nascido na romanística alemã, a abordagem das TD pauta-se pelo conceito de língua defendido por Coseriu, segundo o qual a língua é um *objeto essencialmente histórico* (COSERIU, 1979, p. 23). Reconhecer a historicidade inerente à língua atesta que os enunciados linguísticos não gozam de total liberdade/originalidade: eles “repetem” outros enunciados anteriores (KABATEK, 2012, p. 581). No entanto, ainda que haja uma vinculação – determinada historicamente – entre os enunciados de uma língua, também há inovação. Kabatek (2012, p. 580) afirma que a historicidade linguística é adotada pelo falante como uma técnica que permite a produção livre de enunciados.

Nesse sentido, a “técnica” diz respeito a “modos de dizer”, sendo que “o dizer” pode inovar-se. Na língua, coexistem, portanto, a historicidade e a inovação: a atividade linguística concreta oferece ao falante *liberdade*, que lhe permite, muitas vezes, fazer um uso novo (*inovação*) do saber linguístico (*historicidade*), adaptando a língua às suas necessidades expressivas; não lhe é permitido, porém, inovar sem restrições, já que a liberdade se integra à historicidade: existe a norma⁵ consagrada, social e culturalmente, que leva o falante a usar formas anteriores através de *modos de dizer tradicionais*.

A compreensão da dimensão histórica da língua, que se materializa na repetição de modos de dizer, conduz ao reconhecimento da Tradição Discursiva, definida como a **repetição** de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de falar ou escrever, que tem valor de signo, e se caracteriza pela relação entre **atualização** e **tradição**. Nessa perspectiva, falar não significa apenas “dizer algo a alguém sobre as coisas de acordo com as regras de uma língua” (seu sistema e norma); falar requer, também, dizer algo segundo uma **tradição textual**. Por exemplo, apresentar normas (jurídicas, comportamentais, gramaticais) representa um falar/escrever que se baseia numa tradição, caracterizada por um léxico, forma textual e recursos gramaticais específicos: “Não se deve fazer tal coisa”, “Está proibida tal coisa” (KABATEK, 2004, p. 252).

⁵ No âmbito das Tradições Discursivas, a noção de norma baseia-se na distinção *sistema/norma* de Coseriu: a norma abrange “tudo o que é estabelecido e comum nas realizações linguísticas tradicionais, ao passo que o sistema abrange as ‘possibilidades’, as diretrizes e os limites funcionais da realização, isto é, a própria técnica do fazimento linguístico” (COSERIU, 1979, p. 120-21). Dessa forma, *sistema* se refere ao conjunto de possibilidades léxico-gramaticais de uma língua, ao passo que a *norma* abrange as possibilidades do sistema que são efetivamente usadas.

É interessante observar, como assinala Kabatek (2004, p. 253), que a existência das TD está associada ao princípio de *economia da atuação humana*, na medida em que parece mais econômico repetir um texto ou um esquema textual guardado na memória do que criar um texto totalmente novo.

A existência das TD, segundo Kabatek (2004), apresenta duas consequências imediatas. Um texto, com uma determinada finalidade expressiva, de acordo com a TD em que se inscreve, pode conter mais elementos, ou menos, do que os estritamente necessários à sua comunicabilidade. Por exemplo, a fórmula “era uma vez” nada acrescenta em termos de informação proposicional a um texto, mas é responsável por inseri-lo numa TD específica. Por outro lado, uma expressão como “dois com leite, por favor”, dita numa cafeteria, apresenta vários elementos elípticos, justamente por causa da sua inserção numa TD bastante repetida naquele contexto sócio-comunicativo, o que licencia a sua redução, sem prejuízo à comunicação.

Uma segunda consequência diz respeito ao fato de que as TD têm, em si, um valor semiótico próprio e funcionam como um entorno à parte: sem adicionar nada propriamente informacional, estabelecem uma relação entre o texto e outros textos já ditos ou escritos. São, assim, modalidades discursivas ou modos de falar, cuja função vai além da transmissão de uma informação proposicional, uma vez que relacionam o “atualmente dito” a enunciados anteriores⁶.

De acordo com Kabatek (2012, p. 582), é possível que se confunda o conceito de TD com o de gênero textual⁷. Em linhas gerais, o autor assume que a noção de TD é muito mais ampla do que a de gênero textual: as TD podem ser representadas por uma fórmula simples, como uma saudação (“bom dia”; “oi”), ou por formas textuais mais complexas, como um gênero literário. As TD abordam, portanto, todos os tipos de tradições de textos, não unicamente as complexas, como se observa nos estudos de gênero textual. Assim, “todos os gêneros são tradições discursivas, mas nem todas as tradições discursivas são gêneros” (KABATEK, 2012, p. 587).

Por tudo isso, é possível inferir que a abordagem da TD tem grande relevância para os estudos de Linguística Histórica, sobretudo para os da vertente *stricto sensu*, uma vez que, quando se estuda a história de uma língua, o que efetivamente se podem investigar não é a

⁶ Um soneto, por exemplo, é considerado uma TD. Embora sonetos diferentes possam ter conteúdos de universos discursivos distintos, o que neles se tem como tradição é a **forma textual**, “que funciona como signo responsável por fazer com que cada soneto seja identificado como tal” (KABATEK, 2004, p. 253).

⁷ Para maiores informações sobre a distinção entre TD e gênero textual, consultar Kabatek (2012).

língua em si, mas os textos de diferentes épocas nos quais se encontram um reflexo – aproximado – da sincronia que representam. Assim, na investigação da mudança linguística através de registros escritos, é preciso atentar para o fato de que **o texto não é a língua**, isto é, fazer diacronia através de textos escritos é uma **tentativa de entrever, através da historicidade dos textos, a historicidade linguística**. E é a abordagem da TD que oferece ao pesquisador bases metodológicas para o devido reconhecimento da historicidade dos textos, a fim de, com mais segurança, poder descrever a historicidade da língua.

Defende-se, portanto, que a adoção dessa abordagem, para a análise da mudança linguística, contribui significativamente para amenizar a problemática de lidar com os “maus dados”. Kabatek (2006), em defesa da interface entre a Linguística Histórica e a abordagem das TD, destaca que

Esse tipo de estudo das TD é enormemente importante para a questão da mudança linguística. Partimos de uma crítica da visão monolítica da gramática histórica dizendo que convém diferenciar diferentes TD. Essa crítica não oferece uma explicação da mudança linguística, mas indica algumas conexões entre mudança e TD. A língua não é uma entidade monolítica que evolui ao longo do tempo. É um conjunto de variedades e de tradições discursivas com evoluções internas bem diferenciadas: uma inovação dá-se, em geral, em um texto determinado, um texto que pertence a uma TD. A partir daí a inovação pode generalizar-se nessa tradição, mas ainda não é geral na língua: faz falta a adoção da inovação em outras tradições. E tal como uma inovação se pode localizar, teoricamente, em um texto e uma TD concreta, também a perda de elementos não é geral e repentina em toda a língua senão que começa em algumas TD até talvez atingir todas. Mas frequentemente os elementos ficam fossilizados durante muito tempo em algumas TD antes de seu total desaparecimento. Para a teoria da mudança, é imprescindível ter em conta a importância da relação entre TD e evolução da língua. (KABATEK, 2006, p. 19)

Estudos nessa direção têm sido realizados, no cenário brasileiro, e apresentado resultados profícuos sobre fenômenos de mudança linguística (Cf. LOPES-DAMASIO, 2012; LONGHIN-THOMAZI, 2011a, 2011b; 2014). Lopes-Damasio (2012), por exemplo, parte da hipótese de que o surgimento de uma nova TD pode motivar inovações e mudanças na língua via gramaticalização. Dessa forma, a autora investiga o processo de gramaticalização do item “assim”, com base na relação do seu caminho de mudança e as TD.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que, em alguns casos, as TD devem ser incluídas, nas pesquisas sobre a mudança linguística, não apenas como um recurso para *filtrar* os “maus dados”, mas como um dos condicionantes da mudança. Dessa maneira, o aumento ou a diminuição de usos de formas linguísticas, identificadas em textos de diferentes épocas, pode ser resultado do caráter inovador (difusor da mudança) ou conservador (resistente à mudança) das TD a que pertencem os textos do *corpus* (LONGHIN-THOMAZI, 2011a, p.403),

representando, portanto, um fenômeno mais do texto do que da língua. Ademais, há casos em que o entrelaçamento de diferentes TD em um mesmo texto pode interferir substancialmente no resultado da investigação linguística. Em suma,

a seleção de textos baseada na distinção de TD é fundamental para a pesquisa em variação e mudança, uma vez que, em razão da temática, das finalidades comunicativas do escrevente e das demais condições gerais da produção dos enunciados, as TD predis põem o uso, a frequência e a distribuição de determinadas construções linguísticas, de modo que é possível prever que certas TD devem constituir espaços propícios à variação e à mudança, ao passo que outras devem ser refreadoras. (LONGHIN, 2014, p 56-7)

Vale ressaltar, portanto, que uma pesquisa histórica, pautada por textos, ao considerar as TD, tem chances maiores de apresentar resultados mais precisos, na medida em que reconhece que a história de um texto pode ir além ou aquém da história de uma língua.

Por tudo isso, pode-se dizer que, assim como a vida, a Linguística se faz através de textos: em suas variadas formas e níveis de análise, os textos representam a *entrada*, o *caminho* e/ou a *saída* para desvelar a língua. Na Linguística Histórica *stricto sensu*, o texto, enquanto registro escrito, é uma espécie de *binóculo* que permite ao pesquisador entrever o que, no espaço temporal, está distante. Trata-se, portanto, de um instrumento metodológico. Entendido dessa forma, o texto não é a língua, mas um recurso através do qual se chega a ela. Dessa maneira, além de uma criteriosa seleção de textos, conforme critérios acima discutidos com base em Mattos e Silva (2008a), é imprescindível, para refinar os “maus dados”, num jogo de *distinção* e *correlação*, considerar a historicidade do texto e a historicidade da língua. Em síntese, para que as lunetas do *binóculo-texto* sejam potencializadas, de modo que haja uma visualização menos imprecisa do passado da língua,

...convém substituir o instrumento de pesquisa “*corpus* diacrônico” por um *corpus* diacrônico multidimensional, um *corpus* de textos pertencentes a diferentes TD, com possibilidade de projeção diacrônica, mas também com possibilidade de uma visão diferenciada das diferentes TD coexistentes ao longo da história de uma língua. (KABATEK, 2004, p. 20)

2.3 A Gramaticalização

O fenômeno da mudança linguística é largamente aceito como um fato observável em toda língua natural. Tal fenômeno pode se manifestar em diferentes níveis linguísticos. No nível morfossintático, por exemplo, a mudança pode promover a alteração do estatuto categorial de um determinado elemento (HOPPER, 1991). Muitos são os casos em que um elemento pertencente ao *léxico* de uma língua é recrutado para servir a uma *função gramatical*, percorrendo um caminho em direção a categorias mais gramaticais. Nesse percurso, o elemento pode sofrer alterações diversas, como, por exemplo, reduzir-se fonologicamente e ter o seu significado *abstratizado*.

Em outros casos, uma forma já pertencente à *gramática* segue em direção a categorias cada vez mais distantes do léxico. Esse seria, portanto, um processo unidirecional (HOPPER;TRAUGOTT, 1993; MARTELOTTA, 2010). A esse tipo específico de mudança linguística atribui-se o nome de *gramaticalização*, ou seja, o processo através do qual “itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais” (MARTELOTTA, 2011, p. 92).

Sobre esse processo, Langaker (1977, p. 106 apud MARTELOTTA, 2010) apresenta a seguinte metáfora:

Não seria inteiramente inapropriado observar a língua em seu aspecto diacrônico como uma máquina gigante de compactar expressões [...] que requer como input um fluxo contínuo de expressões criativamente produzidas formadas por inovações lexicais. [...] A máquina faz o que pode para desgastar as expressões que entram nela. Ela enfraquece metáforas standartizando-as e, usando-as repetidamente, ataca expressões de todo tipo com erosão fonética, desbota itens lexicais da maior parte de seu conteúdo semântico e os força a servir como marcadores gramaticais. [...] A máquina tem o apetite voraz. [...] (MARTELOTTA, 2010, p.143-4).

Observa-se, portanto, que “máquina” de que trata Langaker tem a função de gerar elementos gramaticais a partir de material lexical. No entanto, existem questionamentos a respeito do produto final gerado por essa “máquina”: conforme mostram Degand and Evers-Vermeul (2015), nos estudos de gramaticalização, figuram propostas que, redefinindo concepções e limites para *léxico* e *gramática*, reconhecem a existência de outros processos que não devem ser confundidos com o da gramaticalização, devendo ser tratados como processos autônomos. Entre esses processos, podem-se destacar a (inter)subjetivização, cuja relação com

a gramaticalização é discutida na próxima subseção, e a pragmatização, também referida como discursivização.

Estudos sobre o desenvolvimento de *marcadores discursivos* trazem à tona a discussão em torno da abrangência da gramaticalização: itens que atuam no nível discursivo, servindo a funções pragmáticas, resultam de um processo de gramaticalização ou de outros processos que extrapolam os limites do percurso *léxico > gramática*?

Degand e Evers-Vermeul (2015), ao discutirem as diferentes abordagens sobre a formação de marcadores discursivos, argumentam que, se as funções assumidas pelos marcadores discursivos forem consideradas como novas funções gramaticais, caberia sustentar o pressuposto de que o seu desenvolvimento se dá via gramaticalização. Se, contudo, essas novas funções gramaticais forem concebidas como essencialmente metacomunicativas e interacionais, estariam fora do domínio da gramática, resultando, assim, de um processo distinto, qual seja, a pragmatização: “nesse sentido, decidir sobre a natureza gramatical dos marcadores discursivos pode fornecer a resposta final sobre o processo linguístico responsável por sua emergência na língua” (DEGAND; EVERS-VERMEUL, 2015, p. 60).⁸

Essas observações remetem a uma possível distinção entre gramática e pragmática. Nesse sentido, Degand e Evers-Vermeul explicam que diferentes concepções de gramática justificam diferentes propostas para o desenvolvimento que diacrônico dos marcadores discursivos. Desse modo, se se concebe gramática como um componente constituído pelos níveis semântico, fonológico, morfológico e sintático, os marcadores discursivos não podem ser vistos como um resultado do processo de gramaticalização (AIJMER 1997; GÜNTNER AND MUTZ 2004); ao contrário, se a concepção de gramática adotada inclui funções discursivo-pragmáticas, a gramaticalização pode ser apontada como o processo responsável pela criação de tais itens (TRAUGOTT, 1995).

No presente trabalho, o *continuum* de gramaticalização pode ser esquematizado da forma a seguir, em que a aquisição de usos mais pragmáticos representa um estágio avançado de gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 1993; TRAUGOTT, 1995):

[léxico] > [gramática > (pragmática)]

Nessa concepção, a pragmatização deve ser vista como parte do processo de gramaticalização. Vale destacar que, seguindo Degand e Evers-Vermeul (2015), na instância

⁸ “In this context it seems that deciding on the grammatical nature of DMs should give us the ultimate answer on the linguistic process that is responsible for their rise in language.” (DEGAND; EVERS-VERMEUL, 2015, p. 60)

da pragmatização, os itens assumem funções que, embora consideradas gramaticais, são mais periféricas: as funções gramaticais prototípicas seriam, pois, aquelas operadas pela sintaxe, morfologia, fonologia e semântica.

Um argumento favorável ao tratamento inclusivo da pragmatização em relação à gramaticalização emerge, contraditoriamente, dos trabalhos que se propõem a defendê-los como processos distintos (Cf. FRANK-JOB 2006; CLARIDGE; ARNOVICK 2010): Degand e Evers-Vermeuls (2015, p. 69) notam que, nesses trabalhos, existe uma superposição de propriedades de ambos os processos, o que parece denunciar que a pragmatização, tomada como um processo autônomo, não dispõe de propriedades exclusivas que possam, portanto, particularizá-la em relação à gramaticalização. Por fim, nota-se que essa noção mais abrangente de gramática se alinha ao pressuposto de que a “gramaticalização é um tipo de mudança linguística complexo e multifatorial que não consiste de único processo, mas de um conjunto de processos que interagem entre si” (DIEWALD, 2011, p. 366).⁹

O termo *gramaticalização* pode, ainda, se referir ao conjunto de princípios e critérios, de natureza teórica e metodológica, que representa uma espécie de guia para os trabalhos que se dedicam a estudar formas em processo de gramaticalização. Nesse sentido, *gramaticalização* diz respeito a uma *teoria*. Assim,

o termo Gramaticalização deve ser entendido, concomitantemente, como teoria e processo. O fato de haver muitos estudos sistematizados que propõem parâmetros, princípios, critérios, mecanismos etc. (COSTA, 2003, p. 63) para a gramaticalização licencia a existência de uma teoria. Quando se quer estudar a gramaticalização de um dado item, o pesquisador pode dispor de todo um aparato teórico-metodológico próprio da Gramaticalização, sem precisar, necessariamente, recorrer a outras vertentes teóricas para executar sua investigação. É claro que muito do que se encontra na Teoria da Gramaticalização não goza de ineditismo, mas os seus princípios e metodologias, ainda que tenham origem em outras teorias, têm sido sistematicamente inter-relacionados para sustentar uma teoria, como se vê, por exemplo, em Hopper e Traugott (1993), Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991), Hopper (1991), Heine (2003), dentre outros. Quanto a ser vista, também, como processo, entende-se aqui que o objeto de estudo dessa teoria é um processo de mudança específico, que se refere à emergência de itens gramaticais. Dessa forma, **a Teoria da Gramaticalização propõe um esquema teórico-metodológico para o estudo do processo de gramaticalização**. Vale ressaltar, ainda, que, como teoria, a Gramaticalização pode abarcar estudos não apenas funcionais, mas formais, embora, na abordagem formal, não se adotem integralmente os termos e princípios comuns à vertente funcionalista da teoria. (AMORIM, 2012, p. 30 – grifos acrescidos)

⁹ “Grammaticalization is a complex multifactorial type of language change which does not consist of a single process but of a set of interacting processes” (DIEWALD, 2011, p. 366)

Este trabalho busca, pois, na teoria da gramaticalização, aspectos teóricos e metodológicos para descrever os conectores causais do português em perspectiva diacrônica. A fim de atender aos objetivos estabelecidos, interessa mais diretamente a esta investigação os aspectos de gramaticalização focados nas implicações discursivo-pragmáticas do processo. Exemplificam a perspectiva discursivo-pragmática da abordagem da gramaticalização os estudos que correlacionam processos de gramaticalização a outros de natureza pragmática e cognitiva, como os que tratam da relação entre gramaticalização e (inter)subjetivização (TRAUGOTT, 2010), conforme se discute na próxima subseção.

Os princípios de Hopper (1991), que também figuram no quadro teórico da gramaticalização, fornecem a este trabalho importantes recursos para análise e discussão dos conectores causais: como este estudo também objetiva apresentar fotografias sincrônicas do inventário dos conectores causais, recorre-se à proposta de Hopper (1991), que representa um modelo de análise para o processo de gramaticalização em perspectiva sincrônica (Cf. AMORIM, 2013). Assim, com o intuito de viabilizar a identificação da gramaticalização em estágios mais incipientes, Hopper (1991) propõe cinco princípios que, embora não tão inéditos¹⁰, apresentam-se como bastante úteis para diagnosticar graus de gramaticalização de formas ou construções.

Entre os cinco princípios propostos por Hopper – *estratificação*, *divergência*, *especialização*, *persistência* e *de categorização* –, tem destaque neste trabalho o da especialização, segundo o qual uma forma em gramaticalização pode especializar-se na marcação de uma determinada noção semântico-gramatical. Segundo o autor, à medida que se implementa, a especialização gera uma redução do número de formas possíveis dentro de um mesmo domínio funcional, por se tratar de um processo que se dá através de *generalização*, em que uma forma linguística passa a abarcar todas as nuances semânticas do domínio funcional de que faz parte, levando-a a suprimir as demais (HOPPER, 1991, p. 26).

No entanto, Amorim (2012) revela que, entre os conectores causais, a especialização não se manifesta via generalização, uma vez que parece haver, no domínio de causalidade, uma *divisão de tarefas* entre os conectores, e não uma *concorrência*. Com isso, para explicar o processo de especialização entre os conectores causais do português brasileiro atual, Amorim recorre à releitura desse princípio defendida por Tavares (2003):

¹⁰ Os referidos princípios assemelham-se em muito a postulados que foram originalmente apresentados pela Sociolinguística (Cf. AMORIM, 2013; NARO; BRAGA, 2000)

as formas adversárias adquirem significados mais específicos e/ou passam a ser empregadas em contextos semântico-pragmáticos e/ou morfossintáticos específicos, eliminando-se assim a competição. **Nesse caso, nenhuma forma seria excluída ou generalizada para cobrir todas as funções pertinentes a um domínio particular, mas cada uma seria empregada em certas funções e/ou contextos particulares pertinentes ao domínio.** (TAVARES, 2003, p. 74 – grifo acrescido)

Conforme aponta uma das hipóteses da presente pesquisa, é possível que, em diferentes sincronias do português, os conectores causais dividam a tarefa de expressar diferentes tipos de causalidade, especializando-se, assim, na marcação de um determinado subtipo causal.

Embora priorize a perspectiva discursivo-pragmática da gramaticalização, esta tese avalia também o *estatuto sintático* dos conectores causais, aspecto que se investiga sob o escopo da relação entre gramaticalização e articulação de orações, seguindo a proposta de Hopper e Traugott (1993), que, em resumo, configura-se em um *cline* que associa níveis de integração sintática aos pressupostos da gramaticalização. Assim, preservando a noção de unidirecionalidade e considerando traços sintático-discursivos, Hopper e Traugott formulam o seguinte *continuum* para a gramaticalização de orações:

<i>Parataxe</i>	>	<i>Hipotaxe</i>	>	<i>Subordinação</i>
[- encaixamento]		[- encaixamento]		[+ encaixamento]
[- dependência]		[+ dependência]		[+ dependência]

Nessa perspectiva, defende-se que, assim como os itens e as construções, enunciados mais complexos podem sofrer gramaticalização. No caso da gramaticalização de orações, portanto, o nível de integração entre os segmentos que compõem o complexo oracional indica o grau de gramaticalização: quanto mais integradas semântica e sintaticamente, mais gramaticalizadas são as orações.

Paiva (1998), ao investigar os usos das orações causais em um *corpus* do português de contato, corrobora a proposta unidirecional do quadro acima¹¹, revelando que

¹¹ Há, entretanto, evidências que contrariam o princípio de unidirecionalidade pressuposto no *cline*: Pereira, Braga e Paiva (2010, p.196), por exemplo, ao apresentarem um estudo de construções (*prep*¹) + (*det*) + *N* + (*prep*²) + *que*, tomadas como locução conjuntiva temporal, apontam um contraexemplo, mostrando que “a gramaticalização da construção (*prep*¹) + (*det*) + *N* + (*prep*²) + *que* em uma locução conjuntiva repercute no estatuto gramatical das orações iniciadas por ela, as quais, de subordinadas passam a funcionar como hipotáticas.” Outro contraexemplo é apresentado na subseção 5.2.1 deste trabalho.

a expressão de causalidade se torna mais gramaticalizada no Português de Contato à medida que o falante avança no domínio do português. Utilizando inicialmente apenas as formas de ligação mais frouxas (paratáticas), o falante caminha no sentido de incorporar as formas de ligação mais estreitas (hipotáticas), fazendo um percurso que reproduz o da mudança linguística nos processos de articulação de cláusulas. (PAIVA, 1998, p. 62)

Os pontos cotejados ao longo desta subseção, além de sedimentar o plano teórico no qual se desenvolve esta pesquisa, contribuem para respaldar a amplitude e a legitimidade da (teoria da) gramaticalização. Assim, as diferentes propostas teóricas que se inscrevem nessa abordagem podem privilegiar ora aspectos morfossintáticos, ora fatores discursivo-pragmáticos, ou mesmo avançar para um nível mais amplo, analisando os processos de gramaticalização de orações.

2.3.1 Gramaticalização e (Inter)Subjetivização

Ao se comunicarem, locutores e interlocutores estão sempre negociando sentidos e formas linguísticas, a fim de garantirem a melhor performance do ato interativo. Assim descrita, a interação, através da língua, representa um ato essencialmente subjetivo, visto pressupor a existência de, no mínimo, dois sujeitos que, visando a atender propósitos comunicativos específicos, *agem na e pela língua*, deixando nela rastros da sua subjetividade. Com base nesse pressuposto, pode-se defender que os usos linguísticos resultam de uma atividade social e cognitiva, em que os sujeitos envolvidos formulam e interpretam sentenças, na sua ação na e pela língua, a partir de um *filtro de subjetividade*: segundo argumentam Meyer (2000) e Pander Maat e Sanders (2000), o processo de conceptualização da língua sempre envolve o ponto de vista de um sujeito. Entretanto, a eficácia desse filtro de subjetividade é variável, permitindo que haja operacionalizações linguísticas mais ou menos subjetivas.

No domínio da Linguística Centrada no Uso (MARTELOTTA, 2011; BYBEE, 2010), o reconhecimento de que os usos linguísticos não se isentam da subjetividade de seus usuários respalda hipóteses e explicações para a mudança linguística. Assim, o aumento do grau de subjetividade no contexto de uso de uma construção, geralmente combinado com outros mecanismos, representa um gatilho para alguns tipos de mudança linguística, como o da gramaticalização; daí a *(inter)subjetividade* constituir uma noção de grande interesse para os estudos sobre variação e mudança linguística em perspectiva cognitiva. Nos últimos anos, dois

autores têm representado os maiores expoentes dos estudos sobre as relações entre subjetividade e gramática, a saber, Ronald W. Langacker e Elizabeth Closs Traugott, que, respectivamente, priorizam a dimensão sincrônica e diacrônica dessas relações:

Traugott focaliza o processo diacrônico e a dimensão pragmática da subjetificação, entendendo este fenômeno como um processo de mudança pelo qual significados que descrevem uma situação externa passam a indicar perspectivas, atitudes e crenças do locutor em relação a essa situação. Langacker focaliza o próprio processo de conceptualização envolvido e entende a subjetificação em termos de perspectivação e como um processo de atenuação da concepção objetiva de uma entidade ou situação. Curiosamente, Traugott vê o fenômeno em termos de *reforço pragmático*, ao passo que Langacker prefere falar em *atenuação semântica*. (SILVA, 2011, p. 94)

Contudo, foca-se aqui a perspectiva de Traugott (2010; 2007), por representar a que mais se compatibiliza com as hipóteses e objetivos desta tese, como se discute a seguir.

O pressuposto norteador da concepção de *subjetivização* defendida por Traugott (2010) encontra-se em Lyons (1982), que caracteriza a subjetividade, em termos linguísticos, como um recurso pelo qual as línguas naturais codificam, em sua estrutura e no seu modo de operar, a expressão do ponto de vista, das atitudes e das crenças do enunciador (LYONS, 1982 apud TRAUGOTT, 2010, p. 33). Traugott (2010) amplia essa caracterização, defendendo que esse recurso não serve apenas à expressão da subjetividade do locutor, mas também à sua expressão frente ao interlocutor, o que chama de *intersubjetividade*. Além disso, a autora sustenta a hipótese de que uma expressão linguística eminentemente subjetiva é resultado de um processo diacrônico pelo qual significados subjetivos são coligidos à forma linguística:

Subjetivização e intersubjetivização são mecanismos pelos quais:
i) sentidos são recrutados pelo falante para codificar e moldar atitudes e crenças (subjetivização), e
ii) uma vez subjetivizados, podem ser recrutados para codificar sentidos centrados no ouvinte (intersubjetivização)¹². (TRAUGOTT, 2010, p. 35)

Esses mecanismos podem, assim, ser definidos como “um tipo de reanálise semântica através da qual sentidos subjetivos e intersubjetivos, que são pragmaticamente inferidos do contexto de comunicação, passam a ser semanticizados como parte do significado inerente de

¹² “subjectification and intersubjectification are the mechanisms by which:
i) meanings are recruited by the speaker to encode and regulate attitudes and beliefs (subjectification), and,
ii) once subjectified, may be recruited to encode meanings centred on the addressee (intersubjectification).” (Traugott, 2010: 35)

uma expressão”¹³ (TRAUGOTT, 2007:300). Existe, portanto, uma relação diacrônica derivativa que explica a perda de objetividade de uma expressão em razão da codificação crescente de valores (inter)subjetivos:

[– subjetividade] \Rightarrow [subjetividade] \Rightarrow [intersubjetividade]

Traugott (2010: 32) esclarece que o foco da sua abordagem não é o *contexto*¹⁴ onde podem coexistir os sentidos menos e mais subjetivos, mas as *marcas e expressões linguísticas* que indexaram, na sua estrutura semântica, a (inter)subjetividade. Vale salientar, entretanto, que Traugott (2010) não exclui o contexto das suas análises, já que vêm dele as inferências pragmáticas que, semanticizadas, garantem a (inter)subjetivização. Na realidade, a autora assume as marcas e as expressões linguísticas (inter)subjetivas como o ponto de partida da sua abordagem, sugerindo que, a princípio, deve-se identificar o uso inerentemente subjetivo de uma forma linguística, para, então, partir para o contexto, a fim de explicar como se dá a aquisição da subjetividade.

Muitos estudos reconhecem a correlação entre subjetivização e gramaticalização, caracterizando, geralmente, o primeiro como a instância do segundo em que se verifica um tipo de mudança semântica mormente metonímica (TRAUGOTT, 2010; 2007; DIELWALD, 2011; SILVA 2011; EVERS-VERMEUL ET AL, 2011, para citar alguns). Porém, é necessário assinalar que, embora exista uma forte correlação entre esses processos, gramaticalização e subjetivização são independentes, uma vez que nem todo processo de gramaticalização pressupõe subjetivização (Cf. TRAUGOTT, 2010), bem como existem casos de subjetivização que ocorrem fora do escopo da mudança gramatical (Cf. VISCONTI, 2013).

Traugott (2010) explica, ainda, que a subjetivização ocorre, na maioria dos casos, na *gramaticalização primária*, ou seja, no estágio em que há a mudança do estatuto lexical para o gramatical. Por outro lado, na *gramaticalização secundária*, quando itens já gramaticalizados se tornam mais gramaticais, a subjetivização é menos frequente. Desse modo, no primeiro caso, a recategorização que procede da mudança [+lexical] > [+gramatical] envolve a atuação de

¹³ “type of semantic reanalysis, by which subjective and intersubjective that are pragmatically inferred in the context of communication come to be semanticized as part of the inherent meaning of an expression”

¹⁴ Ao contrário, na proposta de Langacker (2006), o contexto (*grounding*) tem grande relevância para a análise da subjetividade, visto que, para o autor, a subjetivização de uma forma linguística resulta do tipo de perspectivização operada pelo usuário da língua. Nessa perspectiva, as formas linguísticas apresentam em si significado objetivo e subjetivo: a predominância de um ou outro depende de elementos do contexto de uso que acionam a perspectivização – objetiva ou subjetiva.

inferências pragmáticas que, semanticizadas, contribuem para a reanálise do material lexical em gramatical. Na gramaticalização secundária, as estruturas estão mais automatizadas, tornando mais restritas as opções para subjetivização (TRAUGOTT, 2010, p. 41): nessa fase, o processo adquire um caráter mais estrutural e menos semântico; daí serem menores as chances de ocorrer subjetivização.

Neste trabalho, a noção de subjetividade, conforme se discute na seção 3, se atrela às diferentes expressões de causalidade. As relações causais estabelecidas entre estados de coisas observáveis no mundo real e codificadas no nível da predicação são consideradas menos subjetivas, enquanto as que se estabelecem entre proposições ou atos de fala, referindo-se à enunciação, são consideradas mais subjetivas. Por conseguinte, os conectores causais, tendo se especializado na expressão de um ou outro tipo de relações, podem ser considerados como *formas linguísticas objetivas ou subjetivas*. Assim, no caso dos conectores causais que se revelam subjetivos, investiga-se se a sua gramaticalização é acompanhada por um processo de subjetivização, nos termos aqui descritos (Cf. Seção 5).

3 A CAUSALIDADE

A relação de causalidade, há muito, tem sido investigada em diferentes áreas do conhecimento, como a Filosofia, a Antropologia e a Psicologia (Cf. MEYER, 2000; STUKKER, 2005). Em diferentes estudos, a causalidade é tratada como uma noção básica, cuja relevância se reconhece, por exemplo, na cognição humana e na percepção e compreensão de muitos fenômenos naturais e sociais (NOORDMAN; BLIJZER, 2000). Considerada em sua acepção mais genérica, a causalidade é uma relação entre eventos sucessivos, na qual o primeiro é, parcial ou totalmente, responsável por gerar o segundo. Na natureza e na vida social, é possível observar um sem-número de fenômenos que se realizam como relação causal, uns mais evidentes que outros, desde os sismos submarinos que geram tsunamis a decisões de um chefe de Estado que contribuem para a ascensão de certo grupo social. Direta ou indiretamente, o mundo se constrói e é percebido por meio de relações causais.

No plano linguístico, é bastante variável a representação e codificação das relações causais. Na língua, a causalidade reflete não apenas relações do mundo observável, mas de dimensões abstratas. Dessa forma, em muitos casos, do mundo para a língua, é possível afirmar que a representação das relações causais sofre um processo de abstratização, reduzindo o grau de *efetividade* entre uma causa e o seu efeito. A representação linguística da causalidade pode ser codificada lexicalmente – como se observa em alguns verbos (“causar”, “determinar”, “resultar” etc.) e itens preposicionais¹⁵ (“por causa de”, “devido a”, “em virtude de” etc.) – ou através de construções sintáticas, caracterizadas por diferentes graus de dependência e integração dos segmentos sintagmáticos ou oracionais que as constituem (Cf. CARVALHO, 2002)¹⁶.

A discussão que se apresenta a seguir visa a abordar a causalidade a partir de um ponto de vista linguístico, considerando, apenas, a sua representação sob a forma de construções oracionais, que, em sentido lato, se expressa pela fórmula “p porque q”, recorte que se alinha ao objeto de investigação desta pesquisa, isto é, elementos de conexão interoracional.

¹⁵ Locuções prepositivas são itens que, na perspectiva teórica adotada neste trabalho, se caracterizam como *mais gramaticais*. No entanto, por apresentarem bases bastante salientes, do ponto de vista lexical (com exceção de “virtude”, cujo significado causal é mais opaco), é possível afirmar que marcam, *lexicalmente*, a causalidade.

¹⁶ Embora se admita que a causalidade, no português, possa se codificar lexicalmente, é necessário dizer que um item isolado, como o verbo “resultar” e a locução prepositiva “por causa de”, não é capaz de exprimir causalidade: a expressão dessa relação, portanto, se dá no eixo sintagmático, através de *construções* (Cf. DANCYGIER; SWEETSER, 2000).

3.1 A linguística da causalidade

Nos estudos linguísticos, é possível discutir a causalidade sob enfoques que vão do rigor lógico à fluidez do discurso (NEVES; BRAGA, 2009; MEYER, 2000; PAIVA, 1991). Numa perspectiva lógico-semântica, o elo causal se constitui de um *evento-causa* e um *evento-consequência* ou *evento-efeito*. Assim concebida, a causalidade pressupõe uma sequência temporal (regular) entre os eventos, de modo que, a partir do primeiro, seja possível prever o segundo (NEVES; BRAGA, 2009, p. 955). Conforme explica Hamon (2006, p. 51 – destaque acrescido): “a passagem de uma sucessão temporal a uma relação de causa-efeito provém de uma estreita relação entre tempo e causa: conceptualmente, *a causa é a repetição de uma sucessão de dois eventos que conduz à generalização do fenômeno*”¹⁷. Assim, se acontece A “Chover muito” depois B “Aumentar o volume do rio”, regularmente, sustenta-se a ideia de que toda vez que A acontece, na sequência, acontece B, ou seja, “A causa B”:

(1) O volume do rio aumentou porque choveu muito.

Ainda na perspectiva lógico-semântica, a causalidade é definida em termos de preenchimento de uma condição, em que A deve representar uma condição suficiente e necessária para a ocorrência de B. Nesse caso, segundo Lopes (2004), tem-se uma *causa lógica*, que apresenta, implicitamente, um raciocínio silogístico, como em

(2) Isto é um triângulo porque tem três lados.

que admite o seguinte raciocínio: um triângulo tem três lados; essa figura tem três lados; logo é um triângulo. No entanto, causas lógicas desse tipo têm baixa frequência na língua em uso, uma vez que a *representação linguística da causalidade* assume *padrões semânticos e estruturais bastante fluidos*, que fogem, em sua maioria, do rigor de um raciocínio silogístico. Com isso, a abordagem lógico-semântica se torna insuficiente para uma descrição linguística das construções causais (BRAGA; PAIVA, 2011; NEVES; BRAGA, 2009; LOPES, 2004; MEYER, 2000; NEVES, 1999; SANDERS et al, 1992; PAIVA, 1991). Meyer (2000), por exemplo, mostra que a causalidade pode ser explicada por condições suficientes, mas não necessárias, que desencadeiam a causa de um evento. Por exemplo, em

¹⁷ “Le passage d’une succession temporelle à une relation de cause à effet provient d’une relation étroite entre le temps et la cause : conceptuellement, la cause est la répétition d’une succession de deux événements qui conduit à la généralité du phénomène...” (HAMON, 2006, p. 51).

(3) Lucas caiu porque o chão estava molhado

entende-se que, considerando o mundo observável, o fato de “o chão estar molhado” (A) não representa uma condição necessária para “a queda de Lucas” (B): caminhar sobre uma superfície molhada nem sempre provoca queda. Além disso, a queda pode ter sido provocada por fatores outros que podem escapar à observação imediata do enunciador, já que, ainda que o chão estivesse molhado, Lucas poderia ter caído porque estava tonto ou porque o seu sapato era escorregadio, o que torna possível, portanto, questionar até mesmo a *suficiência* da condição. Lopes (2004) discute exemplos semelhantes para, além de atestar os problemas de uma abordagem estritamente semântica, mostrar que, na grande maioria das construções de causalidade, *o enunciador seleciona uma causa entre muitas possíveis*. Dessa maneira, mesmo que a relação causal se estabeleça entre fatos comprováveis no mundo real, sempre subjaz a ela certo grau de *subjetividade*¹⁸(BRAGA; PAIVA, 2011; LOPES, 2004; MEYER, 2000). Observe-se o enunciado

(4) A rua está inundada porque choveu bastante.

em que dois estados de coisas se ligam causalmente de maneira quase irrefutável em um contexto específico: considerando o cenário geopolítico brasileiro, a ocorrência de fortes chuvas, em muitas cidades do país, causa inundação das ruas, tornando o elo causal de (4) amplamente aceito. Entretanto, para o efeito “inundação da rua” existem causas alternativas (Cf. NOORDMAN; BLIJZER, 2000), também presentes no mundo real. Assim, o segmento efeito de (4) poderia combinar-se com outras causas, a depender da avaliação do enunciador¹⁹:

(4a) “A rua inundou porque os esgotos estavam entupidos”.

(4b) “A rua inundou porque, além da chuva, havia um vazamento na tubulação da fornecedora de água da região”.

O enunciador, portanto, se baseia na *observação/avaliação da sua realidade imediata*, para construir um elo causal, atribuindo-lhe *contornos subjetivos*. Entendido dessa maneira, o elo de causalidade sempre reflete uma visão do enunciador sobre os eventos relacionados (MEYER, 2000, p. 18). Em outras palavras:

¹⁸ A subjetividade na língua se manifesta quando “certas expressões só designam seu referente 1. *em relação a*, e sobretudo 2. *no interior da* instância de discurso em que são empregadas.”(DUCROT, 1977, p. 81 – grifos do autor)

¹⁹Vale destacar, no entanto, que pela ampla aceitabilidade e imediato processamento (Cf. NOORDMAN; BLIJZER, 2000) desse enunciado causal, reconhece-se que ele apresenta um baixíssimo grau de subjetividade.

Excepto em casos raros em que um facto só tem uma causa possível, quando se estabelece uma relação de causa, há sempre uma escolha por parte do locutor no sentido de que ele selecciona o facto que, de entre todos os que podem estar na origem do facto causado, constituindo alternativas ou cadeias causais, considera mais pertinente numa determinada situação de comunicação. Nessa medida, a relação de causa implica quase sempre uma inferência do locutor (LOPES, 2004, p.22)

Em muitos casos, a operacionalização realizada pelo enunciador na expressão de causalidade vai além da escolha de uma causa observável no mundo real, o que lhe permite estabelecer elos causais a partir de proposições mentais ou de atos de fala. O exemplo (5) é bastante ilustrativo:

(5) Lucas caiu, porque está com os joelhos feridos.

A relação causal que se estabelece acima não encontra respaldo no mundo exterior: estar com os joelhos feridos não provoca uma queda²⁰. Compare-se o exemplo (3) ao (5):

(3) Lucas caiu porque o chão estava molhado.

(5) Lucas caiu, porque está com os joelhos feridos.

O estabelecimento da causalidade nesses enunciados se dá em domínios discursivos diferentes (Cf. SWEETSER, 1990). Em (3), relacionam-se dois estados de coisas, ambos observáveis no mundo real; trata-se, portanto, de uma relação causal que pertence ao *mundo referencial, exterior ao discurso*. No enunciado seguinte, não se pode garantir a ocorrência do estado de coisas do segmento efeito: a queda de Lucas é um *fato possível*, trazido à tona através de um raciocínio inferencial: Lucas está com os joelhos feridos, logo caiu. Como fato possível, o enunciado causal admite uma paráfrase com um verbo modalizador: “Lucas *deve* ter caído”, o que acentua o seu carácter epistêmico (LOPES, 2012; LOPES, 2004; PANDER MAAT; SANDERS, 2000). Dessa forma, em (5), a relação causal pertence ao *mundo epistêmico*, por basear-se inteiramente numa *inferência do enunciador*.

Assim, para uma descrição linguística adequada das construções causais, é imprescindível que se ultrapassem os limites da sentença, privilegiando modelos de análise que incorporem *o componente pragmático* (NEVES; BRAGA, 2009, p.956), conforme se observa na seção a seguir, destinada a apresentar abordagens cognitivas e pragmáticas sobre a relação de causalidade.

²⁰ Seria possível imaginar que a gravidade dos ferimentos nos joelhos de Lucas afetou o movimento de suas pernas, fazendo-o cair. Essa interpretação, no entanto, exigiria um contexto bastante específico.

3. 1. 1 Causalidade, cognição e pragmática

Nos estudos funcionalistas, é consensual o pressuposto de que a causalidade representa um princípio ordenador da percepção e experiência humanas, constituindo uma categoria de grande relevância na *cognição* (PAIVA; BRAGA, 2010; STUKKER, 2005; LOPES, 2004; DANCYGIER; SWEETSER, 2000; MEYER, 2000; NOORDMAN; BLIJZER, 2000). Sanders et al (1992) defendem que uma abordagem adequada das *relações de coerência* – como a causalidade – deve ser psicologicamente plausível, uma vez que tais relações são, primordialmente, cognitivas. Esses e outros autores, portanto, advogam uma abordagem cognitiva da linguagem para uma adequada descrição das relações causais.

De acordo com Geeraerts (1997 apud STUKKER, 2005, p.17), numa perspectiva cognitiva, a língua é vista como “um repositório de conhecimento sobre o mundo, um conjunto estruturado de categorias de significado que nos ajuda a lidar com novas experiências e a guardar informações sobre as já vividas”²¹. Tal perspectiva considera que todo conteúdo semântico é filtrado pela percepção e conceptualização humanas, não se caracterizando, portanto, como puramente resultante da realidade objetiva (STUKKER, 2005, p. 21). Dessa forma, observa-se que a análise baseada numa visão cognitiva da linguagem consegue explicar as diversas formas de estabelecimento do elo causal, desde as que referem o mundo real às que se constroem no interior do discurso.

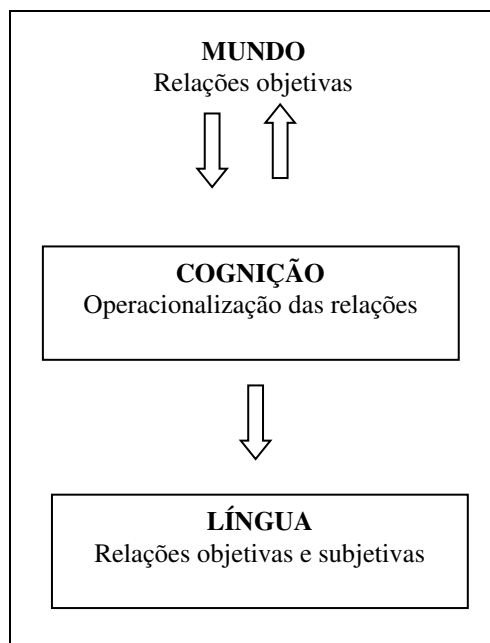
Como já assinalado, no mundo, muitos fatos naturais e sociais se instauram por meio de relações causais, que, nesse caso, têm caráter mais objetivo. A cognição humana permite que essas relações sejam apreendidas e representadas na língua. Essa representação, entretanto, nem sempre reflete a realidade objetiva. No domínio cognitivo, as relações causais apreendidas no mundo são operacionalizadas, por analogia ou contiguidade, por exemplo, para permitir a conceptualização e representação, na língua, das mais diversas experiências e percepções. Por conseguinte, o elo causal, como construções linguísticas, pode assumir padrões formais e funcionais bastante variáveis.

Essas considerações são esquematicamente apresentadas na figura a seguir, em que as setas indicam o percurso de processamento das relações de sentido, que têm seu ponto de partida na realidade exterior, passam pelo *filtro* cognitivo e seguem para a codificação no plano linguístico. Vale destacar que a dupla direção das setas entre o *mundo* e a *cognição* sugere um processo de *retroalimentação* entre esses componentes, em que relações da realidade exterior

²¹ “a repository of world knowledge, a structured collection of meaningful categories that help us deal with new experiences and store information about the old ones” (GEERAERTS, 1997 apud STUKKER, 2005, p. 17)

alimentam a cognição do mesmo modo que a cognição alimenta (a percepção de) essas relações exteriores. Ademais, a figura mostra, pela inclusão dos retângulos no quadro maior, que tanto a cognição quanto a língua são permeadas pelo *mundo*.

FIGURA 1. Relações de sentido: do mundo para língua.



Noordman e Blijzer (2000) apresentam estudo bastante ilustrativo sobre a causalidade, a partir de uma perspectiva cognitiva. Os autores analisam o processamento mental da causalidade, por parte do interlocutor, considerando dois tipos de elos causais, referenciais e epistêmicos, e a hipótese de que a causalidade referencial, por refletir mais diretamente o mundo real, é mais rapidamente processada que a epistêmica. Para tanto, pautam-se por uma argumentação que destaca os aspectos cognitivos da mobilização de relações causais.

Para os autores, toda informação linguisticamente representada é sustentada pela coerência do próprio discurso em que se insere, ou seja, a legitimação e compreensão de uma informação dependem de relações coerentes entre unidades de informação representadas pelas sentenças de um discurso. As representações de informações/conhecimentos que se dão na situação discursiva em si contêm, por sua vez, relações estabelecidas com/em o mundo real. Nesse sentido, a compreensão de uma relação causal, por exemplo, requer uma adequação de informações de uma sentença a uma representação cognitiva da causalidade no mundo real

(NOORDMAN; BLIJZER, 2000, p. 36): a representação de relações causais se origina de experiências do mundo real, onde a causa é temporalmente anterior ao efeito²².

Assim, mesmo uma relação causal epistêmica, ou seja, baseada em uma inferência ou avaliação do enunciador, encontra respaldo em eventos do mundo real. Nesse sentido, *a causalidade epistêmica deriva da causalidade referencial*, de modo que, na expressão de uma causa epistêmica, o enunciador constrói uma argumentação que se faz aceitável porque é contígua a eventos ou situações do mundo real: “Compreender uma relação epistêmica implica a compreensão da relação referencial subjacente”²³ (NOORDMAN; BLIJZER, 2000, p. 37). No exemplo (5), repetido abaixo como (6), a relação causal epistêmica tem sua compreensão e aceitabilidade garantidas, na medida em que provém de um raciocínio que, na sua origem, refere uma causalidade referencial, conforme se evidencia na sequência a seguir:

- i. Quando alguém cai, geralmente, se machuca – causalidade referencial;
 - ii. Lucas está machucado (os joelhos estão feridos) – estado de coisas constatado no mundo real e responsável por disparar o raciocínio inferencial;
 - iii. Lucas, portanto, deve ter caído – construto inferencial.
- i + ii + iii = (6) Lucas caiu, porque está com os joelhos feridos.

Dito de outra forma: “Posso afirmar que Lucas caiu porque vejo que ele está machucado, e, ao cair, geralmente, as pessoas se machucam, com grande probabilidade de ferir os joelhos”. A base para uma relação causal epistêmica (argumentativa) é, portanto, uma relação de causa-efeito no mundo (NOORDMAN; BLIJZER, 2000, p. 55).

Para tratar do processamento das relações causais, Noordman e Blijzer (2000) pautam-se pelo princípio da *iconicidade* e sua relação com a *ordem linear e conceptual* dos enunciados. A noção de ordem conceptual diz respeito ao processo de conceptualização da causalidade, que pode seguir dois caminhos de derivação: *da causa para o efeito*, o que é considerado de fácil processamento, ou *do efeito para a causa*, de processamento mais lento. A ordem linear, por sua vez, refere-se à ordenação dos segmentos que indicam causa e efeito na composição da sentença. O quadro a seguir mostra como os enunciados causais podem exibir diferentes padrões de ordem linear e conceptual:

²² Vale lembrar que, no nível linguístico, embora toda relação causal possa pressupor uma sequencialidade temporal, a noção de tempo não representa condição suficiente para instaurar a causalidade entre dois segmentos; o fato de haver enunciações estritamente temporais atesta isso. Dessa forma, além da sucessão temporal, é necessário que haja outros elementos pragmáticos que sustentem uma interpretação causal (PAIVA; BRAGA, 2010).

²³ “Understanding an epistemic relation implies understanding the underlying content relations.” (NOORDMAN; BLIJZER, 2000, p. 37)

QUADRO 1. Exemplos de relações referenciais e epistêmicas, em diferentes ordens conceptual e linear (adaptado, NOORDMAN; BLIJZER, 2000, p.40)

ORDEM CONCEPTUAL				
ORDEM LINEAR	Causa-efeito		Efeito-causa	
	<i>Causa-efeito</i>	<i>Efeito-causa</i>	<i>Causa-efeito</i>	<i>Efeito-causa</i>
<i>Relação referencial</i>	Porque João estudou muito, foi aprovado no vestibular.	João foi aprovado no vestibular porque estudou muito.		
<i>Relação epistêmica</i>	João estudou muito, por isso deve ter sido aprovado no vestibular.	João deve ter sido aprovado no vestibular, já que estudou muito.	João deve ter estudado muito, já que foi aprovado no vestibular.	João foi aprovado no vestibular, portanto deve ter estudado muito.

Como mostra o quadro, relações causais comprováveis no mundo exterior apresentam uma única ordem de derivação conceptual: da causa para o efeito. É interessante notar, ainda, que a ordem conceptual não determina a ordem linear dos enunciados e vice-versa: em

(7) Porque o chão estava molhado, Lucas caiu.

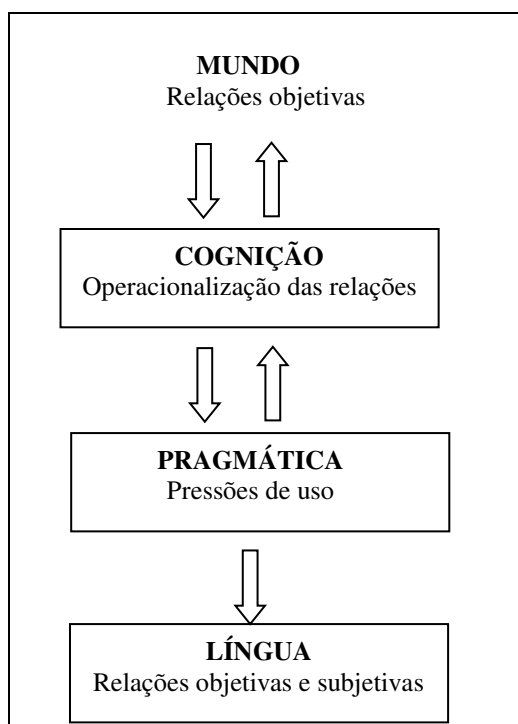
a ordem linear é a de causa-efeito, diferentemente do que se observa em (3) *Lucas caiu porque o chão estava molhado*, em que o segmento efeito se antepõe ao causal. No entanto, a conceptualização da relação de causa, em ambos os enunciados, é a mesma – da causa para o efeito. A ordem conceptual do enunciado epistêmico (5) *Lucas caiu, porque está com os joelhos feridos*, ao contrário, parte do efeito para a causa: “Observo que Lucas está com os joelhos feridos – *efeito* – e, a partir dessa observação, infiro uma *causa*”.

Noordman e Blijzer (2000) mostram²⁴ que quanto mais icônicas do ponto de vista da ordem conceptual e linear, mais rápido se dá o processamento das relações causais. Nessa perspectiva, a causalidade referencial, que se atrela diretamente à ordem dos eventos no mundo real, a ordem conceptual *causa-efeito* e a anteposição do segmento causal ao segmento efeito caracterizam um enunciado causal com alto grau de iconicidade, tornando-o menos complexo quanto ao processamento. Vale destacar que, segundo os autores, a causalidade epistêmica, pelo seu caráter derivativo, como já destacado, apresenta processamento mais complexo, mesmo que seja expressa por enunciados com ordem conceptual e linear icônica. Noordman e Blijzer (2000) corroboram, dessa forma, a investigação de Sweetser (1990) que atesta a natureza mais fundamental das relações referenciais e cognitivamente mais complexa das relações epistêmicas.

²⁴ Os autores executaram o que chamam de “reading-time experiments”, em que diferentes indivíduos deveriam ler um conjunto de enunciados causais, com o controle do tempo de leitura de cada enunciado. Dessa maneira, um tempo maior de leitura sugeriria maior complexidade de processamento do enunciado causal.

Outros estudos, além de reconhecerem a natureza cognitiva das relações causais, investem em análises que consideram o componente pragmático para descrever as nuances de causalidade no discurso (LOPES, 2012; BRAGA; PAIVA, 2011; NEVES; BRAGA, 2009; PANDER MAAT; SANDERS, 2000; SWEETSER, 1990, para citar alguns). Considerações pragmáticas são bastante caras à Linguística Centrada no Uso (Cf. MARTELOTTA, 2011), que, em linhas gerais, visa a descrever e explicar os mais variados fenômenos linguísticos, tendo em vista o pressuposto de que a língua sofre pressões do uso, adaptando-se *em e para* o discurso. Diversos são os fatores que podem constituir as *pressões de uso* capazes de provocar alterações no sistema linguístico, o que depende da vertente teórica que se baseia no uso²⁵. Dessa forma, numa perspectiva funcionalista (NEVES, 2004; VOTRE; NARO, 1989), por exemplo, essas pressões podem ser representadas por fatores inerentes à situação de comunicação e do próprio discurso – o tipo de enunciação (falada ou escrita), o papel dos interlocutores (enunciador, conceptualizador), o estatuto informacional dos segmentos (informação nova/dada), implicaturas conversacionais etc. Com isso, é possível rever o esquema anteriormente apresentado, incorporando a ele o componente pragmático:

FIGURA 2. Relações de sentido: do mundo para língua.



²⁵ O pressuposto de que as pressões de uso afetam o sistema conta com diferentes versões na Linguística Centrada no Uso, que vão das mais radicais, como defendem Votre e Naro (1989, p. 170) – “do uso da língua – a comunicação na situação social – origina-se a forma da língua”, às mais moderadas, que reconhecem que a forma sofre pressões do uso, mas não é totalmente derivada delas. Os estudos aqui apresentados se alinham a uma visão mais moderada dessa questão.

Nesse caso, tendo influência na codificação linguística das relações de sentido, a *pragmática* representa um segundo *filtro* no seu processamento. Além da retroalimentação entre mundo e cognição, observa-se um movimento de mão dupla entre a cognição e a pragmática, ilustrando a interdependência entre usos linguísticos e processos cognitivos (STUKKER, 2005). A defesa da análise da relação de causalidade sob o viés pragmático é claramente apresentada no trecho a seguir:

A diversidade de relações causais encontradas no uso linguístico só pode ser explicada se se adota uma concepção mais ampla de relação causal que envolve necessariamente considerações pragmáticas. Em outros termos, A é entendido como causa de um fato B através de um conhecimento de mundo compartilhado pelos locutores. Esquemáticamente, poderíamos simplificar como: A é entendido como causa de B porque A pode produzir B com base em um princípio argumentativo que sustenta a relação. Assim, a relação causal só pode ser entendida com referência ao mundo externo em termos dos princípios mais gerais que garantem a interpretabilidade dos enunciados linguísticos. (BRAGA; PAIVA, 2011, p. 129)

O *princípio argumentativo* de que tratam Paiva e Braga (2011) é referido em outros trabalhos sobre o estabelecimento de relações semântico-pragmáticas, conforme se observa em Ducrot (1983) e Anscombe (1984). Segundo Ducrot (1983), as relações semânticas estabelecidas entre dois segmentos de um enunciado são garantidas por um *topos*, definido como um *princípio argumentativo do senso comum*, fundado nas experiências no mundo. Esse princípio mais geral explica a interdependência entre dois segmentos de um enunciado, permitindo que se explorem relações de sentido reconhecidas e aceitas anteriormente ao ato de comunicação: “o discurso não cria relações entre enunciados no momento de sua realização, mas, ao contrário, se funda em relações pré-existentes ou que, pelo menos, são apresentadas como pré-existentes”. (PAIVA, p. 10, 1991).

Similarmente, Anscombe (1984) desenvolve a *teoria dos estereótipos*, segundo a qual as palavras contêm na sua significação *frases estereotipadas*, isto é, enunciados que exprimem um *saber comum* de uma determinada comunidade linguística. Hamon (2006, p. 51) afirma que a palavra *banana*, por exemplo, remete ao enunciado *macacos comem banana*. De acordo com essa teoria, é possível relacionar segmentos linguísticos a partir das frases estereotipadas contidas nas palavras que os constituem. Dessa maneira, tanto um *topos* quanto uma *frase estereotipada* podem representar o princípio responsável pela identificação de relações semânticas, ainda que não existam elementos de junção para explicitá-las, como se verifica em enunciados justapostos:

(8) Diego vai fazer uma festa amanhã, ele foi aprovado no vestibular.

Em (8), apesar da ausência de um conector, identifica-se o elo causal entre as orações. “Ser aprovado no vestibular”, no cenário brasileiro, é largamente aceito para “fazer festa”; trata-se de uma relação causal pré-existente ao discurso, estabelecida por um *topos*. Em outras palavras, “festa” e “aprovação” são palavras que remetem a *frases estereotipadas* que sustentam a interpretação causal de (8): “festa é comemoração de algo” e “aprovação é algo que suscita festa” – *festa porque aprovação*. Por outro lado, o enunciado a seguir, na ausência de um contexto bastante específico, apresenta uma interpretação problemática, porque não corresponde a um *topos* ou saber comum (vivências, conhecimento cognitivo), referendado pelas frases estereotipadas, que possa licenciar uma leitura aceitável da relação entre os segmentos relacionados:

(9) Diego vai fazer uma festa, ele sofreu um acidente.

A análise de (8) e (9) encontra suporte em pressupostos notadamente pragmáticos, visto que “o falante/escritor explora relações reconhecidas e aceitas como tal, inserindo-as em um discurso que garante sua relevância e sua pertinência. Em outros termos, o discurso do falante cria um quadro de referência para as relações que se estabelecem entre os segmentos oracionais” (BRAGA; PAIVA, 2011, p. 129). Essas considerações evidenciam que, de fato, a causalidade não se reduz a esquemas lógicos, operando num nível que se constitui de *aspectos sociais e cognitivos* (PAIVA; BRAGA, 2010, 321).

De modo geral, o tratamento cognitivo-pragmático das construções causais, há muito, tem gerado classificações diversas das nuances de causalidade. No entanto, a diversidade de classificações, na maioria dos casos, se restringe à nomenclatura adotada: em essência, diferentes estudos chegam a descrições bastante similares da natureza dos subtipos causais. Nessas classificações, prevalecem propostas dicotômicas que, com devidas ressalvas, remetem à tradição gramatical que reconhece, no nível interoracional, dois subtipos causais: a *causa* e a *explicação*²⁶.

Neves e Braga (2016) destacam que a análise dos tipos de junção oracional, sob o viés das *metafunções da linguagem*, revela que existem dois tipos de relações: as que se estabelecem entre *eventos* e as que se estabelecem entre *argumentos*. A relação entre eventos se caracteriza pela relação entre fenômenos externos à situação de comunicação. De *fonte experiencial* (função ideacional), essa relação se dá entre significados representados como conteúdos (ou

²⁶ Para uma ampla discussão sobre o tratamento da causalidade em gramáticas normativas e descritivas, ver Amorim (2012).

experiências) da realidade externa. Por outro lado, de *fonte interpessoal*, a relação entre argumentos se caracteriza como uma relação inerente à situação comunicativa, por se estabelecer entre segmentos do discurso, que estão relacionados entre si como etapas de uma argumentação; os significados que emergem dessa relação são emoldurados pelas impressões particulares do falante acerca da situação. Ou seja, as autoras se referem à causalidade referencial (fonte experiencial) e à causalidade epistêmica/conversacional (fonte interpessoal).

Lopes (2004) desenvolve extensa discussão sobre a noção de causalidade, apresentando diversas propostas de classificação dos subtipos causais. Entre elas, está a distinção entre a causa *de re* (ou *do enunciado*) e a causa *de dicto* (ou *da enunciação*)²⁷. A primeira se estabelece entre os conteúdos proposicionais – estados de coisas – dos segmentos conectados; enquanto a causa *de dicto* se refere a um ato de fala, ou seja, o segmento causal não se refere à predicação do verbo do segmento efeito, mas à de um *verbo enunciador* de um ato ilocutório (implícito ou explícito). Observem-se os enunciados a seguir, em que o elo causal em (10) incide na predicação dos segmentos relacionados (causa do enunciado), enquanto em (11) recai sobre o próprio *ato de dizer* (causa da enunciação):

(10) Sandra estuda muito porque está escrevendo a dissertação.

(11) Sandra estuda muito, porque sempre a vejo na biblioteca.

O que se anuncia no segmento causal, em (11), não representa uma causa efetiva para o estado de coisas “Sandra estuda muito”: o fato de “ver Sandra na biblioteca” não faz com que ela “estude”, mas é mobilizado como uma justifica para a *declaração* feita no segmento anterior: “*Digo que Sandra estuda muito, porque sempre a vejo na biblioteca.*” Entretanto, para o seu trabalho, Lopes (2004) foca a dicotomia *causa propriamente dita* ou *não explicativa* e *causa explicativa*, sob a alegação de que essa é “a distinção semanticamente mais pertinente na análise das construções que exprimem uma relação de causalidade” (LOPES, 2004, p. 29). Essa distinção é apresentada em termos do *estatuto informacional* do elo causal. Dessa maneira, causas propriamente ditas emergem de enunciados em que a própria relação causal é apresentada como informação nova, não pressuposta, independentemente do estatuto informacional dos segmentos que a compõem. Ao contrário, causas explicativas apresentam a

²⁷ Lopes chama atenção para o fato de que, no modo de enunciação oral, a causa *de re* e a causa *de dicto* são diferenciadas prosodicamente, na medida em que a primeira se realiza em enunciados com um único contorno entoacional, enquanto, na segunda, o segmento efeito tem curva descendente, seguida de pausa antes do conector (LOPES, 2004, p.21).

relação de causa como informação dada, conhecida. (12) e (13) ilustram esses dois tipos causais²⁸:

(12) Sandro é o atleta favorito porque já venceu o mesmo campeonato outras vezes.

(13) Visto que já venceu o mesmo campeonato outras vezes, Sandro é o atleta favorito.

Ambos os enunciados relacionam os mesmos estados de coisas, mas exibem uma operacionalização diferente da relação de causa. A causa propriamente dita é identificada em (12), em que o enunciador *afirma* a causalidade entre os segmentos: não há *explicatividade*, mas *asserção*. Em (13), contudo, a opção pela anteposição do segmento causal e, sobretudo, a seleção do conector “visto que” – forma que, segundo Lopes (2004), é especializada em marcar uma relação causal como dada – representam um recurso pragmático responsável por atribuir ao elo causal o estatuto de *normalidade*, sugerindo se tratar de uma *causalidade partilhada* pelos interlocutores, ou seja, *pressuposta*. Observa-se, com isso, que “é a *asserção /pressuposição* da própria relação de causa que está aqui em causa, independentemente da *asserção / pressuposição* do conteúdo proposicional das orações conectadas” (LOPES, 2004, p. 26 – destaque da autora).

Sanders et al (1992) defendem a existência de duas *fontes* responsáveis por derivar as relações de sentido entre enunciados (para os autores, *relações de coerência*) – uma *semântica* e outra *pragmática*. Dessa concepção resultam a *causa semântica* e a *causa pragmática*: a primeira constrói-se no *nível locutório*, referindo-se, portanto, ao conteúdo proposicional de cada segmento relacionado; enquanto a segunda assenta-se no *nível ilocutório* de, pelo menos, um dos segmentos, referindo-se a *atos enunciativos*. Mais uma vez, descreve-se uma proposta que, de um lado, categoriza relações causais referenciais e, de outro, as que se estabelecem argumentativamente (Cf. seção 3.4).

²⁸ Lopes (2004, 30-3), referindo Santos Ríos (1982), reconhece *oito* subtipos causais, que se distribuem entre as categorias das causais propriamente ditas e das causas explicativas.

3.2 A (releitura da) teoria dos domínios de Sweetser (1990)

Diferentemente das propostas relacionadas na seção anterior, a *teoria dos domínios*, delineada por Sweetser (1990), classifica as relações causais de maneira *tripartida*, reconhecendo a existência de três domínios nos quais as relações de sentido se estabelecem: o *domínio referencial* (ou *de conteúdo*), o *domínio epistêmico* e o *domínio conversacional* (ou *dos atos de fala*). No decorrer deste capítulo, exemplos da manifestação da causalidade nos domínios referencial e epistêmico foram suficientemente discutidos. O domínio dos atos de fala, entretanto, ainda carece de alguns esclarecimentos, embora também já tenha sido referido.

No domínio conversacional, a causalidade se apresenta como uma *justificação*: o “segmento causal” representa uma *justificativa* para o ato de fala codificado no “segmento efeito”. Para esse domínio, Sweetser (1990) e os muitos trabalhos que adotam a teoria dos domínios destacam exemplos em que aparecem apenas *atos de fala injuntivos* (pedido, ordem, conselho) ou *interrogativos* (AMORIM, 2012, p. 512). Contudo, há, ainda, os *atos de fala declarativos*, caracterizados como *enunciados performativos*, que, segundo Ducrot (1977, p. 79), devem satisfazer, ao mesmo tempo, a duas condições: i. a de descreverem uma ação presente²⁹ do seu locutor e ii. a de sua enunciação ter a função específica de realizar essa ação.

A expressão “Eu prometo”, por exemplo, representa uma enunciação que, a um só tempo, descreve e realiza uma ação do locutor: anunciar uma promessa corresponde a efetuar-la (desde que as condições de felicidade sejam satisfeitas). Já em “Eu escrevo”, apenas a primeira condição é preenchida, pois indica a atividade que está sendo executada, mas essa execução não se deve à própria enunciação: não basta apenas *dizer* “Eu escrevo” para *escrever*, é preciso efetivamente *agir*, por meio do uso de instrumentos outros (e não só de palavras), para que esse ato se materialize. Em (14), observa-se que o segundo segmento justifica um ato de fala declarativo, constituindo, assim, um elo causal conversacional:

(14) Perdoo você, porque é um grande companheiro.

Entre as propostas semântico-pragmáticas de classificação das relações causais, a teoria dos domínios de Sweetser é, de longe, a mais adotada pelos trabalhos que analisam as

²⁹ Por conseguinte, para o preenchimento dessa condição, é preciso que a forma verbal esteja no presente do indicativo.

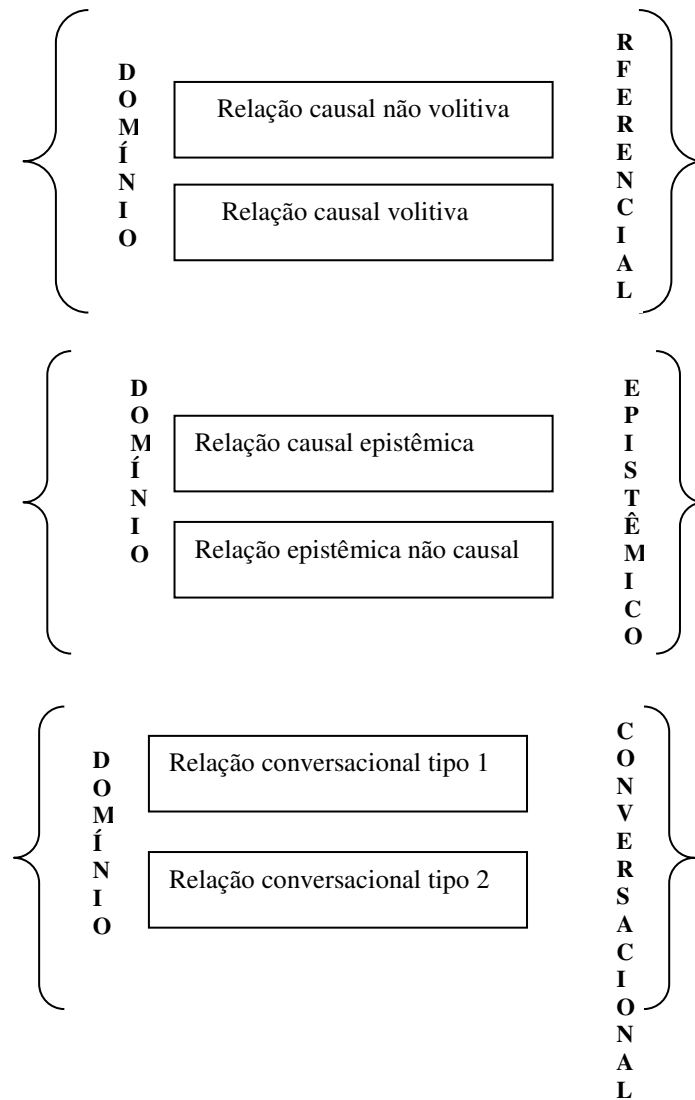
construções causais do português brasileiro (AMORIM, 2012; LONGHIN; SONCIN, 2014; BRAGA; PAIVA, 2011; CANDIDO, 2009, para citar alguns).

Por outro lado, Pander Maat e Degand (2001) propõem uma releitura dessa teoria, defendendo a inclusão do *aspecto volitivo* na descrição dos domínios. Postulam, então, uma *escala de causalidade baseada no envolvimento do falante*, visando a apresentar um modelo mais gradual para a análise da conexão causal. Os autores partem dos casos ambíguos em que um mesmo conector pode expressar relações causais distintas para defenderem esse modelo escalar da causalidade.

Assim, definem a *Escala de Envolvimento do Falante (Speaker-Involvement Scale)*: as diferentes manifestações da causalidade dispõem-se em uma escala que vai do mínimo ao máximo envolvimento do falante na expressão da relação causal. O *envolvimento do falante* refere-se, portanto, ao grau com que o *enunciador* interfere na construção da relação causal. O nível de envolvimento acentua-se à medida que aumentam o número e a força de pressupostos nos quais o falante se apoia ao exprimir uma determinada relação (PANDER MAAT; DEGAND, 2001, p. 214).

Embora se proponham a “fugir” de categorizações em defesa de um modelo escalar, Pander Maat e Degand (2001) acabam apresentando um número definido de *subtipos causais*, a partir da identificação das seguintes relações, dispostas em ordem crescente do grau de subjetividade, como mostra o esquema a seguir:

FIGURA 3. Relações causais com base na escala de envolvimento do falante (PANDER MAAT; DEGAND, 2001)



A *causa não-volitiva* apresenta o menor grau de envolvimento do falante, pois, embora o enunciador represente um *sujeito consciente* da situação descrita, ele não é capaz de interferir nos estados de coisas relacionados, a fim de instaurar a causalidade entre eles:

(15) A exibição do filme foi interrompida porque faltou luz.

Nesse caso, a relação causal é anunciada conforme verificada no mundo real³⁰, e não como um construto mental do enunciador. Além disso, esse enunciador não representa um

³⁰ Contudo, é preciso lembrar que, com exceção da causa lógica, todo enunciado causal é subjetivo, pois, no processo de conceptualização da causalidade, está sempre em jogo o ponto de vista de um “sujeito” (BRAGA; PAIVA, 2011; MEYER, 2000; PANDER MAAT; SANDERS, 2000).

sujeito participe dos eventos relacionados. Entretanto, mesmo nos enunciados em que, explicitamente, há um participante, a causa não-volitiva pode ser estabelecida, desde que ele não tenha controle dos eventos relacionados, como se observa abaixo:

(16) Pedro tossiu muito porque foi atingido pela nuvem de poeira.

A *causa volitiva* é estabelecida quando envolve a decisão de um protagonista do enunciado, que pode, em alguns casos, corresponder ao próprio enunciador. Pander Maat e Degand (2001, p. 219) argumentam que, nessa relação, tanto a causa quanto o efeito situam-se, pelo menos parcialmente, no domínio mental do protagonista, que é implicitamente compartilhado pelo enunciador quando relata a situação. Com efeito, “relações volitivas não relacionam estados de coisas como tal, mas relacionam a representação do estado de coisas à realização de certa ação”³¹ (PANDER MAAT; DEGAND, 2001, p. 219). Veja-se o exemplo abaixo, em que a relação de causa é estabelecida pela presença de um protagonista que, intencionalmente, realiza a ação de deixar a festa com base na causalidade atribuída ao fato de ser meia-noite.

(17) Luiza foi embora da festa porque era meia-noite.

Assim, não é o fato de o relógio apontar meia-noite que, efetivamente, causa a (decisão da) saída de Luíza da festa, mas a *representação* que ela faz desse estado de coisas, que assume, portanto, o caráter de uma *predicação avaliativa*. O enunciador, por sua vez, ao emitir (17), implicitamente partilha com o protagonista, pelo menos temporariamente, os pressupostos que sustentam a relação causal estabelecida; daí ser possível afirmar que, nesse enunciado, há certo grau de envolvimento do falante, o que o caracteriza como mais subjetivo que as relações não-volitivas. Pander Maat e Degand (2001, p. 210) destacam que, quando o enunciador não concorda com a relação causal concebida pelo protagonista, ou hesita em acreditar nela, há marcas textuais que explicitam tal discordância, como em

(17b) Luiza foi embora da festa, *alegando que era* porque era meia-noite.

³¹ “Volitional relations do not relate the states of affairs as such; instead, they relate the representation of a state of affairs to the performance of a certain action.” (PANDER MAAT; DEGAND, 2001, p. 219)

É importante lembrar que, para Pander Maat e Degand (2001), as relações causais volitivas, embora apresentem um grau maior de subjetividade em relação às não-volitivas, pertencem ao domínio referencial. Isso se deve ao fato de esse tipo causal, geralmente, se referir a uma relação que, embora perspectivizada pelo protagonista e aceita pelo enunciador, conta com um *topos* (DUCROT, 1983), ou seja, baseia-se num *consenso*, estabelecido, socioculturalmente, no discurso. Em (17), o *topos* permite que a relação causa-efeito entre os fatos “deixar uma festa” e “ser meia-noite (tarde)” seja amplamente aceita: principalmente quando se trata de jovens, considera-se prudente voltar para casa não muito tarde. A subjetividade, nesse caso, se manifesta na determinação do que se considera “muito tarde”: para Luíza, protagonista do enunciado, infere-se que “meia-noite” já é muito tarde, motivo suficiente, portanto, para provocar a sua saída da festa.

A *causa epistêmica*, segundo Pander Maat e Degand (2001), é uma relação em que um estado de coisas observável no mundo real é conceptualizado como argumento para tirar uma conclusão sobre a sua consequência. Para diferenciar as relações epistêmicas das volitivas, os autores argumentam que, nas primeiras, a responsabilidade pela construção da relação não é dividida entre o protagonista do enunciado e enunciador, mas recai apenas sobre o enunciador. Por conseguinte, o estado de coisas descrito pelo segmento efeito, ainda que seja *possível* no mundo real, localiza-se no *mundo mental* do enunciador que procede à conclusão (PANDER MAAT; DEGAND, 2001, p. 221). No exemplo a seguir, o segmento efeito é um *construto mental* do enunciador, resultado do seu raciocínio inferencial disparado pelo estado de coisas descrito no segmento causal, este constatado no mundo real:

(18) Felipe já está dormindo porque a luz do quarto dele está apagada.

Vê-se, portanto, que não é possível assegurar, em (18), a ocorrência do estado de coisas “Felipe já está dormido”. Ao contrário, o estado de coisas do segmento efeito, em (17), está presente no mundo real (“Luíza foi embora da festa”) e foi *representado*, isto é, mobilizado como efeito do que é descrito no segmento causal. Na causa volitiva, além dos estados de coisas envolvidos não se caracterizarem como construtos *inteiramente* mentais, o próprio elo causal é construído pelo protagonista: o enunciador tem participação parcial nessa construção ao enunciar a relação de causa como verdadeira. Nesse sentido, a relação epistêmica apresenta um grau mais elevado de envolvimento do falante, já que ele é o único responsável pelo estabelecimento do elo causal por meio de uma argumentação conclusiva.

Pander Maat e Degand (2001) defendem a existência de um tipo de relação epistêmica que, embora presente em enunciados que envolvem causa-efeito, tem baixo grau de iconicidade. O fato de ser não icônica parece justificar o rótulo escolhido pelos autores para esse tipo de relação – *relação epistêmica não causal* (“noncasual epistemic relations”) –, na medida em que se distancia da causalidade baseada no mundo real. Nesse caso, ou a causalidade observável no mundo real não tem relevância para o raciocínio inferencial, ou a conclusão delineada pelo enunciador parte da causa para o efeito, ou seja, é mobilizada a partir do estado de coisas descrito no segmento causal, e não no segmento efeito, como ocorre nas causais epistêmicas. Dessa maneira, o estabelecimento da relação epistêmica não causal segue direção inversa à da relação causal epistêmica, que, por sua vez, corresponde à causalidade no mundo real: causas precedem efeito, logo das causas se (pre)veem os efeitos. Comparem-se os seguintes exemplos:

(19) A escola recebeu o prêmio porque os seus alunos tiveram os melhores resultados da região no Enem.

(20) A escola recebeu o prêmio, porque há uma comemoração no pátio.

(21) A escola deve receber o prêmio, porque os seus alunos tiveram os melhores resultados da região no Enem.

No primeiro enunciado, a relação de causa se baseia em dois estados de coisas, ambos do mundo real. Apesar de a sua *ordem linear* não ser icônica (o segmento efeito se antepõe ao causal), o enunciado (19), por exprimir uma *causalidade referencial*, apresenta a *ordem conceptual* causa-efeito (NOORDMAN; BLIJZER, 2000), já que se trata de uma relação que *representa* a ordem dos eventos no mundo, onde um efeito não pode ser concebido como anterior à causa. Em (20), apenas um dos estados de coisas representa um evento que, de fato, está no mundo real – “há uma comemoração no pátio”. O segmento “A escola recebeu o prêmio”, nesse caso, se caracteriza como um *fato possível* no mundo real, pois resulta de uma conclusão do enunciador. Do ponto de vista da iconicidade, (20), ao codificar a inferência de um efeito a partir da causa – *causalidade epistêmica* –, se aproxima da causalidade referencial, mantendo a mesma ordem conceptual.

Em (21), a derivação da relação causal segue direção inversa – do efeito para a causa, o que o individualiza em relação aos outros dois, representando o menos icônico do grupo. Novamente, um dos estados de coisas se torna um fato possível, nesse caso, representado pelo segmento causal “A escola deve receber o prêmio”. Para Pander Maat e Degand (2001), há, em (21), uma *relação epistêmica não causal*, o que se deve ao *distanciamento*, em termos de

iconicidade, da relação estabelecida em relação à causalidade no mundo real. Os autores destacam que a não iconicidade desse tipo de relação aumenta a responsabilidade do enunciador na sua expressão, tornando-a mais subjetiva que a *relação causal epistêmica*. Dessa forma, assinalam que

inferências baseadas na causalidade [causa-efeito] apenas projetam uma relação real no domínio inferencial. Ao contrário, o pressuposto que subjaz à inferência não causal e abdutiva não está pautado pelas relações do mundo real, embora, às vezes, possa estar baseado em regularidades desse mundo. Considerando a causalidade referencial, no entanto, a pressuposição é não-icônica e provém inteiramente da atividade mental do enunciador.³² (PANDER MAAT; DEGAND, 2001, p. 224)

Correspondendo ao que propõe Sweetser (1990), Pander Maat e Degand (2001) mostram que as relações conversacionais envolvem atos de fala; no entanto, diferentemente da autora, identificam dois tipos de relações que podem ocorrer no domínio dos atos de fala, a saber, *relações conversacionais do tipo 1*, em que se apresenta a *motivação* de um ato de fala, e as *relações conversacionais do tipo 2*, em que o ato de fala é representado por uma *paráfrase* ou *síntese* de um segmento anterior. Nos dois casos, destacam os autores, as relações estabelecidas estão inteiramente atreladas à situação discursiva, no sentido de que tanto o *tempo* da enunciação quanto os *participantes* estão no *discurso presente*. Não há, nesse caso, uma *reinterpretação* ou *transposição* de relações do mundo real para outro domínio, como se verifica nas relações epistêmicas, mas uma operacionalização para atender a necessidades interacionais: “nesse tipo de relações, o falante não está envolvido como um ser pensante, mas unicamente no seu papel como enunciador” (PANDER MAAT; DEGAND, 2001, 225)³³. Ademais, para os autores, não há distinção entre esses dois tipos de relações conversacionais quanto ao grau de subjetividade. O enunciado a seguir representa um exemplo do que Pander Maat e Degand definem como relação conversacional do tipo 1:

(22) Você está fazendo o quê? Porque preciso mover o guarda-roupa para outro quarto.

³² “Causality-based inferences simply transpose a real-world link into the inferential domain. By contrast, the assumption behind abductive and other types of noncausal inference is no longer modeled on real-world causal links, although it may sometimes be based on real-world regularities. With regard to real-world causality, however, the assumption is non-iconic, and springs entirely from mental activity by the speaker.” (PANDER MAAT, DEGAND; 224, p. 224)

³³ “In these kinds of relations, the speaker is not involved as a thinking being, but solely in his role as a speaker.” (PANDER MAAT, DEGAND; 224, p. 225)

O segmento efeito, nesse caso, é representado por um *ato de fala interrogativo*; o segmento subsequente configura uma *justificativa*, apresentada para garantir que o ouvinte considere o ato apropriado, de modo a responder/agir da maneira esperada. Assim, verifica-se, em (22), um grau de comprometimento maior entre o enunciador e o ouvinte, visto que, mais do que nas relações epistêmicas, a relação é assegurada pelos pressupostos compartilhados entre eles. Numa relação epistêmica, o papel mais importante no estabelecimento da relação é o do enunciador, responsável pela conclusão que a origina. Mas é preciso lembrar que, para assegurar a aceitabilidade, a conclusão de que resulta uma relação epistêmica tem de levar em consideração os pressupostos compartilhados entre enunciador e ouvinte. Na relação conversacional, pela própria natureza de um ato de fala, que pressupõe uma ação sobre um interlocutor – *perguntar, pedir, prometer* etc. – o papel do ouvinte é ainda mais relevante. No exemplo acima, a pergunta, na realidade, se caracteriza como um pedido: “Estou perguntado o que você está fazendo (consultando sua disponibilidade) porque quero/espero que você me ajude a mover guarda-roupa”.

A relação conversacional do tipo 2, para Pander Maat e Degand, se manifesta nos enunciados em que um segmento discursivo, geralmente representado por um sintagma nominal, é *explicado* no segmento subsequente através da síntese ou paráfrase. Vejam-se os exemplos apresentados pelos autores:

(23) Para vencer a eleição uma absoluta maioria (mais da metade dos votos) é necessária³⁴.

(24) Ao contrário, 38% dos entrevistados preferem...que não haja mudança na situação atual, ou seja, que o direito ao voto permaneça reservado aos belgas³⁵.

Pode-se inferir que os autores tratam, nesse caso, de *relações explicativas*, por meio das quais uma expressão (“uma absoluta maioria”; “situação atual”) é elucidada através de um segmento subsequente. Além disso, é possível afirmar que esse tipo de relação, morfossintaticamente, corresponde a *expressões apositivas*.

A descrição desse tipo de relação é retomada em Simon e Degand (2007), mas sob um novo rótulo: *causa interacional discursiva*, que, para as autoras, constitui um *parêntese discursivo* em que a justificativa dada recai exclusivamente sobre um *segmento do discurso*, e

³⁴ “To win the elections an absolute majority (more than half of the votes) is required.” (PANDER MAAT; DEGAND, 2001, p. 226)

³⁵ On the contrary, 38% of the respondents ... prefer the present situation to remain unchanged, that is, the right to vote remains reserved to Belgians. (PANDER MAAT; DEGAND, 2001, p. 226)

não sobre um ato de fala. Destacam que, na *causa interacional ilocucionária* (causa conversacional tipo 1), a justificativa é acessória, pois pode haver atos de fala cuja realização, por parte do interlocutor, independe da apresentação de uma justificativa, diferentemente da causa discursiva, que costuma ser obrigatória para a compreensão ou aceitabilidade do enunciado.

No enunciado abaixo, por exemplo, a causa interacional discursiva se instaura pela necessidade de explicar uma asserção que, a princípio, está em desacordo com um *saber comum* (*topos*): “encontrar alegria estando num hospital”. Por isso, o escopo da justificativa apresentada recai especificamente sobre o segmento “no hospital”, o que se comprova pelo seu caráter apositivo, conforme mostra a paráfrase em (25a)³⁶:

(25) A alegria dela era estar no hospital, porque lá trabalhavam os seus melhores amigos.

(25a) A alegria dela era estar no hospital, onde trabalharam os seus melhores amigos.

Spósito (2012), em investigação sobre construções causais na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (Cf. seção abaixo), apresenta exemplo, reproduzido a seguir, que parece ilustrar a causa conversacional do tipo 2:

(26) O plano político, está, então, nós sabemos que, ah, estão, tentaram aí *porque eu acho que foi uma tentativa que se fizeram, não é, nos países do leste de implantação do socialismo* (Bra87:EconomiaeSociedade). (SPÓSITO, 2012, p. 116 – destaque da autora)

Para nomear as relações de causa no domínio dos atos dos atos de fala, em conformidade com a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD, MACKENZIE, 2008), Spósito utiliza o rótulo *motivação*. A autora observa que, em (26), a justificativa apresentada não se refere a todo o segmento anterior, mas apenas à parte dele: “escolha do verbo tentar” – um “subato atributivo”, o que corrobora, portanto, a descrição de causal conversacional do tipo 2 apresentada por Pander Maat e Degand (2001).

A proposta de Pander Maat e Degand (2001), na medida em que se propõe a *refinar* a teoria dos domínios de Sweetser, tem se configurado como uma alternativa frutífera para os

³⁶ Longhin e Lopes-Damáσιο (2014) apresentam uma análise de construções relativas com leitura circunstancial, como se observa em (25a). É interessante notar que os exemplos de relativas com leitura causal admitem paráfrase com um conector causal, na direção contrária seguida por (25) e (25a). Assim, o enunciado “A renda do caminho de ferro da Concordia, *que se alimenta especialmente do commercio da fronteira do Rio Grande (Uruguay)*, tem tido um crescimento de 53%. (OESP: n.1579, 1880)” (LONGHIN; LOPES-DAMÁSIO, 2014, p.137 – destaque das autoras) pode ser parafraseado da seguinte forma: “A renda do caminho de ferro da Concordia, *por se alimentar especialmente do commercio da fronteira do Rio Grande (Uruguay)*, tem tido um crescimento de 53%”. Também é válido assinalar que, pelo caráter mais *integrado* das relativas, parece que a sua paráfrase é mais adequada com o uso de um conector causal também mais integrativo, como é o caso de *por*.

estudos sobre a relação de causalidade, que vem sendo adotada em diversos trabalhos (Cf. AMORIM, 2013; DEGAND; FARGAD, 2012; ZUFFEREY, 2012; SPOOREN et al, 2010). Conforme discutido, a identificação de outras nuances causais dentro dos domínios se deve à consideração de uma escala de envolvimento do falante na expressão da causalidade, que determina a emergência de relações causais mais ou menos subjetivas. Em resumo:

Uma relação causal tem um baixo grau de envolvimento do falante se exprime uma relação causal conforme a causalidade do mundo, se nenhum protagonista intervém na relação ou, se for o caso, se esse protagonista é nomeado explicitamente, e se o evento causal relatado é independente da situação enunciativa presente. Uma relação causal apresenta, ao contrário, um nível máximo de envolvimento do falante se ela não é icônica em relação à causalidade real, se nela intervém um protagonista consciente que se mantém implícito dentro da relação, e se a situação causal se confunde com a situação enunciativa. (SIMON; DEGAND, 2007, p. 326)³⁷.

Também pautada pela incorporação do componente pragmático na análise de construções causais, a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD, MACKENZIE, 2008; SPÓSITO, 2012) estabelece subtipos causais, com base no pressuposto de que a relação de causalidade se manifesta em diferentes níveis e camadas que estruturam o modelo de gramática dessa perspectiva, conforme se verifica na seção a seguir:

3.3 A relação de causalidade na Gramática Discursivo-Funcional

Em linhas gerais, a perspectiva funcionalista defende que o sistema linguístico não goza de autonomia, como querem as teorias formalistas, estando sob influência de pressões sociointeracionais. Na linguística moderna, em termos de teorias funcionalistas, destaca-se o modelo proposto, a princípio, por Dik (1997), que, atualmente, conta com uma versão revista e ampliada, proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008).

Camacho (2006) assinala que, desde o início dos anos 90, parte das pesquisas desenvolvidas no âmbito da Gramática Funcional dedicou-se a expandir o modelo de uma

³⁷ Une relation causale aura un degré d'IdL bas si elle exprime une relation causale conforme à la causalité dans le monde, si aucun protagoniste n'intervient dans la relation ou, si c'est le cas, si ce protagoniste est nommé explicitement, et si l'événement causal est relaté indépendamment de la situation énonciative présente. La relation causale aura, au contraire, un niveau d'IdL maximal si elle n'est pas iconique avec la causalité réelle, si elle fait intervenir un protagoniste conscient qui reste implicite dans la relation, et si la situation causative se confond avec la situation énonciative (SIMON; DEGAND; p. 326)

gramática da sentença para uma *gramática do discurso*. Os esforços de tal expansão resultaram, sobretudo, na criação da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008). Por conseguinte, a GDF representa um modelo derivado – e expandido – da Gramática Funcional de Dik (1997), que se organiza modularmente de cima para baixo (“top-down”). A organização modular se deve ao fato de que tal modelo se estrutura a partir de *componentes, níveis e camadas*. São quatro os componentes: componente conceitual, componente gramatical, componente contextual e componente de saída, todos relacionados aos processos de *formulação e codificação* da expressão linguística. Os níveis também são quatro: o nível interpessoal, o nível representacional, o nível morfossintático e o nível fonológico. Cada nível, por sua vez, apresenta camadas hierarquicamente organizadas.

O nível mais alto, o interpessoal, diz respeito à interação verbal. Nesse nível, por exemplo, a expressão linguística, na sua camada mais alta, se caracteriza como um *move*, ou seja, um segmento do discurso que pode constituir-se de vários *atos discursivos*. Abaixo do nível interpessoal, encontra-se o nível representacional, onde se mobilizam *aspectos semânticos*. Ao nível morfossintático cabe transformar em uma única *representação estrutural* o *input* que deriva dos dois níveis superiores. Por fim, a *codificação* realizada no nível morfossintático é convertida, no nível fonológico, num *construto com material fônico*, que, por fim, constitui o *input* do componente de saída de todo o modelo. Assim, nesse modelo de gramática ocorrem a *formulação*, nos níveis interpessoal e representacional, e a *codificação* nos dois níveis mais baixos.

Quanto à organização de cima para baixo (“top-down”), a GDF organiza seus níveis *hierarquicamente* a partir da premissa de que a criação da expressão linguística se inicia no discurso para, então, ser codificada nos demais níveis: “as decisões nos níveis e nas camadas superiores determinam e restringem as possibilidades nos níveis e camadas inferiores” (CAMACHO, 2006, p. 49). Tal organização está baseada na ideia de que um modelo eficaz de gramática deve se assemelhar ao processamento linguístico do indivíduo, que acontece de maneira descendente, ou seja, *da intenção do falante à articulação da expressão linguística*. Por tudo isso, observa-se a preocupação com o estabelecimento de um modelo em que o *componente pragmático se sobreponha ao semântico e ao sintático*.

A análise de construções causais sob a perspectiva da GDF deve pressupor a consideração dos níveis e das camadas em que se estabelece a causalidade. Assim, *causa, razão e motivação* representam, nessa perspectiva, noções semântico-pragmáticas que operam em níveis e camadas distintas.

A causa é identificada nos casos em que tanto o segmento efeito quanto o segmento causal ³⁸ estão na *camada do estado de coisas*, no nível representacional. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 131), o estado de coisas é uma *entidade de segunda ordem*³⁹ localizável no tempo e no espaço, podendo ser avaliado a partir de seu *estatuto de realidade*. Dessa forma, é possível dizer que um estado de coisas “(não) ocorreu” ou “(não) é o caso” em algum ponto no espaço ou intervalo de tempo (HENGEVELD, MACKENZIE, 2008, p. 166). Quando um estado de coisas provoca a (não) ocorrência de outro estado de coisas, tem-se uma *causa*:

(27) A festa foi interrompida porque faltou luz.

No exemplo acima, observa-se que o estado de coisas “interromper a festa” foi determinado pela “falta de luz”, ocorrência também identificada como um estado de coisas. Também no nível representacional está um tipo especial de *conteúdo proposicional*, na medida em que representa um pensamento que conduz um agente humano a agir de uma determinada maneira (HENGEVELD, MACKENZIE, 2008, p. 272). Conforme assinalam Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 131), um conteúdo proposicional é uma entidade de *terceira ordem* que pode ser avaliada em *termos de verdade*. Dado o seu caráter de construto mental, diferentemente do estado de coisas, o conteúdo proposicional não é localizável nem no tempo nem no espaço.

São vários os indícios que podem localizar um enunciado na camada do conteúdo proposicional, relacionados, em sua maioria, a *atitudes proposicionais* do falante: certeza, dúvida, descrença. Outros indícios, como evidência sensorial e inferência, relacionam-se à fonte de origem do conteúdo. A razão prototípica se estabelece quando um conteúdo proposicional é apresentado como *ponto de origem* de um estado de coisas expresso “em termos de um motivo atribuído ao controlador do Estado-de-coisas da oração principal” (SPÓSITO, 2012, p. 122):

(28) A festa foi interrompida porque tínhamos que faltasse luz.

Em (28), uma asserção que se baseia em *impressões subjetivas* do enunciatador é representada como causa do estado de coisas descrito no segmento efeito. A natureza epistêmica

³⁸ As considerações feitas nesta seção restringem-se ao estabelecimento da relação de causalidade no *nível interoracional*. Vale lembrar que causa e razão, conforme propõe a GDF, podem ser codificadas em outros níveis morfossintáticos, como o sintagmático.

³⁹ Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 131), ao assumirem a existência de categorias semânticas básicas para qualquer língua, baseiam-se na classificação de Lyons (1977), que distingue três ordens de entidades: o *indivíduo*, de *primeira ordem*; o *estado de coisas*, de *segunda ordem* e o *conteúdo proposicional*, de *terceira ordem*.

da relação causal estabelecida é indiciada pela presença de um verbo psicológico (“temer”) (LOPES, 2004; PANDER MAAT; SANDERS, 2000).

Outro subtipo da relação de causalidade previsto pela GDF é a *motivação*, caracterizada como uma *função retórica*⁴⁰, operando, portanto, no nível interpessoal. Nesse caso, um ato discursivo (subsidiário) justifica outro ato discursivo (nuclear). Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), o ato discursivo é uma entidade de *quarta ordem* que pode ser localizada no tempo e no espaço e avaliada *em termos de sua informatividade*; além disso, apresenta força ilocucionária própria, o que se reflete na estrutura prosódica dos enunciados, havendo sempre uma pausa entre os segmentos que os compõem (LOPES, 2012; SIMON; DEGAND, 2007; LOPES, 2004). Conforme se observa em (29) a seguir, dois atos discursivos estão numa relação de dependência, em que o ato subsidiário apresenta a função retórica de motivação, diretamente relacionada à intenção do falante em convencer o interlocutor a fazer o que se propõe no ato nuclear:

(29) Agradeça ao professor, porque ele foi bastante solícito com você.

O segundo ato, com *ilocução declarativa*, representa a *motivação* da realização do primeiro – *ilocução imperativa* (conselho/pedido).

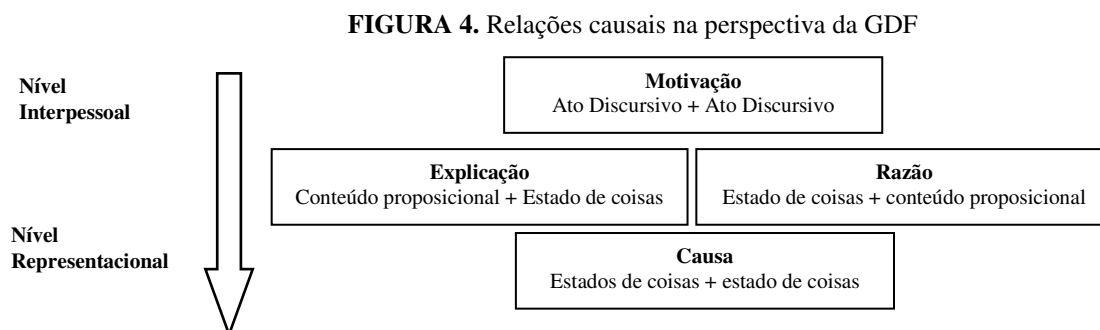
Spósito (2012), ao identificar ocorrências em que um estado de coisas é representado como causa para um conteúdo proposicional – ordem conceptual inversa da razão –, defende a existência de mais um subtipo causal, além dos que são descritos na GDF, a saber, a *explicação*: “nesse tipo de relação causal, a oração principal constitui um Conteúdo Proposicional, uma vez que expressa uma avaliação, crença, inferência ou julgamento motivado pelo Estado de coisas que vem a seguir” (SPÓSITO, 2012, p.125). O seguinte exemplo é prototípico:

(30) A escola é boa porque desenvolve muitos projetos.

Nesse caso, o estado de coisas “desenvolvimento de projetos” justifica uma predicação avaliativa. Assim, Spósito (2012, p. 123) aponta que, em enunciados explicativos, o primeiro segmento costuma apresentar marcas explícitas que lhe asseguram o caráter proposicional, como verbos epistêmicos e deônticos (“achar”; “tem que”). Considerando a organização

⁴⁰ De acordo com Ducrot (1977), o componente retórico responde pelo significado das expressões na interação linguística.

hierárquica “top-down” da GDF, pode-se derivar o seguinte esquema para a relação de causalidade nessa perspectiva:



3.4 Operacionalização da causalidade: critérios de análise

Os diversos estudos arrolados nas seções anteriores atestam que a relação de causalidade, no âmbito da linguística, tem atraído a atenção de muitos pesquisadores, que a descrevem sob diferentes perspectivas, ora focando a sua forma, ora a sua função. Especificamente, os trabalhos aqui resenhados focalizam a *função da relação de causalidade*, na medida em que se propõem a analisá-la como *relação de sentido*, o que pode ser feito com a consideração de fatores estritamente semânticos, num viés mais formal, ou a de fatores cognitivos e pragmáticos, sob um viés funcional.

Apesar da diversidade de abordagens e rótulos, é possível dizer que, de modo geral, as relações de causa são reconhecidas em *duas categorias*, resultantes dos dois modos com que o falante pode operar a causalidade: *evidenciando-a* ou *explorando-a* (PAIVA, 1991, p. 19). Assim, de um lado, estão as relações causais que constituem representações, no plano linguístico, da *causalidade no mundo*: nesse caso, portanto, o falante *evidencia* uma relação de causa. De outro, encontram-se as relações causais que, mais ou menos baseadas na causalidade no mundo real, são, no plano linguístico, mais representativas que as primeiras, no sentido de que são *operadas na mente ou no discurso “online” do falante*: nesse caso, pois, o falante *explora* uma relação de causa.

Essa consideração corrobora, por exemplo, a dicotomia *causa/explicação* da tradição, que, como se vê, não é de todo questionável. Na realidade, na grande maioria das gramáticas tradicionais e, por conseguinte, nas suas versões pedagógicas, é problemática a carência de critérios que possam dar conta da distinção da noção de causa e explicação (AMORIM, 2012,

p. 513). Nesse sentido, a argumentação a seguir, que se baseia na consideração de *fontes das quais se originam relações de coerência/sentido* (SANDERS et al, 1992), é bastante esclarecedora:

Do ponto de vista semântico, as distinções que têm parametrizado as tipologias das construções causais, **independentemente da flutuação terminológica existente**, podem ser equacionadas, sinteticamente, do seguinte modo:

(i) por um lado, há **construções causais que operam no plano semântico** (as chamadas causais de conteúdo, causais **de re** ou causais de enunciado), **explicitando um nexo de causa/consequência entre situações do mundo** descritas ao nível dos conteúdos proposicionais articulados através do conector, e dando origem a um enunciado que funciona como uma unidade entoacional e corresponde a uma só asserção (o locutor assera a relação causal entre p e q)...

(...)

(ii) por outro lado, há **construções causais que operam no plano pragmático** (as chamadas causais de enunciação, causais **de dicto** ou causais explicativas), nas quais o nexo causal não é estabelecido com a predicação expressa na tradicionalmente chamada oração principal, mas sim com **a enunciação dessa mesma predicação**, havendo sempre uma pausa marcada entre a primeira e a segunda oração. Ou seja, neste último sub-conjunto, o locutor explicita a razão, o motivo que o leva a dizer algo...(LOPES, 2012, p. 554 – grifos acrescido)

Desse modo, diante da variedade de rótulos utilizados para nomear as nuances de causalidade e das implicações teóricas que carregam, faz-se necessário, portanto, definir as escolhas teóricas e, por conseguinte, terminológicas desta pesquisa, que, por sua vez, devem estar atreladas ao corpo teórico geral do trabalho e à natureza dos dados que representam o objeto de investigação. Uma vez que se trata de uma pesquisa que se insere na Linguística Centrada no Uso (Martelotta, 2011), este trabalho utiliza dados linguísticos produzidos por sujeitos reais, em contextos sócio-historicamente definidos. Assim, para se alinhar à natureza desta pesquisa, é imprescindível que a teoria da causalidade adotada possa dar conta da *polifonia estrutural e funcional* dos usos linguísticos, investigados sob o viés de uma perspectiva que busca, justamente, descrever e explicar tal polifonia.

Por se tratarem de abordagens funcionais, derivadas de estudos baseados em dados linguísticos legítimos, pode-se dizer que as diversas propostas apresentadas neste capítulo estão em sintonia com as escolhas teóricas mais gerais desta pesquisa, de modo que tanto este quanto os demais trabalhos discutidos reconhecem que um modelo de análise adequado das relações de causalidade precisa considerar aspectos cognitivos e pragmáticos. Esta é, portanto, mais uma proposta de investigação que procura refletir sobre a relação de causalidade, numa perspectiva pragmática, a partir da análise de sua manifestação em dados linguísticos reais.

Assim, entre as propostas apresentadas, opta-se pela teoria dos domínios de Sweetser (1990), o que se justifica por duas razões. A primeira, conforme já apontada, diz respeito ao fato de esta representar um modelo largamente utilizado para o exame de construções causais,

no português e em outras línguas. Especialmente em relação aos estudos das construções causais do português desenvolvidos no âmbito da linguística brasileira, a proposta de Sweetser é, de longe, a mais adotada (Cf. AMORIM, 2014; BRAGA; PAIVA; 2011; PAIVA, BRAGA, 2010; CANDIDO, 2009, entre outros). Manter a teoria dos domínios parece relevante no sentido de permitir a comparabilidade entre os resultados deste e dos demais trabalhos.

A segunda razão se refere à pertinência teórica da proposta de Sweetser (1990), atestada pelo fato de que os diferentes trabalhos que se propõem a questioná-la não o fazem para negar os seus postulados, mas para ampliá-la e/ou refiná-la (Cf. PANDER MAAT; DEGAND, 2001; PANDER MAAT; SANDERS, 2000; NOORDMAN, L.; BLIJZER, 2000). Dado o exposto, os dados desta pesquisa, oriundos de diferentes sincronias do português, são analisados em termos dos domínios de causalidade, ou seja, as reflexões sobre as construções causais identificadas no *corpus* partem da sua presença no domínio referencial, epistêmico ou conversacional, o que traz implicações na sua forma, função e história.

No entanto, outros modelos de análise não são integralmente descartados. A proposta defendida por Pander Maat e Degand (2001), por exemplo, baseada numa escala de envolvimento do falante na expressão de causalidade, se apresenta como bastante profícua, sobretudo para as análises que envolvem a relação entre causalidade e subjetividade (Cf. Seção 5). Outras propostas, como a de Lopes (2012), que propõe a incorporação do domínio epistêmico ao domínio conversacional, também é útil para embasar algumas operacionalizações do modelo de Sweetser, como a *dicotomização*, necessária, em alguns casos, para a *esquematização visual* dos dados.

É preciso, contudo, determinar quais aspectos formais e discursivos das construções causais devem ser assumidos como *pistas* para localizá-las nos domínios, o que não é claramente definido por Sweetser (1990). Dessa maneira, quanto aos aspectos formais, é possível identificar, para cada domínio, elementos lexicais e gramaticais – verbos, expressões adverbiais, morfologia verbal etc. – que auxiliam a leitura adequada do domínio a que pertence a construção.

Como a própria concepção dos domínios se baseia numa abordagem pragmática, a natureza discursiva dos segmentos relacionados – estado de coisas, proposições, atos de fala – representa o aspecto funcional mais relevante para a identificação dos domínios. Outros, porém, são indicados pelo contexto mais amplo em que se localizam as construções: representando dados linguísticos reais, as construções causais investigadas pertencem a textos, seja no modo de enunciação oral, seja no modo de enunciação escrito, socio-historicamente circunscritos, que apresentam um *topos específico* para sustentar a relação de causa estabelecida. Esse *topos*, vale

dizer, pode não estar diretamente relacionado ao *mundo real*, mas à *coerência interna do texto*, ou seja, ao *mundo textual*⁴¹. Observe-se o Quadro abaixo.

QUADRO 2. Índícios formais e discursivos dos domínios de causalidade (SWEETSER, 1990)

DOMÍNIOS	INDÍCIOS	
	Formais	Discursivos
Referencial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Verbos de ação-processo (“tossir”, “queimar”; “nascer”); existenciais (“haver”; “existir”; “ter”) e volitivos (“querer”; “pretender”; “decidir”); ✓ correlação modo-temporal pretérito/pretérito; presente/presente; ✓ sem pausa entoacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ p porque q (estado de coisas + estado de coisas); ✓ a relação entre p e q geralmente obedece a uma sequência temporal; ✓ p é um efeito possível ou necessário da ocorrência de p.
Epistêmico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Verbos cognitivos (“ver”; “perceber”) e avaliativos (“crer”; “convir”); ✓ verbos e expressões modalizadoras (“pode”, “tem que”, “provavelmente”); ✓ elementos lexicais com valor avaliativo: “bom”; “importante”); ✓ pausa entoacional (geralmente vírgula). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deduzo/infiro/acho p, porque q (conteúdo proposicional +estado de coisas); ✓ p porque deduzo/infiro/acho q (estado de coisas + conteúdo proposicional) ✓ a relação entre p e q é possível; ✓ q ou q, como conteúdos proposicionais, pode representar uma inferência ou uma predicação avaliativa.
Conversacional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Verbos de elocução/performativos (“referir”; “ameaçar”); ✓ imperativo (“estude”; “corra”); ✓ pausa entoacional bem marcada (vírgula ou ponto). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Prometo/peço/pergunto q porque q (ato de fala+estado de coisas; ato de fala + conteúdo proposicional); ✓ a relação entre q e p só existe no discurso “online” do enunciador.

A observação desses indícios constitui uma decisão metodológica capaz de tornar a análise dos dados mais objetiva, na medida em que representam *pistas* – tanto do ponto de vista sentencial quanto pragmático – para uma adequada interpretação das relações causais.

Como já sinalizado, parte das análises deste trabalho é empreendida a partir de uma proposta dicotômica das relações de causalidade. A princípio, a adoção de uma dicotomia, tão comum na tradição, pode parecer uma escolha metodológica imprópria para um trabalho de base funcionalista, que, por reconhecer o caráter fluido dos usos linguísticos, prioriza propostas escalares. No entanto, a *dicotomização das relações causais*, neste trabalho, não visa a

⁴¹ Nesse caso, o sentido de mundo textual difere daquele que caracteriza as relações que se manifestam no domínio conversacional: não se trata do mundo do discurso *online* do enunciador, mas do mundo do texto que, por vezes, pode construir uma *referencialidade* que não corresponde ao mundo real. Por exemplo, na sentença “A vaca, enfim, conseguiu voar porque suas asas foram restituídas”, pode-se identificar uma relação causal referencial, desde que, no mundo textual em que se insere, vacas tenham asas que lhe permitam voar, o que lhe assegura adequação a um *topos*.

apresentar uma categorização estanque, mas a reunir, a depender do caráter da análise, relações próximas sob dois rótulos que remetem à questão da *evidenciação* ou *exploração* do elo causal (PAIVA, 1991), conforme já se discutiu.

Assim, as relações causais identificadas no domínio referencial, na proposta dicotômica aqui delineada, são tratadas como *causa estrita*; as demais relações são referidas como *causa alargada*. Na defesa desse procedimento metodológico, segue-se Lopes (2012)⁴²: para a autora, a causalidade epistêmica, ancorada numa conclusão/crença do falante, opera, na realidade, no *domínio ilocutório*, pois “asserir uma determinada conclusão e seguidamente explicar/justificar essa conclusão implica, sem dúvida, encadear ou desenvolver um raciocínio, mas também, de forma central, **articular asserções com estatutos funcionais distintos** (conclusão e premissa ou argumento a favor dessa conclusão)” (LOPES, 2012, p. 456 – grifos acrescentados). Nessa perspectiva, em

(31) Diego está doente, porque não veio à aula hoje”

existe uma *ilocução complexa*, em que cada *ilocução elementar* representa um *ato assertivo*: *p*, e *digó isto porque q*. A pausa é uma marca da *causa de enunciação* – em (31) representada por uma causa epistêmica – que atesta se tratar de uma *ilocução complexa* constituída de duas *ilocuções elementares independentes*: “Características prosódicas sinalizam a **não integração sintática** da causal de enunciação, que, por seu turno, reflete, na nossa opinião, **a sua forte autonomia ilocutória**” (LOPES, 2012, p. 456 – grifos acrescentados.)

⁴² Lopes (2012) defende a incorporação do domínio epistêmico ao domínio conversacional. Assim, as relações causais epistêmicas e conversacionais são tratadas sob o rótulo de *causa de enunciação*, que, segundo a autora, opera em enunciados cujo segmento principal representa um ato que pode ser *assertivo*, *diretivo*, *compromissivo* (“prometo”) ou *expressivo* (“lamento”). Para todos os casos, salienta que a causa de enunciação sempre representa um *ato de justificação*. Destaca, ainda, a distinção entre *causais de enunciação que justificam uma asserção inferida* e *causais de enunciação que justificam atos ilocutórios não assertivos*. Dessa maneira, pode-se inferir que Lopes (2012), em outros termos, retoma a distinção entre os domínios epistêmicos e dos atos de fala.

4 METODOLOGIA E CONTRIBUTOS PARA ANÁLISE DA JUNÇÃO CAUSAL

Esta seção destina-se a apresentar uma caracterização geral do *corpus* e dos dados desta tese sob o viés metodológico. Na primeira parte, os textos que compõem o *corpus* são descritos quantitativa e qualitativamente, com o intuito de evidenciar o recorte adotado em termos de número de palavras e da descrição estilística que define o tipo de tradição discursiva a que se vinculam. Quanto aos dados, abordam-se, na segunda parte, três dimensões – a sintagmática, a semântico-pragmática e a sintática – com vistas a explicitar e justificar decisões metodológicas. As descrições e operacionalizações apresentadas atestam a complexidade do domínio da junção causal, quando observado a partir de dados reais. Espera-se que a discussão desenvolvida ao longo desta seção supere os limites de uma “apresentação de procedimentos metodológicos”, a fim de servir como um contributo para a constituição de um modelo de análise da junção (causal).

4.1 O *corpus*

Para constituir o *corpus* do presente trabalho, foram selecionados textos datados do século XIII ao século XXI, que correspondem, segundo periodização estabelecida por Mattos e Silva (2008a), a três períodos do português, quais sejam, o Português Arcaico – do século XIII ao XV – o Português Moderno – séculos XVI e XVII – e o Português Contemporâneo – do século XVIII aos dias atuais. O período contemporâneo, no entanto, é subdividido em duas sincronias: “Português Contemporâneo I (enunciação escrita)”, que compreende os textos do século XVIII ao XX, e “Português Contemporâneo II (enunciação falada)”, representado por amostras de fala deste século⁴³. A seleção desses textos segue, basicamente, dois critérios, com vistas à obtenção de um *corpus* simétrico do ponto de vista qualitativo e quantitativo. O primeiro critério diz respeito aos gêneros textuais e, em sentido lato, às tradições discursivas em que os textos selecionados se inscrevem. Dessa forma, priorizaram-se os gêneros e as tradições que apresentam, na sua teia constitutiva, a narratividade e/ou argumentatividade,

⁴³ Essa subdivisão justifica-se pelo entendimento de que os dados de fala se particularizam bastante, sobretudo em termos estilísticos e sintáticos, em relação àqueles obtidos a partir de textos escritos. Entretanto, tal decisão metodológica não deve ser vista como uma dicotomização entre fala e escrita, uma vez que, neste trabalho, adota-se uma visão não compartimentada entre essas modalidades, com base no argumento de que, nos textos falados e escritos, co-existem marcas do oral e do letrado “que podem ser interpretadas como índices da natureza constitutivamente heterogênea e dinâmica das TD”. (LONGHIN, 2014, p. 55).

tendo em vista o caráter coesivo e argumentativo dos conectores interacionais (DECAT, 2011; ILARI, 1996), objeto de estudo desta pesquisa.

O segundo critério refere-se ao rigor no controle da quantidade de palavras de cada texto, obedecendo ao recorte de 5500 palavras⁴⁴. Além disso, conforme mostram os quadros a seguir, buscou-se correspondência quantitativa também nas demais dimensões do *corpus*: cada século é representado por um total de 11000 palavras, e cada sincronia, de 33000, com exceção da sincronia IV, representada apenas pelo século XXI, que apresenta um total de 31000 palavras.

QUADRO 3. Sincronia I: Português Arcaico

Código	Corpus	TD	Datação	Nº Palavras
FR	Foro Real de Afonso X	Texto Jurídico	XIII	5.500
DSG	Demanda do Santo Graal	Novela de Cavalaria	XIII	5.500
FLOS	Flos Sanctorum	Hagiografia	XIV	5.500
PP	Primeyra Partida	Texto jurídico	XIV	5.500
CDF	Crónica de D. Fernando	Crônica histórica	XV	5.500
LC	Leal Conselheiro	Prosa doutrinária	XV	5.500
TOTAL	06 textos			33.000

QUADRO 4. Sincronia II: Português Moderno

Código	Corpus	TD	Datação	Nº Palavras
CDA	Crónica del-Rei D. António	Crônica Histórica	XVI	5.500
CPJ	Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil	Texto epistolar	XVI	5.500
HSC	Historia da prouincia de Sãcta Cruz a que vulgarme[n]te chamamos Brasil...	Texto narrativo-descriptivo	XVI	5.500
HA	Historiografia de Alcobaça	Crônica Histórica	XVII	5.500
JVC	Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal	Crônica Histórica	XVII	5.500
CA	Corte na Aldeia e Noites de Inverno	Prosa doutrinária	XVII	5.500
TOTAL	06 textos			33.000

⁴⁴ Vale dizer que, em análise prévia, os textos consultados obedeceram ao recorte de 7000 a 11000 palavras. Não se observou, entretanto, variações significativas no paradigma dos conectores causais nesses recortes mais extensos. Assim, a decisão de considerar uma quantidade menor de palavras não é danosa do ponto de vista qualitativo, sobretudo por se tratar de uma pesquisa em gramaticalização, cuja aplicabilidade de princípios e parâmetros, ainda que se refiram à frequência, depende muito mais da variabilidade dos dados do que do seu grande volume.

QUADRO 5. Sincronia III: Português Contemporâneo I (Escrita)

Código	Corpus	TD	Datação	Nº Palavras
D	Directorio...	Texto Prescritivo	XVIII	5.500
CA	Cartas Aldeamentos	Texto epistolar	XVIII	5.500
RNG	Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra	Texto historiográfico	XIX	5.500
CL	Cartas de Leitor Bahia	Carta de leitor	XIX	5.500
CFO	Cartas da Família Oliveira	Carta pessoal	XX	5.500
D&G	Corpus Discurso e Gramática/48 informantes	Narrativa de experiência pessoal (escrita)	XX	5.500
TOTAL	06 textos			33.000

QUADRO 6. Sincronia IV: Português Contemporâneo II (Fala)

Código	Corpus	TD	Datação	Nº Palavras
NE	Iboruna	Narrativa de experiência	XXI	15.500
RO	Iboruna	Relato de Opinião	XXI	15.500
TOTAL	31 inquéritos			31.000

Como já assinalado, a pesquisa sobre variação e mudança linguística que lança mão também de textos no modo de enunciação escrito deve se pautar por uma metodologia que considere as tradições discursivas, a fim de operacionalizar, adequadamente, a história dos textos para uma história da língua (Cf. Seção 2.2.2). Desse modo, torna-se necessário identificar as tradições discursivas a que pertencem os textos do *corpus*, reconhecendo as suas principais propriedades temáticas e estilísticas. Para atender a essa necessidade, apresentam-se abaixo breves sinopses dos textos do *corpus*:

Foro Real de Afonso X (FR)

O “Foro Real” é um documento jurídico dos fins do século XIII. Trata-se de uma tradução do castelhano para o português (FERREIRA, 1983 apud OLINDA, 1991, p. 38). É um dos primeiros textos legislativos escritos em português. Especula-se que a versão original data de 1255, e a tradução, de 1267. Segundo Barros (2010, p. 44), esse texto representa uma tentativa de uniformização legislativa nas diversas cidades de Castela sob o reinado de Afonso X, caracterizando-se como uma obra com grande diversidade de temas jurídicos, que abrangem o direito público, real, civil, penal e processual. Do ponto de vista discursivo, o “Foro Real” é de natureza predominantemente prescritiva, dada a sua finalidade legislativa; mas apresenta,

ainda, o discurso argumentativo-justificativo, presente nos trechos em que se observa a intenção de levar o interlocutor a aceitar a conveniência das diretrizes apresentadas (BARROS, 2004).

A Demanda do Santo Graal (DSG)

A “Demanda do Santo Graal” é uma novela de cavalaria, cuja versão original foi escrita em francês, no século XIII, provavelmente entre os anos de 1230 e 1240. Acredita-se que a primeira tradução para o português tenha sido feita ainda no século XIII, por volta do ano 1245 (ZIERER, 2013; MATTOS E SILVA, 1989). O fato é que a versão utilizada para edições que se conhece hoje é uma cópia tardia (1527-1536) dessa primeira tradução. O cerne da narração refere-se à busca dos cavaleiros pelo Santo Vaso, o Graal, cálice usado por Cristo na Última Ceia. Esse cálice também teria sido usado por José de Arimatéia para recolher o sangue de Cristo após a crucificação. Zierer (2013, p. 02) assinala que, por meio dessa novela, é possível observar “os aspectos da cavalaria, seu papel na sociedade e uma tentativa de suavização nos seus costumes, através da imagem de um cavaleiro perfeito, modelo a ser mostrado à nobreza da época, envolvida em disputas por territórios e guerras privadas”.

O Flos Sanctorum (FLOS)

O “Flos Sanctorum” é um texto hagiográfico escrito originalmente em grego e latim. A versão em português data dos finais do século XIV. Há indícios paleográficos nesse manuscrito que revelam se tratar de uma cópia de outra versão desaparecida, já escrita em “linguagem”, e não de uma cópia direta de um original latino (MACHADO FILHO, 2009, p. 22). A narração trata da vida e feitos de diversos santos e mártires dos primeiros séculos de difusão do cristianismo na Alta Idade Média, sendo utilizada como suporte para o trabalho de doutrinação religiosa implementado pela Igreja.

Primeyra Partida (PP)

Barros (2004, p. 51) verifica que o texto jurídico “Primeyra Partida” (1350), pertencente à Legislação de Afonso X, é composto por dois tipos de discursos: um discurso legislativo propriamente dito, constituído por atos ilocutórios diretivos, e outro representado por atos assertivos com valor de justificação. Para a autora, a configuração discursiva nuclear do discurso legislativo-expositivo é marcada por atos diretivos com valor de prescrição. No

entanto, no texto “Primeyra Partida”, são predominantes atos assertivos declarativos que o aproximam de um discurso pedagógico, o que lhe confere um caráter doutrinal: “o discurso legislativo surge assim, na Primeyra Partida, enquadrado num cenário de ‘ensinamento’” (BARROS, 2004, p.54). Escrito numa e para uma sociedade teocêntrica, observa-se que o eu-enunciador desse texto não é representado por Afonso X, mas pela “Santa Igreja”.

Crónica de D. Fernando (CDF)

A “Crónica de D. Fernando”, de Fernão Lopes, se caracteriza como um texto narrativo de relevância histórica e literária. Essa obra faz parte da chamada “trilogia de Fernão Lopes”, que, em 1434, na condição de guarda-mor do Tombo, atende à encomenda do rei D. Duarte para que escreva as crônicas dos grandes feitos dos reis portugueses; daí surgem a “Crónica de D. Pedro I”, “Crónica de D. Fernando” e a “Crónica de D. João I”. Na “Crónica de D. Fernando”, Fernão relata acontecimentos do conturbado cenário em que D. Fernando reinou (1367-1383), em virtude de guerras luso-castelhanas, além do seu casamento malsucedido com D. Leonor Teles. Mattos e Silva (1989, p. 31) destaca que essas crônicas representam um testemunho confiável do dialeto literário de Lisboa da primeira metade do século XV, visto que possuem autoria, datação e localização bem definidas.

Leal Conselheiro (LC)

“Leal Conselheiro”, escrito pelo rei D. Duarte entre os anos de 1437-1438, se inscreve no rol da literatura doutrinária, que se desenvolve no Ocidente desde o século XIII, destinada, sobretudo, à formação do homem nobre (MUNIZ, 2003, p. 542). Assim, D. Duarte escreve prioritariamente para sua nobreza, afirmando-se “como um ‘conselheiro’ que tem na ‘lealdade’ uma de suas qualidades, daí sua obra se chamar ‘leal conselheiro’” (MUNIZ, 2003, p.541). O caráter pedagógico da obra é evidenciado pela metáfora do “A B C de lealdade”, permitindo caracterizá-la como um tratado sobre a “lealdade”, atributo principal de um “conselheiro”. Dessa maneira, tal “A B C” se destinava à formação dos “homees da corte”, a fim de que também se tornassem “leais conselheiros” aptos a ajudar D. Duarte no regimento do seu reino.

A Crónica del-rei D. António (CDA)

“A Crónica del-rei D. António”, conhecido como o Prior de Crato, é um documento da última década do século XVI, cuja autoria é atribuída ao Frei Pedro de Frias, que acompanhou D. António em conflitos envolvendo o seu reinado, além de ter seguido com ele para o arquipélago dos Açores. A crônica, como informa Hermann (2010, p. 158), “é documento precioso sobre a empresa nos Açores e fornece informações acerca da procedência e diversidade do grupo que seguiu o Prior do Crato, além de ser fonte importante sobre a terminologia política da época”. Caracteriza-se, dessa forma, como um texto de reconhecida importância histórica, cujo estilo se alinha às demais crônicas produzidas no início da Idade Moderna, que almejavam um maior rigor historiográfico.

Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (CPJ)

As “Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil” dizem respeito a um conjunto de correspondências produzidas no período de 1538 a 1563⁴⁵. Essas cartas foram escritas, no Brasil e na Europa, por padres da Companhia de Jesus e por pessoas dos mais diversos níveis hierárquicos, como bispos, secretários, mestres de obras etc. Segundo Cerello (2007, p. 17), esses textos “serviam à Companhia de Jesus em forma de lições aos noviços, como prestação de contas das diversas escolas espalhadas pelo Novo Mundo e, ainda, para dar notícias das ações e descobrimentos nas novas terras”. Tinham, portanto, destinatários também diversos. Do ponto de vista estilístico, é possível notar que as CPJ mesclam aspectos de gêneros narrativos e descritivos, apresentando, entre outras, as seguintes características: linguagem mais informal; pessoalidade no modo de expressão verbal e preocupação em relatar e documentar aspectos da realidade à qual se direcionam (LIMA, 2006, p. 90).

Historia da prouincia de Sãcta Cruz a que vulgarme[n]te chamamos Brasil... (HSC)

A “Historia da prouincia de Sãcta Cruz a que vulgarme[n]te chamamos Brasil” é um documento que data de 1576, escrito por Pero de Magalhães de Gândavo, resultado de sua estadia no Brasil, provavelmente entre os anos de 1558 a 1572. Durante cerca de dez anos, Gândavo dedicou-se a escrever a HSC, que contou com duas versões anteriores, que possuíam

⁴⁵ As cartas que fazem parte do *corpus* deste trabalho datam de 1550.

títulos diferentes: *Tratado da província do Brasil* e o *Tratado da terra do Brasil*. Conforme aponta Lima (2010, p. 12), Gândavo, diferentemente dos “descritores do Brasil” de sua época, utiliza uma linguagem simples e objetiva, com o intuito de apresentar uma obra sem “delírios fantasiosos”, dedicada, principalmente, ao homem pobre do reino que estivesse interessado em migrar para a colônia. Do ponto de vista estilístico, observa-se que bastante atrelada à narratividade do texto está o seu teor descritivo, dada a “vivacidade e o encantamento com o pormenor com que [Gândavo] descreve aspectos da colônia, só possíveis numa visão *in loco*” (LIMA, 2010, p. 03).

Historiografia de Alcobaça (HA)

A “Historiografia de Alcobaça” constitui um trabalho historiográfico produzido por vários sacerdotes pertencentes à Real Abadia de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo, do qual resultou a elaboração da obra “Monarquia Lusitana”⁴⁶, publicada entre 1597 a 1727 (MOISÉS, 1968, p.182). Os fatos narrados através da historiografia alcobacense têm caráter medievalizante, já que, não raro, a narrativa histórica se apresenta sob uma visão teocêntrica e sobrenatural. Assim, conforme caracteriza Moisés (1968, p. 183), a historiografia de Alcobaça é “mais apologética e fantasista que historiográfica”, com exceção dos textos produzidos pelo Frei Antônio Brandão, considerado um legítimo historiador por evitar o “feitio imaginativo” no relato dos fatos.

Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal (JVC)

Bastante referida em estudos sobre as invasões holandesas no Brasil, o que atesta a sua relevância como documento histórico, a “Jornada dos Vassalos da Coroa” é uma crônica publicada em 1625. De autoria do Padre Bartolomeu Guerreiro, narra a conquista da Bahia em 1624 pelos holandeses e a expedição empreendida para reconquistá-la, em que fidalgos e prelados, os “vassalos da Coroa”, partiram para o Brasil com o objetivo de expulsar o enfraquecido invasor das colônias (CAMENIETZKI; PASTORE, 2005).

⁴⁶ Os trechos da “Monarquia Lusitana” que integram o *corpus* desta pesquisa foram escritos pelo Frei Bernardo de Brito e pelo Frei Antônio Brandão.

Corte na aldeia e noites de Inverno (CA)

“Corte na aldeia e noites de Inverno” é um texto de caráter doutrinal, publicado em 1619. Escrita por Francisco Rodrigues Lobo, trata-se de uma prosa dialógica, visto que reúne dezesseis diálogos⁴⁷ – realizados em dezesseis “noites de inverno” consecutivas – de um grupo de amigos (uma pequena corte), entretidos na discussão de vários assuntos a partir de um tema central: “a retórica nova da cortesia” para a língua portuguesa (FIADEIRO, 2006, p. 83). Pelo caráter narrativo e doutrinal dos diálogos, é possível afirmar que o texto se compõe de colóquios, destinados a ensinar ao aspirante cortesão o domínio da eloquência e de uma retórica apropriada para as atividades cortesãs.

Directorio (D)

O “Directorio”, tradicionalmente conhecido na historiografia por “Diretório Pombalino” ou “Diretório dos Índios”, consiste num texto legislativo da segunda metade do século XVIII destinado a subsidiar jurídica e politicamente as relações entre a sociedade colonial e os povos indígenas (CANCELA, 2013, p. 45). O recorte selecionado para este trabalho contém os parágrafos escritos por Sebastião José de Carvalho e Melo e versa sobre temáticas que envolvem propostas de “civilização dos índios” e de fomento à produção agrícola.

Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra (RNG)

Apresentado na Assembleia Geral Legislativa, em 1843, o “Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra” trata de ocorrências e da execução de serviços atinentes a setores responsáveis pela logística militar do Império. Em linhas gerais, caracteriza-se como uma narrativa de caráter mais técnico, embora seja possível identificar diversas marcas de subjetividade do seu autor, o então Ministro e Secretário de Estado José Clemente Pereira, que escreve o Relatório em primeira pessoa.

⁴⁷ Apenas o “Dialogo I” faz parte do *corpus* desta pesquisa.

Cartas de Leitor (CL)

As *cartas de leitor* pertencem ao trabalho organizado por Barbosa e Lopes (2006), que reúne edições desse gênero realizadas a partir de jornais oitocentistas de seis estados brasileiros: Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e São Paulo. Em relação à variedade temática desse material, Barbosa e Lopes (2006, p. 08) afirmam que “afloram no discurso das cartas as reivindicações dos direitos, as insatisfações individuais e coletivas de um Brasil recém-independente”. Para compor o *corpus* desta pesquisa, selecionaram-se 14 cartas do primeiro capítulo, escritas entre os anos de 1830 a 1832 e publicadas no jornal “Gazeta da Bahia”. A temática desse recorte é bastante variável, mas é possível destacar que, na maioria delas, o escrevente refuta o que se publicou sobre ele em edição anterior do jornal, atribuindo a essas cartas um forte caráter argumentativo de réplica.

Cartas da Família Oliveira (CFO)

As *Cartas da Família Oliveira* constitui um conjunto de 23 cartas pessoais pertencentes ao acervo pessoal da Família Oliveira, em Feira de Santana (BA). Edições fac-similares e semidiplomáticas desse material estão disponíveis no site do projeto *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*, da Universidade Estadual de Feira de Santana. Para este trabalho, foram selecionadas 19 cartas, em versão modernizada, escritas por Arnaldo Andrade Dias, que se encontrava ora no Rio de Janeiro, ora em São Paulo, e dirigidas à sua esposa Lourdinha (Maria de Lourdes Lima de Oliveira), na Bahia. Essas cartas foram produzidas no período de 1962 a 1989 e tem como variante o português semipopular. Do ponto de vista temático e discursivo, as cartas destinam-se, prioritariamente, à expressão das angústias do autor por estar longe de sua amada. Daí todos os textos serem marcados por uma forte sentimentalidade, materializada em clichês relacionados à expressão de amor e de saudade, o que atribui às cartas um caráter quase que “formulaico”.

Corpus Discurso & Gramática (D&G)

O *corpus Discurso & Gramática* representa um dos projetos desenvolvidos no rol do grupo de estudos homônimo, fundado em 1971 na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O *corpus* reúne amostras de língua falada e escrita de cinco cidades brasileiras: Natal, Rio de Janeiro, Niterói, Juiz de Fora e Rio Grande. O recorte feito para este trabalho considera apenas

parte da amostra escrita: 23 textos do gênero *narrativa de experiência pessoal*, escritos em 1993 e retirados das amostras de Natal, Rio de Janeiro e Rio Grande. Nos textos selecionados, é quase unânime a opção do escrevente por narrar alguma situação de conflito ou de perigo em que esteve envolvido.

CORPUS IBORUNA

Os dados do modo de enunciação oral deste trabalho pertencem ao *corpus Iboruna*, idealizado em 2004, na UNESP de São José do Rio Preto, como parte de um projeto maior, o ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista). O banco de dados conta com dois tipos de amostras de fala: Amostra Censo (AC) e Amostra de Interação Dialógica. Para o *corpus* desta pesquisa, selecionam-se 14 inquéritos da primeira amostra, realizados entre os anos de 2004 e 2005. Esses inquéritos, por sua vez, sofreram um recorte em termos de tipos textuais: foram considerados apenas os trechos de *narrativa de experiência* e o *relato de opinião*. Os falantes são inquiridos e motivados a desenvolverem narrativas de fatos que o marcaram e expressarem opiniões acerca de situações e elementos que, geralmente, fazem parte do seu contexto sociocultural, como, por exemplo, a escola onde estuda e a administração pública da cidade em que mora. Nota-se, porém, que, mesmo na narrativa de experiência, os textos assumem, muitas vezes, um caráter opinativo, na medida em que o falante emite as suas impressões avaliativas sobre os personagens envolvidos, bem como sobre os próprios fatos narrados.

Considerando, em conjunto, os textos em questão, é possível reconhecer, de um lado, diferenças que tornam o *corpus* diverso em relação a sua configuração discursiva e estilística, e, de outro, aproximações que sustentam a sua simetria. Essa simetria permite operacionalizar traços comuns entre os textos e proceder a generalizações em termos de tradições discursivas (TD), esquematizadas no quadro a seguir⁴⁸:

⁴⁸ Os textos da sincronia *Português contemporâneo falado* são excluídos dessa operacionalização. A interpretação dos resultados referentes a essa amostra, em termos de TD, considera, portanto, as tradições consideradas pelo próprio *corpus Iboruna* e selecionadas para a pesquisa, ou seja, a *narrativa de experiência* e o *relato de opinião*.

QUADRO 7: Proposta de reclassificação dos gêneros da amostra em TD

Tradição Discursiva	Gêneros Textuais
<i>Narrativa histórico-ficcional</i>	DSG; FLOS; CDF; CDA; HSC; HA; JVC; D&G
<i>Narrativa epistolar</i>	CPI; CA; RNG; CL; CFO
<i>Narrativa jurídico-doutrinária</i>	FR; PP; LC; CAN; D

Para justificar a proposta delineada no quadro acima, alguns pontos merecem atenção. O primeiro é a pertinência de uma generalização desse tipo. O fato de o conceito de TD ser mais amplo que o de gênero textual (Cf. Seção 2.2.2) representa um dos aspectos favoráveis a tal generalização, visto que uma mesma TD pode incluir gêneros distintos: “todos os gêneros são tradições discursivas, mas nem todas as tradições discursivas são gêneros” (KABATEK, 2012, p. 587). Dessa forma, os gêneros textuais do *corpus*, considerados, com cautela, nos recortes adotados, exibem traços gerais que permitem agrupá-los nas três TD nomeadas no quadro acima.

Dois casos revelam-se, aqui, bastante ilustrativos para explicar a distinção de gênero e TD, bem como o maior escopo estilístico e discursivo desta em relação àquele. O gênero *relato de experiência pessoal*, retirado do *corpus Discurso & Gramática (D&G)*, apresenta, em todos os trechos selecionados, a narrativa de fatos que marcaram a vida de seus escreventes. Tal gênero, embora, em tese, não se refira a fatos fictícios, apresenta características que o aproxima de gêneros como a crônica histórica e os demais textos eminentemente pautados pela TD narrativa histórico-ficcional: em ambos os gêneros, há forte narratividade permeada por descrições e, em muitos casos, a presença do escrevente se materializa como narrador-personagem. Além disso, mesmo nos relatos de experiência pessoal, os textos têm como interlocutor uma “autoridade”, seja o rei, um grupo de leitores da corte ou, nesse caso, o pesquisador/professor que lança a proposta de produção do relato.

Outro ponto que pode levantar questionamento diz respeito à inclusão do gênero *Relatório* no rol da TD narrativa epistolar. Como descrito acima, o *Relatório da Repartição de Negócios da Guerra* apresenta forte presença do locutor, o que remete a um texto epistolar em que o escrevente emite a uma autoridade informações sobre serviços pelos quais é responsável, como se nota, por exemplo, nas *Cartas dos Padres Jesuítas* e nas *Cartas de Aldeamento*. Essa generalização será adotada, portanto, nas análises e interpretações sobre a possível influência das TD na determinação de certos resultados.

4.2 A estrutura da junção causal

Na tradição gramatical, as “conjunções” são quase que categoricamente tratadas como formas responsáveis pela junção de sentenças. Na grande maioria dos exemplos, essas sentenças se caracterizam como orações simples, ou seja, como uma predicação que se organiza em torno de um único verbo ou locução verbal. Muitas vezes, como um recurso de didática, trabalhos de base linguística, ao tratar de análises no nível interoracional, também costumam apresentar exemplos em que a junção se dá entre duas orações simples, como se pode ver nos trabalhos de Sweetser (1990) e Noordman e Blijzer (2000), bem como na Seção 3 desta tese.

No entanto, dados linguísticos reais revelam um cenário muito mais diverso no nível interoracional, em que as sentenças conectadas por uma “conjunção” se constituem em segmentos complexos, caracterizados, muitas vezes, como um “emaranhado de orações simples”. Nesse sentido, Wang e Huang (2006) afirmam que preferem adotar o termo “conectivo” – *connective* – à “conjunção”, visto este último estar associado ao nível sentencial. Como as formas que investigam, os conectores causais do mandarim *yinwei* (porque), *suoyi* (por isso) e *ranhou* (então), estabelecem relações que extrapolam o nível da sentença, Wang e Huang assinalam que não seria adequado referi-los como conjunções, mas como *conectivos*, termo que se refere a junção não só entre sentenças, mas entre unidades do discurso. Alertam ainda para o fato de que os dados de enunciação oral tornam questionável a rígida delimitação entre oração principal e oração subordinada. As observações desses autores são válidas para os dados deste trabalho, os quais, em sua maioria, revelam a complexidade sintagmática do domínio da junção, o que tem implicações fundamentais nas decisões metodológicas.

Em relação à terminologia, prefere-se também o uso do termo *conector* à *conjunção* e *segmento* à *oração*, a fim de reconhecer, respectivamente, um escopo mais amplo da junção e a complexidade sintagmática das unidades conectadas. Os exemplos a seguir mostram que essa complexidade sentencial se faz presente em textos de diferentes séculos, gêneros e modos de enunciação⁴⁹:

(32) E outorga-me que a minha alma seja com a sua depós a minha morte e depós a sua, em qual lugar quer que ela seja, **CA** esta é a cousa que eu mais desejo...(DSG, XIII)
[*E permita que a minha alma esteja com a sua depois da minha e da sua morte, em qualquer lugar que seja, pois esta é a coisa que eu mais desejo, que a minha alma esteja com a sua depois da minha morte*]

⁴⁹ Os exemplos retirados de textos mais antigos são acompanhados de glosas, que representam uma “atualização”, em sua maioria interpretativa, de dados cuja leitura requer familiaridade com o léxico e a sintaxe de sincronias pretéritas, o que não se poderia exigir de todo leitor deste trabalho.

Sintagmaticamente, a junção causal do exemplo acima se compõe de dois segmentos formados de períodos compostos:

Segmento 01: [E outorga-me]¹[que a minha alma seja com a sua...]²

Conector: CA

Segmento 02: [está é a cousa]¹ [que eu mais desejo]²

A observação de dados como esse é fundamental para a definição do escopo da causalidade e, por conseguinte, do domínio semântico-pragmático em que a relação se estabelece. O caso de (32) não suscita dúvida quanto ao escopo, visto que o encaixamento das orações do primeiro segmento o caracteriza como uma única unidade sobre o qual recai a justificativa introduzida por *ca*. Nem sempre, porém, o escopo se refere a todo o segmento cujas orações estão encaixadas:

(33) Rogo-vos que comhades algũa cousa com que vos confortedes e folgade huñ pouco **PORQUE** sodes lassos...(FLOS, XIV)

[*Rogo-vos que comais alguma coisa com que vos satisfaçais e descanséis um pouco, porque estais cansados*]

Nesse caso, há uma coordenação entre as orações encaixadas e o escopo de causalidade está mais diretamente ligado à última oração, já que a justificativa “porque estais cansados” se atrela ao pedido de que descansem, mas não ao de que comam:

Segmento 01: [Rogo-vos]¹[que comhades algũa cousa]² [com que vos confortedes]³ **E** [(que) folgade huñ pouco]⁴

Conector: PORQUE

Segmento 02: sodes lassos

Como, no entanto, o cansaço pode resultar em fome, é possível considerar que “porque estais cansados” também se refere ao pedido de que comam algo, o que tornaria ambíguo o escopo da causalidade. A decisão metodológica assumida em casos com ambiguidade desse tipo se baseia na linearidade sentencial, ou seja, o escopo recai mais diretamente sobre a oração imediatamente anterior/posterior ao segmento causal. Tal decisão se sustenta na realidade empírica da grande maioria dos dados, em que, quando o segmento efeito é composto por uma sequência de orações, a causalidade tende a se estabelecer entre as orações estruturalmente mais próximas, como se verifica abaixo:

(34) Eu hei nome Meraugis de Porlegues, e soñ de Cornualha, *cavaleiro que nom som ainda de muita nomeada*, **CA** *nom há muito que foi cavaleiro*. (DSG, XIII)

[Eu me chamo Meraugis de Porlegues, e sou de Cornualha, cavaleiro ainda pouco conhecido, porque não faz muito tempo que se tornou cavaleiro]

Os trechos em (35) e (36) a seguir exibem outra forma de estruturação da junção causal frequente no *corpus*, principalmente nos textos do português arcaico e moderno, em que o segmento introduzido pelo conector se distancia do segmento nuclear em virtude da intercalação de várias articulações oracionais. Esse distanciamento estrutural atesta, muitas vezes, o caráter fluido da agregação/integração de orações no discurso, o que, conforme se discute na Seção 5 deste trabalho, pode representar um aspecto favorecedor de mudanças em alguns conectores:

(35) **POR QUANTO** *sei que muitos foram, som, e ao diante serem tocados deste pecado de tristeza que procede da voontade desconcertada, que ao presente chamam em mais dos casos doença de humor menencorico, do qual dizem os físicos que vem de muitas maneiras per fundamentos e sentidos desvairados, – mais de tres anos continuados fui del muito sentido, e per special mercee de nosso senhor deos ouve perfeita saúde; com a teençom que primeiro screvi, de alguũs desta breve e simprez leitura filhareem proveitosa ensinança e avisoamento, – prepus de vos screver o começo, perseguiemento e cura que del ouve, por tal que minha speriencia a outros seja exempro. CA non he pequeno conforto e remedio aos que som desto tocados saberem como os outros sentirom...(LC, XV)*

[Porque sei que muitos foram, são, e adiante serão tocados deste pecado de tristeza, que procede da vontade desconcertada, que no presente chamam, na maioria dos casos, de doença do humor melancólico, do qual dizem os físicos que vem de muitas maneiras, por fundamentos e sentidos desvairados; mais de três anos continuados fui vítima desse sentimento, e por especial compaixão de nosso senhor Deus, tive perfeita saúde; com a intenção que primeiro escrevi de alguns desta breve e simples leitura tomarem proveitoso ensinamento, propus de vos escrever o começo, o desenvolvimento e a cura, de modo que minha experiência seja exemplos a outros. Pois não é pequeno o conforto e remédio aos que estão tocados saberem como os outros se sentiram.]

(36) **...COMO** *estes pela lastimosa rusticidade, e ignorancia, com que até agora foraõ educados, não tenhaõ a neccessaria aptidaõ, que se requer para o Governo, sem que haja quem os possa dirigir, propondo-lhes não lõ os meios da civilidade, mas da conveniencia, e persuadindo-lhes os proprios diCtames da racionalidade, de que viviaõ privados, para que o referido Alvará tenha a sua devida execuçaõ, e se verifiquem as Reaes, e piiffimas intençoens do dito Senhor, haverá em cada huma das sobreditas Povoaçãoens, em quanto os Indios não tiverem capacidade para se governarem, hum DireCtor, que nomeará o Governador... (D, XVIII) [...Como estes, pela lastimosa rusticidade e ignorância com até agora foram educados, não tenha a necessária aptidão que requer para o governo, sem que haja quem os possa dirigir, propondo-lhes não só os meios da civilidade, mas de conveniência, e persuadindo-lhes os próprios ditames da racionalidade, de que viviam privados, para que o referido alvará tenha a sua devida execução e se veriquem as reais e péssimas intenções do dito senhor, haverá, em cada uma das povoações supracitadas, enquanto os índios não tiverem capacidade para se governarem, um diretor, que nomeará o Governador...]*

Outro padrão de junção comum na amostra deste trabalho diz respeito aos casos em que o elo causal é construído entre duas porções textuais mais complexas, que, incluindo outras articulações, devem ser tomadas como duas unidades discursivas. Ratifica essa constatação, na maioria dos casos, a presença de pontuação indicando segmentação prosódica entre os segmentos, o que favorece, como explica Decat (2011), a leitura de que se trata de duas unidades sintaticamente independentes.

(37) ...pera que nesta parte magoemos ao Demonio, que tanto trabalhou & trabalha por extinguir a memoria da SanCta Cruz, & desterrala dos corações dos homens (mediante a qual fomos redemidos & liurados do poder de sua tyrannia) tornemoslhe a restituir seu nome, & chamemoslhe prouincia de SanCta Cruz como em principio (que afsi o amoesta tambem aquelle illustre & famoso escritor João de Barros na sua primeira Década, tratando deste mesmo descobrimento). **PORQUE** na verdade mais he destimar & melhor foa nos ouvidos da gête Christão nome de hum pao em que fe obrou o mysterio de nossa redempçam, que o doutro que nam ferue de mais que de tingir panos ou coufas femelhantes. (HSC, XVI)

[...para que nesta parte magoemos ao Demônio, que tanto trabalhou e trabalha por extinguir a memória da Santa Cruz, e desterrá-la dos corações dos homens (mediante a qual fomos redimidos e livrados do poder de sua tirania) tornemos-lhe a restituir seu nome e chamemos-lhe Província de Santa Cruz, como em princípio (que assim adverte também aquele ilustre e famoso escritor, João de Barros, na sua primeira Década, tratando deste mesmo descobrimento). Porque, na verdade, mais é de estimar e soa melhor nos ouvidos dos cristãos nome de um pau em que se realizou o mistério de nossa redenção que o de outro que não serve a nada além de tingir panos e coisas semelhantes.]

Veja-se que não é tão clara a delimitação sintagmática da predicação de cada segmento, como se verifica no exemplo anterior: pode-se dizer que, em casos desse tipo, há uma diluição da “predicação” em cada unidade discursiva, refletindo na relação de causalidade estabelecida, como se verá adiante.

Os exemplos seguintes, além de exibirem a complexidade sintagmática dos segmentos da junção, apresentam particularidades dos dados de enunciação oral, retirados de contextos em que há interação entre dois interlocutores:

(38) Inf.: o Ronaldinho joga bem mas só que ele:: tá fazen(d)o que nem uma criancinha tá queren(d)o fazê(r) graça né?

Doc.: por quê?

Inf.: **POR CAUSA QUE** éh:: ele pode sê(r) o fenômeno mas:: não tem ele:: é o bom ele é bom...(RO, XXI)

(39) Inf.: ele num (a)güentava batê(r) nela

Doc.: não?

Inf.: é... **PORQUE** ele vivia sempre bêbado né? (RE, XXI)

Em ambos os casos, verifica-se, conforme descreve Paiva (1995), um processo de “subordinação interacional”, através do qual a junção causal se constrói cooperativamente entre os participantes do ato de interação. Dessa forma, em (38), o estabelecimento de um complexo causal se dá em virtude do documentador solicitar uma justificativa para a opinião emitida pelo informante. No exemplo seguinte, a afirmação do informante surpreende o documentador, instaurando a necessidade de uma justificativa. Assim, “o segmento de discursivo introduzido pelo conector toma como elemento diretor a reação do interlocutor a um determinado ato de fala. A atividade justificativa faz intervir o interlocutor, incorpora a sua atuação” (PAIVA, 1995, p. 35). O exemplo a seguir também representa um caso em que a junção se estabelece interativamente, mas observa-se que, neste caso, o segmento efeito e o segmento causal são realizados por falantes diferentes:

(40) Doc.: mas por que que ele queria... brigá(r) com seu irmão?
 Inf.: ah:: **PORQUE** ele tinha ro(u)bado o chinelo do meu irmão né? (RE, XXI)

Para analisar esse tipo de junção, considera-se, seguindo Paiva (1995), que o segmento efeito está implícito na resposta do informante:

(40a) Ah, [ele queria brigar com meu irmão], porque ele tinha roubado o chinelo do meu irmão né?

Os aspectos descritos ao longo desta subseção, atestados em dados reais que compõem o *corpus* desta tese, além de justificarem as decisões metodológicas em termos estruturais, mostram que o estudo adequado do domínio da junção requer a superação do nível sentencial, na medida em que as relações semântico-pragmáticas, como a de causalidade, se resolvem, sintagmática e discursivamente, em articulações que extrapolam os limites da sentença. No item a seguir, trata-se das decisões metodológicas no nível da função, ou seja, das questões e critérios para a determinação dos domínios semântico-pragmáticos da junção causal, cuja complexidade é equivalente à sintagmática.

4.3 Limites e fluidez dos domínios de causalidade

A Seção 3 deste trabalho apresenta uma extensa discussão sobre diferentes propostas de base funcionalista para a análise e operacionalização da noção de causalidade. Desse modo, as principais decisões metodológicas atinentes a esse aspecto estão explicitadas no item 3.4, que apresenta os critérios de análise para a identificação dos domínios de causalidade. Conforme assinalado, os aspectos formais e discursivos relacionados aos domínios constituem “pistas” para a determinação do tipo de causalidade. É importante destacar, portanto, que não se trata de “marcas definidoras” dos domínios, mas de “marcas indiciadoras”. Dessa maneira, apresenta-se aqui um exercício de análise, a fim de evidenciar a operacionalização da noção de causalidade por meio de indícios formais e discursivos. Para tanto, analisam-se casos em que a relação causal parece flutuar entre diferentes domínios, explicitando as decisões metodológicas assumidas para lidar com as ambiguidades.

A complexidade da junção causal não se limita apenas ao nível da articulação das sentenças que a compõe. Numa postura funcionalista mais estrita, pode-se pressupor que a complexidade da noção de causalidade se reflete no nível sintagmático, considerando a primazia da função em relação à forma. Nem sempre, portanto, a identificação dos tipos de causalidade, aqui definida com base na teoria dos domínios de Sweetser (1990), se apresenta como uma tarefa fácil, porque, conforme mostram os mais diversos textos do *corpus* deste trabalho, os dados prototípicos não representam o elemento “default”.

A prototipicidade do domínio referencial, por exemplo, se revela nos casos em que existe uma relação de causa estrita entre dois estados de coisas claramente observáveis no mundo real, exterior ao texto, de modo que a participação do enunciador seja aparentemente nula:

(41) Inf.: [aí] lá tava frio... tava garoan(d)o né? então:: em São Paulo é meio frio... aí eles montaram uma fogue(i)ra lá fo::ra aí o povo ficô(u) [lá na fogue::(i)ra] tal só que *num ficô(u) muito PORQUE tava muito frio*. (RE, XXI)

Nesse exemplo, a relação de causa estrita entre os estados de coisas [não ficar muito tempo no exterior] e [estar muito frio] é bastante transparente. Além disso, a narração em terceira pessoa atribui maior objetividade à relação, conforme argumentam Pander Maat e Degand (2001) e Pit (2003). O exemplo a seguir apresenta caráter menos prototípico: embora a enunciação esteja em terceira pessoa, o tipo de predicação do segmento causal não se caracteriza propriamente como estado de coisas, mas como uma predicação avaliativa:

(42) E **POR QUE** aquella terra he muito poborada, nom podiam todos caber no castello, e colhiam-se delles antre o muro e a barvacaã em choças cubertas de collmo, que alli fezerom. (CDF, XV)

[*E porque aquela terra é muito povoada, não podiam todos caber no castelo, e alguns deles eram acolhidos entre o muro e a barbacã, em cabanas de colmo que ali fizeram*]

Apesar de a predicação avaliativa representar um indício característico de relações epistêmicas, conforme assinalado no item 3.4 da seção anterior, é necessário atentar para a fonte dessa avaliação. No caso do exemplo (42), a asserção de que “aquela terra é muito povoada” é apresentada como um conhecimento comum, e não como uma avaliação pessoal do enunciador. A anteposição do segmento causal em relação ao segmento efeito, considerada uma estratégia de topicalização (Decat, 2011), torna a causa pressuposta, contribuindo para uma leitura mais isenta de subjetividade.

Em (43), a referencialidade do elo causal tem um contorno mais subjetivo em relação aos dois enunciados anteriores, o que se deve à presença mais explícita do enunciador pela narratividade em primeira pessoa. A relação no domínio referencial é garantida pelos estados de coisas descritos – [sentir bastante dor] – [começar a chorar] –, que se relacionam causalmente no mundo real. Além disso, o falante não tem controle agentivo, principalmente, sobre o estado de coisas causal:

(43) ...aí eu fu/ aí a gente começô(u) a brincá(r) na pisci::na e começô(u) a dá(r) mortal de trás... teve uma hora que eu:: puxei muito pra frente... no mortal e bati a cabeça... né?... e rasguei a cabeça... e consegui saí(r) da piscina... né? *comecei a chorá(r) QUE tava doen(d)o bastante...*

Em alguns casos, seja na primeira ou terceira pessoa, o estabelecimento da relação causal resulta de uma ação volitiva, instaurando a chamada “relação referencial volitiva” (PANDER MAAT; DEGAND, 2001). Como, nesse caso, os estados de coisas não são totalmente independentes como fatos do mundo, porque dependem da vontade de um participante/enunciador, a relação referencial volitiva apresenta um maior grau de subjetividade, localizando-se, numa perspectiva escalar, numa zona vizinha às relações epistêmicas:

(44) ...e vendo sua obstinação sobre estar excomungado pollo Viguairo da terra, **quis** o nosso Padre ir laa a diser missa, **PORQUE** se passa hum anno e dous que não v[ê]em a Deus...(CPJ, XVI)

[*E vendo a sua obstinação sobre estar excomungado pelo vigário da terra, o nosso padre quis ir lá rezar a missa, porque faz um ano e dois meses que não veem a Deus...*]

Em alguns casos, a determinação da (não) referencialidade de uma relação causal requer considerações acerca de um *topos* legitimado pela coerência interna do texto, ainda que essa coerência não possa ser validada no mundo real (Cf. Seção 3). Veja-se o exemplo abaixo:

(45) **COMO** os Indios pela sua rusticidade, e ignorancia, não podem comprehender a verdadeira, e legitima reputação dos seus generos; nem alcançar o justo preço das fazendas, que devem comprar para o seu uso: Para se evitarem os irreparaveis dolos, que as pessimas imaginaçoens dos Commerciantes deste Paiz tem feito inseparaveis dos seus negocios; observarão os DireCtores as determinaçoens abaixo declaradas... (D, XVIII)

[*Como os índios pela sua rusticidade e ignorância não podem compreender a verdadeira e legítima reputação de seus gêneros, nem alcançar o justo preço das fazendas que devem comprar para o seu uso: para se evitarem os irreparáveis dolos, que as péssimas imaginações dos comerciantes deste país têm atrelado aos seus negócios, observarão os diretores as determinações abaixo declaradas...*]

O elo causal, nesse exemplo, se estabelece entre uma orientação normativa e a sua razão. O que se codifica no segmento causal, se considerado o contexto sócio-político atual, poderia se caracterizar como uma predicação avaliativa suscetível de questionamentos. Considerando, no entanto, o texto de onde o exemplo foi retirado, em sua dimensão sociocultural, a asserção do segmento causal é de ampla aceitação, o que se reforça, inclusive, pela sua anteposição. Além disso, a função social e estilística também exerce influência na leitura dos domínios de causalidade: o trecho em análise pertence ao *Directorio*, texto de caráter legislativo, que requer objetividade para se evitar questionamentos ou resistência em relação à obediência das leis.

Muitas vezes, em virtude da sua constituição heterogênea em termos de TD, emerge, por exemplo, em um texto de narrativa histórica, um discurso legislativo, como se vê no trecho em (46) a seguir, retirado da *Crônica de Dom Fernando*. Esse aspecto chama a atenção para o fato de que, algumas vezes, a referida influência de características da TD na determinação do domínio de causalidade deve ser considerada não em relação ao texto como um todo, mas na manifestação circunscrita de uma determinada TD no trecho em que a junção causal é analisada.

(46) E disse que **PORQUAMTO** era dereito escripto, que cada huum deve de seer costramgido pera vender as cousas que tiver pera huso e mantiimento dos homeens por preço aguisado em tempo de neçessidade, que porem mandava que todo o pam dos remdeiros e dos outros, que o tevessem em çelleiros e emcovado , fosse vendido primeiramente; (CDF, XV)

[*E disse que, uma vez que era direito escrito que cada um deve ser instigado a vender as coisas que tiver para uso e mantimento dos homens por preço ajustado em tempos de necessidade, por isso mandava que todo o pão dos rendeiros e dos outros, que estivessem em celeiros ou em estoque, fosse vendido primeiramente*]

Marcas de subjetividade, como expressões modalizadoras e elementos lexicais com valor avaliativo, nem sempre caracterizam um contexto epistêmico, como mostra a análise do exemplo abaixo:

(47) Quando faltavam poucos minutos para as 3:00hs eu tomei meu banho, me arrumei, me perfumei e fui a tal distribuição. Chegando lá, a distribuição era por tamanho, *eu COMO sou “grandão”*, *lógico fui quase um dos últimos na fila*. (D&G, XX)

O trecho em (47) faz parte de uma narrativa em que o escrevente trata da sua tentativa de conseguir ingressos para acesso a um parque temático. Há, no enunciado causal em destaque, duas marcas de subjetividade: o uso da forma flexionada do adjetivo “grande”, reforçando o caráter de predicação avaliativa do segmento causal, e o modalizador epistêmico “lógico” no segmento efeito. Apesar da subjetividade materializada por essas marcas, a relação causal se mantém no domínio referencial, uma vez que, como o próprio escrevente explica, a distribuição dos ingressos teve como critério o “tamanho” daqueles que os desejavam, o que, considerando o contexto maior a que o trecho pertence, se refere à faixa etária, de modo que os mais velhos (“mais altos”) deveriam ser os últimos a recebê-los. Com isso, “ser grandão”, ou seja, mais velho, nesse contexto, é uma causa para o estado de coisas [ter sido um dos últimos da fila].

Outro caso em que uma predicação avaliativa pode ser assumida como causa estrita de um estado de coisas é apresentado no seguinte trecho:

(48)...eu engravidei né?... fiquei to::da feliz... *ái com três meses eu perdi... PORQUE eu era muito ansiosa... ansiosa demais demais demais... aí com três meses eu perdi...*(RE, XX)

Nesse caso, a predicação avaliativa [ser muito ansiosa] encontra respaldo no mundo real para se tornar causa do estado de coisas [sofrer aborto]: um alto nível de ansiedade, que se atrela a reações físicas e psicológicas de estresse, pode ocasionar um aborto. Além disso, o fato de a informante, em outro trecho do inquérito, afirmar que um médico havia atestado a relação entre a sua ansiedade e o aborto reforça a leitura da relação como referencial.

Outro tipo de dado que pode suscitar questionamento quanto ao domínio da relação causal é ilustrado nos exemplos a seguir:

(49) Eu nom sei preto daqui abadia nem irmida, **CA** nom soom desta terra...(DSG, XIII)
[*Eu não conheço abadia ou ermida perto daqui, porque não sou desta terra...*]

(50) ...Lançalot, que houve grã pesar daquelas novas *e foi mui sanhudo da morte de rei*, **CA** muito o amara em sa vida. (DSG, XIII)

[...*Lancelot, que teve grande pesar ao saber daquelas notícias e ficou muito irado da morte do rei, porque o amara em sua vida*]

Nos dois casos, a predicação de ambos os segmentos da junção causal se estrutura a partir de verbos cuja natureza cognitiva atribui ao enunciado um contorno subjetivo. Contudo, a causalidade estabelecida se mantém no domínio referencial, na medida em que encontra comprovação no mundo exterior ao texto e ao enunciador. Desse modo, em (49), não saber da existência das referidas instituições religiosas como resultado do fato de não morar no lugar onde elas se localizam não representa uma crença do locutor, mas uma predicação do domínio referencial. Em (50), descreve-se uma situação em que a personagem Lancelot, que tinha com o rei uma relação de amor e fidelidade, irou-se por saber que ele havia sido assassinado: revoltar-se por saber do assassinato de um ente querido também se caracteriza como fatos referencialmente relacionados. É válido destacar, entretanto, que, numa visão escalar, esses seriam casos não prototípicos de causalidade referencial, uma vez que, pelas marcas subjetivas que apresentam, parecem estar na vizinhança do domínio epistêmico.

A prototipicidade da causalidade epistêmica é marcada, principalmente, pela natureza discursiva do segmento efeito que, nesse caso, deve se caracterizar como uma crença, julgamento ou conclusão do enunciador. Casos de causalidade epistêmica são os mais frequentes no *corpus* deste trabalho, representados pelo estabelecimento de uma relação causal baseada numa crença ou julgamento; ao contrário, casos como os de (51) e (52) a seguir, em que a relação epistêmica se constrói a partir de uma conclusão, são bastante escassos⁵⁰.

(51) E bem parece de razom que o comde ouvera logo de trager a Iffamte, **CA** el Rei mandou tirar d'aquella torre (...) huuma coroa d'ouro feita de macha-femeas (...) e outras cousas que perteençiam a guarnimentos de molher... (CDF, XV)

[*E parece bem claro que o conde logo teria de trazer a criança [menina], porque o rei mandou tirar daquela torre uma coroa de ouro feita de macha-fêmeas e outras coisas que pertenciam à vestimenta de mulher...*]

(52) Eu achei que tava **BEM** animado [o baile de 15 anos] o pessoal... até depois veio... comentá(r) que...gostô::(u) bastan::te **PORQUE**:: de/ foi até seis horas da manhã tinha gente lá ainda dançan(d)o... (RE, XXI)

No primeiro exemplo, o estado de coisas codificado no segmento causal – [o rei mandar tirar da torre itens femininos] – sustenta à conclusão de que o conde teria de trazer a menina à

⁵⁰ Porém, em diversos trabalhos sobre causalidade, casos em que a relação baseia-se numa conclusão do enunciador figuram como os principais exemplos do domínio epistêmico (Cf. SWEETSER, 1990, NOORDMAN; BLIJZER, 2000; PAIVA, 1995; BRAGA; PAIVA, 2011).

presença do rei, já que esses itens seriam para ela. No segundo, o fato de o baile ter se estendido até às seis da manhã leva a locutora a concluir que foi uma festa animada, da qual todos gostaram. Em ambos os enunciados, tem-se, no segmento causal, um estado de coisas e, no segmento efeito, um construto mental, resultante de um raciocínio inferencial do enunciador. É interessante notar, ainda, que a prototipicidade da causalidade epistêmica em (51) e (52) é também reforçada por marcas formais: a primeira contém a construção epistêmica “bem parece de razom”, e a segunda apresenta a forma verbal “achei”, que explicita o caráter avaliativo do segmento. A relação causal, nesses casos, é estabelecida

...entre segmentos do discurso que estão relacionados entre si como etapas de uma argumentação, uma relação inerente à situação comunicativa, isto é, **de fonte interpessoal**. Trata-se, portanto, **de uma relação entre significados como representação das impressões particulares do falante acerca da situação.**” (NEVES; BRAGA, 2009, p. 957 – destaques acrescidos).

Como assinalado, no *corpus* deste trabalho, são abundantes as ocorrências de causalidade epistêmica em que a relação se baseia numa crença ou julgamento do enunciador. Discursivamente, a junção causal, nesses casos, é caracterizada pela presença de conteúdos proposicionais nos seus dois segmentos. Em sua grande maioria, o caráter epistêmico desses enunciados é materializado, também formalmente, por meio de marcas que tornam as asserções modalizadas epistêmica e deonticamente, como ilustra a sequência de exemplos a seguir:

(53) E tal tratado **me parece** que principalmente **deve** pertecer pera homeês da corte que algũa cousa saibbam de semelhante sciencia e desejem viver virtuosamente, **POR QUE** aos outros **bem penso** que nom muito lhes praza de o leer nem ouvir. (LC, XV)

[Parece-me que tal tratado deve se destinar principalmente aos homens da corte que saibam alguma coisa sobre semelhante ciência e desejem viver virtuosamente, porque bem penso que aos outros não lhes agrada de o ler nem ouvir.]

(54) Senhor, disserom elles, a nos nom **convem** fallar em esto, **PORQUE** vos **veemos** ja liado com ella em tal maneira, que **entendemos** que numca outra molher avees d’aver se nom Ella...(CDF, XV)

[Senhor, disseram eles, a nós não convém falar nisto, porque vos vemos já ligados a ela de tal maneira que entendemos que nunca há de ter outra mulher senão ela...]

(55) meu Bem Eu **tenho sertesa** que não demoro ir Embora **POR QUE** saudade de mais não é brincadeira (CFO, XX)

(56) todo mundo fica quieto na sala... tem professor que::... todo mundo fica bagunçan(d)o né?... e:: à noite **acho** que todo mundo tá cansa::do né?... **QUE** é muit/ **muito difícil** encontrá(r) alguém (...) que estuda de noite e num trabalha na parte do dia né?...(RO, XXI)

(57) eu **acho** tam(b)ém que falta muito...éh:: divulgação... **POR CAUSA QUE**::... é isso é **essencial** pra... pra podê(r) divulgá(r) o trabalho... (RO, XXI)

Neste trabalho, consideram-se também epistêmicas as relações causais mais argumentativas, que, numa visão escalar, estariam mais próximas do domínio dos atos de fala. Nesses casos, no segmento causal, a justificativa é apresentada sob a forma de um adágio, exemplo ou narrativa bíblica, assumindo um padrão quase que proverbial. O resgate da relação de causalidade depende, portanto, de um raciocínio que requer, primeiro, a interpretação adequada do segmento causal, para, então, concebê-lo como uma justificativa ou razão da asserção anterior:

(58) E mandou *que* todo o pobuu en huu e cada huu *per* si obedecessẽ aos mandamentos de seu rey e que o amassẽ e guardassem e onrrassẽ e prezassẽ e que gardassẽ sa fama boa e ssa onrra come *seus* coorpos mesmos. **CA** diz a Sancta Escripura que nõ é huu mayor enemigo ca aquel que dana a boa fama do outro. (FR, XIII)

[*E mandou que todos os povos, sem exceção, obedecessem aos mandamentos de seu rei e que o amassem e guardassem e honrassem e prezassem e que guardassem a sua boa reputação e a sua honra como se fossem seus próprios corpos. Porque a Santa Escritura diz que não há maior inimigo que aquele que causa dano à boa reputação do outro.*]

(59) Peas assinaadas deue, a auer todo aquel que caer en erro dũa destas tres maneyras de pecados que nomeamos. **CA** pero Deus he poderoso sobre todo e a ssa merçee he tam grande que [...] todos os erros que poderia seer feytos, pero cõ todo esto quer elle ãmẽda pera darnos (a) entẽder que pero pe<r>camos o sseu amor... (PP, XIV)

[*Todo aquele que errar conforme uma dessas três maneiras de pecados que nomeamos deve ter pena determinada. Porque, ainda que Deus seja poderoso e que sua benignidade seja tão maior que todos os erros que poderiam ser feitos, ele quer emenda (correção) para nos dar a entender que por isso (pelos pecados referidos) perdemos o seu amor...*]

Nota-se, nesses casos, uma relação causal mais opaca que as relações epistêmicas prototípicas. No entanto, a decisão de tratá-las como casos epistêmicos se deve ao valor argumentativo de toda a construção, visto que, como já destacado, uma relação epistêmica se estabelece entre segmentos do discurso, que estão relacionados entre si “como etapas de uma argumentação”. Nesse sentido, juntamente com as relações que se instauram no domínio dos atos de fala, esse tipo de relação epistêmica ilustra mais claramente por que as relações epistêmicas podem ser tratadas como causa *de dicto* ou *da enunciação* (Cf. LOPES, 2004).

Os casos em que as relações causais são estabelecidas no domínio dos atos de fala se isentam de leituras ambíguas, uma vez que, assumindo estritamente a posição de Sweetser (1990) sobre a noção de causa conversacional, essas são relações que contam, no português, com uma materialização formal bem delineada. Estão nesse domínio os casos em que o primeiro segmento da junção causal representa um ato de fala, e o segundo, uma justificativa para a sua realização. Assim, um ato de fala pode ser: i) declarativo, quando o enunciar se confunde com o fazer; ii) injuntivo, que, formalmente, se expressa por verbos no imperativo e iii)

interrogativo, que apresenta contorno entoacional próprio ou pontuação específica. Essas relações pressupõem, portanto, um contexto dialógico, num movimento claro de interlocução: um ato é sempre realizado no discurso *online* com o objetivo de provocar alguma reação no interlocutor.

Nesse domínio, conforme apontam Pander Maat e Degand (2001) e Pit (2003), as relações causais apresentam um grau máximo de subjetividade, pois a sua existência é totalmente dependente do *grounding* do discurso – tempo, participantes, referências anafóricas e catafóricas etc. Considerando a proposta de Traugott (2010), que prevê uma escala de (inter)subjetividade, as relações causais no domínio dos atos de fala podem ser consideradas intersubjetivas, já que extrapolam o nível da subjetividade e sua pressupõe a inclusão do interlocutor.

No *corpus* deste trabalho, relações causais conversacionais representam os dados menos frequentes, o que se deve, provavelmente, a ausência de textos predominantemente dialógicos. Vejam-se alguns exemplos:

(60) – Galvam, Galvam, eu vos desfio, **CA** bem merecestes morte...(DSG, XIII)
[Galvão, Galvão, eu vos desafio, porque certamente merecestes morrer...]

(61) E filhai-o por huã A B C de lealdade, **CA** he feicto principalmente pera senhores e gente de suas casas... (LC, XV)
[E tomai-o como um A B C de lealdade, porque é feito, principalmente, para senhores e pessoas de suas casas...]

(62) Diziam: por que razom fariamos contra elles pelleja ou moveríamos guerra, **POIS** soportavamos antre nós viverem judeus e outros mouros taaes como elles? Ca, se todos aquelles primeiro matassemos ou tornassemos a nossa lei, razoado lhes pareceria que os guerreassemos, – mas soportar estes e matar elles, por lhes ocupar e filhar as terras, nom pareceria justamente feito. (LC, XV)
[Por que razão faríamos contenda ou moveríamos guerra contra eles, já que suportávamos que vivessem entre nós judeus e outros mouros tais como eles? Porque, se matássemos todos aqueles primeiro ou retomássemos a nossa lei, lhes pareceria plausível que guerreássemos, mas suportar estes e matar aqueles, para ocupar e tomar suas terras, não pareceria justo]

A relação de causalidade em (60), (61) e (62) se caracteriza pela justificação de, respectivamente, um ato de fala declarativo, injuntivo e interrogativo. Casos como os de (63) e (64) a seguir podem suscitar dúvidas quanto sua presença no domínio dos atos de fala, já que apresentam traços de interlocução:

(63) – Senhor cavaleiro, **POIS QUE** assi queredes que me combata vosco, empero me nom era mester, ora vos rogo por cortisia que me leixedes filhar meu escudo, que jaz ante vós, e haveredes entom maior honra de me cometerdes. (DSG, XIII)

[*Senhor cavaleiro, já que quereis que eu combata convosco, embora não fosse necessário, vos peço agora, por favor, que me deixeis empunhar meu escudo, que está à vossa frente, e tereis maior honra em vir contra mim.*]

(64) ...e seeria bem, a meu coidar, de o levarmos a el-rei, que é nosso senhor, **POIS** faríamos i o que el mandasse... (DSG, XIII)

[*E seria melhor, a meu ver, de o levarmos ao rei, que é nosso senhor, pois faríamos assim o que ele mandasse...*]

No primeiro caso, a presença do verbo de elocução “rogar” atribui um contorno intersubjetivo ao enunciado, remetendo a um ato de fala injuntivo. No entanto, ocorrências desse tipo não são aqui tratadas no domínio dos atos de fala: a explicitação do verbo de elocução torna a relação mais objetiva, na medida em que transforma um ato de fala numa sentença assertiva. A diferença entre um ato de fala injuntivo e uma asserção injuntiva se reflete no nível sintático, como é possível notar por meio do teste da clivagem, por exemplo. Como se explica adiante, a clivagem só se realiza na junção de enunciados com maior integração sintática, o que não é o caso do elo causal em que se justifica um ato de fala, visto que, nesse caso, cada segmento representa uma unidade entoacional distinta, enfraquecendo o vínculo sintático. Assim, (65) recusa a paráfrase (65a), enquanto (66), em que se tem a explicitação do verbo ilocucionário, admite a clivagem, atestando se tratar de enunciados de natureza discursiva distintas:

(65) Por favor, me ajude com os livros, porque estão pesados.

(65a) * É porque estão pesados que me ajude com os livros.

(66) Peço que me ajude com os livros porque estão pesados.

(66a) É porque estão pesados que peço que me ajude com os livros.

Por sua vez, em (64), o primeiro segmento pode ser lido como uma sugestão, que, na sequência, é justificada. Tal leitura, mais pragmática, é aqui recusada, uma vez que, conforme assinalado, adota-se uma noção estrita de ato de fala que requer a consideração da sua materialização formal: não há, no exemplo, a presença de forma verbal no imperativo para marcar um ato de fala injuntivo. Assim, a relação de causalidade presente em (64) localiza-se no domínio epistêmico, em que uma predicação epistemicamente modalizada (“e seeria bem, a meu coidar...”), e não um ato de fala, é justificada.

Alguns dados encontrados no *corpus* deste trabalho não se conformaram com nenhum dos três domínios de causalidade, mesmo quando comparados com os casos menos prototípicos. Dados desse tipo são descritos por Paiva (1995) e Paiva e Braga (2010) como sendo pertencentes ao nível textual-discursivo. A *causalidade discursiva*, como aqui se nomeia,

segundo esses trabalhos, pode ser identificada a partir da observação de dois aspectos: i) o escopo da relação recai sobre níveis acima da sentença, operando na introdução de tópico ou subtópico e ii) o conector segmenta a sequência discursiva, propiciando a passagem de um tipo de discurso – geralmente argumentativo – a outro (mais narrativo). Vejam-se os seguintes exemplos:

(67) A causa que principalmente ffazia a estes gentios ffazer guerra aos christãos era o salto que os navios, que por esta costa andavão ffazião nelles. E neste negocio se ffazião cousas tão desordenadas, que o menos era salteá-llos. **PORQUE** ouve homem, que hum indio principal livrou de mãos de outros mal fferido he mal tratado e o teve em sua casa e o curou e o tornou a poer são das fferidas em salvo: Este homem tornou aly com hum navio e mandou dizer ao indio principal, que o tivera em sua casa, que o ffosse ver ao navio, cuidando o jentio que vinha elle agradecer-lhe o bem que lhe tinha ffeito; como o teve no navio o cativou com outros que com elle forão e o ffoi vender por essas capitánias. (CPJ, XVI)

[*A principal causa que levava estes selvagens a fazerem guerra contra os cristãos era o assalto que sofriam dos navios que andavam por esta costa. E neste negócio faziam coisas tão cruéis, que o menos era assaltá-los. Porque havia um homem, ferido e mal tratado, que um índio principal livrou das mãos de outros e o abrigou em sua casa, curando-lhe as feridas: este homem retornou ali com um navio e mandou dizer ao índio que o ajudou que fosse encontrá-lo no navio, achando o gentio que ele vinha agradecer-lhe o bem que tinha feito; quando o teve no navio, o prendeu com outros índios que foram com eles e foi vendê-lo por essas capitánias.*]

(68)...se bem que elas [as muriçocas] foram incentivadoras p/ novas amizades, **POR QUE** na última noite as luzes precisavam ficar acesas para as muriçocas não incomodarem tanto e o geito foi ficar lá fora, comendo doces e biscoito e curtindo um bom batepapo se divertindo ao ver todo mundo ser sujo de pasta, inclusive líderes e missionários, sem dúvida foi uma noite super divertida. (D&G, XX)

(69)...então é o(u)tra coisa também que... pode vamo(s) dizê(r) assim decair a imagem da igreja católica... né? no caso né? que igre/ que:: vamo(s) dizê(r) assim **PORQUE** os evangélicos... quando eles vem visitá(r) você qualqué(r) coisa que cê pergunta da Bíblia eles fala e eles fala até onde que tá capítulo versículo certinho... o católico não o católico ele sabe mais ou me::nos tal...né? num né? num (ele) sabe a Bíblia de cor né? no caso... né? mas cê sabem(d)o um PO(u)co pa explicá(r) o que a pessoa já pergunta tá ótimo já né?... (é) por isso que a igreja católica é meio vamo(s) dizê(r) assim... do povo né? uma expressão assim ‘do povo’ no caso. (RO, XXI)

(70)...mais a Globo vai tê(r) que fazê(r) muita coisa lá dentro daquela casa pra podê(r)...peGÁ(r) o mesmo público que tava ten(d)o até agora né? **QUE**... o paredã/ o:: o *Big Brother* como diz o:: o Bial era:: Íris... e Alemão... agora saindo um do trio... Fani já era... no meu modo de pensá(r)... ela de(i)xô(u) de sê(r) o que era... engraçado é que::que::... eles fez tanto complô ali dentro que... ontem na hora que eu tava ven(d)o o o... (RO, XXI)

Como se nota, nesses usos, o conector introduz uma porção textual mais ampla, notadamente narrativa, que geralmente justifica uma opinião. O processamento da relação de

causa, no entanto, não é imediato, já que o seu resgate depende da consideração de toda a narrativa que se apresenta como explicação para a construção do elo. Trata-se, portanto, de uma relação bastante opaca, em que, pelo caráter textual, o conector tem o uso mais pragmático.

As discussões apresentadas neste e no item anterior, além de esclarecerem opções metodológicas desta tese, representam, em sentido lato, um modelo de operacionalização de enunciados causais, considerados na sua dimensão formal e funcional, para fins de análise.

As decisões assumidas têm a pretensão de garantir a máxima objetividade possível em um tipo de análise que, pela complexidade dos enunciados com que lida, bem como pela natureza fluida dos padrões semântico-pragmáticos adotados, não se isenta da subjetividade do pesquisador que a conduz. Assim, é válido chamar a atenção para alguns percalços que, possivelmente, interferem na *precisão* dos resultados apresentados, ameaçando a almejada objetividade.

O primeiro deles, neste trabalho, decorre da difícil interpretação sintagmática e semântico-pragmática de dados de sincronias pretéritas da língua portuguesa. Ainda que se tenha recorrido, como sugere Mattos e Silva (2008a, p. 50), a fontes secundárias (glossários, gramáticas históricas, edições críticas etc.) para uma melhor compreensão desse tipo de material linguístico, algumas dificuldades de interpretação persistiram por, inevitavelmente, faltar ao pesquisador, como “não-falante” de português arcaico e moderno, a *intuição* que, muitas vezes, constitui um auxílio importante na análise linguística. Outro percalço, como destacado, se deve à própria tarefa de analisar sentidos, percorrendo os níveis semânticos e pragmáticos, mesmo que não se percam de vista os critérios (objetivos) de análise.

Nesse sentido, Spooren et al (2010), em estudo sobre as relações causais estabelecidas pelos conectores *want* e *omdat* do holandês, apresentam uma interessante alternativa metodológica para garantir um maior grau de credibilidade a uma análise semântico-pragmática. Todos os enunciados selecionados para a pesquisa desses autores foram analisados, independentemente, por dois investigadores. Os casos de análise divergente foram revistos, conjuntamente, pelos analistas. Foram excluídos, então, os dados que suscitaram interpretações muito distintas para cada investigador. Dessa maneira, a participação de mais de um pesquisador nas análises, ao que parece, representa uma alternativa segura para garantir objetividade e eliminar equívocos advindos da presença da subjetividade do pesquisador na interpretação dos dados. Uma vez que proposta como essa não é possível de ser aqui adotada, pelo caráter desta pesquisa (uma tese de doutoramento), e, tendo em vista os referidos percalços, admite-se, por fim, o risco de que parte das análises não conte o alto grau de objetividade perseguido.

4.4 A dimensão sintática da análise: definição e critérios

Na grande maioria das gramáticas tradicionais, como mostra Amorim (2012), a abordagem da relação causalidade está atrelada à dimensão sintática: as referências às noções de “causa” e “explicação” aparecem nas seções que tratam do estudo das conjunções e das orações. Essa perspectiva adota uma visão dicotômica e pareada entre *explicação* e *coordenação*, de um lado, e *causa* e *subordinação*, de outro. Tal visão, há muito, tem sido bastante questionada por estudos de diferentes vertentes da Linguística, que, além de denunciarem a carência de critérios adequados para sustentar o referido pareamento, refutam o tratamento dicotômico tanto para as noções semânticas de causa e explicação quanto para as noções sintáticas de coordenação e subordinação (VOGT, 1978; TRAVAGLIA, 1986; LOBO, 2001; LOPES, 2004). Entretanto, a associação entre relações causais mais alargadas (“explicação”) e coordenação, bem como entre causa estrita e subordinação, não é totalmente incongruente, como se evidencia nos resultados apresentados na seção 5 deste trabalho. Assim, o que efetivamente representa alvo de questionamento é o caráter estanque com que a tradição descreve esse pareamento.

Assumindo a visão funcionalista que reconhece a gradualidade dos processos de articulação de orações e a sua relação com a gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 1993; BRAGA, 2001, BRAGA; NEVES, 2009; DECAT, 2011, LONGHIN-THOMAZI, 2013), esta subseção se propõe a discutir a dimensão sintática da causalidade, com vistas a definir os critérios mais básicos e adequados para a descrição do estatuto sintático dos conectores encontrados no *corpus*. A análise dessa dimensão decorre do objetivo deste trabalho de investigar o estatuto sintático dos conectores em correlação com os processos de gramaticalização e subjetivização.

Nessa perspectiva, considera-se que as estratégias de articulação de orações distribuem-se em um *continuum* no qual cada uma tem a sua posição definida pelo grau de integração sintática e de (inter)dependência semântico-discursiva. Embora se considerem diferentes propostas de aplicação desse *continuum*, opta-se, primariamente, pelo modelo de Hopper e Traugott (1993). Os termos que nomeiam o estatuto sintático dos dados deste trabalho são, portanto, os mesmos utilizados por esses autores, a saber, *parataxe*, *hipotaxe* e *subordinação*. No entanto, como a proposta de Hopper e Traugott carece de critérios claros para a caracterização de cada estratégia, recorre-se a outros trabalhos na busca de aspectos que

definem “integração sintática” e, por conseguinte, a “(inter)dependência”, propriedades basilares da proposta dos autores, como esquematizados a seguir:

Parataxe	>	Hipotaxe	>	Subordinação
[- encaixamento]		[- encaixamento]		[+ encaixamento]
[- dependência]		[+ dependência]		[+ dependência]

A parataxe, ponto inicial do *continuum*, diz respeito às relações paritárias entre orações funcionalmente autônomas. A hipotaxe, por apresentar um grau intermediário de integração sintática, “consiste numa relação hierárquica, com nuclearidade e dependência, em que as orações têm estatutos diferentes” (LONGHIN-THOMAZI, 2013, p. 45). A subordinação, que ocupa a margem direita do *continuum*, se refere às relações com o maior grau de dependência, revelado pelo encaixamento sintático das orações envolvidas na junção⁵¹. Diferentemente da proposta tradicional, que prevê uma oposição entre coordenação e subordinação, as noções de parataxe, hipotaxe e subordinação são consideradas graduais, reconhecendo-se que cada uma delas apresenta exemplares prototípicos e não prototípicos⁵².

Da descrição dessas três noções, em Hopper e Traugott (1993), subentende-se que o aspecto da (inter)dependência é definido com base na conjugação de critérios sintáticos, semântico-pragmáticos e prosódicos. No entanto, referências claras a esses critérios são escassas. Menciona-se, por exemplo, com base em Lehmann (1988), que a correferencialidade dos sujeitos das orações (critério morfossintático) sugere um grau maior de integração sintática ou que, na justaposição, as relações de sentido são mobilizadas apenas inferencialmente (critério pragmático). A falta de clareza quanto a esses critérios torna dificultosa, principalmente, a tarefa de estabelecer limites entre a parataxe e a hipotaxe, já que, em relação à subordinação, a referência a Lehmann (1988) evidencia as propriedades prototípicas.

O critério prosódico, no entanto, parece claro: o fato de um enunciado se caracterizar como um contorno entonacional independente mantém sua força ilocucionária – na

⁵¹ Como já apontado, esta tese lida apenas com os conectores causais que atuam nos domínios da parataxe e da hipotaxe.

⁵² Não raro, trabalhos que assumem essa proposta acabam por opor a parataxe aos demais modos de articulação, sob o argumento de que este seria um modo mais simples de estruturação. Longhin-Thomazi (2013), seguindo La Fauci (2010), defende que opor parataxe e hipotaxe, por exemplo, decorre da carência de descrições mais acuradas dos gêneros e da correlação equivocada entre simplicidade e oralidade. A maior frequência da parataxe no modo de enunciação oral se deve não a uma sintaxe menos complexa, mas *menos explícita*. Como, na interação, existe uma colaboração mais ativa entre os interlocutores, os sentidos são calculados e negociados com maior independência de marcas formais, permitindo uma sintaxe menos explícita, como se observa na justaposição.

subordinação, por exemplo, em que o grau de integração é máximo, não se podem distinguir as orações conectadas a partir dessa força, porque ela se dissolve no único enunciado resultante da junção (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p.176). Desse modo, a máxima segmentação prosódica constitui uma propriedade dos casos prototípicos da parataxe, enquanto sua total ausência é um indicador comum da subordinação.

Visando ao estabelecimento de critérios que possam aferir a (inter)dependência entre segmentos da junção causal, são aqui abordados trabalhos que lidam especificamente com a sintaxe dos conectores/orações causais, ainda que, em alguns deles, sejam adotados modelos não funcionalistas, como é o caso de Fiéis e Lobo (2008) e Matos (2004).

Vogt (1978), em trabalho pioneiro sobre conectores causais do português, já denuncia a problemática distinção entre as orações coordenadas explicativas e subordinadas causais presente na abordagem tradicional. O autor apresenta uma análise dos conectores *porque*, *pois* e *já que*, considerando propriedades semânticas e sintáticas. Ao defender que a adoção de critérios puramente sintáticos não é suficiente para descrever o comportamento dos conectores causais, Vogt apresenta uma conclusão notadamente funcionalista:

Neste sentido é que estas conjunções constituem “operadores” argumentativos, isto é, marcadores de subjetividade, e o seu estudo deverá contribuir para mostrar a importância das intenções dos falantes na organização do discurso e na sua estruturação como texto.” (VOGT, 1978, p. 60)

Em consonância com Vogt, Travaglia (1986) também apresenta estudo sobre as orações coordenadas explicativas e subordinadas causais do português, tentando superar a abordagem estritamente sintática apresentada pela tradição. Destaca, por exemplo, que independência sintática não pressupõe independência semântica, citando a noção de “falsa coordenação”, segundo a qual a junção de enunciados pode ser coordenada do ponto de vista sintático, mas “psicologicamente subordinada” (interdependência semântico-pragmática). Nesses dois trabalhos, as orações causais são submetidas a testes que, embora de natureza mais formal, corroboram a defesa dos autores de que a sintaxe das orações sofre restrições oriundas de aspectos semânticos e pragmáticos.

Por exemplo, o teste da flexibilidade posicional da oração introduzida por um conector remete a aspectos relevantes do seu comportamento semântico-pragmático. Na discussão sobre esse teste, Vogt (1978) explica que a rigidez posicional das orações introduzidas por *pois*, ao contrário da flexibilidade daquelas encabeçadas por *já que*, se deve ao tipo de ato que cada uma introduz: *pois* introduz uma justificativa para um ato anteriormente praticado, o que obriga a

sua posposição, enquanto *já que* introduz um “ato de inferência” – “se q é apresentado como uma evidência da qual se vai deduzir p, é natural que a conjunção possa vir no começo do enunciado” (Vogt, 1978, p.50). Com isso, observa-se que a natureza pragmática de um segmento tem implicações na sua estruturação sintática. Considerando o nível semântico, Travaglia (1986, p. 260) acrescenta que a natureza adverbial de uma oração, como é o caso daquelas introduzidas por *já que*, é o que permite a sua mobilidade posicional.

As abordagens de Vogt (1978) e Travaglia (1986), apesar de estarem atreladas à dicotomia coordenação/subordinação, fornecem pistas que conduzem à conclusão de que é possível transpor testes tradicionais utilizados na descrição sintática de orações para o *continuum parataxe-hipotaxe-subordinação* (Cf. LOPES, 2004; NEVES, 1999). Conforme apresentado na proposta de Hopper e Traugott (1993), a (inter)dependência e o encaixamento, considerados de maneira escalar, são os aspectos definidores dos modos de articulação de orações. O encaixamento consiste numa propriedade claramente estrutural, ao contrário da (inter)dependência, que parece se tratar de uma propriedade híbrida, referindo à (não)integração sintática e semântico-pragmática. Por sua natureza sintagmática, o encaixamento é morfossintaticamente expresso nos casos prototípicos de subordinação. A (inter)dependência, porém, é de natureza fluida, o que torna a sua operacionalização mais complexa.

O encaixamento, como propriedade morfossintática explícita, não se revela nos dados da presente pesquisa, que lida apenas com casos que vão da parataxe à hipotaxe. Interessa, portanto, apresentar critérios capazes de explicar a (inter)dependência, propriedade que, de fato, molda os limites e mostra a fluidez de padrões paratáticos e hipotáticos. Com base, portanto, no pressuposto de que os testes tradicionalmente adotados na descrição sintática de orações conjugam aspectos sintáticos e semântico-pragmáticos, como mostram Vogt (1978) e Travaglia (1986), entende-se que eles servem à *aferição da (inter)dependência*, descrevendo casos de hipotaxe e parataxe (LOPES, 2004, p.76)⁵³.

Na busca por tais testes, além dos trabalhos já referidos, consultaram-se as análises de: Lobo (2001), Lopes (2004) e Matos (2004), que investigam os conectores causais do português europeu contemporâneo; Pit (2003), que analisa, sincronicamente, os conectores causais do francês, holandês e alemão; Fiéis e Lobo (2008), em que se apresenta um estudo diacrônico do estatuto sintático dos conectores causais, e Cunha (2008), que se propõem a revisar propostas

⁵³ Lopes (2004) entende coordenação e subordinação como processos estritamente sintáticos de combinação de orações, ao passo que a parataxe e a hipotaxe representam processos de natureza sintático-discursiva. Assim, seguindo López García (1999), defende que esses últimos são processos discursivos que se projetam diferentemente na sintaxe, “aproximando-se a parataxe da coordenação e a hipotaxe da subordinação, sem com elas, todavia, se confundirem” (LOPES, 2004, p. 78).

anteriores de conectores causais do português brasileiro, incluindo as de Vogt (1978) e Travaglia (1986). Os testes que constam de todos esses trabalhos⁵⁴ são enumerados a seguir⁵⁵ e categorizados de acordo com a sua natureza:

QUADRO 8: Testes para análise do estatuto sintático de conectores causais

Grupo A: testes sintáticos	Grupo B: testes sintático-discursivos
1. Possibilidade de movimento da oração face à oração nuclear;	1. Possibilidade de a oração sofrer clivagem;
2. Possibilidade de a oração fazer parte de uma cadeia de coordenação.	2. Possibilidade de a oração representar o escopo de elementos de focalização;
3. Possibilidade de o conector coocorrer com um coordenativo prototípico.	3. Possibilidade de a oração representar o escopo de uma negação;
	4. Possibilidade de representar uma resposta à interrogativa-Qu.

A observação atenta da aplicação desses testes permite reconhecer que alguns deles são mais abrangentes por pressuporem outros. O trabalho de Fiéis e Lobo (2008) se mostra bastante relevante para a comprovação dessa observação, sobretudo porque, no grupo de trabalhos consultados, esse representa o que, por contar com uma amostra mais ampla, operacionaliza extensivamente esses testes a partir de dados reais. Assim, a análise das autoras mostra que a possibilidade de a oração aparecer em uma cadeia coordenativa indica que o conector que a introduz pode coocorrer com coordenativo: ao longo das sincronias investigadas, todos os conectores que apresentam valor positivo para o critério da coordenação também coocorrem com coordenativo. Do grupo dos testes sintático-discursivos, nota-se que o teste da clivagem pressupõe os demais: novamente se verifica que os dados que têm marcação positiva para esse teste também o fazem para o do escopo da negação e interrogação, da focalização e da pergunta-Qu. Veja-se o quadro a seguir, construído a partir dos resultados apresentados por Fiéis e Lobo (2008):

⁵⁴ São excluídos desse quadro, portanto, testes que apareceram apenas em um ou outro autor: i) possibilidade de o conector articular constituintes não frásicos (LOBO, 2001; MATOS, 2004); ii) possibilidade de ocorrência de próclise na oração (LOBO, 2001; MATOS, 2004; LOPES, 2004; FIÉIS; LOBO, 2008); iii) escopo da interrogação (VOGT, 1978; TRAVAGLIA, 1986, CUNHA, 2008).

⁵⁵ Na apresentação dos testes, “oração” se refere ao segmento introduzido pelo conector.

QUADRO 9 : Comportamento sintático-discursivos de conectores causais (FIÉIS; LOBO, 2008)

Conectores causais do português arcaico	<i>pois, pois que, posto que</i>	<i>por e porque causal</i>	<i>ca</i>
(i) Coordenação	+	+	-
(ii) Coocorrência com conjunção de coordenação	+	+	-
Conectores causais do português europeu contemporâneo	<i>pois</i>	<i>por e porque causal</i>	<i>que e porque explicativo</i>
(i) Clivagem	-	+	-
(ii) Focalização	-	+	-
(iii) Escopo da negação	-	+	-
(iv) Resposta a interrogativas-Qu	-	+	-

Como mostram os diferentes trabalhos, a relação da clivagem com os demais parâmetros assinalados se explica pelo fato de terem em comum, para a sua aplicação, a exigência de que a oração presente, como propriedade básica, *informação assertiva*, não pressuposta. Assim sendo, essa oração pode ser focalizada pelo procedimento da clivagem. Por conseguinte, pode, ainda, ser o escopo de elementos de focalização (“só”; “principalmente”), de uma negação, bem como constituir uma resposta para perguntas-Qu. Ao contrário, a oração que codifica uma pressuposta, resiste a essas estratégias, como se observa no exemplo a seguir:

(71) Eu estava numa fase meio depressiva, **POIS** eu tinha passado por uma experiência ruim com um menino. (D&G, XX)

(71a) *É pois* eu tinha passado por uma experiência ruim com um menino *que* eu estava numa fase meio depressiva.

(71b) Eu estava numa fase meio depressiva, *só pois* eu tinha passado por uma experiência ruim com um menino.

(71c) Eu **não** estava numa fase meio depressiva, **pois** eu tinha passado por uma experiência ruim com um menino.

(71d) Por que você estava numa fase meio depressiva?

Pois eu tinha passado por uma experiência ruim com um menino.

Embora, em (71), o contexto maior em que se localiza o enunciado indique que a oração em destaque codifica uma informação nova, o uso do conector *pois* atribui a ela um contorno

pressuposicional. Com isso, essa oração não pode ser focalizada, como se vê em (71a), tampouco estar sob o escopo de um operador focal (71b). Na paráfrase em (71c), nota-se que o escopo da negação se limita apenas ao primeiro enunciando. No caso seguinte, a oração introduzida por *pois* não é aceita como resposta a uma pergunta-Qu, que necessariamente requer uma informação não conhecida.⁵⁶

Convém, no entanto, observar que a troca do conector *pois* por *porque* resultaria em resultados bastante divergentes para os mesmos testes:

(71e) É **porque** eu tinha passado por uma experiência ruim com um menino que estava numa fase meio depressiva.

(71f) Eu estava numa fase meio depressiva, **só porque** eu tinha passado por uma experiência ruim com um menino.

(71g) Eu não estava numa fase meio depressiva, **porque** eu tinha passado por uma experiência ruim com um menino. [mas porque eu tinha brigado com a minha mãe]

(71h) Por que você estava numa fase meio depressiva?

Porque eu tinha passado por uma experiência ruim com um menino.

O fato de a aceitabilidade dos enunciados de (71e) a (71h) ter sido garantida pelo conector *porque* representa um forte argumento em defesa da relevância do papel de um conector na operacionalização dos sentidos de uma junção, por mais que se reconheça que esses sentidos pré-existem à presença do conectivo. Comparando-se, portanto, os grupos de paráfrases apresentados para *pois* e *porque*, evidencia-se a força desses elementos na determinação do estatuto discursivo dos segmentos que introduzem e na articulação sintática de toda a junção.

Outro critério que tem se mostrado importante na definição de padrões paratáticos e hipotáticos diz respeito à segmentação prosódica entre os segmentos da junção, conforme referido por Hopper e Traugott (1993). A questão prosódica, contudo, não é claramente adotada pela maioria dos autores consultados: apenas Vogt (1978), Lobo (2001) e Cunha (2008) tratam mais detidamente do papel da pausa como um fator que auxilia a distinção de orações mais ou menos integradas. Este último, por exemplo, destaca que

⁵⁶ Vogt (1978) explica que, para que um enunciado introduzido por *pois* fosse devidamente aceito como resposta a uma pergunta com *por que*, seria necessário que a obviedade da resposta refutasse a própria pergunta, e tal obviedade seria marcada lexical e/ou entoacionalmente: “Por que você estava numa fase meio depressiva? Pois eu tinha passado por uma experiência ruim com um menino, *ora!*”

É preciso ter cuidado com essa afirmação tão generalizante de que a pausa é obrigatoriamente elemento instaurador da coordenação, pois, se assim o for, então as orações subordinadas substantiva apositiva e adjetiva explicativa, que representam a função sintática de aposto, são coordenativas, uma vez que são marcadas por pausa significativa. No entanto, são introduzidas ou pela conjunção subordinativa integrante (a subordinada substantiva apositiva) ou pelo pronome relativo (a subordinada adjetiva explicativa), elementos reconhecidamente de subordinação... (CUNHA, 2008, p. 17)

Veja-se que a questão destacada por Cunha (2008) não representa um problema para o presente trabalho, visto que a perspectiva de análise adotada para a descrição dos mecanismos de articulação de orações inclui, na parataxe, as orações subordinadas substantiva apositiva e adjetiva explicativa. Desse modo, é possível defender o critério da pausa como uma marca de menos (inter)dependência entre segmentos de uma junção: a segmentação prosódica sugere se tratar de duas unidades funcionalmente autônomas.

Por outro lado, como se discute nas seções de análise, a cautela exigida na interpretação desse critério em relação aos dados da pesquisa diz respeito a outras questões. A primeira se refere à amostra do trabalho, constituída por registros escritos⁵⁷, em que a pausa é sugerida por diferentes sinais gráficos. A pontuação de um texto, muitas vezes, define-se por critérios *estilísticos*, não representando, nesse caso, um reflexo de padrões sintáticos e prosódicos. No caso de dados referentes a períodos da língua em que não havia uma padronização da escrita, a consideração da pausa se torna ainda mais delicada⁵⁸. A outra questão que requer cautela na consideração da pausa está relacionada aos casos de *estruturas desgarradas*.

Decat (2011) define como “desgarradas” as orações que, tradicionalmente classificadas como subordinadas, ocorrem sem a oração matriz, como um enunciado independente do ponto de vista sintático. Na escrita, afirma a autora, “essas estruturas sucedem geralmente a uma pontuação de final de enunciado” (DECAT, 2011, p.103). Dessa forma, identificam-se, neste trabalho, ocorrências de *desgarramento* em que um segmento introduzido por um conector prototipicamente hipotático – o que sugeriria um grau maior de (inter)dependência – aparece separado, através de pausa forte, do segmento nuclear. Como o critério da pausa é avaliado paralelamente a outros, sustenta-se a sua pertinência para este trabalho.

⁵⁷ Mesmo os dados do modo de enunciação oral são considerados apenas na sua **versão transcrita**. Nesse caso específico, no entanto, as marcas de pausa não se restringem à pontuação tradicional, sendo sinalizadas por outros símbolos que indicam hesitações e pela presença de material interveniente entre os segmentos da junção, oferecendo, assim, pistas mais seguras para identificação da pausa.

⁵⁸ No entanto, Machado Filho (2004), em estudo sobre a pontuação de textos do português arcaico, advoga que o uso da pontuação de textos antigos não é condicionado exclusivamente pela subjetividade dos escribas; por isso não se deve considerá-lo assistemático. Por fim, conclui o autor: “A pontuação medieval fartamente registrada em manuscritos portugueses é, assim como outros fenômenos lingüísticos, um importante dado para a reconstituição histórica de um importante momento na trajetória da língua portuguesa, na condição de elemento capaz de refletir aspectos de ambas as modalidades da língua, a oral e a escrita.” (MACHADO FILHO, 2004, p. 120)

As considerações teórico-metodológicas feitas ao longo desta subseção sustentam as escolhas demonstradas no quadro abaixo para a análise do estatuto sintático dos conectores causais encontrados no *corpus* desta tese:

QUADRO 10: Marcas sintático-discursivas para a descrição do estatuto sintático dos conectores causais

Marcas sintático-discursivas	Parataxe	Hipotaxe
Flexibilidade Posicional	–	+
Coocorrência com coordenativo	–	+
Clivagem	–	+
Segmentação prosódica	+	–

A análise atenta dos trabalhos abordados ao longo desta subseção permite considerar que as duas primeiras marcas exibidas no quadro são as mais relevantes para a distinção entre parataxe e hipotaxe. As duas últimas, por sua vez, são indícios que, somados aos dois primeiros, servem para definir os casos prototípicos de cada estratégia.

Há, no entanto, uma observação fundamental que, com exceção de Fiéis e Lobo (2008), particulariza este trabalho em relação à operacionalização dos testes discutidos: para a descrição dos dados na sua dimensão sintática, os critérios selecionados não são assumidos como testes, mas como **marcas empíricas**, que, a partir da frequência com que são identificadas nos dados, sustentam generalizações acerca do estatuto sintático dos conectores.

Assumir essa posição metodológica parece mais segura que a opção da testagem, tão dependente da intuição do pesquisador e sujeita a idiosincrasias de diversos tipos, como a de norma estilística e social (tanto dos textos consultados quanto do próprio pesquisador no julgamento do que é ou não aceitável). Tal posição também decorre da teoria mais ampla a qual esta pesquisa se vincula, a Linguística Centrada no Uso, que tem como um dos de seus pressupostos fundamentais a primazia dos usos reais para o desenvolvimento da investigação linguística – e não a intuição do falante nativo (o pesquisador), como se nota em modelos mais formalistas.

Ademais, vale destacar que, ainda que se insistisse em assumir os critérios como testes, o fato de este trabalho lidar com sincronias pretéritas, conforme já destacado, não permitiria ao pesquisador intuir sobre usos pertencentes a uma gramática que lhe é “estrangeira”.

Por fim, salienta-se que o modelo metodológico geral desta tese é o da *pesquisa qualitativo-quantitativa*, uma vez que resultados quantitativos são apresentados, no decorrer das análises, para dar suporte às interpretações qualitativas. A abordagem quantitativa também se justifica no quadro teórico da gramaticalização, que reconhece o papel da frequência como

critério relevante para o diagnóstico de processos de gramaticalização (CF. BYBEE, 2003; VITRAL; VIEGAS; OLIVEIRA, 2010). Como recurso técnico para essa quantificação, usa-se o programa *GoldVarb 2001*, que, no entanto, não é utilizado em toda a sua funcionalidade: a primeira e única rodada de dados realizada para este trabalho tem como objetivo a obtenção de resultados percentuais, não considerando, portanto, os *pesos relativos*.

5 ANÁLISE DOS PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO DOS CONECTORES CAUSAIS NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS

Esta Seção é dedicada à análise dos conectores causais encontrados no *corpus*, a partir da aplicação de critérios semântico-pragmáticos e sintático-discursivos (Cf. Seção 4), com o propósito de (i) investigar a sua gramaticalização em correlação com o processo de (inter)subjativização; ii) descrever os seus usos nas diferentes sincronias investigadas, a fim de caracterizá-los como formas (não)especializadas na expressão da causalidade, e iii) discutir o seu estatuto sintático. Em perspectiva diacrônica, as descrições apresentadas baseiam-se em interpretações pautadas pela teoria da gramaticalização e validadas por resultados quantitativos. Seguindo a proposta de Barreto (1999, p. 154), os conectores são apresentados a partir da seguinte categorização:

- ✓ Conectores herdados do latim: *ca*, *como* e *que*;
- ✓ Conectores provenientes de advérbios latinos: *pois* e *pois que*;
- ✓ Conectores provenientes da justaposição de preposição a pronome: *porquanto* e *porque*;
- ✓ Conectores *x-que*: *posto que*, *já que*, *visto que* e *por causa que*.

5.1 Conectores herdados do latim

5.1.1 CA

Não parece haver consenso quanto à origem etimológica de *ca*⁵⁹ referente ao seu emprego como conector causal. Segundo Bueno (1967, p. 167), a sua origem está na forma latina *quia* (*porque*). Mattos e Silva (2006) também assume ser *quia* o étimo do *ca* causal: “Vale chamar a atenção para o fato de que este ‘ca’, homógrafo do ‘ca’ integrante e relativo (...), remete, diacronicamente, para o ‘quia’ latino, enquanto os outros, para os étimos já apresentados [‘qua’, ‘quid’]” (MATTOS e SILVA, 2006, p. 187). Said Ali (1971, p. 221), no entanto, propõe como étimo desse conector a forma *qua*, assim como Coutinho (1938, p. 270), que destaca a assimilação sofrida por essa forma latina em relação ao *quia*. Desse modo, pode-

⁵⁹ Vale lembrar que *ca* representava uma forma bastante multifuncional, equivalendo, conforme mostra Mattos e Silva (1989), ao *que* integrante e ao *do que* ou *que* de enunciados comparativos e consecutivos.

se supor que, no latim, a forma *qua*, usada como pronome relativo, tenha sofrido uma *recategorização*, motivada, certamente, pela assimilação dos usos causais do *quia*, dando origem, no português, ao *ca* causal – em alguns textos, também grafada como *qua* – forma já gramaticalizada, portanto:

(72) Todo saber esquiua nõ saber, **ca** é escripto que quẽ nõ quis entender nõ quis ben fazer. Porẽ estabelecemos que nenguu nõ pensse de mal fazer porque diga ca nõ sabe as leys nen dereyto, **QUA** se fezer contra a ley non se pode escusar de culpa por nõ saber a ley. (FR, XIII) [*Todo saber afasta o não saber, porque está escrito que quem não quis entender não quis fazer bem. Por isso, estabelecemos que ninguém pense em fazer mal porque diz que não sabe as leis nem o direito, porque, se agir contra a lei, não pode se isentar de culpa por não saber a lei.*]

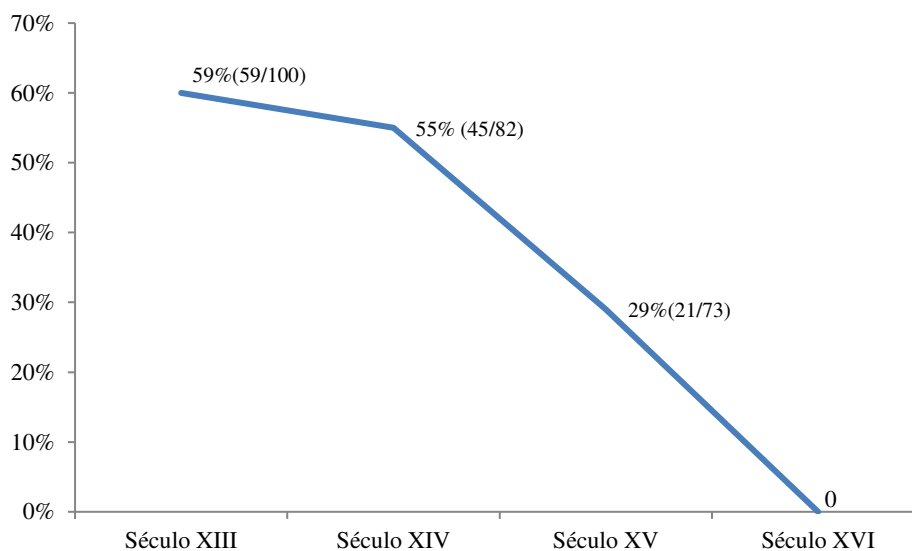
Olinda (1991, p. 76) caracteriza *ca* como um “significante polissêmico”, que, nos séculos XIII, XIV e início do século XV, apresentava, segundo terminologia usada pela autora, os seguintes usos: i) explicativo (*pois*); integrante (*que*); comparativo (*que, do que*); relativo (*que*) e coordenante (*e, aí* – “elo narrativo”). Em relação ao seu emprego causal, Mattos e Silva (1989, p. 690) descreve-o como um “coordenante explicativo”. Para justificar o estatuto de um “coordenante”, a autora se baseia no fato de que os segmentos introduzidos por *ca* sempre sucedem ao enunciado a que se liga, conforme se observa, afirma a autora, “em qualquer coordenada”. Ademais, esses segmentos ocorrem frequentemente precedidos de um ponto, o que reforça o caráter menos integrado, do ponto de vista sintático e semântico, desses enunciados (MATTOS e SILVA, 1989, p. 691).

Quanto à sua classificação semântica, Mattos e Silva remete à tradicional dicotomia causa-explicação, alegando ser mais adequado classificá-lo como explicativo, e não como causal, “porque o valor semântico de ‘ca’ nos parece mais amplo e abrangente por expressar uma justificação, uma motivação ou mesmo uma exemplificação e não estritamente uma causa, embora em certos contextos expresse a causa” (p. 691). Reconhece, ainda, os casos em que essa forma, “despojado de seu valor explicativo”, ocorre como “elo narrativo”, correspondendo ao conector *e*, o que também foi atestado por Olinda (1991) e Barreto (1999). Nesse caso, o conector inicia uma porção textual mais ampla – “em início absoluto de uma narrativa” (MATTOS e SILVA, 1989, p. 695), representada graficamente como um parágrafo ou um período, não sendo possível resgatar um elo causal em relação ao segmento imediatamente anterior. No entanto, a seleção de *ca* em lugar de *e*, elo narrativo prototípico, não parece aleatória, o que se discute mais adiante.

No *corpus* deste trabalho, *ca* representa o conector causal mais frequente do português arcaico, constituindo 50% (126/255) do total de conectores encontrados nessa sincronia,

seguido por *porque* (37% – 94/255). Como mostra o gráfico a seguir, confirma-se o percurso decrescente dos usos dessa forma, que, no século XVI, já não se verifica no *corpus* deste trabalho:

GRÁFICO 1: Decadência do uso de *ca* causal



Basicamente, duas TD caracterizam os textos dessa amostra do *corpus*: a narrativa histórico-ficcional (DSG, FLOS e CDF) e a narrativa legislativa (FR, PP e LC). Assim, quanto à possível influência das TD na frequência de uso dessa forma, com exceção do século XIII, em que a grande maioria das ocorrências está em um texto de narrativa histórico-ficcional, não se pode estabelecer uma relação direta entre a sua frequência e um tipo específico de TD: no século XIV os usos se distribuem de maneira bastante equivalente entre as duas TD e, no século XV, nota-se um quadro inverso do primeiro século, já que, nesse período, os dados se concentram num texto legislativo.

O uso de *ca* como conector causal é atestado nos três domínios de causalidade, conforme se vê no exemplário a seguir:

I. *Ca* referencial:

(73) E o cavaleiro que o havia desfiado leixou-se corre a êle, e Galvam meteu mão a [a] espada, **CA** nom tinha al com que se defendesse; (DSG, XIII)

[E o cavaleiro que o havia desafiado correu na direção dele, e Galvam pegou a espada, por que não tinha outra coisa com que se defendesse] (DSG, XIII)

(74) E tanto andarom, que chegarom aa ermida e soterrarom-no i o mais honradamente que poderom. Mais depois houve mais rica sepultura, CA rei Carados, o do pequeno braço, que a ventura adusse per i, fêz sa sepultura tam rica com ouro e com prata e com pedras preciosas, que, se o mais rico rei do mundo i jovesse, jaria honradamente... (DSG, XIII)

[E andaram tanto que chegaram à ermida e ali o enterraram o mais honrosamente que puderam. Mais tarde, (rei Bandemaguz) ganhou uma sepultura opulenta, porque rei Carados, o do pequeno braço, que o destino o conduziu até ali, fez sua sepultura tão rica com ouro, prata e pedras preciosas que, se o mais rico rei do mundo nela jazesse, o faria honradamente...]

(75) Entõ o começou a afaagar ante todo o poboo em muytas guysas, CA o queria tornar daquelo em que o achara. (FLOS, XIV)

[Então começou a tratá-lo bem, de várias maneiras, diante de todo o povo, porque queria transformá-lo como o tinha encontrado (pessoa bondosa).]

II. Ca epistêmico:

(76) Pero rrazões hy ha per que nõ auera pãa do jnferno nõ irá a elle e esto he se conpre en este mûdo a pãa que lhy dam, ca pero uaa a purgatorio, certo he que hirá dereytamente ao parayso. CA nõ hũa alma nõ pode entrar ena gloria do parayso ena de Deus nõ ueella se ante nõ he purgada... (PP, XIV)

[Por isso há aí razões pelas quais não haverá pena do inferno, nem irá para ele, isto é, se cumpre neste mundo a pena que lhe dão, porque, mesmo que haja purgatório, é certo que irá diretamente ao paraíso]

(77) E a nosso senhor deos em grande mercee terria, se de minha vida, feitos e dictos muitos filhassem proveitosa ensinança, e nunca o contrairo. CA scripto he: «Aquel que faz o pecador em seu viver de maa caminho tornar, guaança sua alma e seer-lhe-am cubertos e relevados gram multidoõe de pecados». (LC, XV)

[E o nosso senhor deus teria grande satisfação se muitos tivessem proveitosa aprendizagem a partir dos feitos e ditos da minha vida, e nunca o contrário, porque está escrito: “aquele que faz o pecador, em seu viver, voltar ao mau caminho, terá alma de pecador e será coberto por grande multidão de pecados”]

(78) Nenhuumas gentes poderom pensar que el Rei Dom Hemrrique emtrasse pello Reino da guisa que el entrou; espiçiallmente des Coimbra pera Lixboa, omde el Rei Dom Fernamdo estava quamdo elle partio de Viseu, que elle muito primeiro lhe nom sahisse ao caminho a embargar sua viimda, podemdo mui bem fazer, CA el tiinha gentes assaz de seus naturaes pera lhe poer a praça, e mais a ajuda dos fidalgos e senhores...(CDF, XV)

[Ninguém pôde imaginar que o Rei Dom Henrique pudesse entrar pelo reino da maneira com que entrou, especialmente de Coimbra para Lisboa, onde o Rei Dom Fernando estava quando ele partiu de Viseu, embora este último, antecipadamente, não lhe tenha atravessado o caminho para impedir sua vinda, o que muito bem poderia fazer, porque ele tinha, entre os seus, muita gente para fazer frente, além da ajuda dos fidalgos e senhores...]

III. Ca conversacional:

(79) – Galvam, Galvam, eu vos desfio, CA bem merecestes morte, quando matastes tam boõ rei como rei Bandemaguz. (DSG, XIII) cD1aLdY2Nn0a7

[Galvão, Galvão, eu vos desafio, porque bem merecíeis morrer quando matastes tão bom rei como rei Bandemaguz.]

(80) – Andemos enquanto havemos dia, **CA** de noyte ñ poderemos bem remar. (FLOS, XIV)
 [Andemos enquanto temos o dia, porque, à noite, ñ poderemos remar bem.]

(81) – Ñ me detenhades, **CA** Deus mi enderençou mha carreya ...(FLOS, XIV)
 [Ñ me detende, porque Deus designou a minha carreira...]

Um único uso de *ca*, no entanto, parece não estar em nenhum dos três domínios:

(82) Chegamos a Nitrea em hũũ logar avondado de moesteyros. **Ca** a quareenta milheyros d'Alexandria é esta Nitrea. (FLOS, XIV)
 [Chegamos a Nitrea, em um lugar cheio de mosteiros. E esta Nitrea está a quarenta milheiros de Alexandria.]

Nesse caso, não há uma relação causal, mesmo em sentido lato. No texto em que se insere, esse trecho consiste no parágrafo de abertura de uma seção, o que inviabiliza a busca de algum indício de um elo causal com segmentos anteriores. Dessa forma, nessa ocorrência, *ca* é empregado como elo narrativo, conforme destacam os trabalhos de Olinda (1991) e Barreto (1999), por exemplo.

Nesta pesquisa, esse uso, pelo caráter textual da estratégia de adição, bem como pelo desgaste da relação de causa, é considerado “discursivo”. Considera-se, portanto, um uso derivativo dos demais, que segue, em termos semânticos, a tendência comum de processos de gramaticalização do mais concreto para o mais abstrato. A identificação de tal uso sugere que *ca* tenha chegada ao estágio da pragmatização ou discursivização, que, como se defende nesta tese, é uma instância de gramaticalização, e não um processo independente (DIEWALD, 2011)⁶⁰.

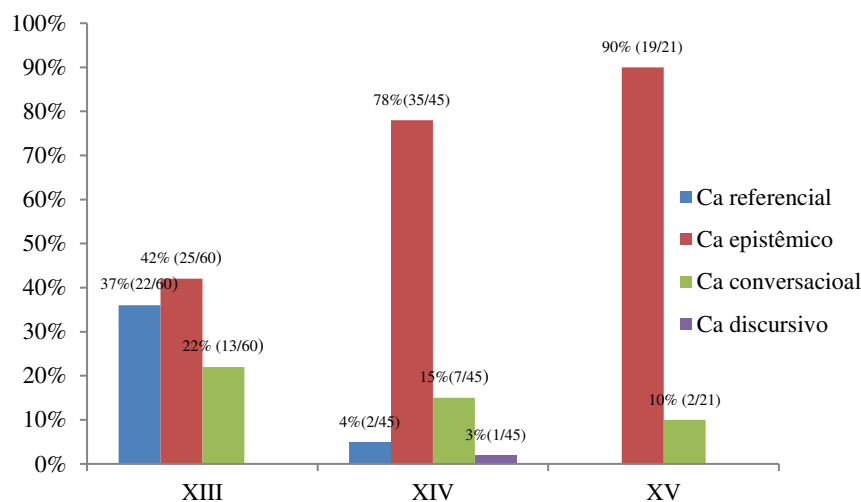
Dessa forma, é possível propor uma relação derivativa, não necessariamente diacrônica, das relações causais a partir da seguinte escala:

[domínio referencial] > [domínio epistêmico] > [domínio conversacional] > [domínio discursivo]

⁶⁰ Embora não tratem o uso de *ca elo narrativo* como derivativo do causal, Mattos e Silva (1989), Olinda (1991) e, especialmente, Barreto (1999), que faz o mesmo em relação a outros conectores, referem-se a esse emprego no rol de discussão sobre *ca causal*, sugerindo o reconhecimento/intuição de uma relação entre esses usos. Além disso, ao descrever o uso de *pois* nessa função, Barreto (1999, p. 227) destaca que “hoje, ainda, o **pois** explicativo funciona como encadeador da narrativa, iniciando períodos que apresentam uma explicação para o que foi dito anteriormente.” Veja-se que a autora reconhece um acúmulo de funções, a saber, o de conector causal (explicativo) e encadeador da narrativa, descrição que muito se aproxima da concepção aqui apresentada para o domínio discursivo, no qual os conectores tem uma função textual-discursiva, indicando, ainda que mais opaca, uma relação causal.

A distribuição da frequência de *ca* nos diferentes domínios mostra se tratar de uma forma especializada na marcação de relações causais subjetivas:

GRÁFICO 2: Diacronia dos usos causais de *ca*



Considerando que tanto a causalidade epistêmica quanto a conversacional dizem respeito à causa da enunciação (LOPES, 2004), observa-se que 81% (102/126) dos usos de *ca* causal encontrados no *corpus* são subjetivos. Outro fato que também corrobora a classificação de *ca* como um conector especializado em relações mais subjetivas diz respeito à própria natureza do tipo de causalidade referencial que ele expressa, notadamente situada numa zona próxima à causalidade epistêmica, dada a presença de marcas de subjetividade, como mostram os exemplos a seguir:

(83) – Senhor cavaleiro, eu vos direi meu nome, pois me tanto rogades. Eu hei nome Meraugis de Porlegues, e soñ de Cornualha, *cavaleiro que nom som ainda de muita nomeada*, **CA** *nom há muito que foi cavaleiro*. (DSG, XIII)
 [Eu me chamo Meraugis de Porlegues, e sou de Cornualha, cavaleiro ainda pouco conhecido, porque faz pouco tempo que se tornou cavaleiro]

(84) O rei Taanam nom fôra de linhagem de reis, mas de pobres cavaleiros; *empero tanto fêz per sa proeza que foi rei*, **CA** *muita grã terra e rica havia conquista*. (DSG, XIII)
 [O rei Tanão não era de linhagem real, mas de pobres cavaleiros; no entanto fez tantas proezas que se tornou rei, porque havia conquistado rica e grande terra.]

(85) Quando Erec ouíu as novas da morte de rei Bandemaguz e o viu jazer morto, *houve grã pesar e foi mui sanhudo*, **CA** *sobejamente amava e prezava rei Bandemaguz...* (DSG, XIII)
 [Quando Eric ouviu a notícia da morte do rei Bandemaguz e o viu jazer morto, teve grande pesar e ficou muito irado, porque amava e prezava grandemente o rei Bandemaguz]

Nos três casos, a relação de causalidade estabelecida encontra suporte em fatos que, tanto no *topos* do universo textual quanto no do mundo real, são identificáveis como referenciais. Contudo, têm-se aí relações causais referenciais não prototípicas, visto que os segmentos que compõem a junção codificam predicções avaliativas e/ou predicções em torno de verbos psicológicos, o que as torna mais subjetivas (Cf. PANDER MAAT; DEGAND, 2001).

Não parece aleatório o fato de a maioria dos casos de *ca* referencial se concentrar no século XIII, período em que a sua frequência geral é a maior dos três séculos que constituem o português arcaico. Conforme mostra o gráfico 2, 37% (22/60) dos seus usos, nesse século, localizam-se no domínio referencial, o que pode ser explicado a partir de duas hipóteses. A primeira diz respeito ao fato de *ca* aparecer como o conector causal mais frequente do século, representando 60% (60/100) dos conectores encontrados no período: é possível, portanto, que a alta frequência represente fator favorável a uma distribuição mais expressiva entre os diferentes domínios de causalidade. A segunda hipótese leva em consideração as TD dos textos desse século.

Desse modo, observa-se que todas as ocorrências de *ca* referencial encontram-se na DSG, texto de TD aqui nomeada *narrativa histórico-ficcional*. A análise de todos os conectores do *corpus*, nos diferentes séculos, em relação ao cruzamento domínios de causalidade/TD, demonstra que a narrativa histórico-ficcional favorece a ocorrência de relações referenciais, o que não é difícil de prever, pois a narração de fatos ocorridos no passado, conforme discute Pit (2003, p. 151), constitui um modo de enunciação mais objetivo, porque se distancia do momento de fala, do discurso *online* do enunciador. No *corpus* desta pesquisa, 57% dos casos de causalidade referencial estão na TD narrativa histórico-ficcional. Nas TD narrativa epistolar e narrativa jurídico-doutrinária, a presença desse tipo de relação se reduz, respectivamente, para 23% e 20%.

Do ponto de vista sintático, com base nos critérios adotados para aferição no grau de (inter)dependência dos segmentos que compõem uma junção causal, as ocorrências de *ca* se caracterizam como casos prototípicos de parataxe. A caracterização desse conector como paratático sustenta-se pela identificação das seguintes propriedades:

TABELA 1. Marcas sintático-discursivas de *ca*

	Padrão Prosódico			Posição		Coocorrência de coordenativo		Clivagem	
	Sem pausa	Pausa leve	Pausa forte	Anteposição	Posposição	Sim	Não	Sim	Não
Ca (126)	–	73%(92)	27% (94)	–	100%(126)	–	100%(126)	–	100%(126)

A observação dos resultados acima atesta o baixo grau de integração sintática e, por conseguinte, de interdependência (sintagmática, não de sentido), entre os segmentos de uma junção causal operada pelo conector *ca*. Todas as ocorrências desses conectores apresentam algum tipo de pausa entre os segmentos, indiciando se tratar de enunciados funcionalmente autônomos (DECAT, 2011; PIT, 2003). A rigidez posicional do segmento causal também acentua o comportamento não integrativo na junção causal com *ca*, o que, considerando o pareamento forma/sentido, se explica pela sua especialização em expressar causa subjetiva, na grande maioria dos casos, uma *justificativa* para uma crença, inferência ou ato de fala do enunciador: conceptualmente, uma justificativa não pode anteceder o conteúdo proposicional ou ato a que se refere (Cf. NOORDMAN; BLIJZER, 2000), aspecto que, geralmente, tem reflexos no nível textual.

Além disso, Traugott (2007) mostra que vários casos de subjetivização resultam em rigidez sintática, visto que, tornando-se subjetivo, um item tende a fixar-se em posições mais à direita da sentença. Izutsu e Izutsu (2006), por exemplo, a partir de dados do japonês, atestam que a subjetivização de conectores pode tornar fixa a posição de todo o segmento que encabeçam. Dessa maneira, dado o caráter subjetivo de *ca*, os segmentos por ele introduzidos rejeitam a anteposição, o que decorre, ainda, da própria manobra argumentativa que colocam em jogo: uma vez que, conforme assinalado, *ca* encabeça segmentos que indicam uma justificativa, a cristalização da posposição representa uma restrição de ordem pragmática: justifica-se ao que se diz antes ou o que, de alguma forma, é inferível, está presente na situação comunicativa.

O fato de não coocorrer com coordenativo é mais um evidente indício de seu caráter paratático: ao contrário, segundo mostram Barreto (1999)⁶¹ e Mattos e Silva (2008), *ca* parece funcionar como um típico coordenativo ao coocorrer com outras conjunções, o que, na leitura

⁶¹ Barreto (1999, p. 166) destaca que *ca* pode coocorrer com as seguintes conjunções: *por isto, pois que, pois, pero que, deys que, des que e assi como*.

dessas autoras, atesta o seu emprego como elo narrativo correspondente ao coordenativo *e*. No *corpus* desta pesquisa, em duas ocorrências, *ca* “coocorre” com o conector *pero*, mas, nesses casos, não assume papel de elo narrativo, mas de um conector causal epistêmico⁶² (Cf. subseção 4.3). Ou melhor, como se nota nos exemplos abaixo, *pero* está mobilizando uma arquitetura sintática dentro do segundo membro de *ca*, constituindo arranjos complexos de junção, daí parecer adequado tratar como um caso de contiguidade de conectores, mas não de coocorrência:

(86) Peas assinaadas deue, a auer todo aquel que caer en erro dũa destas tres maneyras de pecados que nomeamos. **CA** pero Deus he poderoso sobre todo e a ssa merçee he tam grande que [...] todos os erros que poderia seer feytos, pero cõ todo esto quer elle ãmẽda pera darnos (a) entẽder que pero pe<r>camos o sseu amor... (PP, XIV)

[*Todo aquele que errar conforme uma dessas três maneiras de pecados que nomeamos deve ter pena determinada. Porque, ainda que Deus seja poderoso e que sua benignidade seja tão maior que todos os erros que poderiam ser feitos, ele quer emenda (correção) para nos dar a entender que por isso (pelos pecados referidos) perdemos o seu amor...*]

(87) E por ende foy estabelecido ena Santa Igreja que todo aquel que fizesse pecado venial, que he meor ca os outros, que a enmẽda delle fosse en cõfessandoo, conhocẽdosse ende (...). Onde todo pecador se deue esforçar en gaãhar perdom e amor de Deus e maiormẽte pois que sabe que cõ tam ligeyras cousas o pode auer. **CA PERO** o pecado venial he en cuydar e nõ obrar, pero cõ todo esso he tã grande que he rrays dos outros que sse tornã en feytos, ca eno pẽssamẽto se aiũtam primeyramẽte e ss’acordam todas as rrazões do bẽ e do mal... (PP, XIV)

[*E por isso foi estabelecido na Santa Igreja que todo aquele que cometesse o pecado venial, que é maior que os outros, tivesse como penitência a confissão e o conhecimento de que o fez. Assim, todo pecador deve se esforçar em ganhar o perdão e amor de Deus e principalmente porque sabe que, com coisas tão simples, pode tê-los. Porque, ainda que o pecado digno de perdão está no pensar (= projetar, preparar), e não no realizar, esse pensar é tão grande porque é raiz dos outros (pecados) que se realizam, pois no pensamento se juntam e se acordam (coincidir, concordar) primeiramente todas as razões do bem e do mal...*]

Outro resultado do caráter não integrativo dos segmentos ligados por *ca* é evidenciado pela observação de que nenhuma de suas ocorrências, no *corpus* investigado, aparece em construções clivadas, estratégia de focalização que exige o deslocamento do segmento causal para a posição inicial. Essa descrição demonstra, portanto, que *ca* consiste num conector paratático prototípico, corroborando outras análises que, descrevendo-o em termos de coordenação/subordinação, reconhece-o como um coordenativo prototípico (MATTOS e SILVA, 1989; 2008a; OLINDA, 1991; FIÉIS; LOBO, 2008).

⁶² Em todos os exemplos de uso de *ca* na função “elo narrativo”, Barreto (1999) apresenta apenas o trecho iniciado pelo conector. Talvez a explicitação dos segmentos que antecedem esses trechos pudesse permitir o resgate de uma relação causal.

As análises desenvolvidas nesta subseção conduzem às seguintes conclusões a respeito do conector *ca*:

- i) trata-se, no *corpus* desta pesquisa, do conector causal mais frequente do português arcaico, representando, aproximadamente, 50% (126/254) do total de conectores encontrados no período;
- ii) embora os seus usos apareçam nos diferentes domínios de causalidade, constitui uma forma especializada na expressão de relações subjetivas, visto que, considerando, como assinalado, causas epistêmicas e causas conversacionais como expressões da causa da enunciação (LOPES, 2004), 81% (102/126) de suas ocorrências exprimem causalidade em sentido alargado. Além disso, mesmo nos casos em que indica causalidade referencial, há marcas linguísticas e discursivas que colocam os seus usos em contextos mais subjetivos.
- iii) da conclusão acima resulta a inferência de que *ca* não sofre subjetivização no português: adotando a proposta de Traugott (2010), observa-se que, sendo um item que surge já gramaticalizado no português, *ca* não segue, nos séculos em que é empregado, um percurso do [+objetivo] para o [+subjetivo]. Conforme descrito no início desta subseção, a gramaticalização de *ca* se dá no latim, quando o relativo *qua* sofre *recategorização* e se torna um conector causal, o que possivelmente teve como principal motivação o fato de ter assimilado os usos causais do *quia*. Esse estágio de gramaticalização primária de *qua*, em que há a perda do traço anafórico e a crescente assimilação de usos causais, representa o cenário em que efetivamente se dá a sua subjetivação;
- iv) *ca* é um conector paratático prototípico, estatuto que representa um reflexo da subjetivização sofrida no seu estágio de gramaticalização primária, no latim: o uso como relativo pressupõe maior integração sintática – [+ encaixamento] e [+interdependência] –, propriedade perdida com a sua gramaticalização em conector causal que, no português, emerge como uma forma subjetiva.

5.1.2 QUE

Nunes (1956) argumenta que a forma latina *quod*, pronome relativo, deu origem ao *que* em seu emprego causal. Segundo o autor, no latim clássico, *quod* já apresentava uso causal, do qual “decerto se desenvolveu também o seu emprego, em especial, com verbos declarativos e sensitivos (*dizer, crer, pedir, sentir, ver* etc)” (NUNES, 1956, p. 353). Nunes explica que, na norma popular, *quod*, em seu uso como conjunção integrante, foi substituído por *quid*, forma utilizada como pronome interrogativo que passou a ser repetida na resposta. Assim, no latim clássico, a interrogação *quid credis* (“o que acha?”) tem como resposta *credo quod* (“acho que”), construção que, na norma popular, era substituída por *credo quid*. Coutinho (1938, p. 270) também aponta a forma *quid* como étimo do *que*. Câmara Jr. (1976, p. 184), ao destacar o aparecimento do *que* como o fenômeno de grande relevância para a constituição do quadro das chamadas “conjunções subordinativas” do português, explica como esse conector adquiriu o seu caráter multifuncional:

O advento da conjunção subordinativa *que* resultou primordialmente de um esvaziamento da significação pronominal da forma neutra *quid* do pronome indefinido-interrogativo e sua coalescência com a outra forma neutra *quod*, reservada ao pronome relativo. Secundariamente, houve a convergência da evolução fonética da partícula de conexão comparativa *quam* e da conjunção causal *quod*. (CÂMARA Jr., 1976, p. 184)

Olinda (1991, p. 21) também aborda a polissemia de *que*, afirmando que sua origem resulta da *neutralização* dos pronomes *quid*, *quod* e *quia*, que, por analogia, eram confundidos em seus usos como interrogativos e relativos. Ademais, segundo a autora, houve a convergência da forma *quam* comparativa e do emprego causal de *quod*. Um fato que corrobora a origem comum dos diferentes usos de *que* diz respeito aos empregos em que a categoria gramatical dessa forma se revela bastante ambígua, como se verifica nos enunciados a seguir:

(88) Amigos, disse elle, nom curees da bamdeira, **QUE** he huum pouco de pano que se vai, mas curaae do meu corpo que aqui está, em que devees teer moor esforço que neela; porem pellejemos todavia por veemçer, e nom curees da bandeira. (CDF, XV)
 [Amigos, disse ele, não se preocupem com a bandeira, que é um pouco de pano que se vai, mas cuidem do meu corpo que aqui está, no qual devem despender maior esforço do que nela; por isso pelejemos, todavia, por vencer, e não se preocupem com a bandeira.]

(89) E, estando laa dizendo missa, entrou este homem, de maneira que lhe mandou o Padre diser que saisse, **QUE** não podia celebrar com elle. (CPJ, XVI)

[*E, estando lá celebrando a missa, este homem entrou, de maneira que o padre lhe mandou dizer que saísse, que/porque não podia celebrar com ele*]

(90) As molheres dejxamdo suas obrjguações de casa, fazjam Romarjas, ajumtamdo se em companhjas, elegjam capitães, não erão tam poucas, **Q** passauão de dozentas, e trezentas, hjam todas descalças, p serras e camjnhos...(CDA, XVI)

[*As mulheres, deixando suas obrigações de casa, faziam suas romarias e, ajuntando-se em companhias, elegiam capitães; não eram poucas, que/porque passavam de duzentas, trezentas, e iam todas descalças para serras e caminhos...*]

No primeiro exemplo, *que* admite leitura como um pronome relativo, introduzindo, nesse caso, uma relativa explicativa, ou como um conector causal: nessa segunda interpretação, *que* introduz uma justificativa para um ato de fala injuntivo: “Nom curees da bamdeira”. Em (89), a forma *que* em destaque pode ser interpretada como uma conjunção integrante, referindo-se à forma verbal “diser”, ou como um conector causal, responsável por introduzir a razão do “diser que saísse”. No exemplo seguinte, *que* parece integrar uma construção correlativa consecutiva (“tão poucas que”), o que não inviabiliza uma leitura causal: “não eram tão poucas, pois passavam de duzentas, trezentas”. Essa ambiguidade pode sugerir que a gramaticalização de *que* como conector causal é incipiente, de modo que ainda persiste, nessa forma, traços da sua forma-fonte capazes de se refletir no seu comportamento morfossintático.

Conforme explica Hopper (1991), essa preservação de traços da forma-fonte pode interferir na distribuição morfossintática do item em gramaticalização, constituindo um dos princípios que diagnosticam um processo não avançado. Barreto (1999, p. 227) corrobora a ideia de que, na história do português, os usos de *que* mantiveram-se como um reflexo direto daqueles verificados em *quod*, *quid* e *quia*, mas aventa a hipótese de que essa forma representa um “elemento neutro”, uma marca de subordinação bastante sujeita à pressão pragmático-discursiva do contexto em que é empregada, daí a sua polifuncionalidade.

No *corpus* deste trabalho, verificam-se os usos de *que* como conector causal a partir do século XV, o último do período arcaico⁶³:

(91) E daqui vem nunca muito agradecerem os beens e mercees, honras e serviços que lhes sejam feitos, **QUE** entendem e teem que muito mais merecem. (LC, XV)

[*E disso resulta que (os soberbos) nunca agradecem os bens e mercês, honras e serviços que lhes sejam feitos, porque entendem e acham que muito mais merecem.*]

⁶³ Entretanto, Barreto (1999) e Mattos e Silva (1989) identificam o emprego causal de *que* já no primeiro século do período arcaico.

(92)...ele jndjnado o mamdou chamar pera lhe mamdar cortar a cabesa, acudjo a jsto o embaixador de castela djzendo ao mouro q olhase o q fazja **Q** era parente del Rej seu sñor...(CDA, XVI)

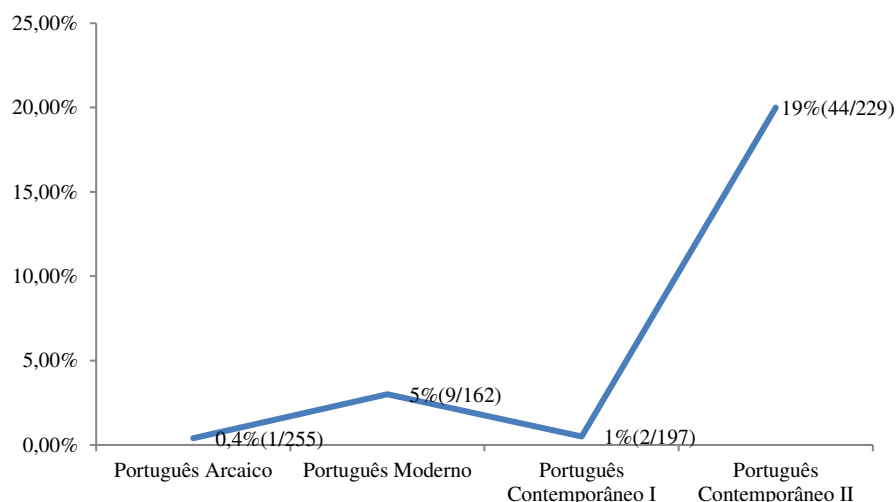
[Indignado, ele mandou chamá-lo para lhe cortar a cabeça; o embaixador intercedeu, dizendo ao mouro que olhasse o que fazia, porque era parente do rei, seu senhor]

(93) Ah deixame, **QUE** não fiz ametade, do que cada noite ledes de qualquer caualeiro do noffo liuro. (CAN, XVII)

[Ah, deixa-me, porque não fiz a metade do que, a cada noite, vocês leem sobre qualquer cavaleiro do nosso livro]

A frequência dos usos causais de *que*, por sincronia, é apresentada no gráfico a seguir:

GRÁFICO 3: Frequência dos usos causais de *que*



Como se vê, a frequência de *que* é irrisória ao longo das três primeiras sincronias, o que inviabiliza conclusões seguras a seu respeito nesse recorte diacrônico – em valores absolutos, há, apenas, 1 ocorrência no período arcaico, 9 no moderno e 2 no português contemporâneo I (dados de escrita). No entanto, o fato de seus usos aumentarem significativamente na sincronia referente aos dados de fala – 19% (44/229) dos conectores causais da amostra – representa um resultado que traz à tona a hipótese de que esse conector seja, na realidade, a forma reduzida de *porque*. Assim, a emergência súbita de *que*, no português atual falado, como um dos conectores mais frequentes da junção causal (Cf. PAIVA, 1991; AMORIM, 2012) não parece se tratar do recrutamento da forma que sofreu gramaticalização ainda no latim, mas da redução do conector default *porque*. A análise dos padrões semântico-pragmáticos e sintáticos de *que*, em

comparação com os de *porque*, fornece argumentos para a validação da hipótese da redução, como se discute mais abaixo.

Que estabelece relações causais nos três domínios de causalidade, além de apresentar usos mais discursivos, como mostra a sequência de exemplos a seguir:

I. *Que referencial*

(94) Por estes caminhos padecerão os Irmãos com o Padre muyto detrimento alem do canção do caminho que levaram passando por rios a nado despídos, que dizem os Irmãos que emtangessião com frio; e não tam somente isto mas muyta fome em extremo, **QUE** não comião senão palmitos que achavam pollo mato com outras fruitas de mais pouca sustancia... (CPJ, XVI)

[*Por estes caminhos os irmãos sofreram muito detrimento, além do cansaço do caminho por passarem por rios a nados despídos, que dizem os irmãos que se enrijeciam com o frio; e não tão somente isto, mas muita fome em extremo, porque não comiam senão palmitos que achavam pelo mato e outras frutas com pouca sustância...*]

II. *Que epistêmico*

(95) lhepeSso aVossaExcelencia pellas muitas honras que me faz lhedem mais Socego, para que Com este [sossego] poSsa ir pago desta villa, **QUE** nunca foy Ruim homem Segundo omeu parecer (CA, XVIII)

[*Peço a Vossa Excelência, pelas muitas honras que me faz, que lhe deem mais sossego, para que assim ele possa ir pago desta vila, porque nunca foi homem ruim, segundo me parece...*]

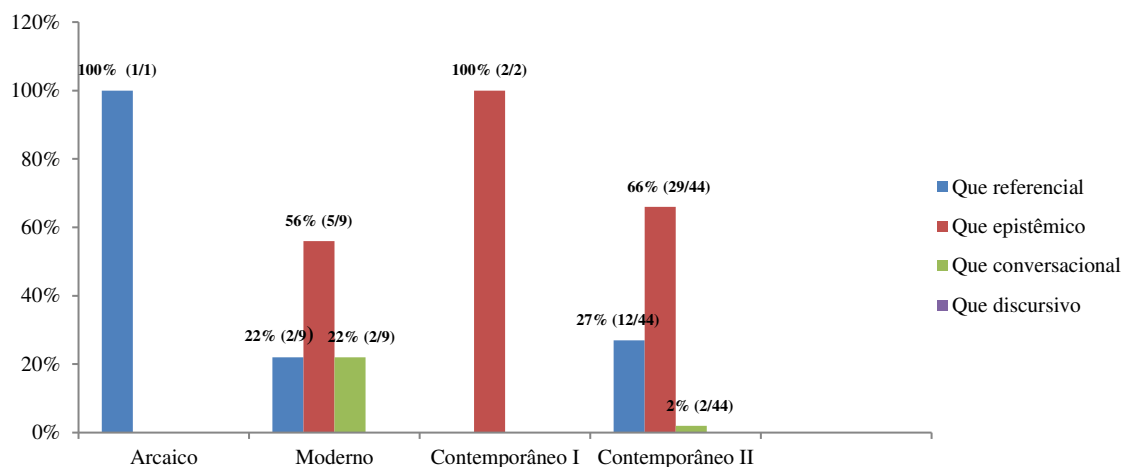
III. *Que conversacional*

(96) VEnha **QUE** nós vamos te ajudar – né? (RO, XXI)

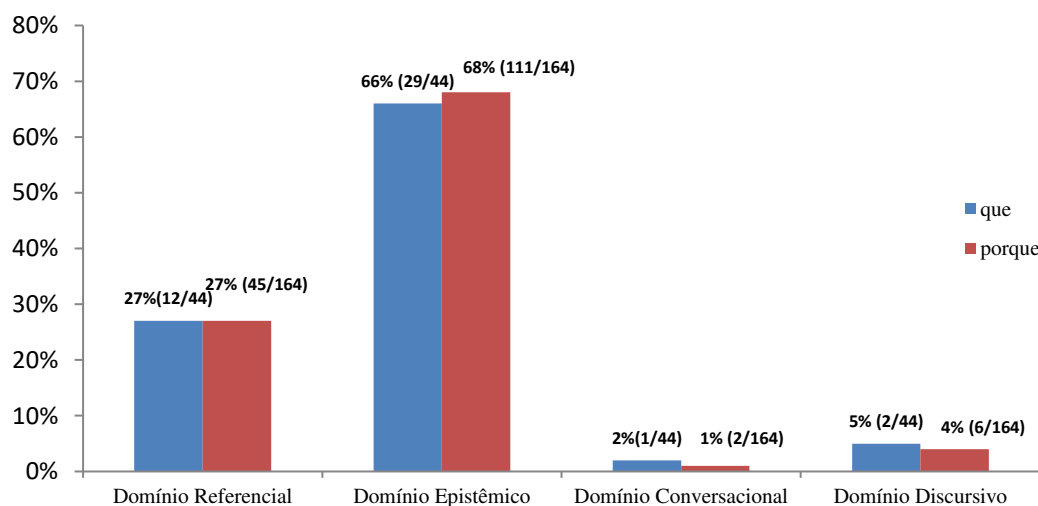
IV. *Que discursivo*

(97) mais a Globo vai tê(r) que fazê(r) muita coisa lá dentro daquela casa pra podê(r)...peGÁ(r) o mesmo público que tava ten(d)o até agora né? **QUE**... o paredã/ o:: o *Big Brother* como diz o:: o Bial era:: Íris... e Alemão... agora saindo um do trio... Fani já era... no meu modo de pensá(r)... ela de(i)xô(u) de sê(r) o que era... engraçado é que::que::... eles fez tanto complô ali dentro que... ontem na hora que eu tava ven(d)o o o... (RO, XXI)

A baixa frequência de dados para as três primeiras sincronias não permite uma caracterização mais acurada do perfil semântico-pragmático de *que*. Nas amostras de fala, contudo, é possível observar que esse é um conector especializado na expressão de causalidade subjetiva:

GRÁFICO 4: Diacronia dos usos causais de *que*

Ainda que se reconheça a baixíssima frequência nas três primeiras sincronias, é possível notar a tendência de *que* em indicar relações causais subjetivas. A identificação de *que*, nas amostras de fala, como um conector subjetivo o aproxima de *porque*, sustentando a hipótese de que pode se tratar de uma mesma forma. O gráfico a seguir exhibe a distribuição de ambos os conectores nos domínios de causalidade na sincronia atual:

GRÁFICO 5: *que* e *porque* no português contemporâneo falado

Assim, a comparação entre os usos de *que* e *porque*, do ponto de vista semântico-pragmático, é bastante reveladora no sentido de mostrar que esses dois conectores assumem padrões quase que idênticos, reforçando a hipótese aqui aventada. Outro argumento favorável à suposição de que, nos usos atuais, *que* é a forma reduzida de *porque* diz respeito ao seu

estatuto sintático. *Que*, segundo a proposta de Lopes (2004), apresenta estatuto sintático híbrido, localizando-se entre a parataxe e a hipotaxe, o que decorre da hipótese assumida pela autora segundo a qual o comportamento do *que* causal remete ao das *orações subordinadas relativas apositivas*, hipótese que parece encontrar suporte na própria origem desse conector, cuja gramaticalização, no latim, tem como forma-fonte um relativo, bem como nos casos ambíguos em que seu estatuto morfossintático flutua entre a categoria de relativo e conector causal.

A classificação híbrida defendida por Lopes (2004) se pauta pela observação de que esse conector é favorável a dois testes que o aproximam da hipotaxe – teste da coordenação e da próclise⁶⁴ –, mas, ao contrário das estruturas hipotáticas prototípicas, não apresenta flexibilidade posicional. No *corpus* desta pesquisa, identificam-se as seguintes marcas sintático-discursivas nos usos de *que*:

TABELA 2. Marcas sintático-discursivas de *que*

	Padrão Prosódico			Posição		Coocorrência de coordenativo		Clivagem	
	Sem pausa	Pausa leve	Pausa forte	Anteposição	Posposição	Sim	Não	Sim	Não
Que (56)	16%(9)	21%(12)	63% (35)	2%(1)	98%(55)	–	100%(56)	3%(2)	97%(54)

Os resultados exibidos na tabela refutam o que afirma Lopes (2004) sobre a rigidez dos enunciados causais introduzidos por *que*. Destaca-se, também, o fato de que 3% (2/56) das suas ocorrências aparecem em construções clivadas, marca bastante significativa para definir padrões hipotáticos. Vale assinalar que os dados que exibiram esse comportamento sintático inesperado⁶⁵ pertencem à amostra do português contemporâneo falado:

(98) acho que ele::... falô(u) que minha mãe tava mei::o... que olhan(d)o pos o(u)tros homens... acho que uma coisa assim que ele falô(u) né? só que era mentira né? é **QUE** ele tava:: mei::o... [Doc.: tava (inint.)] é... tava com ciúmes... ele tava/ parece que ele tava com::... ciúme meio bêbado tam(b)ém né?... (RE, XXI)

⁶⁴ O teste da próclise, segundo Lopes (2004), Lobo (2001) e Lobo e Fiéis (2008), só é válido para o português europeu, cujas orações causais mais integradas tendem a requerer, quando apresentam um clítico, a próclise.

⁶⁵ Tanto na tradição quanto em estudos descritivos (LOBO, 2001; MATOS, 2004; FIÉIS; LOBO, 2008), *que* é apresentado como uma forma coordenativa/paratática, recusando, portanto, testes que indicam maior integração sintática.

(99) aí né?... acho que foi algum:: dia lá que::...é **QUE** o meu padraço tra/ trabalha de servente de pedre(i)ro né? [Doc.: uhm] então eu acho que ele tava reforman(d)o a casa ou construín(d)o a casa... (RE, XXI)

Em ambos os casos, observa-se a ocorrência de *que* como o próprio elemento que opera a clivagem: segundo Longhin (1999)⁶⁶ e Braga (2009), “é que” é um dos elementos mais produtivos para operar a clivagem no português. Em (98), o falante refuta, por meio da asserção “só que era mentira”, uma fala segundo a qual a sua mãe estaria flertando: a clivagem da justificativa – “é (por)que ele tava com ciúmes” – parece potencializar o caráter argumentativo da refutação. Em (99), as marcas “anteposição” e “clivagem” se sobrepõem, visto que o deslocamento do segmento introduzido pelo *que* se dá para atender à clivagem. O falante, em meio à narração do episódio em que sua mãe conhece o seu padraço, acha que, quando o encontro aconteceu, seu padraço trabalhava numa construção, crença que parte do fato de ele ser servente de pedreiro: “é (por)que ele é servente de pedreiro que eu acho que ele trabalhava numa construção”. Antecipar a oração em casos como esse, que expressa causalidade epistêmica, parece representar um recurso que *objetifica* a relação causal, já que ela ocupa uma posição tópica, tornando-a menos suscetível à refutação.

Assim, a observação desses exemplos torna questionável descrever *que* como um conector paratático, uma vez que a flexibilidade posicional e a possibilidade de integrar-se a estruturas clivadas são traços típicos da hipotaxe, como se verifica nos usos de *porque*. Com isso, pode-se notar que, a partir de dados do português atual, a descrição sintática de *que* também fornece pistas favoráveis à interpretação de que esse conector representa a forma reduzida de *porque*.

As análises apresentadas nesta subseção permitem abordar o conector *que* sob dois vieses. O primeiro baseia-se no fato de que a gramaticalização de *que* como um conector causal resulta de uma recategorização anterior à sua emergência no português, operada por analogia, em consequência da semelhança formal entre os conectores latinos *quod*, *quid* e *quia*. Nesse sentido, *que* representa um *conector causal genuíno*. Entretanto, a ambiguidade morfossintática desse conector, que, em algumas sentenças, flutua entre as categorias de *relativo*, *conjunção integrante* e *conector causal*, atesta que traços da sua forma-fonte ainda persistem e afetam a

⁶⁶ Longhin (1999, p. 48), com base em exemplos do português do século XX, reconhece sentido causal em construções “é que”, destacando que, nesses casos, *que* é intercambiável por *porque*. Contudo, a autora salienta que o tipo de construção *é que* com esse sentido não representa uma clivada propriamente dita, por não corresponder à construção prototípica “FOCO é que”.

sua distribuição gramatical, ainda que a sua gramaticalização, em termos temporais, seja bastante antiga.

Desse modo, é possível pensar que *que*, como uma forma cuja gramaticalização se mantém incipiente, não se firmou na língua portuguesa como conector causal, o que explica a sua baixíssima frequência nas três primeiras sincronias investigadas. Por outro lado, no português contemporâneo falado, *que* parece surgir abruptamente como o conector de maior frequência depois do *porque*, como se verifica no *corpus* deste e de outros trabalhos (Cf. PAIVA, 1991; AMORIM, 2012). A partir dessa constatação, as análises mostram semelhanças semântico-pragmáticas e sintáticas que evidenciam estreitas relações entre *que* e *porque*, se não validando, tornando bastante plausível a hipótese de que, no português atual, *o primeiro é a forma reduzida do segundo*. Talvez, dada a frequência de *porque* nos textos de diferentes séculos, *que* tenha se mantido no modo de enunciação oral de outras sincronias, justamente por sempre ter representado uma redução desse conector causal *default* do português.

5.1.3 COMO

Gramáticos históricos, como Bueno (1967) e Coutinho (1938), apresentam o étimo *quomodo* para o conector *como*, que, na história do português, representa um item multifuncional (Cf. BARRETO, 1999). Bueno (1967) afirma que esse conector, em seu uso causal, era seguido por indicativo; quando seguido de subjuntivo, assumia o sentido concessivo, equivalendo a *suposto que*. O autor também destaca que, até o século XVII, *como* apresentava usos temporais, correspondendo a *quando*.

Barreto (1999) explica que, no latim, *quomodo*, prototipicamente utilizado como advérbio interrogativo de modo, recategoriza-se em uma “conjunção modal”. Com esse deslizamento categorial, ocorre, no baixo latim, uma mudança semântica que acrescentou a essa forma um valor causal, o que se alinha ao esquema de mudança semântica, em perspectiva diacrônica, apresentado por Kortmann (1997, p. 178), segundo o qual da noção de modo, em processos de gramaticalização de conjunções, pode derivar a noção de causa. Dessa forma, *como* representa um conector cuja gramaticalização precede às origens do português; daí ser considerada uma das formas herdadas do latim. No trabalho de Barreto (1999), registram-se usos de *como* como *modal*, *comparativo* e *causal*, os quais se mantêm desde o século XIII;

temporal, registrados até o século XVII; *final*, com ocorrências nos séculos XIII e XVI, e *conformativo*, identificados a partir do século XVI. O seu emprego como conector causal, no *corpus* desta pesquisa, é também atestado a partir do português arcaico:

(100) **COMO** subre todas as cousas do mundo os omees deuen a teer e a guardar lealdade a el rey, assy son teudos de a teer e a guardar a seus filhos e a sas fillas que depoy del deuẽ a reynar, e deuẽ a amar e a guardar os outros seus fillos come fillos de senhur natural... (FR, XIII)
 [Como os homens devem ter lealdade ao rei acima de todas as coisas do mundo, assim/do mesmo modo são obrigados a ser leais com os seus filhos e suas filhas que devem reinar depois dele, e devem amar e respeitar seus outros filhos como filhos de senhor natural...]

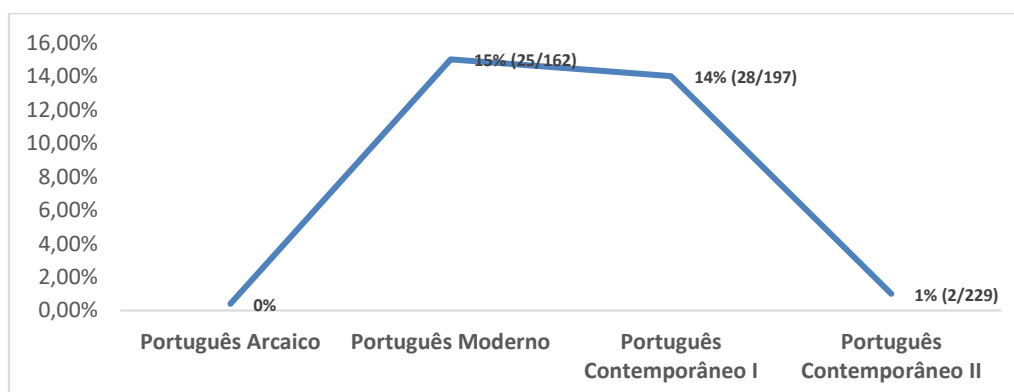
(101) **COMO** em jtalja avja m^{tos} ptugezes nos prezjdjos del Rej de castela, sabemdo das guerra de portugal, se comonjcarão todos os que poderão determnamdo de se jrem meter em ptugal pera o ajudarem a defemder a el Rej dõ antº... (CDA, XVI)
 [Como havia, na Itália, muitos portugueses nos presídios do rei de Castela, sabendo das guerras de Portugal, todos os que puderam se comunicaram, decidindo ir a Portugal para o ajudarem a defender o rei Dom Antônio.]

(102) **COMO** andam ConSuas bul[h]as não Selembram dequem Ca está penando. (CA, XVIII)
 [Como andam com seus conflitos, não se lembram de quem está penando.]

(103)...a gente ia ficá(r) mais mas **COMO**... ia tê(r) que saí(r)... um dia antes por causa do que ele fez (um)... (a)cabô(u) perdendo um dia sabe?... então na verdade a gente ficô(u) uns seis dias lá só... (RE, XXI)

A frequência de *como* causal nas sincronias estudadas é apresentada no gráfico a seguir:

GRÁFICO 6: Frequência de *como* causal em diacronia



No *corpus* desta tese, observa-se que os usos de *como* causal se tornam frequentes, a partir do período moderno, e se mantêm estáveis nos dados de escrita do português contemporâneo (século XVIII ao XX). Nas amostras de fala, no entanto, a sua frequência é

bastante irrisória. Quanto ao seu padrão semântico-pragmático, *como* se particulariza em relação à grande maioria dos conectores causais do português: trata-se de uma forma especializada na expressão de relações causais objetivas. Assim, ao longo das sincronias investigadas, todos os usos de *como* indicam relações causais estabelecidas no domínio referencial.

Uma hipótese explicativa para esse padrão pode ser construída a partir da propriedade sintática mais patente desse conector, a saber, a anteposição do segmento causal ao segmento nuclear como ordenação fixa. Barreto (1999, p. 173) afirma que *como* causal, no português arcaico, era empregado em “posição interfrástica”, destacando que, no português atual, ocorre apenas no início de “período”. Estar em posição interfrástica, no entanto, não significa que o segmento introduzido por *como* se posponha ao segmento nuclear. Embora não ilustre essa observação, Barreto, ao tratar da ocorrência de *como* causal no português arcaico, apresenta o exemplo a seguir, que permite inferir que o posicionamento interfrástico dessa forma diz respeito à sua *posição intercalada* em um complexo oracional, mas não posposta ao segmento efeito:

(104) *E daqui parece que este defeito mais está nós de pequena fortuna que nós de grande estado, porque estes, como nam tem amor ou temor, devem ser livres desta paixam.* (DVV, p. 449, l. 18-20). (BARRETO, 1999, p. 171)

[*Assim, parece que este defeito é mais comum nos de pequena fortuna do que nos de grande riqueza, porque estes, como não têm amor ou temor, devem ser livres desta paixão*]

A anteposição categórica dos dados de *como* pode representar, portanto, um argumento sintático favorável à objetividade dos seus usos. Dessa maneira, a anteposição, por atribuir um contorno de pressuposição à causa (mesmo que codifique informação nova) representa uma posição favorável à causalidade referencial: uma informação apresentada como partilhada não deve resultar da subjetividade de um enunciador, mas de um conhecimento comum exterior a ele. Ao contrário, conforme argumentam Paiva e Braga (2010), relações mais subjetivas, como, por exemplo, a justificativa de uma crença, apresentam resistência à anteposição:

(105) ? Porque os convidados ficaram na festa até o amanhecer, a festa foi animada.

Lobo (2001) analisa o caráter pressuposional de *como* comparativamente ao dos conectores *já que*, *visto que*, *dado que* e *uma vez que*, a fim de explicar a rigidez posicional daquele em relação a estes. Os elementos que constituem a base dos conectores pressuposicionais locucionais – “já”, “visto”, “dado” e “vez”, são, para a autora, *operadores*

pressuposicionais: independentemente da posição que ocupam, a presença do operador garante que esses conectores atribuam a pressuposicionalidade aos segmentos que introduzem. Lobo (2001, p. 13) conclui, então, que, no caso de *como*, a pressuposicionalidade não se manifesta lexicalmente, mas por meio de um recurso sintático, ou seja, a anteposição.

Outro fato que representa mais um indício de que a anteposição privilegia o estabelecimento de uma relação causal objetiva se refere à iconicidade da estrutura “porque q, p”. Na causalidade referencial, os fatos causalmente ligados têm uma relação mais icônica (Cf. NOORDMAN; BLIJZER, 2000), ou seja, são mais explícitos em termos da relação *sequencialidade temporal e causa-efeito*. Paiva (1991) afirma que

A maior tendência da ordenação causa-efeito quando estão relacionados dois eventos é a concretização máxima do pressuposto de sequencialidade temporal associado à noção de causa. Na codificação de eventos causalmente relacionados, torna-se mais evidente o pressuposto de que o evento causa é visto, linguisticamente, como anterior ao evento efeito (PAIVA, 1991, p. 110)

Embora a autora, nesse trabalho, não baseie as análises nos domínios de causalidade, ao tratar de relações estabelecidas entre “evento causa” e “evento efeito”, se refere a relações estabelecidas entre estados de coisas, correspondendo à descrição do domínio referencial. Dessa maneira, pode-se afirmar que as construções causais com *como* – “como q, p” – representam uma estrutura linguística propícia à causalidade icônica, correspondendo a anterioridade temporal da causa em relação ao efeito:

(106) e **COMO** auja guardas, e os portos serrados foj prezo e o trouxerão aocomdestabre (...) e **COMO** não teue quem o acuzase, o soltarão...(CDA, XVI)
 [*E como havia guardas e os portos estavam fechados, foi preso e o trouxeram ao chefe de artilharia. E como não teve quem o acusasse, o soltaram...*]

A categórica anteposição dos dados de *como* somada à natureza objetiva das relações semântico-pragmáticas que estabelecem já atestam o seu caráter hipotático. Outras características semântico-discursivas desse conector podem ser vistas na tabela abaixo:

TABELA 3. Marcas sintático-discursivas de *como* causal

	Padrão Prosódico			Posição		Coocorrência de coordenativo		Clivagem	
	Sem pausa	Pausa leve	Pausa forte	Anteposição	Posposição	Sim	Não	Sim	Não
Como (56)	5% (3)	95% (53)	–	100% (56)	–	61% (34)	39% (22)	–	100% (56)

Como se nota, o fato de coocorrer com conectivo representa mais uma característica que atesta o estatuto hipotático de *como*. Sobre esse aspecto, chama a atenção o fato de mais da metade de suas ocorrências ser antecedida por um coordenativo – geralmente “e” ou “mas”:

(107) E **COMO** todos estes procedam da parte do mar, vêm tam puros coados, que nam fomente nam dãoam: mas recream & acrescentam a vida do homem. (HSC, XVI)

[*E como todos estes (ventos) procedem do mar, vêm tão puros e limpos que não incomodam nem causam dano, mas entretêm e acrescentam à vida do homem*]

(108) Mas **COMO** as lavouras do Tabaco são mais laboriofas, que as plantaçoens dos mais generos; ferá precifo, para fe introduzir nos Indios este intereffantiffimo trabalho, que os DireCtores os animem, propondo-lhes não fô as conveniencias, mas as honras, que delle lhes haõ de refultar; (D, XVIII)

[*Mas como as lavouras do tabaco são mais laboriosas que as plantações dos demais gêneros, será preciso, para introduzir os índios neste interessantíssimo trabalho, que os diretores os animem, propondo-lhes não só as conveniências, mas as honras que não de lhes resultar desse trabalho*]

A frequente ocorrência desses coordenativos com segmentos causais antepostos – o que, no *corpus* desta pesquisa, se verifica também nos casos de *pois*, *pois que*, *porque* e *porquanto* antepostos – revela que esses são elementos que disparam a anteposição. Um argumento discursivo para esse fenômeno pode se basear na natureza argumentativa da *adição* e, especialmente, do *contraste*.

No caso em que aparece introduzida pelo *mas*, a relação causal, pelo caráter adversativo do contexto, situa-se numa zona conflituosa do ponto de vista argumentativo. A anteposição do segmento causal, como um recurso capaz de apresentar uma determinada causa como informação partilhada e mais objetiva, diminui as chances de a relação causal ser refutada nesse contexto conflituoso, dando ao enunciador maior poder persuasivo.

Nos casos em que o *e* coocorre com o conector causal anteposto, esse reforço de argumentatividade não parece tão transparente. Porém, é possível supor um movimento talvez contrário, isto é, da causalidade para a *adição*, no sentido de que o coordenativo aparece como um reforço à pressuposição instaurada no segmento causal anteposto. É interessante observar,

ainda, que, como se evidencia no exemplo (107) acima, o coordenativo *e* pode também funcionar como um marcador contrastivo, mobilizando todo o cenário argumentativo descrito para *mas*.

A análise de *como* causal, na história do português, particulariza-o, no inventário de conectores causais, visto que representa uma das poucas formas especializadas na expressão da causalidade referencial. Como discutido, tal especialização parece resultar do tipo de construção causal mobilizada por *como*: “como q, p”. A anteposição do segmento causal objetifica a relação, basicamente, por duas razões: i) na posição inicial, a causa apresentada, por ser pressuposta/partilhada, ganha um contorno mais objetivo e ii) antepor causa ao efeito corresponde à sequência temporal de fatos causalmente relacionados, resultando numa conceptualização mais icônica.

Assim, a discussão apresentada nesta subseção contribui para validar a hipótese de que “há uma certa **interface entre propriedades estruturais e domínio da relação de causalidade**, no sentido de que a conjugação de determinados traços dos dois segmentos do período complexo propicia uma ou outra interpretação” (PAIVA; BRAGA, 2010, p. 59 – grifo acrescido).

5.2 Conectores provenientes de advérbios latinos

5.2.1 POIS

A investigação etimológica de *pois* representa mais um ponto de divergência entre gramáticos históricos. Nascentes (1955 apud BARRETO, 1999, p. 251) defende que a forma latina *postea* (depois) – que, para o autor, foi posteriormente confundida com *post*, de mesmo significado – tenha dado origem a *pois*. Said Ali (1971, p. 188) e Coutinho (1938, p. 270), entretanto, atribuem, diretamente, a origem de *pois* à forma latina *post*. No *corpus* trecentista examinado por Mattos e Silva (1989), as ocorrências de *pois*, conforme argumenta a autora, representam, fundamentalmente, um “subordinante temporal”, dada a sua origem latina – *post*. No *corpus* desta pesquisa, sobretudo nos séculos XIII e XIV, identificam-se ocorrências de *pois*

prototipicamente temporal⁶⁷, como em (109) e (110), bem como casos bastante ambíguos, como em (111), em que a ocorrência admite interpretação temporal/causal:

(109) **POIS** houve êsto dito, esmoreceu com a grã coita que houve. (DSG, XIII)
[*Após ter dito isso, esmoreceu por causa da grande angústia que sentiu.*]

(110) E **POIS** fizemos nossa oração fomos nós com eles pera hũa casa... (FLOS, XIV)
[*E depois que fizemos nossa oração, nós fomos com eles para uma casa.*]

(111) E quando se chegou o tempo de sa morte filhou-o hũa maleyta e, **POIS** jouve huus dias assi doente, contou o prazo que lhi fora adeviãdo de sa morte e achou que havia de morrer aquel dia. (Flos, XIV)
[*E quando chegou o tempo de sua morte, foi acometido por uma febre e, porque/depois que ficou doente dessa maneira, contou o prazo, que lhe fora revelado, da sua morte e achou que havia de morrer naquele dia*]

Assim, Mattos e Silva (1989, p. 700), com base no documento trecentista que constituiu o seu *corpus*, afirma que, diante dos dados ambíguos de *pois*, “o *corpus* exemplifica uma fase da língua portuguesa em que começa a esboçar-se uma transição semântica no valor de ‘pois’, originariamente temporal”. Outras pesquisas, que lidam com um número maior de *corpora*, revelam que a grande flutuação nos usos de *pois* localiza-se, principalmente, nos séculos XIII e XIV (PAIVA; BRAGA, 2013; BARRETO, 1999; OLINDA, 1991), o que, portanto, encontra suporte também nos dados da presente pesquisa.

Esses estudos mostram, ainda, que, a partir do século XV, o sentido causal se convencionaliza, extinguindo-se os casos ambíguos, o que se deve, principalmente, à implementação definitiva de *depois que* em substituição ao *pois/pois que* temporal. Tal constatação também se confirma nos textos do século XV consultados para este trabalho:

(112) E **POIS** el Rei nenhuuma cousa curava de seu conselho delles, entemdiam que per este caminho lhe era per força de a apartar de si. (CDF, XV)
[*E porque o rei nada fazia do que eles aconselhavam, entendiam que, dessa forma (o pressionando), ele teria que se separar dela (da mulher que não agradava à corte)*]

(113) ...por que razom fariamos contra elles pelleja ou moveríamos guerra, **POIS** suportavamos antre nós viverem judeus e outros mouros taaes como elles? (LC, XV)
[*Por que razão faríamos contenda ou moveríamos guerra contra eles, já que suportávamos que vivessem entre nós judeus e outros mouros tais como eles?*]

⁶⁷ Outros sentidos e funções de *pois* são identificados no *corpus* desta tese, entre os quais se destacam o de conector conclusivo e o de *marcador discursivo* indicativo de ratificação ou concordância. A exemplificação apenas dos casos temporais se justifica pelo reconhecimento da relação derivativa entre esses usos e o causal.

Barreto (1999, p. 256) assume que a gramaticalização de *pois* se deve à recategorização *advérbio > preposição > conjunção*, que remete à trajetória *espaço>tempo>texto*⁶⁸. Vale salientar que, já no início do período arcaico, encontram-se ocorrências de *pois* causal, evidenciando que a gramaticalização primária dessa forma foi iniciada no latim. Na *Demanda do Santo Graal*, texto da primeira metade do século XIII, verificam-se, além dos casos temporais e ambíguos, empregos causais bem definidos, como mostram os seguintes exemplos:

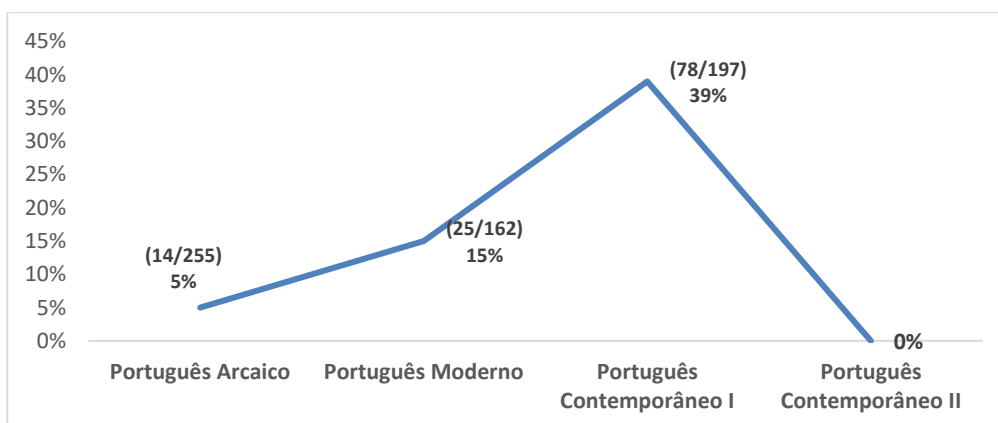
(114) E **POIS** me Deus aqui adusse, jamais nom me partirei, até que o vingue, e ou me êles matarám ou eu êles...(DSG, XIII)

[*E porque Deus me trouxe aqui, jamais partirei até que o vingue, e ou até que eles me matem ou eu a eles*]

(115) – *Senhor cavaleiro, eu vos direi meu nome, **POIS** me tanto rogades.*(DSG, XIII)

O gráfico a seguir mostra a frequência de *pois* causal nas sincronias investigadas:

GRÁFICO 7: Frequência de *pois* causal em diacronia



Pode-se inferir que, no período arcaico, a baixa frequência de *pois* causal se explica por sua flutuação entre as categorias de causa e tempo. O aumento que se observa no período moderno resulta da continuidade da sua gramaticalização, de modo que se cumpre a trajetória *tempo-causa*. A grande concentração dos usos no período contemporâneo, no entanto, deve ser vista com cautela. Entre os textos que constituem tal período, datados do século XVIII ao século XX, 68% (53/78) das ocorrências de *pois* estão nas *Cartas da Família Oliveira*. Nesse *corpus*, todas as cartas consultadas têm um único escrevente, por isso é possível supor que o uso

⁶⁸ “Post”, em latim, funcionava como advérbio e preposição, tendo, além do sentido temporal, o sentido espacial de “atrás”/ “atrás de” (GAFFIOT, 1934 apud BARRETO, 1999, p. 223).

abundante de *pois*, na indicação de relações causais, resulte de uma preferência estilística do autor: *pois* representa 69% (53/77) do total de conectores causais encontrados nesse texto. Vale mencionar, porém, que, no trabalho de Paiva e Braga (2013), a maior frequência de *pois* também está no século XX, sustentando, talvez, a leitura de que, em geral, essa era uma forma frequente no período. Por fim, verifica-se que *pois* causal não faz parte do inventário dos conectores do português brasileiro falado.

Quanto ao comportamento semântico-pragmático, as ocorrências de *pois* se localizam em diferentes domínios de causalidade:

I. *Pois referencial*

(116) Saímos às 5 da madrugada, mortos de sono, **POIS** tínhamos dormido tarde (apesar de deitarmos cedo). (D&G, XX)

II. *Pois epistêmico*

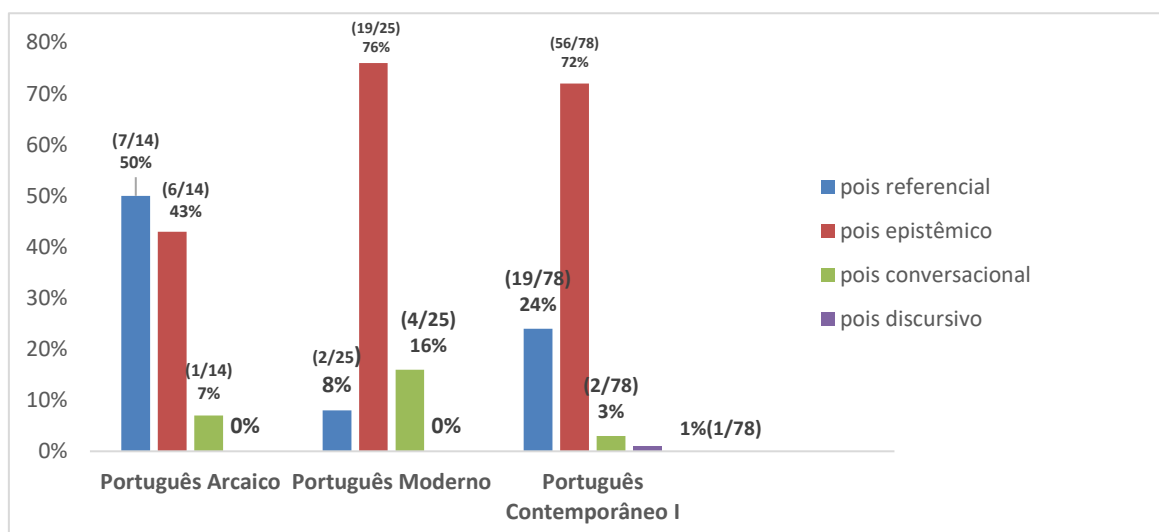
(117) ...cumpre que materia tão importante seja regulada por Lei , **POIS** não cabe nas atribuições de hum Regulamento , ou Instrucções do Poder Executivo fixar despesas que não estão marcadas na Lei , nem alterar as que nella se achão estabelecidas. (D, XVIII)

III. *Pois conversacional*

(118) Certamente vos iuro pello criador de tudo; que este são seruos de Deos, **POIS** tam pouca cobiça tẽ. (HA, XVII)

[*Veementemente vos juro, pelo criador de tudo, que estes são servos de Deus, porque têm pouca cobiça*]

A análise semântico-pragmática de *pois* causal, ao longo das sincronias, revela que, no português arcaico, esse conector se caracteriza como uma forma híbrida, uma vez que os seus usos se distribuem, em frequência quase equivalente, entre os domínios referencial e epistêmico. No português moderno, quando a sua frequência geral aumenta, essa forma parece ter se tornado mais subjetiva, visto que 76% (19/25) dos seus usos estão no domínio epistêmico. Nesse período, surgem, também, usos intersubjetivos. No português contemporâneo (escrito), os usos epistêmicos se mantêm em alta frequência; os usos mais objetivos, porém, se tornam mais frequentes do que no período moderno, conforme mostra o gráfico a seguir:

GRÁFICO 8: Diacronia dos usos causais de *pois*

Na trajetória do período arcaico para o moderno, momento em que os usos temporais deixam de ser registrados, *pois* se estabiliza como um conector preferencialmente utilizado para expressar relações causais subjetivas. Para uma análise mais precisa desse aspecto, observe-se a tabela abaixo, na qual estão os usos causais de *pois* distribuídos entre os séculos que compõem os períodos arcaico (século XIII ao XV) e moderno (séculos XVI e XVII):

TABELA 4. Diacronia dos usos causais de *pois* – séculos XIII ao XVII

Usos de <i>pois</i>	XIII	XIV	XV	XVI	XVII
Domínio referencial	46% (3/7)	100% (1/1)	50% (3/6)	17% (1/6)	5% (1/19)
Domínio epistêmico	57% (4/7)	0	50% (3/6)	66% (4/6)	79% (15/19)
Domínio conversacional	0	0	0	17% (1/6)	16% (3/19)

Nota-se que, desde o século XIII, o uso de *pois* na expressão de relações causais epistêmicas apresenta frequência relevante, o que torna refutável a hipótese de que tenha sofrido subjetivização no português: assim como *ca*, *pois* representa um conector causal que, ao emergir gramaticalizado no português, parece ter sofrido subjetivização quando da sua gramaticalização no latim (primária). Paiva e Braga (2013a) também chegam à mesma conclusão, em estudo diacrônico sobre *pois* e *pois que*, ao verificarem que os usos subjetivos dessas formas não são derivativos de usos referenciais, conforme prevê a trajetória [+objetivo]>[+ subjetivo] proposta por Traugott (2010).

Entretanto, conforme se vê na tabela acima, é possível afirmar que *pois* se tornou mais subjetivo em virtude da continuidade do seu processo de gramaticalização, no português,

caracterizada, principalmente, pelo estabelecimento do valor causal em detrimento do temporal. Desse modo, observa-se que, nos séculos XVI e XVII, seus usos epistêmicos têm aumento significativo, além de começar a ser empregado no domínio dos atos de fala, tornando-se, dessa forma, intersubjetivo. A frequência de uso como conector (inter)subjetivo, como já assinalado, é preservada no período contemporâneo, momento em que se registra o seu emprego no domínio discursivo:

(119) Minha queridinha em um dos mais confusos momento de minha vida foi reseberdor do seu telegrama **POIS** tinha viajado para Porto alegre cheguei no dia 22 as 17 horas e as 21 resebir o telegrama nem sei como fiquei mir chamaro disendo que era um telegrama fiquei alguns cegundo muito en desiso mais ao meimo tempo recuperei e abri mais meimo assim ainda [rasura] era um dos mais difícil momento de menha vida. (CFO, XX)

[*Minha queridinha, em um dos momentos mais confusos da minha vida, fui recebedor do seu telegrama, porque eu tinha viajado para Porto Alegre, cheguei no dia 22, às 17 horas, e, às 21, recebi o telegrama; nem sei como fiquei: me chamaram dizendo que era um telegrama, fiquei, por alguns segundos, muito indeciso, mas, ao mesmo tempo, recuperei (a atenção) e o abri, mesmo assim (...) era um dos mais difíceis momentos da minha vida*].

Nesse exemplo, o escrevente justifica uma asserção por meio de outro enunciado funcionalmente independente, caracterizado como uma unidade textual narrativa. Pela própria extensão textual do segundo segmento, o elo causal marcado por *pois* parece diluir-se, evidenciando que, seu emprego, nesse caso, não é sentencial, mas discursivo. Assumindo a visão de Diewald (2011), segundo a qual funções de organização textual e discursiva são instâncias da gramática, o emprego discursivo de um conector representa um estágio bastante consolidado de gramaticalização, visto ter ultrapassado os limites dos níveis morfossintático e semântico, caracterizando-se como um uso mais pragmático (Cf. DEGAND AND EVERS-VERMEULS, 2015). Dessa forma, tendo atingido a fase da pragmatização, *pois* se torna mais (inter)subjetivo.

Na evolução de *pois*, no português, destaca-se o fato de esse conector sofrer mudança no seu estatuto sintático (FIÉIS, LOBO, 2008; PAIVA;BRAGA, 2013b). Essa mudança é atestada pela perda de flexibilidade posicional dos segmentos introduzidos por *pois*, que, no português arcaico e moderno, podiam anteceder o segmento nuclear:

(120) Pêsa-me, disse êle, mais **POIS** me convém de fazer, farei-o, mais bem sabede que é muito sem me[u] grado. (DSG, XIII)

[*Causa-me tristeza, disse ele, mas, porque me convém de fazer, farei isso, mas bem sabeis que é muito sem meu grado*]

(121) E esto fazia cada huũ tã ascondudamente que nõ sabia huũ do outro. Mais **POIS** era hora de vespera yam-se os frades que faziam as celas pera seu moesteiro...(FLOS, XIV)

[*E isto cada um fazia sigilosamente, de modo que não sabia um do outro. Mas, porque era hora da liturgia, os frades que faziam os abrigos iam para o seu mosteiro...*]

(122) E quãto a fultituir a escrituraem lugar da voz, ella o faz por tão excelente maneira, que lhe tem muita ventagem; **POYS** o a voz não pode exprimir juntamente em diferentes lugares, & a diuerfas peffoas em hum mesmo tempo, o faz a escritura com grande perfeição... (CAN, XVII)

[*E quanto a substituir a escrita pela voz, a primeira o faz de maneira tão exímia que lhe tem muita vantagem; porque a voz não pode exprimir-se, ao mesmo tempo, em diferentes lugares e para diversas pessoas, o faz a escrita com grande perfeição...*]

Paiva e Braga (2013b), em investigação diacrônica dos empregos causais de *pois*, mostram que esse conector, do ponto de vista sintático-discursivo, segue um percurso contrário no *continuum parataxe-hipotaxe* (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Segundo as autoras, verifica-se que as orações introduzidas por *pois* sofreram uma mudança de um padrão mais integrado para um mais paratático, o que explicam com base na análise do estatuto informacional dessas orações ao longo dos séculos. Essa mudança, conforme argumentam, se deve ao fato de que *pois* sofreu, gradativamente, uma especialização funcional: no português arcaico e moderno, *pois* introduz tanto informação nova quanto velha, podendo, dessa forma, assumir a anteposição ou a posposição em relação à oração núcleo, mas, ao especializar-se, a partir do século XVIII, na introdução de informação nova, a posposição se torna obrigatória. No *corpus* da presente pesquisa, os resultados referentes ao estatuto informacional⁶⁹ dos segmentos ligados por *pois* são apresentados abaixo:

TABELA 5. Diacronia do estatuto informacional dos segmentos introduzidos por *pois*

Estatuto informacional	Velha/Nova	Velha/Velha	Nova/Velha	Nova/Nova
Português Arcaico	–	–	38% (5/13)	62% (8/13)
Português Moderno	8% (2/25)	4%(1/25)	12% (3/25)	76% (19/25)
Português contemporâneo Escrita	–	–	–	100% (78/78)

Apesar de os resultados mostrarem que, desde o português arcaico, os segmentos encabeçados por *pois* codificam, em sua maioria, informação nova, a hipótese de Paiva e Braga (2013b) pode aqui ser validada: no português contemporâneo, que se inicia no século XVIII, porque não se registram usos de *pois* na introdução de informação velha:

⁶⁹ Neste trabalho, *informação inferível* é tratada como informação velha.

orações explicativas com informação dada ou inferível são mais frequentemente antepostas ou intercaladas e orações com informação nova, mais frequentemente pospostas a núcleo (PAIVA, 1991). Pode-se, então, concluir que o enrijecimento na posição de orações explicativas com *pois* implica uma cristalização do seu papel discursivo, ou seja, o de introduzir informação nova. (PAIVA; BRAGA, 2013b, p.)

Esse enrijecimento sintagmático, portanto, constitui um argumento favorável à mudança de estatuto sintático de *pois*, que, ao contrário do que se observa nos períodos arcaico e moderno, apresenta propriedades típicas da parataxe em amostras do português contemporâneo. Chama a atenção, ainda, o fato de os segmentos com *pois* antepostos acumularem outra propriedade da hipotaxe, a saber, a coocorrência com os coordenativos *mas* (exemplos (190) e (191)) e *e* (exemplo (183)). Como discutido, na análise do conector *como*, a coocorrência desses coordenativos com conector causal tem estreita relação com a anteposição de segmentos causais: o contexto de contraste parece bastante favorável à antecipação da causa como recurso argumentativo (Cf. subseção 5.1.3).

Nos dados do português contemporâneo escrito, já não se observa, desde o primeiro século do período (XVIII), ocorrências de segmentos introduzidos por *pois* antepostos, tampouco a coocorrência de coordenativo, sugerindo que esse conector percorre a trajetória [hipotaxe] > [parataxe], contrariando o *continuum* proposto em Hopper e Traugott (1993) para a gramaticalização das estratégias de articulação de orações.

Assim, as análises apresentadas sustentam duas importantes conclusões sobre *pois* causal na história do português. A primeira diz respeito ao seu comportamento semântico-pragmático: trata-se de mais um conector causal subjetivo. No *corpus* da presente pesquisa, considerando, conjuntamente, os casos em que *pois* exprime relações epistêmicas, conversacionais e discursivas – causa da enunciação –, 76% (88/116) dos seus usos são subjetivos. Como esses usos são atestados desde o período arcaico, não se pode defender que eles sejam derivativos de usos mais objetivos, inviabilizando, assim, a hipótese da subjetivização. Por outro lado, a ocorrência mais tardia de *pois* nos domínios conversacional e discursivo sugere que, no português, essa forma se tornou mais subjetiva, alcançando a intersubjetivização.

A outra conclusão se refere à dimensão sintático-discursiva desse conector: *pois*, que, nos períodos arcaico e moderno, representa uma forma prototipicamente hipotática, emerge no português contemporâneo como um conector paratático. Essa mudança de estatuto sintático, conforme defendem Paiva e Braga (2013b), está ligada à especialização funcional de *pois* na indicação de informação nova: as análises deste trabalho corroboram a hipótese aventada pelas autoras ao evidenciarem que, nas sincronias em que poderia introduzir segmentos indicando

informação velha, *pois* gozava de flexibilidade posicional, uma vez que a codificação de informação dada representa o fator mais relevante para a anteposição de segmentos causais (Cf. PAIVA, 1991). Ao se especializarem na indicação de informação nova, os segmentos causais introduzidos por *pois* assumem, como ordenação fixa, a posposição em relação ao segmento nuclear.

Sobre a última conclusão vale acrescentar alguns aspectos. Ainda que apresente usos causais claros desde os primórdios do português arcaico, *pois*, até o início do português moderno, apresentava, entre outros, usos temporais. A tendência de gramaticalização de conectores temporais em conectores causais é atestada em diversas línguas, resultando da própria relação semântica derivativa *tempo>causa* (Kortmann, 1997). Dessa maneira, é possível supor que a flexibilidade posicional de *pois*, no período arcaico e moderno, seja uma persistência (HOPPER, 1991) da sua forma-fonte temporal, já que os enunciados temporais, por representarem estruturas prototipicamente hipotáticas (BRAGA; PAIVA, 2011), podem antepor-se aos enunciados a que se referem. Soma-se a isso o fato de a noção de tempo, mais básica que a de causa, só se manifestar no domínio referencial, o que, como se defende ao longo deste trabalho, tem implicações na dimensão sintática: relações objetivas são menos restritivas quanto à questão do posicionamento sintagmático. Assim, tendo ainda resquícios da sua forma-fonte, *pois* assume comportamento semelhante ao de enunciados temporais.

Com a continuidade do seu processo de gramaticalização, favorecido, de um lado, pelo advento de outros conectores temporais mais produtivos, como “depois que”, e, de outro, pelo desaparecimento de *ca* (Cf. OLINDA, 1991), *pois* conclui o percurso *tempo>causa*, e, como conector causal, inicia outra trajetória, ou seja,

[*subjetivo*] > [*intersubjetivo*]. Portanto, a sua especialização funcional na indicação de informação nova pode representar, ainda, um resultado da natureza (inter)subjativa dos enunciados que introduz, uma vez que predicções subjetivas – justificativas para uma crença ou um ato de fala, por exemplo – tendem a se posicionar mais à esquerda (TRAUGOTT, 2007). Por fim, vale assinalar que, embora especializado na expressão de informação nova, *pois* apresenta traço [+pressuposicional], permitindo que seus usos atribuam a uma informação nova um “contorno” discursivo de informação dada. A pressuposicionalidade de *pois* é atestada, por exemplo, no fato de esse conector não poder responder a uma pergunta-Qu, como mostra Vogt (1978).

5.2.2 POIS QUE

Barreto (1999) e Olinda (1991) tratam do conector *pois que* como uma *variante* de *pois*, uma vez que, segundo mostram as análises das autoras, ambos têm uma mesma trajetória de mudança semântico-pragmática, sendo identificados ora como causal, ora como temporal, além de, em alguns casos, apresentarem-se ambíguos quanto ao tipo de relação que indicam. Barreto (1999, p. 254) afirma que, assim como se observa com *pois*, os usos temporais de *pois que* são flagrados nos séculos XIII e XIV. A autora supõe que a emergência de *pois que* se deva à mesma reanálise responsável pela emergência de *depois que*, caracterizada por “uma reinterpretação dos períodos em que os advérbios ocorriam, seguidos da conjunção *que*, com valor semântico temporal ‘quando’” (BARRETO, 1999, p. 225), o que é ilustrado a partir do enunciado e paráfrase abaixo:

(123) E se o matarẽ **depoys /que** lho derẽ por enmijgo nõ aya nenhũa pãa. (FR, liv. IV, l. 832-3).

[E se **depois** o matarem, **quando** lhe considerarem inimigo, não haja nenhuma pena (para o seu assassino)]

(123a) E se o matarẽ /**depoys que** lho derẽ por enmijgo nõ aya nenhũa pãa. (BARRETO, 1999, p. 225)

[E se o matarem, **depois que/quando** lhe considerarem inimigo, não haja nenhuma pena (para o seu assassino)]

Adotada essa perspectiva, a gramaticalização de *pois que* (temporal) pode ser representada pelo seguinte *continuum*:

POIS (ADVÉRBIO TEMPORAL)/QUE (VALOR TEMPORAL) > POIS QUE (CONECTOR TEMPORAL)

O processo de mudança semântica que resultou no *pois que* causal, por sua vez, é apontado por Barreto como um caso de metonímia, em que os usos de *pois que* temporal, em sentenças nos tempos do indicativo (presente, perfeito, imperfeito), permitia uma leitura causal, noção que foi semanticizada pelo conector.

Paiva e Braga (2013a) assumem a hipótese de que *pois que* tem precedência de usos temporais em relação a *pois*, demonstrando que este conector pode ser a forma reduzida

daquele⁷⁰, o que implica numa reorganização do *continuum* que se baseia na proposta de Barreto (1999). Conforme argumentam:

A distribuição dos dois conectores ao longo dos séculos leva a presumir uma etapa inicial em que *pois* e *poys que* podiam alternar na indicação de sucessão temporal entre dois estados de coisas relacionados. Pode-se pressupor, ainda, a precedência de *poys que* em relação a *pois* nesta função, o que reforçaria uma hipótese de simplificação da locução em conector simples. Nesse caso, a redução da frequência de *pois que* na função de locução temporal explicaria mais naturalmente a queda na frequência geral deste conector, que se restringe, no português contemporâneo, a estilos mais formais ou à modalidade escrita (cf. NEVES 1999). Uma hipótese possível é, então, a de que a trajetória de *pois* seria: **post > pois que > pois**. (PAIVA; BRAGA, 2013a, p – grifo acrescido)

Independentemente das propostas de percursos divergentes para a gramaticalização de *pois que*, o que parece consensual, dada a trajetória *tempo-causa* amplamente atestada em processos de gramaticalização de conectores, é a precedência de *pois que* temporal em relação ao *pois que* causal. No entanto, no *corpus* deste trabalho, o fato de se identificarem usos prototipicamente causais de *pois que*, nos primórdios do período arcaico, parece inviabilizar a hipótese de que a gramaticalização *pois que temporal > pois que causal* tenha ocorrido no português:

(124) – Ai, dom Galvam, sodes vós o que me matastes e amando-vos eu como vos amava dês que vos vi? Mal me veo de vosso amor. Mais todavia, **POIS QUE** assi é, perdôo-vos de boõ coração. (DSG, XIII)

[*Ai, Dom Galvão, sois vós quem me matastes, mesmo eu vos amando como vos amava desde que vos vi? O vosso amor me trouxe um mal. No entanto, porque é assim [já que/como vos amo], perdoos-vos de bom coração.*]

(125) – Senhor cavaleiro, **POIS QUE** assi queredes que me combata vosco, empero me nom era mester, ora vos rogo por cortisia que me leixedes filhar meu escudo, que jaz ante vós, e haveredes entom maior honra de me cometerdes. (DSG, XIII)

[*Senhor cavaleiro, já que quer que eu combata contigo, ainda que não seja necessário, te peço agora, por favor, que me deixe empunhar meu escudo, que está à sua frente, e você terá, então, maior honra em vir contra mim.*]

(126) Huñ dia aveo que sam Fruytoso se sayo per barca da cidade de Sevilha, por ir aa eigreja de sã Gerôço. E **POIS QUE** hi fez sa romaria e se quis tornar pera onde veera, os marinheyros que hi andavam disserom que eram cansados e que ño podiam remar. (FLOS, XIV)

[*Houve um dia em que São Fruytoso saiu, de barca, da cidade de Sevilha, para ir à igreja de São Jerônimo. E porque ali fez sua romaria e quis voltar para onde estava, os marinheiros que ali andavam disseram que estavam cansados e que não podiam remar.*]

⁷⁰ Barreto (1999) também assume essa hipótese, embora, na seção de análise das variantes *pois/pois que*, não faça clara referência a ela. Nas considerações finais do trabalho, no entanto, a autora apresenta uma sequência de formas que “parecem ter sido anteriores às formas isoladas” (p. 488), entre as quais menciona o caso de *pois que ~ pois*.

Para uma melhor compreensão do fato de que, no *corpus* desta pesquisa, não é possível validar a hipótese da precedência de *pois que* temporal, veja-se a tabela a seguir, que exhibe a distribuição dos usos desse conector nos séculos que constituem o período arcaico:

TABELA 6. Distribuição dos usos de *pois que* em textos do português arcaico

	Século XIII	Século XIV	Século XV	Total
<i>Pois que temporal</i>	1/25%	4/50%	–	5
<i>Pois que causal</i>	3/75%	4/50%	3/100%	10
Total	4/100%	8/100%	3/100%	15

Apesar de o panorama das frequências dos usos temporais e causais não ser regular, os dados acima, sobretudo quanto ao século XIII, não corroboram a alegada precedência de *pois que* temporal em relação ao seu emprego causal. Ao que parece, *pois que* tem o seu comportamento semântico-pragmático definido pela base *pois*, de gramaticalização anterior à sua emergência no português, localizada, nos primeiros séculos do português arcaico, numa zona limítrofe entre tempo e causa (Cf. subseção 5.2.1). Entretanto, neste trabalho, não se identificam usos ambíguos de *pois que*⁷¹, como apontando para *pois*, nos quais não se pode precisar a leitura mais adequada, se causal ou temporal. Os usos temporais de *pois que* contam, em sua maioria, com uma marca morfossintática bem definida, facilitando o seu reconhecimento, a saber, formas verbais que situam o estado de coisas em [-perfectivo] e [-realis] (PAIVA; BRAGA, 2013a):

(127) E se el rey o quer enmẽdar este bẽ, se tanto nõ, calesse en guisa que outro ome nõno sabya. E se doutra guisa o fezer, se for fidalgo ou d'ordĩ ou clerigo, poys que **for sabudo**, perça a meyadade de quanto ouuer e el rey faça ende como quiser e el seya deytado do reyno... (FR, XIII)

[*E se o rei quiser recompensá-lo por este bem, desde que se cale, de modo que outro homem não saiba disso. E se de outro modo o fizer, se for fidalgo ou da ordem do clero, depois que for conhecido, perderá a metade de tudo o que tem e o rei fará isso como quiser e ele será excluído do reino...*]

(128) E **POIS QUE haviam feytas** sas celas em esta guysa como vos digo, convidavam os frades que hi haviam de morar que fossem aa eigreja fazer sas orações...(FLOS, XIV)

[*E depois de os abrigos terem sido feitos da maneira como vos digo, convidavam os frades que neles morariam a irem à igreja fazer suas orações...*]

⁷¹ Em Olinda (1991), nota-se a escassez dos usos ambíguos de *pois que*, que, portanto, na quase totalidade das ocorrências, ora aparece precisamente como um conector causal, ora como um conector temporal.

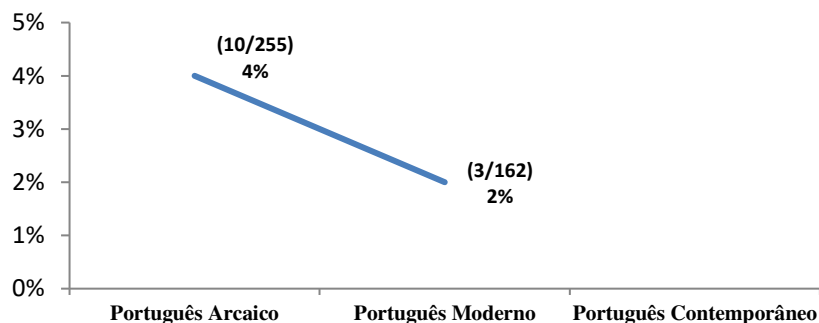
(129) Quando esto ouvyo Filemon repeendeu-se muy de coração de quanto mal havia dicto contra o servo de Deus de guysa que logo se fez fazer cristaa. **Poys que** esto **houve feito**, foy-se logo perante o adeantado hu estava julgando. (FLOS, XIV)

[Quando Filemon ouviu isso, arrependeu-se, de coração, pelo mal que havia dito contra o servo de Deus, de modo que logo se tornou cristão. Depois que isso aconteceu, foi logo ao encontro do juiz no lugar em que estava julgando]

Conforme se vê na tabela 6, as ocorrências de *pois que* temporal são verificadas até o século XIV, constatação apresentada também nos trabalhos de Olinda (1991) e Paiva e Braga (2013a). Conforme mostram as análises de Olinda (1991), o desaparecimento de *pois que* temporal, no século XV, se dá num momento significativo de reorganização do inventário de conectores do português, uma vez que, nesse século, “se define o caminho da mudança – que se vê concluída no século XVI – no sentido de **pois** se firmar como explicativo, desaparecer como temporal e **depois/depois que** se fixar como temporal no lugar de **pois/pois que**” (OLINDA, 1991, p. 76).

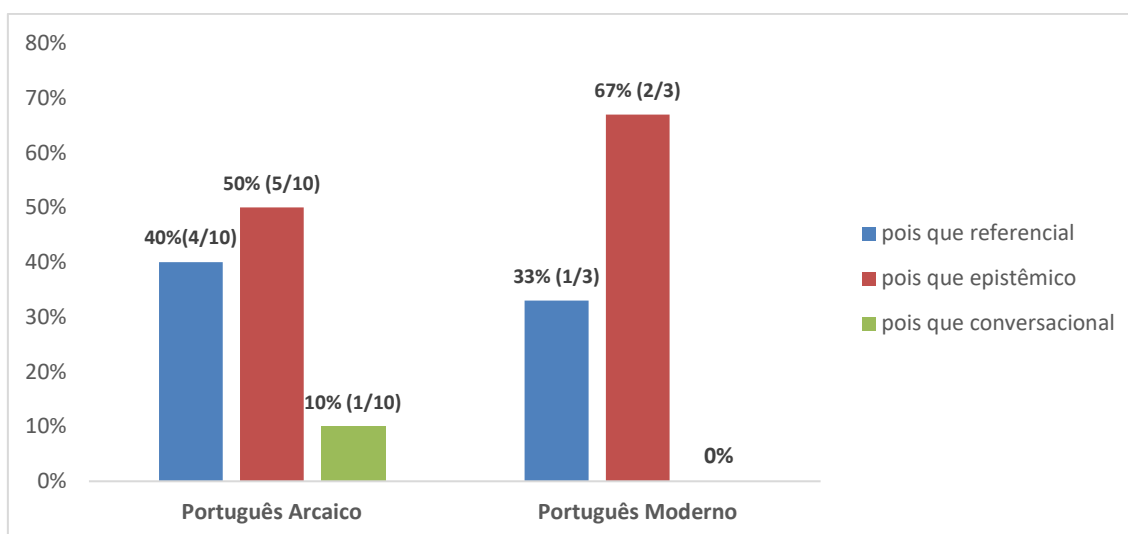
As ocorrências de *pois que* causal, no *corpus* desta pesquisa, localizam-se apenas no português arcaico e moderno:

GRÁFICO 9: Frequência de *pois que* causal em diacronia



Observa-se que, além do seu desaparecimento a partir do período contemporâneo, *pois que* causal apresenta frequência bastante baixa em ambos os períodos: 4% (10/255) no período arcaico, e 2% (03/166) no período moderno. Paiva e Braga (2013a), no entanto, identificam usos de *pois que* causal, no português, até o século XIX, e Neves (2000) apresenta ocorrências desse conector em textos do século XX, atestando que se trata de uma forma que se firma na língua, embora tenha uso restrito a contextos mais literários (NEVES, 2000, p. 803).

Os usos causais de *pois que*, quanto aos domínios de causalidade, são variáveis, mas, seguindo a tendência da sua base *pois*, é preferencialmente utilizado para expressar relações mais subjetivas, conforme mostra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 10. Diacronia dos usos causais de *pois que*

Vejam-se os exemplos de cada uso:

I. *Pois que referencial*

(130) ...não asoluo este capitão de culpa **POES Q** emtemdja aRiscarce p em pareser de soldados o executar. (CDA, XVI)

[*Não isentou este capitão de culpa porque entendia que se arriscava para, na presença de soldados, executá-lo.*]

II. *Pois que epistêmico*

(131) A guerra dos mouros tenhamos que he bem de a fazer, **POIS QUE** a santa igreja assi o determina...(LC, XV)

[*Devemos ter por bem fazer guerra contra os Mouros, porque a santa igreja assim o determina.*]

III. *Pois que conversacional*

(132) – Ai, dom Galvam, sodes vós o que me matastes e amando-vos eu como vos amava dês que vos vi? Mal me veo de vosso amor. Mais todavia, **POIS QUE** assi é, perdôo-vos de boõ coração. (DSG, XIII)

[*Ai, Dom Galvão, sois vós quem me matastes, mesmo eu vos amando como vos amava desde que vos vi? O vosso amor me trouxe um mal. No entanto, porque é assim [já que/como vos amo], perdoo-vos de bom coração.*]

Sintaticamente, as marcas identificadas nas ocorrências de *pois que* causal revelam se tratar de um conector hipotático. Desse modo, conforme se observa na sequência de exemplos de (130) a (132), os segmentos introduzidos por *pois que* podem antepor-se ao segmento nuclear, propriedade fundamental que atesta o seu estatuto mais hipotático, pelo menos nos períodos arcaico e moderno. No entanto, no *corpus* investigado por Neves (2000), as

ocorrências de *pois que*, em amostras do século XX, introduzem apenas segmentos pospostos ao nuclear, sugerindo que essa forma tenha sofrido mudança de estatuto sintático, assim como se observa no caso de *pois* (Cf. Subseção 5.2.1). Outras marcas para a descrição sintática de *pois que* são exibidas abaixo:

TABELA 7. Marcas sintático-discursivas de *pois que*.

	Padrão Prosódico			Posição		Coocorrência de coordenativo		Clivagem	
	Sem pausa	Pausa leve	Pausa forte	Anteposição	Posposição	Sim	Não	Sim	Não
<i>pois que</i> (13)	30%(4)	70%(9)	–	39%(5)	61%(8)	23%(3)	77%(10)	–	100%(13)

A coocorrência de coordenativo, nos casos de *pois que*, representa uma propriedade que se confunde com a anteposição, como já assinalado para outros conectores do *corpus*. A ausência de casos de clivagem, por sua vez, leva a supor que, no português arcaico e moderno, *pois que* não representa um conector hipotático prototípico, visto que a não submissão a estratégias de focalização constitui um indicativo de interdependência relativa. A resistência à focalização, segundo argumentam Fiéis e Lobo (2008), decorre da natureza da relação causal estabelecida pelo conector, para as autoras, de “valor explicativo” e pressuposicional. Neste trabalho, o “valor explicativo” pode ser atestado pela frequência de usos de *pois que* no domínio epistêmico, expressando relações mais argumentativas.

O valor pressuposicional, conforme também defendem Fiéis e Lobo (2008), constitui uma propriedade inerente do conector, uma vez que possui o traço [+ *givenness*], operando, assim, preferencialmente, na expressão de informação dada. No *corpus* do presente trabalho, embora 62% (08/13) dos casos de *pois que* introduzam informação nova, o seu valor pressuposicional parece claro, principalmente porque, na totalidade das ocorrências do século XIII e XIV (Cf. exemplos de (126), (131) e (132)), o conector aparece seguido dos elementos anafóricos – “assi” (“assim”/ “do modo que se disse”) e “hi” (“ali”/ “no lugar mencionado”) –, indiciando se tratar de uma forma que emerge na língua com forte propensão à codificação de informação já mencionada no texto. Desse modo, os segmentos introduzidos por *pois que*, na medida em que codificam informação dada, não apresentam natureza informativa capaz de sofrer focalização.

Em virtude da baixa quantidade de dados, não é possível encerrar a análise de *pois que* com conclusões definitivas: na realidade, nas considerações apresentadas, *pois que* é descrito com base em interpretações, que, embora especulativas, encontram respaldo no diálogo com outros trabalhos sobre esse conector. Desse modo, ainda sob o viés de especulações, alguns acréscimos são válidos. Apesar dos resultados aqui apresentados, que mostram usos concomitantes de *pois que* temporal e *pois que* causal, desde o português arcaico, a hipótese da precedência do primeiro em relação ao segundo, por ora, não pode ser descartada, o que se justifica pelas seguintes razões:

- i) tal hipótese conta com o alinhamento à trajetória *tempo-causa*, tão comum em processos de gramaticalização de conectores, como mostra, por exemplo, o estudo tipológico de Kortmann (1997);
- ii) considerando o inventário dos conectores causais na história do português, nota-se certa excepcionalidade na emergência de *pois que* já no período arcaico: os conectores causais locucionais ou não são produtivos no período ou são de gramaticalização mais tardia, cuja emergência data do português moderno (*já que* e *posto que*, por exemplo), ou do português contemporâneo (como *visto que* e *por causa que*); daí ser possível que *pois que* tenha, no período, uma gramaticalização como causal um pouco mais tardia;
- iii) no *corpus* deste trabalho, as primeiras ocorrências de *pois que* causal são identificadas na DSG, texto do século XIII; vale lembrar que a edição utilizada representa uma cópia tardia (1527-1536) da primeira tradução para o português, que possivelmente data do ano 1245 (ZIERER, 2013). Dessa forma, é possível que os usos causais de *pois que*, nesse texto, além da total ausência de usos temporais, reflita a mudança consolidada no século XV, momento em que a cópia foi feita.

Por fim, há um aspecto do estatuto sintático de *pois que* que também merece um acréscimo explicativo. Observa-se que, de um lado, o conector, nas sincronias em que é identificado neste trabalho, goza de flexibilidade posicional, o que está relacionado à natureza da informação que preferencialmente codifica: informação dada é geralmente anteposta. Por outro lado, *pois que* é mais utilizado na expressão de relações causais subjetivas, resistentes, portanto, à anteposição, conforme se discute em outras seções deste texto. Uma hipótese explicativa para esse comportamento contrastante seria pensar que o traço inerente de pressuposição de *pois que* (Cf. FIÉIS; LOBO, 2008) representa a força capaz de manter a flexibilidade posicional dos segmentos que encabeça, ainda que seja uma informação subjetiva (justificativa para uma crença/ato de fala) e mesmo nova. O exemplo em (132), aqui retomado como (133), é bastante ilustrativo, uma vez que a justificativa antecede o ato de fala a que se

refere: nota-se, portanto, que, nesse caso, o valor pressuposicional de *pois que*, marcado, inclusive, pelo anafórico “assi”, garante a anteposição, apesar do caráter intersubjetivo da causalidade instaurada:

(133) – Ai, dom Galvam, sodes vós o que me matastes e amando-vos eu como vos amava dês que vos vi? Mal me veo de vosso amor. Mais todavia, **POIS QUE** assi é, perdôo-vos de boõ coraçom. (DSG, XIII)

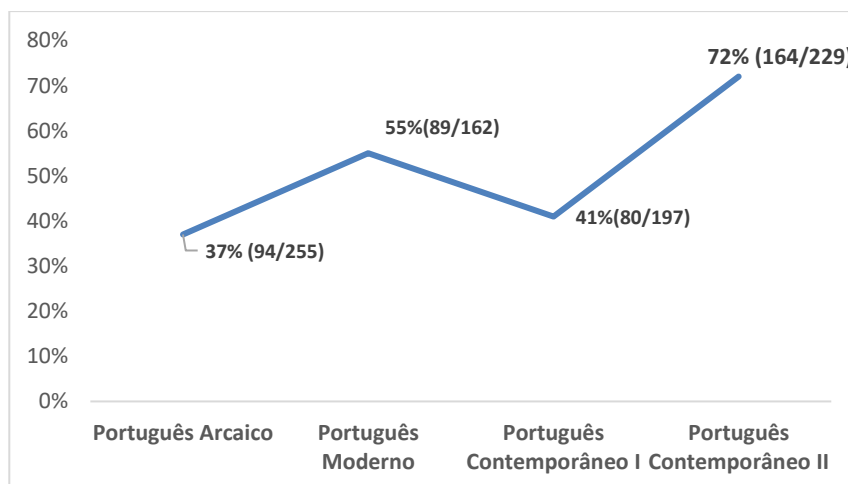
[Ai, Dom Galvão, sois vós quem me matastes, mesmo eu vos amando como vos amava desde que vos vi? O vosso amor me trouxe um mal. No entanto, porque é assim [já que/como vos amo], perdoo-vos de bom coração.]

5.3 Conectores provenientes da justaposição de preposição a pronome:

5.3.1 PORQUE

O conector *porque* constitui 51% do total de conectores do *corpus* desta pesquisa (427/843). Essa constatação não representa uma especificidade deste trabalho, uma vez que a produtividade de *porque* na junção causal, em diferentes sincronias do português, é amplamente atestada (AMORIM, 2012; BRAGA; PAIVA, 2010; 2011; LOPES, 2004; BARRETO, 1999). Conforme argumenta Stukker (2005, p. 34), a frequência é um fator de grande relevância na definição de protótipos: quanto mais frequente, mais prototípica é uma forma linguística. Desse modo, atribui-se a *porque* o estatuto de *conector causal prototípico* do português. A frequência crescente dos usos desse conector, ao longo das sincronias investigadas, é apresentada no gráfico a seguir:

GRÁFICO 11: Frequência dos usos causais de *porque* em diacronia



A gramaticalização de *porque*, segundo Barreto (1999), resulta da reanálise por meio da qual a construção “preposição *por* + pronome relativo *que*”, com sentido de “por que (motivo)” ou “pelo qual/pela qual”⁷², é reinterpretada como uma locução, *porque*, para expressar a relação de causa (BARRETO, 1999, p. 318). Para a autora, esse processo de gramaticalização envolve as seguintes etapas:

- i) *recategorização* – preposição + pronome relativo > conjunção;
- ii) *semanticização* – perda de foricidade do pronome [+ concreto] > relação de causalidade [-concreto] e
- iii) *sintaticização* – reanálise *por* + *que* > *porque*.

Considerando tal proposta para explicar o advento de *porque* no português, é possível supor que o gatilho primário do processo tenha sido a semanticização pela qual a foricidade de “por que”⁷³ se perde, dando lugar à noção de causa. Por sua vez, essa semanticização parece contar com outro gatilho, que diz respeito aos usos de *por*, preposição que tem usos causais e finais⁷⁴ bastante produtivos no português arcaico (SAID ALI, 1971):

(134) Mal fezeſtes, que o mataſtes, ca **POR** eſta morte tornarãſm tantas terras em pobreza e em deſtroimento... (DSG, XIII)

[*Fizeſtes um mal o matando, porque, por cauſa deſta morte, muitas terras cairãſo em pobreza e deſtruição.*]

(135) E **POR** eſta aventura demandar, ſe meteu na demanda do Santo Graal. (DSG, XIII)

[*E para buscar eſta aventura, entrou na Demanda do Salto Graal.*]

(136) Eſte Noſtro Senhor Iheſu Criſto (...) quis morrer **POR** nos ſaluar e ſoffreu fame e ſede e fryo... (FR, XIII)

[*Eſſe Noſſo Senhor Jeſus Criſto quis morrer para nos ſalvar e ſoffreu fome, ſede e frio.*]

⁷² É importante lembrar que permanece na língua, mormente em usos da enunciação escrita, a forma *por que* no sentido que teria dado origem à forma gramaticalizada *porque*, o que é registrado nas gramáticas normativas, na seção em que tratam da ortografia dos *porquês*.

⁷³ No *corpus* deste trabalho, *porque*, na indicação de causa, ocorre sob as variantes *por que*, *perque* e *per que*.

⁷⁴ Além do emprego como conector causal, Barreto (1999) mostra que, do século XIII ao XVI, *porque* tem usos indicando finalidade. Casos dessa natureza também são identificados no *corpus* desta pesquisa e, confirmando o que afirma Said Ali (1971, p. 222), são marcados pela presença de verbo da oração hipotática no subjuntivo: *Outroſi quando o quiſerõ temptar os judeos que lhy demandarã ſe dariã a Ceſar ſeu tributo e ſeu peyto, porque el diſſeſſe ca non o podẽſſe reprehender...*(FR, XIII). [Além disso, quando os judeus quiseram tentá-lo, perguntando-lhe se daria o tributo e a multa a Cesar, a fim de que ele dissesse que não o pudesse repreender...]

(137) E sse peruentura alguu daquelles que dissemos ñ poder uijr **PER** enfirmydade ou **POR** guarda dalgũa cousa *que* perteesca a senhorio del Rey... (FR, XIII)
 [E se, por acaso, algum daqueles que mencionamos não puder vir por causa de enfermidade ou porque guarda alguma coisa que pertença ao território do rei.]

Dessa maneira, a noção de causa, já semanticizada na preposição *por*, é estendida, via metonímia, ao relativo *que*, desbotando o seu uso anafórico. Processo semelhante é verificado na gramaticalização do conector francês *parce que*, que, no francês antigo, na forma da variante *por/par ce que*, apresenta o elemento anafórico *ce*, com sentido de “pelo que”; no francês médio, “ce” perde o valor anafórico e a construção “par ce que” sofre reanálise, resultando na gramaticalização do conector causal *parce que* (Cf. EVERS-VERMEUL et al, 2011). Seguindo Barreto (1999), pode-se defender que a perda da foricidade, como resultado da completa semanticização da noção de causa em *porque*, se alinha à trajetória [+concreto] > [+abstrato], na medida em que a foricidade – que, geralmente, tem como referente elementos da superfície textual – atua no nível referencial da coerência, ao contrário das relações de causalidade, que são mais afeitas à subjetividade do enunciador.

Assim, dadas as condições de semanticização, a gramaticalização de *porque* segue com a reanálise de *por + que* como locução e, por conseguinte, na recategorização que faz emergir mais uma forma no inventário de conectores causais do português. Vale destacar que, sobretudo no início do período arcaico, nota-se a convivência entre usos mais e menos gramaticalizados de *porque*, caracterizando-se como um estágio de divergência (HOPPER, 1991), no qual coexistem a forma-fonte e a forma gramaticalizada⁷⁵:

(138) E depoyz Nostro Senhor Ihesu Cristo, fillo Deus e Deus uerdadeyro (...) enderêçou e *conpriu* a ley que foy dada primeyramête *per* Moysê e mostrounos carreya mays conoçuda **PER QUE** nos podessemos saluar. (FR, XIII)
 [E depois Nosso Senhor Jesus Cristo, filho de Deus e Deus verdadeiro, conduziu e cumpriu a lei que foi dada primeiramente por Moisés e nos mostrou caminho seguro pelo qual pudéssemos nos salvar.]

(139) e **PORQUE** i é onrra de nos e de nossos reynos, porê *queremos* mostrar como se guarden por todo tempo as cousas das eygreyas. (FR, XIII)
 [E porque nisso está a nossa honra e de nossos reinos, queremos mostrar como se guardam, por todo o tempo, as coisas das igrejas.]

(140) Pero rrazões hy ha **PER QUE** ñ auera pãa do jnferno ñẽ irá a elle e esto he se conpre en este mũdo a pãa que lhy dam... (PP, XIV)

⁷⁵ Embora, no português contemporâneo, ambas as formas sejam também identificadas, o estágio da divergência parece superado, uma vez que são notadamente escassos, principalmente no modo de enunciação oral, o uso fonte de *porque*, correspondente a “pelo qual” e flexões.

[*Por isso há aí razões pelas quais não haverá pena do inferno, nem irá para ele, isto é, se cumpre neste mundo a pena que lhe dão.*]

(141) A terçeyra chamã mortal **POR QUE** ella ffaz ao homẽ conprir per feyto os pecados que ssom come morte da alma. (PP, XIV)

[*A terceira (forma de pecado) chamam mortal porque ela faz o homem realizar os pecados que são como a morte da alma.*]

Na história do português, os usos de *porque* se distribuem nos domínios de causalidade, apresentando, ainda, usos mais pragmáticos, localizados no domínio discursivo, conforme ilustra o exemplário a seguir:

I. *Porque referencial*

(142) **PORQUE** o aguiou alá, lhe pormeteu o primeiro dom que lhe pedisse. (DSG, XIII)
[*Porque o guiou até lá, lhe prometeu o primeiro dom que lhe pedisse.*]

(143) Depois de colhidos, cortam esta planta, **PORQUE** nam frutifica mais que a primeira vez. (HSC, XVI)
[*Depois de colhidos (os frutos), cortam esta planta, porque frutifica uma única vez.*]

(144) a gente teve que ficá(r) esperando lá a gente tava cansado **PORQUE** nós ficamo(s) o dia inte(i)ro no parque.. (RE, XXI)

II. *Porque epistêmico*

(145) ...depois de tomada a Cidade, se recolheo a gente della pellas fazendas, & engenhos do reconcauo da Bahya, que he a mais fermosa enseada de mar & varios esteiros, que se sabe no Oceano; **PORQUE** retalhou a natureza com rios que vem beber nesta enseada, mais de 25. legoas de roda, sendo a terra que nella bate de excellête frescura de agoas, aruoredos, canas de açúcar, engenhos, de muyto preço. (JVC, XVII)
[*Depois de tomada a cidade, as pessoas que nela moravam se recolheram nas fazendas e engenhos do Recôncavo Baiano, que é a mais formosa enseada de mar e de vários esteiros que se conhece no oceano, porque a natureza retalhou, com rios que vêm beber nessa enseada, mais de 25 léguas de roda, sendo a terra que nela bate de excelente frescura de águas, arvoredos, canas de açúcar e engenhos de muito preço.*]

(146) Deplora-se [lamenta-se] ha muitos annos o abuso de excessivas despezas, e com razão, **PORQUE** em verdade são espantosas as irregularidades que se commettem (RNG, XIX)

(147) Fiquei em cadeiras de rodas, **PORQUE** pensava que não podia andar. (D&G, XX)

III. *Porque conversacional*

(148) Ainda que algũas rezoões vã dobradas, seja-me relevado, **POR QUE** o faço querendo todo melhor declarar, avendo em tal leitura por menos falicismo dobrá-las, que, onde convem, seer minguido no screver. (PP, XIV)

[Quando algumas considerações estiverem duplicadas, seja-me relevado, porque o faço querendo declarar tudo com máxima clareza, sendo, em tal leitura, menos grave repeti-las, onde convém, do que ser demasiadamente sucinto no escrever.]

(149) & se neste meo tẽpo não tomarem a cidade, despendamos ha hi tudo o q tiuermos pera comer, **PORQ** nos não cõuẽ estar mais aqui... (HA, XVII)

[E se nesse meio tempo não tomarem a cidade, consumamos, então, tudo o que tivermos para comer, porque não nos convém estar mais aqui.]

(150) –“cê qué(r) passá(r) o que eu passei... **PORQUE** nesses lugar cê só vai arrumá(r)... marido que te ba::te... cê vai arrumá(r) marido que... você/ que você escolhê(r) aqui... cê pode tê(r) certeza que cê num encontra um marido bom” (RE, XXI)

IV. *Porque* discursivo

(151) eComo ja esCrevi aVossaexcelencia o que neste partiCular ha tenho dezenCaRegado aminha ConCienCia das ConSequenCias que podem Rezultar Comaentrega desta minina **PORQUE** omarido da may anda en Companhia doSargento major Manoel gonçalvez deaguiar eothio dela tambem que he o Cappitam [maj]or desta Aldea evindo averâm disgostos que ja poreSsa Cauza odito Cappitam levou alguãs faCadas deJoam Lenta Como Vossaexcelencia o verâ quando vier eagora chegando o Marido eo thio vendo estar aminina enCaza deJoam Lenta nãoSei o Como levarâm. (CA, XVIII)

[E como já escrevi a Vossa Excelência o que, nesse particular, tenho desencarregado a minha consciência em relação às consequências que podem resultar da entrega desta menina, porque o marido da mãe anda em companhia do sargento major Manoel Gonçalves de Aguiar, e o tio dela também, que é o capitão major desta aldeia, e visto haverem desgostos que, já por essa causa, o referido capitão levou algumas facadas de João Lenta, como Vossa Excelência verá quando ele vier; e agora, chegando o marido e o tio, vendo que a menina está na casa de João Lenta, não sei como agirão.]

(152) não era muito tempo, deveria estar faltando mais ou menos 30 min para acabar, mas foram os piores de minha vida, **PORQUÊ** logo assim que eu comecei a mexer eu lembrei que não era aquele equipamento em que eu estava acostumado, então tirei o fone e virei para trás para pedir alguns conselhos, nisso que eu virei eu não vi os garotos que estavam ali perto, conclusão a música já estava acabando e eu não sabia o que fazer. (D&G, XX)

(153) a polícia chegô(u)... e a polícia sempre chega a hora que acaba a briga... [Doc.: é] ((risos)) nunca chega quando tá matan(d)o depois que MORREU que chega né?... e a briga é uma coisa então acabô(u)...só que aí foi interessante **PORQUE** é uma coisa assim... minha mãe ela sempre teve DÓ do meu pai... por mais que essas coisa que ele faz essas... assim... irresponsabilida::de essas maldade aí só que ela sempre teve dó... por exemplo quando ele... ficava sumido assim que demorava pa chegá(r) ela ia atrás sabe? ela tinha dó de chamá(r) a polícia aquelas coisa toda... o que que aconteceu?.. (RE, XXI)

Os exemplos de *porque* discursivo, conforme se argumenta em relação a outros conectores, como *ca* e *que*, exibem usos em que a relação de sentido entre os segmentos é bastante opaca, de modo que, de um lado, o papel do conector é atenuado como elemento de explicitação dessa relação e, de outro, acentua-se a sua função textual-discursiva de organização

tópica. Barreto (1999) também reconhece casos em que não se pode depreender uma relação causal do emprego de *porque*, seja propriamente dita, seja alargada. Para a autora, *porque*, nesse uso, funciona como “encadeador da narrativa”, assumindo papel semelhante ao do coordenativo *e*, para indicar o sequenciamento de eventos.

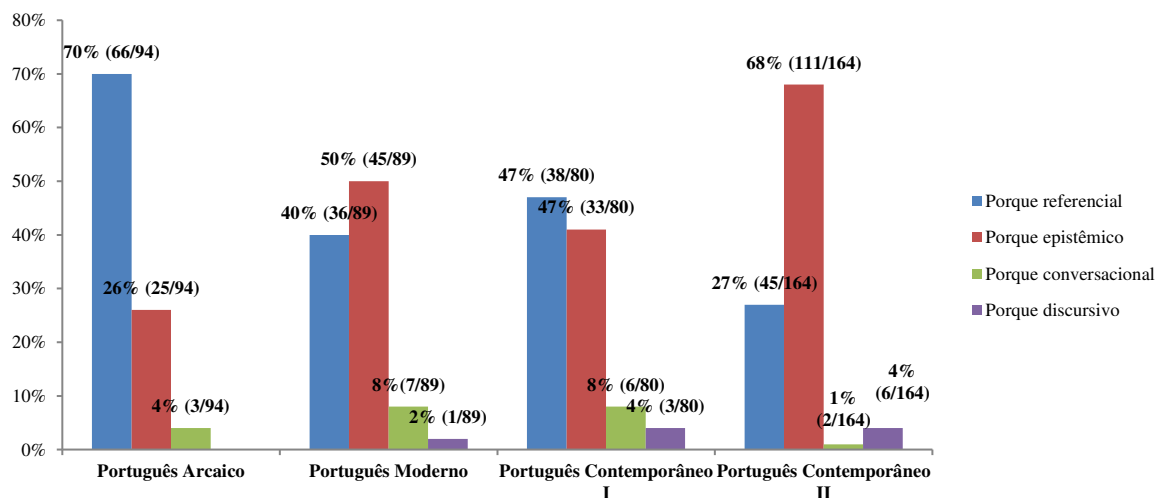
Mais uma vez, distanciando-se da concepção de Barreto, defende-se aqui que o emprego de conectores causais na função de “elo narrativo”/ “encadeador da narrativa” não é de todo desprovido do sentido causal; daí se tratar de um uso, em sentido lato, ainda no domínio da causalidade: o conector nessa função atua no nível eminentemente textual, o que não bloqueia o resgate de uma relação causal, ainda que bastante alargada. Não parece aleatório, portanto, o emprego de *porque*, por exemplo, num contexto em que preferencialmente se utiliza o encadeador prototípico *e*. É interessante destacar que, nos exemplos apresentados por Barreto (1999) para ilustrar o uso de *porque* como encadeador da narrativa, nota-se um claro elo causal entre os segmentos que compõem o enunciado, tornando tal classificação, de fato, questionável:

(154) **Porque** os corações dos omees son departidos, pore naturalmente natural cousa é que os entendimetos ne as obras nom acorde em huu. (FR. liv. I, l. 17-9 apud BARRETO, 1999, p. 290) [Porque os corações dos homens são divididos, é natural que o pensamento e as ações não sejam coerentes.]

(155) Acrescenta-se a esta grande falta de sacerdotes serem, pela maior parte, os que há homens de poucas letras e menos zelo das almas; **porque**, ou vieram para cá degradados, ou por não terem préstimo com que ganhar a vida em outra parte, a vieram buscar a estas. (CVM, LXII, l. 35-7 apud BARRETO, 1999, p. 291)

No primeiro caso, a presença do correlato enfático *porẽ* (*por isso*) corrobora uma leitura causal, seguindo proposta de Paiva (1991, p. 163): “os enunciados causais antepostos são estruturados por uma acumulação de conectores que auxiliam na definição da ordenação das cláusulas e do esquema interpretativo”. Nesse sentido, o segmento “**Porque** os corações dos omees son departidos” representa uma oração causal anteposta, já que a presença de *porẽ*, no segmento seguinte, dá suporte para uma leitura no nível das relações causais. No segundo exemplo, o elo causal parece ainda mais claro, visto que o segmento introduzido por *porque* apresenta a razão de os homens serem de “poucas letras” e haver “menos zelo das almas”.

O gráfico seguinte permite visualizar, diacronicamente, a frequência de uso de cada subtipo causal expresso por *porque*:

GRÁFICO 12. Diacronia dos usos causais de *porque*

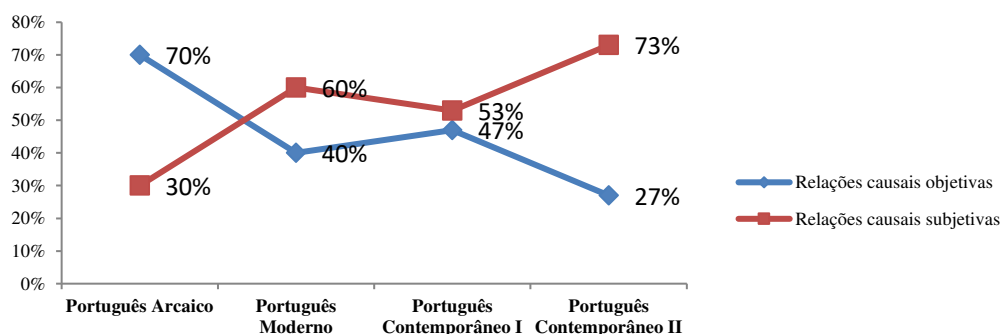
É significativa, no português arcaico, a frequência de uso de *porque* na expressão de relações causais objetivas, o que pode ser explicado pela existência, no período, do conector *ca*, bastante frequente e especializado na indicação da causalidade subjetiva (Cf. Subseção 5.1.1). No português moderno, *porque* se firma como um conector ambíguo do ponto de vista semântico-pragmático, sendo empregado, com frequências bastante equivalentes, na expressão de relações causais objetivas e subjetivas, comportamento que se mantém ao longo do português contemporâneo escrito. A ambiguidade de *porque*, possivelmente, tem como motivação o total desaparecimento de *ca*, que possibilita a extensão de seus usos a contextos mais subjetivos:

Outro ponto a ressaltar é o interrelacionamento semântico de *ca* e *porque*. Embora *ca* seja fundamentalmente explicativo e *porque* seja a expressão de uma explicação causal, há ocorrências em que *porque* é claramente explicativo; como sabemos, ***ca veio a ser desusado e porque assumiu os contextos de ca, tornando-se a expressão da explicação lato sensu e de uma explicação stricto sensu, ou seja, a causa.***” (MATTOS e SILVA, 1989, p.731 – destaque acrescido)

Nas amostras de enunciação falada, nota-se uma situação inversa à que se verifica no período arcaico: *porque* parece especializar-se na expressão de relações causais subjetivas, tendência que se inicia no período moderno, embora o gráfico 12 também mostre certa estabilidade do seu emprego para indicar causalidade objetiva. Para melhor compreender a crescente subjetivização de *porque*, é necessário apresentar uma reorganização dos resultados do gráfico 12, com base na proposta de Lopes (2012), segundo a qual a causalidade epistêmica e conversacional podem pertencer a uma mesma categoria, uma vez que ambas dizem respeito à causa da enunciação, e não do enunciado. Dessa forma, no gráfico abaixo, as relações causais referenciais marcadas por *porque* aparecem sob o rótulo de *relações causais objetivas*,

enquanto as relações estabelecidas por esse conector nos domínios epistêmico, conversacional e discursivo são recategorizadas como *relações causais subjetivas*:

GRÁFICO 13: Tipos de relações causais estabelecidas por *porque* em diacronia



O percurso das linhas, no gráfico, corrobora a hipótese de que a gramaticalização de *porque*, no português, é acompanhada da (inter)subjetivização, caracterizado por Traugott (2010) como um processo pelo qual uma forma linguística, na sua evolução, semanticiza uma crescente subjetividade. Dessa forma, o fato de a grande maioria dos casos de *porque*, nas amostras de língua falada do português contemporâneo, indicar relações causais subjetivas, ao contrário do que se verifica nos seus usos mais antigos, representa o resultado de um processo diacrônico pelo qual significados baseados em atitudes e crenças do falante passam a fazer parte da estrutura semântica de uma forma linguística (TRAUGOTT, 2010, p. 35).

Vale destacar, ainda, que, em seus usos no português contemporâneo escrito e falado, registra-se um aumento nos casos em que *porque* tem uso discursivo, atuando, como discutido, em um nível acima da sentença, o que sugere, levando-se também em consideração o aumento, já no português moderno, dos usos conversacionais, uma trajetória rumo à aquisição de valores também intersubjetivos, conforme preconiza o *continuum* proposto por Traugott (2010):

[– subjetividade] \Rightarrow [subjetividade] \Rightarrow [intersubjetividade]

Para a subjetivização de *porque*, pode-se reinterpretar esse *continuum* da seguinte forma:

porque referencial \Rightarrow *porque* epistêmico \Rightarrow *Porque* conversacional/discursivo

Os resultados referentes ao português contemporâneo escrito, no entanto, parecem colocar um problema a essa perspectiva de análise, visto que, nesse período, verifica-se um

ligeiro aumento dos usos mais objetivos de *porque*, bem como um decréscimo de seus usos mais subjetivos, conforme mostram os gráficos 12 e 13. É necessário, portanto, buscar, para tal período, esclarecimentos sobre a história dos textos, a fim de compreender a excepcionalidade do período em relação à história linguística de *porque*.

Para tanto, o trabalho de Degand e Fagard (2010) sobre a gramaticalização do conector francês *parce que* traz contribuições importantes para este ponto da análise. Nesse trabalho, os autores se propõem a explicar, considerando a interface gramaticalização/subjetivização, como *parce que* se torna o conector causal *default*, no francês falado, em virtude de ter assumido valores semântico-pragmáticos da variante *car*. No francês, como atestam outros estudos (EVERS-VERMEUL et al, 2011; STUKKER; SANDERS, 2011; SIMON; DEGAND, 2007; PIT, 2003), *car* e *parce que* diferem quanto à expressão da causalidade: o primeiro é especializado na marcação de causalidade subjetiva, enquanto o segundo é preferencialmente utilizado para indicar relações causais objetivas. No entanto, Degand e Fagard (2010) afirmam que o perfil especializado desses conectores é verificado apenas no francês escrito: no francês falado, *parce que*, embora possa ser considerado um conector polifuncional quanto à expressão da causalidade, apresenta tendência crescente de subjetivização.

As análises empreendidas pelos autores, em um *corpus* que reúne textos das modalidades falada e escrita do francês, respaldam a conclusão de que *parce que* está em pleno processo de subjetivização, enquanto *car* goza de “estabilidade semântica”: na modalidade oral, *parce que* é empregado em diferentes contextos de expressão causal, o que se deve à baixa frequência de *car*, tornando-se, assim, o conector causal *default* do francês e, por conseguinte, mais suscetível às pressões de uso que geram mudanças, ao contrário de *car*, que, quase restrito à modalidade escrita, isenta-se de tais pressões; daí sua alegada estabilidade semântica. Na modalidade escrita, no entanto, a presença patente de *car* permite que haja uma divisão de tarefas entre ele e *parce que*, que, nesse caso, é empregado para indicar relações causais mais objetivas, remetendo a um uso mais conservador.

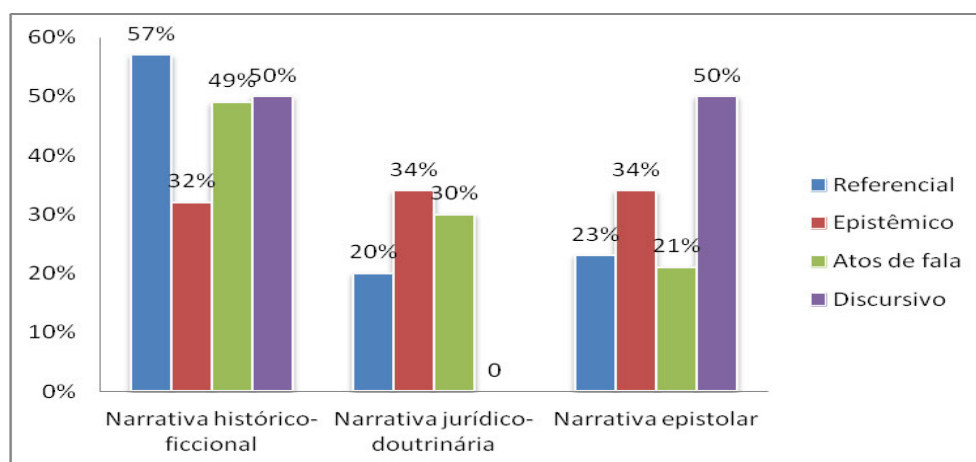
Com base nas hipóteses e descrições apresentadas por Degand e Fagard (2010), é possível assinalar que, semelhantemente a *parce que*, *porque*, no português atual falado, esteja em processo de (inter)subjetivização por ser, de longe, o conector causal mais frequente: no *corpus* desta pesquisa, *porque* representa 72% (164/229) do total de conectores causais da amostra do português contemporâneo falado, seguido por *que* (19%[44/229]), que, conforme se argumenta na subseção 5.2.2, parece representar, na realidade, a redução de *porque*. Na escrita, no entanto, *porque* conta com outros conectores para a divisão da tarefa de expressão

causal, e isso pode explicar, nas amostras que constituem o português contemporâneo escrito, o refreamento da sua subjetivização.

Essa hipótese, no entanto, pode ser questionada com base na observação de que é justamente no português moderno, também constituído de textos escritos, que *porque* inicia a sua trajetória de subjetivização. Conforme assinala Mattos e Silva (2004), no português moderno, representado, nesta pesquisa, pelos séculos XVI e XVII, observa-se, paralelamente à maior difusão do texto escrito, o processo de normatização linguística. Pode-se, contudo, considerar que, nesse período, tal normatização é incipiente, por se tratar de seus primeiros séculos de implementação. Corroborar essa constatação o fato de que o estabelecimento das normas cultas brasileiras se dá, efetivamente, em meados do século XVIII, como resultado da política linguístico-cultural pombalina, que impôs a língua portuguesa como língua oficial da colônia brasileira, iniciando o incentivo ao seu ensino (em substituição à chamada “língua geral” indígena de base tupinambá) e o do latim, língua de cultura letrada do mundo ocidental (MATTOS E SILVA, 2004, p. 71).

Dessa forma, pode-se defender que os textos que constituem a amostra do português moderno, isentos de uma pressão normativa consistente, refletem mais diretamente os padrões do oral no letrado, ao contrário daqueles que compõem o português contemporâneo I, escritos em um contexto sociocultural em que já existe forte apelo por uma escrita que se distancie do oral. Por conseguinte, a tendência de subjetivização de *porque*, no português contemporâneo escrito, é aparentemente bloqueada pelo padrão mais conservador dos textos do período.

Pode-se, ainda, reavaliar essa hipótese com base nas TD que, predominantemente, compõem cada período, reconhecendo que elas podem influenciar a definição de usos mais ou menos subjetivos de *porque*. Desse modo, verifica-se que, 67% (04/06) dos textos representativos do português moderno pertencem à TD *narrativa histórico-ficcional*. Nos textos do português contemporâneo I, por sua vez, predomina a TD *narrativa epistolar*, também na proporção de 67% (04/06). A análise cruzada entre as variáveis TD e domínios de causalidade, considerando todos os conectores do *corpus*, como se apresenta no gráfico abaixo, revela que a TD *narrativa histórico-ficcional* parece não estar diretamente relacionada às relações causais subjetivas, assim como a TD *narrativa epistolar* não favorece as relações causais mais objetivas:

GRÁFICO 14: Estabelecimento dos domínios de causalidade por TD

Pode-se depreender dos resultados acima que os usos mais subjetivos de *porque*, no português moderno, em que predomina a TD *narrativa histórico-ficcional*, não derivam da influência do tipo de TD: veja-se que a *narrativa histórico-ficcional* está mais associada a usos referenciais. Da mesma forma, os usos mais objetivos verificados no português contemporâneo escrito, cuja maioria dos textos pertence à TD *narrativa epistolar*, não sofrem influência dessa TD, que apresenta uma tênue relação com a causalidade epistêmica e discursiva⁷⁶.

Por tudo isso, a hipótese para explicar a crescente subjetivização de *porque* no português moderno e o refreamento desse processo no português contemporâneo encontra suporte não nas TD em si, mas no contexto sociocultural mais amplo de sua produção, que determina, para o primeiro período, contextos de uso mais próximos do oral, e, para o segundo, contextos mais conservadores e resistentes à mudança.

Assim, seguindo com a hipótese de que, no português escrito – assim como se verifica com o conector *parce que* no francês escrito (DEGAND; FAGARD, 2010) – *porque* tem usos mais objetivos por se tratar de um ambiente em que existe maior variabilidade de conectores para a divisão de tarefas na expressão de causalidade.

A tabela a seguir reúne os usos dos conectores causais em dois textos de mesmo gênero e TD, mas produzidos em modos de enunciação distintos: o primeiro, retirado do *corpus* D&G, são narrativas escritas de experiência pessoal; o segundo diz respeito a narrativas orais também

⁷⁶ No entanto, o estudo de Soncin e Longhin (2014) atesta existência de uma estreita relação entre os domínios de causalidade e os gêneros do discurso. Desse modo, é possível pensar que a generalização empreendida nesse trabalho, em termos de TD (Cf. seção 4), tenha apagado marcas específicas dos diferentes gêneros textuais que constituem o *corpus*, neutralizando a relação *domínio-gênero*. Essa ressalva se faz necessária porque, conforme defendem Soncin e Longhin (2014, p. 547), as relações de causa devem ser entendidas, “em seus devidos domínios de atuação, como efeito da constituição complexa dos enunciados concretos, que se manifestam na língua segundo os gêneros de discurso.”

de experiência pessoal, que pertencem ao *corpus* Iboruna. A escolha desses dois textos se deve, além da simetria qualitativa, ao fato de estarem bastante próximos temporalmente, podendo, aqui, serem reunidos como textos representativos do modo de enunciação de uma mesma sincronia, a saber, o português brasileiro atual. Além disso, ambas as narrativas são produzidas por diferentes sujeitos, o que representa mais uma propriedade aproximativa entre eles⁷⁷.

TABELA 8. Usos dos conectores causais nos modos de enunciação oral e escrito

Sincronia	Português Contemporâneo Escrito (D&G)				Total	Português Contemporâneo Falado				Total
	Refe.	Epis.	Conv.	Disc.		Refe.	Epis.	Conv.	Disc.	
<i>porque</i>	10/29%	3/8%	–	2/6%	15	38/34%	38/34%	1/1%	3/3%	80
<i>que</i>	–	–	–	–	0	11/10%	13/12%	–	–	24
<i>como</i>	4/11%	–	–	–	4	2/1%	–	–	–	2
<i>pois</i>	7/20%	6/17%	–	–	13	–	–	–	–	0
<i>já que</i>	1/3%	1/3%	–	–	2	–	–	–	–	0
<i>visto que</i>	–	1/3%	–	–	1	–	–	–	–	0
<i>por causa que</i>	–	–	–	–	0	1/1%	4/4%	–	–	5
Total	22	11	0	2	35/100%	51	55	1	3	111/100%

A princípio, em termos da variabilidade de conectores, o inventário de ambas as modalidades é bastante similar, pois conta com quase o mesmo número de formas para indicar relações causais: a modalidade escrita tem 5 conectores – *porque*, *pois*, *como*, *visto que* e *já que* – e a falada, 4 – *porque*, *que*, *como* e *por causa que*. Degand e Fagard (2010) mostram que, independentemente da presença de outros conectores causais no inventário do francês escrito, o emprego mais objetivo de *parce que* se atrela à produtividade de *car*, forma especializada na expressão de causalidade subjetiva, nessa modalidade. Em termos de produtividade de usos, pode-se afirmar que, no português escrito, dividem a tarefa, na expressão de relações causais, as formas *porque* e *pois*, e, na modalidade falada, as formas *porque* e *que*. Na escrita, 29% das ocorrências de *porque* aparecem no domínio referencial, enquanto *pois*, embora tenha número expressivo de ocorrências também nesse domínio, tem atuação relevante também no domínio epistêmico. Nesse sentido, é possível argumentar que, na escrita, *porque* apresenta poucas ocorrências no domínio epistêmico, uma vez que, nessa modalidade, a presença de *pois*, conector causal prototipicamente subjetivo (Cf. Subseção 5.2.1), representa uma restrição à sua atuação em domínios mais subjetivos.

⁷⁷ Do ponto vista quantitativo, porém, não há simetria entre os textos, visto que as narrativas escritas totalizam 5.500 palavras, enquanto as orais têm um total de 15.500.

Na modalidade falada, *porque* tem comportamento expressamente ambíguo, concentrando a mesma porcentagem de ocorrências nos domínios referencial e epistêmico⁷⁸. Nessa modalidade, pode-se supor, em princípio, que *que*, também especializado na indicação de causalidade subjetiva, aparece em substituição a *pois*. Se acatada, porém, a hipótese de que, no português falado, *que* representa a forma reduzida de *porque* (Cf. Subseção 5.1.2), tem-se um cenário em que *porque* realiza, sozinho, a tarefa de indicar diferentes tipos de causalidade, fato que explicaria seu comportamento ambíguo, bem como a sua tendência à subjetivização.

Quanto ao estatuto sintático de *porque*, as descrições, mesmo as mais tradicionais, costumam reconhecer que a sua ambiguidade semântico-pragmática se reflete no seu comportamento sintático. Dessa forma, na tradição, *porque* costuma ser abordado ora como coordenativo, quando atua na expressão da *explicação*, ora como subordinativo, quando indica relações estritamente causais. Segundo Vogt (1978, p. 48), mesmo sendo favorável à maioria dos testes que o caracterizam como conector subordinativo, *porque* apresenta peculiaridades sintáticas que refletem a ambiguidade dos seus usos semântico-pragmáticos, exigindo cautela na sua classificação sintática. Para o autor, tal ambiguidade é revelada quando as orações introduzidas por *porque* são submetidas ao teste do escopo da negação⁷⁹. Assim, em (156) a seguir, exemplo fornecido por Vogt (1978, p. 46), as paráfrases apontam para duas interpretações: na primeira, o escopo da negação recai sobre todo o enunciando, caracterizando-o como uma única sentença; na segunda, o escopo se refere apenas ao segmento nuclear, constituindo-se de dois enunciados independentes:

(156) Pedro não parou de trabalhar porque são cinco horas.

(156a) Pedro não parou de trabalhar porque são cinco horas, mas porque faltou luz no escritório:

não [p porque q]

(156b) Pedro não parou de trabalhar, e isso porque não são cinco horas: *não p [porque q]*

⁷⁸ Conforme se tem discutido aqui, as relações epistêmica, conversacional e discursiva, ao se referirem à enunciação, podem ser tratadas em conjunto, como causalidade subjetiva. Desse modo, do total de ocorrências de *porque*, no recorte apresentado na tabela 8, para o português contemporâneo falado, 39% delas indicam relações subjetivas, indiciando a tendência de subjetivação.

⁷⁹ Vogt (1978), nessa discussão, utiliza também outros testes, como o do escopo da interrogação, aqui excluídos por não gerarem paráfrases tão transparentes quanto o da negação, constatação que, metodologicamente, o tornam menos elucidativos.

A primeira leitura de (156) é possibilitada pelo reconhecimento de uma maior integração ([+interdependência]) entre os segmentos que compõem a junção causal, enquanto a segunda leitura revela uma junção mais frouxa. Com isso, tal ambiguidade sugere que, sintaticamente, *porque* atua tanto no nível da coordenação quanto da subordinação.

Em Fiéis e Lobo (2008), encontram-se considerações diacrônicas a respeito do estatuto sintático de *porque*: para as autoras, do português arcaico ao português contemporâneo, não se verificam mudanças no estatuto sintático desse conector, que introduz as chamadas orações *subordinadas adverbiais integradas*, aqui interpretadas como orações prototipicamente hipotáticas. O caráter mais hipotático de *porque* se justifica, segundo análise das autoras, pelo fato de, na história do português, esse conector permitir a coordenação, a clivagem e a anteposição do segmento que introduz (FIÉIS; LOBO, 2008, p. 8), marcas que sinalizam o traço [+interdependência]. Lopes (2004a) também atribui a *porque* o estatuto de conector hipotático, mas assume que, dependendo da relação que expressa, pode ser hipotático *integrado* ou hipotático *periférico*, classificação que a autora explica com base na relação entre a flexibilidade posicional da oração causal e o tipo de causalidade:

Assim, quando a oração introduzida pelo conector *porque* ocupa estruturalmente uma posição periférica à direita da frase, sendo a oração principal que a precede pronunciada com curva entoacional descendente e pausa demarcadora, o traço [+pressuposicional] é fixado positivamente e a construção interpretada como explicativa. Quando a oração introduzida pelo conector *porque* ocorre numa posição integrada, à direita ou à esquerda, não havendo traços prosódicos demarcadores de duas unidades, mas constituindo prosodicamente uma só unidade, o traço [+pressuposicional] é fixado negativamente e a construção é interpretada como exprimindo a causa propriamente dita, ou seja a asserção principal da construção é a própria relação de causa. (LOPES, 2004a, p. 107)

No *corpus* deste trabalho, ao longo das sincronias investigadas, *porque* apresenta as seguintes marcas sintático-discursivas:

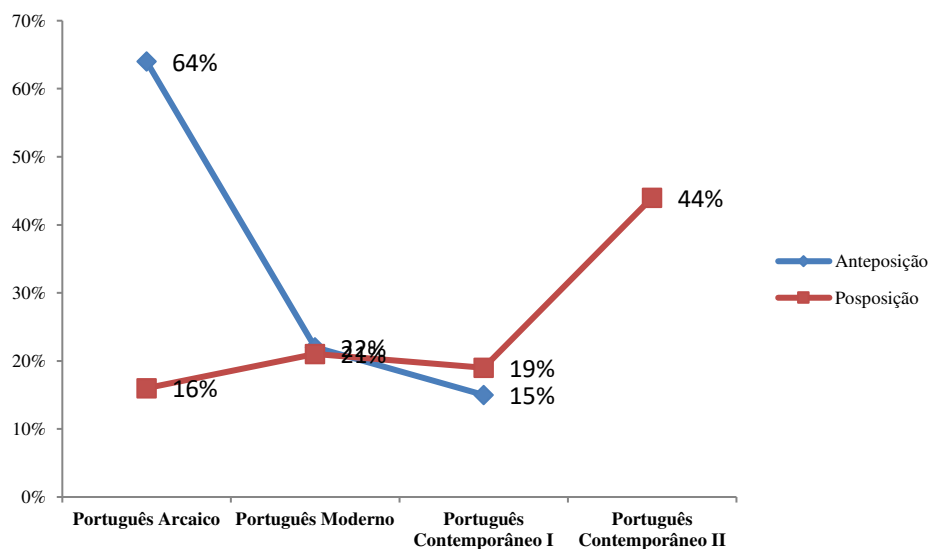
TABELA 9. Marcas sintático-discursivas de *porque*.

	Padrão Prosódico			Posição		Coocorrência de coordenativo		Clivagem	
	Sem pausa	Pausa leve	Pausa forte	Anteposição	Posposição	Sim	Não	Sim	Não
<i>porque</i> (427)	34% (149)	41% (178)	23% (100)	13% (55)	87% (372)	12% (50)	88% (377)	3% (417)	97% (10)

Os resultados acima se aproximam daqueles apontados por Fiéis e Lobo (2008): *porque* admite a anteposição do segmento causal, pode coocorrer com coordenativo – e , por conseguinte, fazer parte de uma cadeia coordenativa – e figurar numa estrutura clivada (bem como ser focalizado por meio de outras estratégias). Tais marcas atestam, portanto, o seu estatuto prototipicamente hipotático. O critério do padrão prosódico, por sua vez, parece ser o que mais reflete a ambiguidade dos seus usos (Cf. VOGT, 1978; LOPES, 2004): são expressivas as ocorrências de *porque* tanto em enunciados que representam duas unidades discursivas – padrão que reflete relações causais mais subjetivas – quanto naqueles que representam uma única sentença – padrão mais representativo da causalidade referencial.

Entre as marcas sintático-discursivas em destaque, nota-se uma mudança em relação à flexibilidade posicional de *porque*, na história do português, fato que pode estar relacionado à sua crescente (inter)subjetivização. Desse modo, como mostra o gráfico abaixo, a anteposição do segmento introduzido por *porque* representa a ordem não marcada, no português arcaico, padrão que se torna raro, na sua evolução, perdendo-se, completamente, no português contemporâneo falado:

GRÁFICO 15. Distribuição do padrão posicional de *porque* em diacronia



Dessa maneira, no português arcaico, período em que *porque* é preferencialmente usado para indicar relações causais objetivas, a anteposição constitui a ordem não marcada. Vejam-se alguns exemplos:

(157) Assi se partiu rei Mars dali e leixou o menão pendurado na árvor. Mais Deus, que houve grã piedade del e **PORQUE** nom havia que veer na maldade de seu padre, pensou dele... (DSG, XIII)

[*Então, partiu rei Mars dali e deixou o menino pendurado na árvore. Mas Deus, que dele teve grande piedade e porque (esse menino) não tinha a ver com a maldade de pai, cuidou dele.*]

(158) E **PORQUE** era ja gram peça do dia andada começaram-se de queyxa. (FLOS, XIV)

[*E porque já haviam andado por grande parte do dia, começaram a se queixar.*]

(159) E **PORQUE** nom tiinha maneira como o disto podesse perçeber, disse a Pero Rodriguez Sarmiento que o mandasse levar ao Castello...(CDF, XV)

[*E porque não havia maneira com que pudesse prevenir, disse a Pero Rodriguez Sarmiento que mandasse levá-lo ao castelo.*]

Conforme se argumenta na análise do conector *como* (Cf. Subseção 5.1.3), a expressão de relações causais objetivas, perceptualmente mais icônicas, se alinha, no nível sintagmático, à anteposição. Assim, a construção *porque q, p* é mais icônica, no sentido de explicitar uma relação de causa baseada na sequencialidade *tempo-causa*, uma vez que, no tempo, a causa precede o efeito (Cf. NOORDMAN; BLIJZER, 2000).

Por outro lado, no português contemporâneo falado, não se verificam ocorrências de anteposição de segmentos causais introduzidos por *porque*. Nessa amostra, a subjetivização de *porque* é bastante expressiva, o que, de acordo com Traugott (2007) e Izutsu and Izutsu (2006), tem implicações na ordenação de orações: tornando-se subjetivo, *porque* tende a se fixar na margem direita do enunciado. Além disso, como já discutido, o segmento causal subjetivo, ao codificar uma justificativa para uma crença ou ato de fala, resiste à anteposição.

O estudo apresentado sobre *porque* aponta para permanências e mudanças na sua evolução. Por se tratar de uma forma que se gramaticaliza no português, *porque* sofre subjetivização à medida que sua gramaticalização avança. Desse modo, a principal mudança observada na sua evolução diz respeito ao seu crescente emprego como conector subjetivo, ao contrário do que se verifica nos seus usos mais antigos, confirmando, pois, uma trajetória de subjetivização, conforme proposta de Traugott (2010). Tal trajetória se assemelha a que é percorrida pelo conector francês *parce que*, levando a supor que atuam sobre essa forma e *porque* as mesmas forças de mudança via gramaticalização, capazes de neutralizar o fato de pertencerem a sistemas distintos.

A principal permanência observada na evolução de *porque* se refere ao seu estatuto sintático, considerado prototipicamente hipotático. Do português arcaico ao moderno, é possível encontrar, por exemplo, ocorrências de *porque* em estruturas clivadas, atestando que esse conector se mantém na junção causal com o traço [+interdependência].

A permanência do estatuto sintático de *porque*, no entanto, pode ser relativizada com base na constatação de que, no português contemporâneo falado, a sua flexibilidade posicional é apenas virtual: no *corpus* deste trabalho, os segmentos introduzidos por *porque* são categoricamente pospostos nessa sincronia. Defende-se, pois, que a perda de flexibilidade posicional seja um resultado da (inter)subjetivização desse conector. Com isso, é possível aventar a hipótese de que a perda dessa propriedade esteja aproximando *porque* de um padrão mais paratático, conforme se observa, por exemplo, na evolução de *pois*.

5.3.2 PORQUANTO

De acordo com Barreto (1999, p. 287), o conector *porquanto* resulta da associação da preposição *por* ao pronome indefinido *quanto* (“quanta coisa”), do latim *quantu*, e seu emprego como conector causal data do século XIII. No entanto, ocorrências do emprego causal de *porquanto* aparecem no *corpus* desta pesquisa só a partir do século XV⁸⁰, momento em que Barreto detecta também outros empregos, que classifica como “reforço adverbial” e “encadeador de narrativa”. Esses empregos, contudo, não são identificados no *corpus* deste trabalho: como os exemplos apresentados por Barreto – reproduzidos a seguir – carecem de um contexto mais amplo, pode-se supor que os usos de *porquanto* em (160) e (161), considerados pela autora, respectivamente, como reforço adverbial e encadeador da narrativa, estabeleça algum tipo de relação causal com outra porção textual, tornando questionável essa classificação:

(160) **E PORQUANTO** esses rrecebimentos e casamento no foi exemplado a todollos do rreino em vida do dito rrei dom Affonso por medo e rreceo que seu filho d’el avia. (CDP apud BARRETO, 1999 p. 287).

(161) **PORQUANTO**, muito amado filho, per tuas leteras e fama fomos certificado como o mui claro de nobre memoria el-rrei dom Affonso teu padre se finou d’este mundo, sua morte foi a nós e He muito grande nojo e tristeza (CDP apud BARRETO, 1999 p. 287).

O caso do emprego de *porquanto* como encadeador de narrativa se revela como mais problemático, uma vez que, como se argumenta em relação aos conectores *porque* e *ca*, esse

⁸⁰ Os dados de *porquanto* causal encontrados por Barreto (1999) são da *Demanda do Santo Graal*, texto que também compõe o *corpus* desta pesquisa; essas ocorrências estão, portanto, em um recorte do texto que não foi considerado no presente trabalho.

seria um uso discursivo, em que a atuação do conector, embora mais textual, se mantém no domínio da causalidade (Cf. nota 02).

A gramaticalização de *porquanto*, conforme descreve Barreto (1999, p. 288), ocorre a partir dos seguintes processos:

- (i) *recategorização*: pronome indefinido (“por” + “quanto”) > advérbio (“por isso”) > conjunção (“porque” > encadeador (“por isso”));
- (ii) *morfologização*: “por” + “quanto” > *porquanto*;
- (iii) *sintaticização*: nova interpretação da estrutura na sentença;
- (iv) *semantização*: mudança de conteúdo semântico.

Nessa proposta, o percurso de recategorização apresentado é questionável, uma vez que, nos dados apresentados pela autora, os usos como conjunção causal são anteriores aos usos que ela classifica como “reforço adverbial”. Assim, assumindo a existência do emprego de *porquanto* com o valor de reforço adverbial, um *continuum* mais adequado para recategorização desse conector seria assim expresso:

PRONOME INDEFINIDO > CONJUNÇÃO > ADVÉRBIO

Contudo, essa releitura da recategorização de *porquanto* permanece problemática por contrariar a *unidirecionalidade categorial* de processos de gramaticalização, visto que os advérbios representam a forma-fonte de várias conjunções, e não o contrário (Cf. FAGARD, 2009; LIMA-HERNANDES, 2010). Tais problemas representam, pois, argumentos desfavoráveis à classificação que prevê usos adverbiais de *porquanto*.

Conforme proposto para o conector *porque*, o gatilho inicial da gramaticalização de *porquanto* pode ser representado pela semanticização que, via metonímia, estendeu o uso causal já inerente em *por* à construção “por + quanto”. Reforça essa hipótese o fato de que *quanto*, no século XIII, é empregado como conector causal, o que leva Barreto a descrevê-lo como uma variante de *porquanto*:

(162) E Gallaaz começou a sorrir e/ sinou-se, **quanto** tinha esto por gram Maravilha (DSG, XIII apud BARRETO, 1999, p. 287)
[*E Galaz começou a sorrir e fez o sinal da cruz, porque tinha isto como um grande milagre.*]

Segundo Michaelis de Vasconcelos (1920), *quanto*, no português arcaico, entre outros usos, é empregado como advérbio temporal, correspondendo a “alguma vez”, “desde que”. Pode, ainda, ser utilizado como conjunção temporal, correspondendo a “quando”. Esses usos são identificados no *corpus* deste trabalho, no mesmo texto, vale salientar, em que também se registra, como mostra o exemplo (162), o uso causal de *quanto*:

(163) Depois aveo que adoeceu já **QUANTO** [aa] entrada de uñ veraão; (DSG, XIII)
[*Depois aconteceu que adoeceu, em um momento/no momento da entrada de um verãõ.*]

(164) Quanto o terceiro êsto viu, quis fugir. (DSG, XIII)
[*Quando o terceiro viu isto, quis fugir.*]

Identificados usos adverbiais/conjuncionais temporais de *porquanto*, e tendo em vista a produtividade dos processos de gramaticalização que resultam da mudança *espaço > tempo*, pode-se repensar a gramaticalização de *porquanto* a partir da consideração de que a forma-fonte desse processo tenha sido *quanto*, em seu uso adverbial temporal, e não *quanto* pronome relativo, conforme defende Barreto (1999). Assim, a semanticização da noção de causa em *porquanto* pode mesmo ter sido anterior à sua reanálise, uma vez que *quanto*, apresentando uso causal, parece ter experimentado a mudança *tempo > causa* antes de juntar-se a *por*. Os *continua* propostos por Barreto (1999) devem, portanto, ser reformulados, considerando, inclusive, a primazia da semanticização em relação às demais etapas de gramaticalização de *porquanto*⁸¹:

(i) Semanticização: *tempo > causa*

(ii) Sintaticização: [*por*] + [*quanto*] > [*porquanto*]

iii) Recategorização: *quanto* (*advérbio temporal*) > *quanto* (*conector temporal*) > *quanto/por quanto* (*conector causal*)

Outro argumento a favor da gramaticalização de *porquanto* a partir de uma forma-fonte temporal diz respeito à natureza discursiva dos segmentos que introduz. Assim, Fiéis e Lobo (2008, p. 11), a partir da análise de conectores como *uma vez que*, *já que* e *pois que*, concluem que “quando um conector muda o seu valor de temporal para explicativo, adquirirá um traço

⁸¹ O esquema exclui a *morfologização*, que, conforme se observa na proposta de Barreto (1999, p.288), se confunde com a *sintaticização*, entendida como uma *reanálise sintática*. Além disso, conforme destacam Hopper e Traugott (1993), a morfologização descreve o percurso de mudança em que um item, via gramaticalização, se torna um afixo. Assim, *quanto* não parece ter estatuto de afixo na construção *por + quanto*.

semântico [*giveness*], correspondendo a uma causa pressuposta.”, o que se aplica também a *porquanto*, como mostram os exemplos a seguir:

(165) E **PORQUANTO** ella era çerta, que nom prazia aas gentes meudas de ella seer Rainha, segundo se mostrara em Lixboa e em outros logares (...), trabalhou-se de aver da sua parte todollos moores do reino per casamentos, e grandes officios, e fortellezas de logares que lhes fez dar, como adeante ouvirees. (CDF, XV)

[*E porque ela estava certa de que não agradava aos plebeus o fato de ela ser rainha, segundo se mostrara em Lisboa e em outros lugares, dedicou-se a dar a todos os mais importantes do reino casamentos, grandes cargos, e fortalezas de lugares que eles lhe solicitaram, como ouvireis adiante.*]

(166) Vamos a correspondencia do razo e refórmado soldado (talvez effectivo ás ordens do seo Superior por quatro annos.) Diz elle qual será o motivo porque tanto se encolerizou o *Senhor Tenente Coronel C. M.*, contra os G. N. do 1.º Batalhão na occasião do insulto que soffreo o Batalhão no largo de São Bento: a isso direi que falta á verdade, **POR QUANTO** o Tenente Coronel nesse dia não passou da praça de Palacio; (CL, XIX)

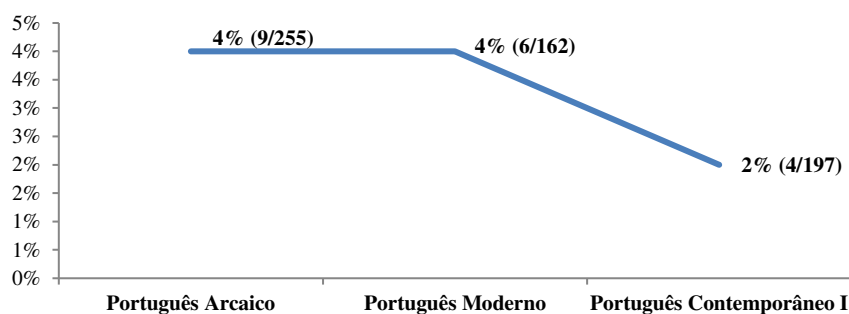
No primeiro exemplo, o valor pressupositional do segmento introduzido por *porquanto* é explicitado por sua anteposição: no *corpus* desta pesquisa, ocorrências de *porquanto* anteposto são comuns, correspondendo a 37% (07/19) dos casos, o que decorre, pois, do seu caráter pressupositional. Em (166), *porquanto* figura num contexto bastante argumentativo, em que o escrevente se propõe a refutar uma informação. O uso de *porquanto*, dado o seu valor pressupositional, para justificar a asserção de que se trata de uma informação falsa, garante ao escrevente maior força argumentativa, que parece neutralizada se se usasse *porque*, por exemplo, conector que não conta com a pressupositionalidade como traço inerente.

Barreto (1999) considera, ainda, que a grafia *por quanto* sugere se tratar de um uso não totalmente gramaticalizado, ao contrário da forma combinada *porquanto*. Embora seja possível entrever o processo histórico de constituição de um item a partir de variações gráficas, com base nas ocorrências encontradas no *corpus* desta pesquisa, não se pode atestar que *por quanto* seja menos gramaticalizado que *porquanto*, visto que, nas duas variantes gráficas, a semanticização do sentido causal parece plena⁸².

⁸² Assumir a flutuação gráfica como indício para aferir o grau de gramaticalização de uma forma requer um tratamento bastante cauteloso. Barreto (1999, p. 294), investigando amostras do português arcaico, apresenta a forma “por tanto” como uma variante menos gramaticalizada de “portanto”. No entanto, vale lembrar que, no espanhol atual, língua que apresenta processos de gramaticalização de conectores bastante similares ao do português (FAGARD, 2009; BATLLORI; SUNER, 2005), a variante não marcada é “por tanto”. Dessa forma, a discussão da variação gráfica e sua relação com processos de gramaticalização deve se pautar por um conjunto de dados que considere outras línguas românicas, bem como aspectos prosódicos, que, mesmo no modo de enunciação escrita, têm muito a revelar sobre os usos de uma determinada construção, conforme mostram Tenani e Longhin (2015).

No *corpus* do presente trabalho, as ocorrências de *porquanto* são identificadas a partir do final do português arcaico. De modo geral, como exibido no gráfico abaixo, a frequência desse conector é bastante baixa, nas diferentes sincronias, desaparecendo completamente nas amostras do português contemporâneo falado:

GRÁFICO 16. Frequência dos usos causais de *porquanto* em diacronia



Quanto aos domínios de causalidade, identificam-se usos de *porquanto* referenciais e epistêmicos:

I. *Porquanto referencial*

(167) E o filho de Nuno Gomçallvez manteve o castello como lhe seu padre mandou, e depois lhe deu el-Rei huum muito homrrado benefício, **PORQUANTO** lhe prougue escolher vida de clerigo. (CDF, XV)

[*E o filho de Nuno Gonçalves manteve o castelo como o pai dele mandou, e depois o rei lhe deu um cargo eclesiástico muito honrado, porque lhe agradou escolher vida de clérigo.*]

(168) mas oReligioZo *que* lá aCiste diZia denem hua Sorte ashavia deixar vir **POR QUANTO** em taõ não fiCaria *quem* lhes trabalhaÇe... (CA, XVIII)

[*Mas o religioso que mora lá dizia que, de modo algum, havia de deixá-las vir, porque, assim, não teria quem trabalhasse para ele.*]

II. *Porquanto epistêmico*

(169) E assi se conuence nacer el Rey em o anno de 1106. **POR QUANTO** de 67 para 73. faltão somente seis. (HA, XVI)

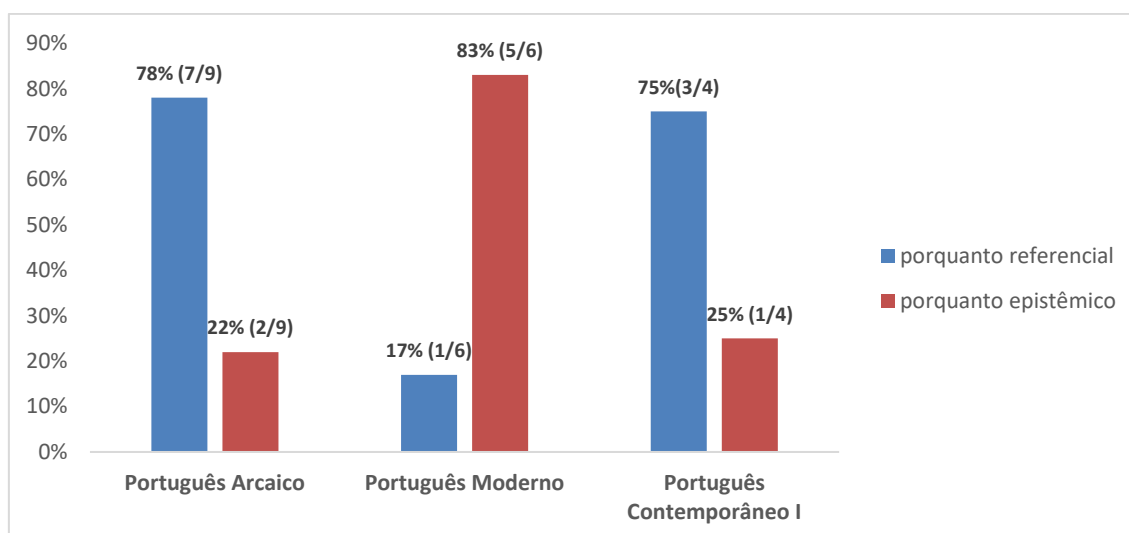
[*E assim se convence de que o rei nasceu no ano de 1106, porque de 67 para 73 faltam somente seis.*]

(170) **POR QUÃTO** a respeito da facilidade cõ q se nauega da Bahya a Angola, & da muita importãcia de q he aquelle reino, pera a cõseruação do Brazil, & Indios Occidentaes, por rezão dos escrauos q delle se tirão; se deue temer q os inimigos intentarão apoderarse delle (...), vos encomêdo, & encarrego, q procureis auisar logo ao Governador Fernão de Sousa, (JVC, XVII)

[Porque, a respeito da facilidade com que se navega da Bahia a Angola, e da grande importância daquele reino para a conservação do Brasil e dos índios ocidentais, por causa dos escravos que dela se tiram; se deve temer que os inimigos intentarão apoderar-se dele, vos recomendo e encarrego que procureis avisar logo ao governador Fernão de Sousa.]

A análise da frequência dos usos causais de *porquanto*, ao longo das sincronias investigadas, evidencia que, no português arcaico, esse conector indica, mormente, relações objetivas. Assim como se observa na gramaticalização de *porque*, *porquanto*, em seu estágio de gramaticalização primária, atua no nível referencial. No português moderno, o cenário se inverte, visto que a grande maioria das ocorrências de *porquanto* expressam relações causais subjetivas:

GRÁFICO 17. Usos causais de *porquanto* em diacronia



A observação da evolução de *porquanto* entre o português arcaico e moderno remete a um processo prototípico de subjetivização, na medida em que se registra o expressivo aumento dos usos subjetivos em detrimento dos usos objetivos. No entanto, dois fatos bloqueiam o desenvolvimento dessa hipótese: o primeiro, mais geral, diz respeito ao número irrisório de dados, o que pode tornar questionáveis as generalizações explicativas; o segundo se refere ao acentuado decréscimo dos usos subjetivos, no português contemporâneo escrito, redesenhando o quadro observado no período arcaico. Nesse período, os poucos dados (apenas 4) são encontrados em dois textos que pertencem a TD narrativa epistolar, que, conforme discutido na subseção 5.3.1, não se revela favorecedora de relações causais objetivas. Desse modo, a análise de uma possível subjetivização de *porquanto*, bem como dos fatores que a bloqueariam, só poderia ser desenvolvida com base em uma amostra maior de dados.

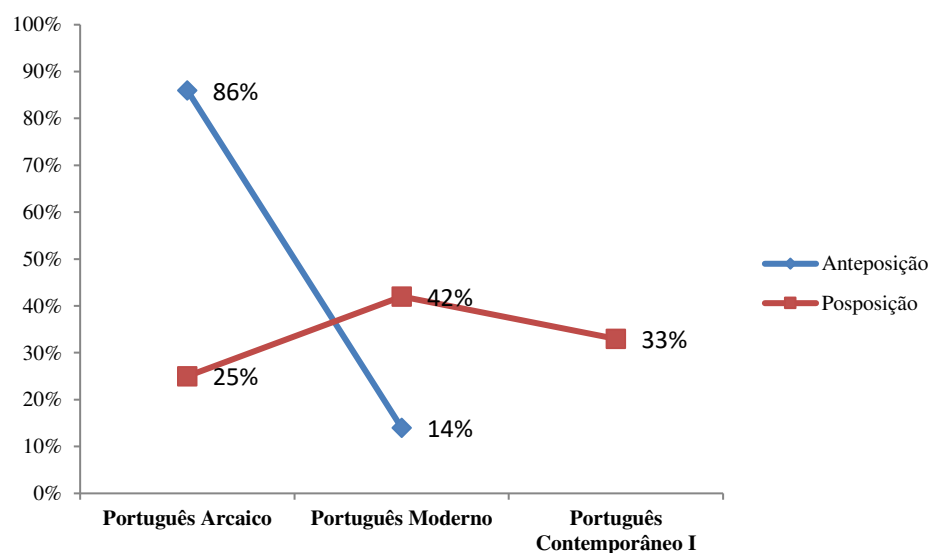
Do ponto de vista sintático, as marcas sintático-discursivas apresentadas por *porquanto* respaldam a sua classificação como um conector hipotático, como se observa na tabela abaixo. No entanto, por não ser submetido à clivagem e, por conseguinte, a outras estratégias de focalização, esse conector não apresenta um estuto hipotático prototípico. A resistência à focalização se deve, como já assinalado para os casos de *pois* e *como*, por exemplo, ao valor pressuposicional inerente a *porquanto*:

TABELA 10. Marcas sintático-discursivas de *porquanto*.

	Padrão Prosódico			Posição		Coocorrência de coordenativo		Clivagem	
	Sem pausa	Pausa leve	Pausa forte	Anteposição	Posposição	Sim	Não	Sim	Não
Porquanto (19)	22% (4)	73% (14)	5% (1)	37% (7)	63% (12)	15% (3)	85% (16)	–	100% (19)

Quanto à ordenação dos segmentos introduzidos por *porquanto*, no período arcaico, nota-se um comportamento análogo ao de *porque*: nesse período, a anteposição de *porquanto* se atrela ao seu emprego frequente para indicar relações causais objetivas:

GRÁFICO 18. Distribuição do padrão posicional de *porquanto* em diacronia



Conforme apontado, a baixa quantidade de ocorrências de *porquanto* (19), no *corpus* desta pesquisa, inviabiliza uma análise mais acurada da sua evolução no português, sobretudo em relação ao seu comportamento semântico-pragmático. Entretanto, partindo da proposta que

Barreto (1999) apresenta para a sua gramaticalização, foi possível questionar a pertinência dos *continua* descritos pela autora, resultando na proposição de uma nova trajetória de gramaticalização para esse item: tendo como forma-fonte os usos adverbiais temporais de *quanto*, possivelmente nos primórdios do português – e não o pronome indefinido *quanto*, como defende Barreto –, *porquanto* experimenta uma semanticização, talvez de mão dupla, já que tanto *por* quanto *quanto* expressavam a noção de causa. Semanticizada a noção de causa, as formas *por* e *quanto* são reanalisadas, resultando na sua recategorização como o conector causal *porquanto*.

5.4 Conectores *x-que*

No *corpus* deste trabalho, os conectores causais do tipo *x-que*⁸³ têm baixa frequência, conforme mostra a tabela abaixo, inviabilizando um tratamento mais pormenorizado de cada um deles. Daí decorre a decisão de registrá-los, por meio de breves descrições, em uma mesma subseção. Contudo, o conector *por causa que* tem frequência mais expressiva, merecendo destaque na próxima subseção.

TABELA 11. Conectores causais *x-que*

Conector <i>x-que</i>	Português Moderno	Português Contemporâneo I	Português Contemporâneo II	Total
Já que	3	2	1	06
Posto que	2	–	–	02
Visto que	–	3	–	03
Por causa que	–	–	18	18

Como se observa, a amostra de conectores causais fornecida pelo *corpus* do presente trabalho sugere que os processos de gramaticalização envolvendo a associação ao *que* são mais tardios, uma vez que, antes do período moderno, encontra-se apenas a forma *pois que* como conector causal do tipo *x-que*. No entanto, é preciso destacar que o processo de criação de conectores perifrásticos, a partir da associação ao *que* (*quod*, *quid*), se manifesta já no latim tardio. Baño (2010) mostra que os conectores latinos *eo quod*, *pro eo quod* e *propter quod*, utilizados para expressar causalidade, representam o mesmo modelo com base no qual se configuram os conectores locucionais das línguas românicas. No português, por exemplo, esse processo representa um mecanismo bastante produtivo de ampliação do paradigma de conectores, em que nomes, verbos e preposições se combinam com a partícula *que*, para recategorizarem-se em conectores locucionais:

O processo criador de novas conjunções ou locuções conjuncionais revela-se fecundo nas combinações de advérbios e dizes de caráter adverbial com a partícula *que*: *a fim de que*, *contanto que*, *antes que*, *depois que*, etc. Nestas, como em outras locuções conjuncionais, o elemento advérbio nada mais é que um vocábulo deslocado de uma oração para outra. Devia modificar a um verbo, mas desvia-se dele, imigra da respectiva oração, atraído por uma partícula, à qual se une, resultando desta liga uma conjunção de nova espécie”. (SAID ALI, 1971, p. 222)

⁸³ Os conectores causais formados com a associação ao *que* são referidos como conectores do tipo *x-que*, em que *x* pode ser representado por um advérbio (*já que*), verbo (*posto que*; *visto que*) e nome (*por causa que*).

Entre os conectores causais *x-que* identificados no *corpus* deste trabalho, *já que* aparece como a forma de registro mais antigo⁸⁴, sendo encontrada a partir do século XVI:

(171) ... djzemdo lhe que o podja bem fazer pq dele não auia de aver sospejta **JA Q** o tjnhão em tam boa comta. [dizendo-lhe que podia fazer bem a ele porque não haveria qualquer suspeita dele, já que o tinham em tão boa conta(CDA, XVI)

(172) E quanto ao Principe, dizer que ficou menino de seis annos, não pode ser, porque Duarte Nunes de Leão diz que naceo elle no anno do Senhor de 1094. & c.Pudera servir a este autor, **JA QUE** se professaua antiquario, o dito de tão graue pessoa, como Ioão de Barros, para fazer algum exame neste ponto, & não cuidar o conuence com autoridade menor, & mais moderna. (HA, XVII)

(173) Chega a hora do desfile, todos animados dançando, curtindo, eu mesmo cheguei atrasado, quase no final e aí **JÁ QUE** eu peguei o desfile no final eu disse que queria ir colocando as músicas até o final, (D&G, XX)

(174) Legião de Maria é um movimento da Igreja Católica... que serve só pra::... pra enriquecê(r) o ser humano... éh::... c'o trabalho que ele faz voluntário... é::... é uma forma... de você::... e/ se enriquecê(r) espiritualmente... **JÁ QUE** a Legião de Maria num mexe c'os bens materiais... porque você vai tá ajudando... quem precisa... e ajudando... a::si mesmo... porque num é::... é uma forma de você vê(r) o quanto que você é importante... e o quanto que VOCÊ pode é:: ajudá(r) a melhorá(r) o mundo. (RO, XXI)

Já, no latim (“Jam”), conforme explica Barreto (1999, p. 318), apresenta uso adverbial, significando “agora”, “breve”, e conjuncional, funcionando como uma coordenada aditiva (“a mais”). Para a autora, a gramaticalização de *já que* é representada pela recategorização de um advérbio em conjunção, resultante da reanálise em que os elementos *já* e *que*, pertencentes a sentenças distintas, são reinterpretados como uma única construção em contextos em que se sucedem: *já/que* > *já que*. Barreto (1999, p. 319) argumenta que o item *que*, nesse caso, tem sentido causal, o que desencadeia uma metonímia: *já* assimila metonimicamente o sentido causal do *que*. Assim, tem-se as seguintes trajetórias de gramaticalização:

<i>já</i> (advérbio [tempo])/ <i>que</i> (conjunção [causa])	➤ Reanálise / Metonímia	<i>já que</i> (conector [causalidade])
---	----------------------------	---

⁸⁴ Conforme apresentado no item 5.2.2, o conector *pois que*, identificado a partir do português arcaico, representaria a forma *x-que* de registro mais antigo no *corpus*. Entretanto, o fato de geralmente ser tratado como uma variante de *pois* (Cf. PAIVA, BRAGA, 2013; BARRETO, 1999; OLINDA, 1991) justifica a opção de excluí-lo desta subseção.

Para ilustrar essa argumentação, a autora apresenta a sentença a seguir, retirada de texto do século XVI:

(175) *não me torne outra vez ao Rosto a erisipola **já/que** sou colérico e sanguinho.* (CIL, Cap. XLVII, l. 30-1 apud BARRETO, 1999, p. 319).

(175a) ... *não me torne outra vez ao Rosto a erisipola/já **que** sou colerico e sanguinho.* (BARRETO, 1999, p. 319)

No entanto, não está claro se a barra inclinada presente em (174) representa, de fato, uma sinalização de limites entre as sentenças ou se representa um recurso da autora para indicar uma ambiguidade sintagmática.

Não se identifica, no *corpus* desta pesquisa, contexto em que se possa prever uma reanálise de *já que* conforme propõe Barreto. Além disso, em (171), ocorrência também retirada de texto do século XVI, *já que* aparece como uma construção em que seus componentes estão integrados, constituindo, assim, uma forma já gramaticalizada. Com isso, considerando também a escassez do emprego causal do item *que* na história do português (Cf. subseção 5.1.2), pode-se supor que a gramaticalização de *já que* tenha se dado por meio de um percurso distinto daquele que Barreto (1999) descreve.

Longhin-Thomazi (2004) identifica, no português arcaico, uma ocorrência de *já* passível de uma leitura temporal/causal:

(176) *E quanto esto souberom em terra de Judea, fezerom gram planto por Jonatas, cuidando que era morto. E os gentijs, que moravam a rredor de Judea, disserom: **já** os Judeus nom ham princepe, teremo-los do mundo. E ajuntou Triphom sua hoste pêra vijm a terra de Judea para a destrouir* (14BMP, p.406 apud LONGHIN-THOMAZI, 2004, p. 229).

[E os gentis, que moravam ao redor da Judéia, disserom: como/agora que os Judeus não têm príncipe, teremo-los do mundo]

A identificação desse dado reforça, portanto, o questionamento à proposta de Barreto. Dada a produtividade de processos de gramaticalização caracterizados pela trajetória *tempo>causa*, é plausível supor que a própria forma *já* possa ter codificado valor causal, independentemente da contiguidade com o conector *que* causal. Dessa maneira, em vez de resultar de uma reanálise, *já que* pode ter surgido por *analogia*: o advérbio *já*, com valor causal, se associa a *que* como resultado de uma analogia a outras perífrases de base *que*.

Outra hipótese para a gramaticalização desse conector é apresentada em Galbiatti (2008). Em estudo sincrônico sobre os conectores *agora que* e *já que*, a autora aponta a reanálise

como o mecanismo responsável pela gramaticalização desses conectores. No caso de *já que*, a proposta de reanálise de Galbiatti diverge da de Barreto (1999): enquanto esta defende que o advérbio *já* se integra ao item *que* com valor causal, Galbiatti mostra que a reinterpretação sintagmática que dá origem à *já que* instancia-se em contextos nos quais *que* representa um pronome relativo ou uma conjunção integrante, como mostram os exemplos a seguir:

(177) ...principalmente porque nos ensaios da banda ele num tava mais me agradan::do... no contrabaixo porque ele tocava contrabaixo... e::... fazia um tempo ***já que*** a gente num tava se entendem::do sabe? (AC-035 apud GALBIATTI, 2008, p. 64)

(178) ... assim é pouco distância que têm ... MIL QUILÔMETRO quinhentos metro cê vê ***já que*** a montanha: assim:: é alta ... aí::... voltando né? volta pra praia do la::do... (AC-087 apud GALBIATTI, 2008, p. 64)

Observa-se, nesses casos, que os elementos em destaque pertencem a sentenças distintas: em (177), *já* aparece entre o sintagma nominal da primeira setença e o relativo pertencente à segunda; em (178), esse advérbio se intercala ao verbo e à oração que nele se encaixa, configurando-se em contextos bastante favoráveis à reanálise⁸⁵.

De registro mais tardio que *já que*, o emprego causal do conector *posto que* é detectado, no *corpus* deste trabalho, no século XVII, conforme também informa Barreto (1999, p. 365):

(179) Nossas historias affirmão constantemente, que el Rey Dom Afonso Henriques começou a senhorear Portugal tendo 18. annos de idade (***posto que*** se enganam com contar este tempo da morte do Conde Dom Henrique pois he certo que se não deve numerar se não do anno do Senhor de 1128. como mostraremos adiante.) (HA, XVII)
[Nossas histórias afirmam constantemente que o rei Dom Afonso Henriques começou a governar aos 18 anos de idade (porque se enganam na contagem do tempo da morte do Conde Dom Henrique, pois é certo que não se deve numerar senão o ano do Senhor de 1128., como mostraremos adiante)]

No entanto, no século XV, esse conector já aparece gramaticalizado, mas como conector concessivo:

(180) E ***POSTO QUE*** a ordem de historiar pedia que juntamête co as vidas dos santos se contassem as fundações de todos os mosteiros, & a ordem dos Capitulos gèraes, & cousas notaueis que concorrerão neste discurso de annos, ***quis*** antes contar nesta primeira parte os santos por si, & goardar pera a segunda & terceira parte as outras particularidades. (HA, XVII)

⁸⁵ Embora a hipótese de Galbiatti (2008) esteja baseada apenas em dados do português contemporâneo, a sua legitimidade é garantida pelo princípio do uniformitarismo, que prevê que tendências de variação ou mudança verificadas na fase atual da língua são as mesmas que atuam em sincronias anteriores (Cf. LABOV, 1994).

[E posto que a ordem de historiar pedisse que, juntamente com as vidas dos santos se contassem as fundações de todos os mosteiros, e a ordem dos capítulos gerais, e as coisas notáveis que concorreram neste discurso de anos, quis, no entanto, contar nesta primeira parte os santos por si, e guardar para a segunda e terceira parte as outras particularidades]

BARRETO (1999) explica que a primeira gramaticalização de *posto que*, ocorrida, portanto, no século XV, é resultante da recategorização “verbo + conjunção > conjunção”, que, por sua vez, se dá via reanálise:

A forma do particípio passado do verbo *pôr*, *posto*, inicialmente, seguida de uma oração substantiva subjetiva, introduzida por uma conjunção integrante *que*, após a reanálise do período, reuniu-se à conjunção, dando origem a uma conjunção concessiva.” (BARRETO, 1999, p. 367 – destaques da autora).

No entanto, faltam à argumentação da autora dados que evidenciem o contexto favorável a essa reanálise. No *corpus* deste trabalho, também não se identificam ocorrências em que *posto que* constitua uma oração matriz na qual se encaixa uma oração subjetiva. Desse modo, é possível que a gramaticalização desse conector não esteja relacionada a uma reanálise.

Do ponto de visto semântico-pragmático, a gramaticalização desse item parece representar um caso estranho à trajetória de mudança semântica, na medida em que a noção de concessividade, considerada mais complexa, costuma ser de derivação mais tardia que a causal. Kortmann (1997), com base em estudo tipológico, mostra que a mudança semântica verificada em conectores adverbiais de diversas línguas europeias se apresenta como diacronicamente direcional. O autor propõe quatro grandes sistemas semântico-cognitivos identificados nos trânsitos de sentido da mudança envolvendo conectores – Tempo, Modo, Lugar e CCCC (causa, condição, contraste e concessão) –, assinalando que, sob o viés diacrônico, essas trajetórias são marcadas por relações polissêmicas que exibem um aumento de complexidade cognitiva.

Nessa perspectiva, conforme também mostra Lopes-Damasio (2014), no sistema CCCC, a noção de causa é mais básica que a de concessão, sugerindo que, como destacado, a emergência do sentido concessivo seja, em processos de gramaticalização, posterior à do sentido causal. Como se vê, no caso do *posto que*, o movimento é inverso, pois o seu emprego, como conector concessivo, data do século XV, enquanto o sentido causal surge no século XVII.

Entretanto, é válido destacar que o emprego inovador de *posto que*, identificado no século XVII, não surge em detrimento do uso concessivo, que se mantém produtivo. Com isso, é possível que entre *posto que* concessivo e sua variante causal não exista uma relação derivativa: a mudança pode estar relacionada a outros correlatos contextuais, e não a um processo inferencial entre concessão e causa.

Barreto (1999, p. 367) atrela o surgimento do sentido causal de *posto que* ao fato de ele se conectar a orações com verbo no indicativo, o que é bastante incomum no seu uso concessivo. No *corpus* da presente pesquisa, essa observação de Barreto encontra respaldo, uma vez que a particularidade do emprego causal desse conector é justamente o fato de ele introduzir orações com verbo no indicativo, diferentemente do uso como concessivo, seguido categoricamente de segmentos com verbo no subjuntivo.

A relação entre causalidade e o modo verbal indicativo é atestada em diversos trabalhos. Neves e Braga (2016), em estudo sobre a hipotaxe causal no português culto falado, mostram que mais de 95% desse tipo de sentença apresentam verbo no indicativo. Carvalho (2002) aponta que o uso do indicativo representa a principal convergência morfossintática entre estruturas causais paratáticas e hipotáticas. Esses e outros trabalhos (Cf. AMORIM, 2012; PAIVA; BRAGA, 2006) corroboram, portanto, o que propõem Neves (2000, p. 818): “O **indicativo** é o modo votado para expressar causa, já que a expressão da causa constitui uma proposição com certo grau de certeza” (grifo da autora). Assim, mesmo que se trate de relações causais epistêmicas, a presença do modo indicativo se faz ostensiva: uma relação causal baseada em argumentos precisa apresentar-se com certo grau de certeza, assim como uma justificativa que se destine à execução de um ato de fala, estratégia mobilizada pelo uso do indicativo, portanto.

Em Said Ali (1971, p. 222), encontra-se outra observação que também pode ser apontada como hipótese explicativa para o advento de *posto que* como um conector: o autor menciona que, em latim, participios como *dado*, *posto* e *admitido* são usados em construções do *ablativo absoluto*⁸⁶, para expressarem *relações circunstanciais* como concessão e hipótese, afirmando que “perdura nestes participios geralmente o sentido próprio do verbo”. Com isso, pode-se supor que os sentidos de *posto que* representem uma persistência de usos latinos da sua base lexical.

No português, esses sentidos podem ter sido reativados por motivações discursivas. No caso do sentido concessivo, conforme mostra Barreto (1999, p. 366), essa motivação é representada pelo uso de *posto (que)* em sentenças negativas ou em segmentos precedidos de sentença negativa, contexto geralmente adversativo favorável à leitura de concessão (Cf. KORTMANN, 1997). A reativação do sentido causal, por sua vez, tem como motivação o emprego de *posto que* em sentenças com verbo no indicativo.

⁸⁶ O ablativo absoluto representa construções comparáveis ao que tradicionalmente se considera uma oração adverbial reduzida de participio: “**Terminada a festa**, todos tivemos que fazer a limpeza do salão.”

(181) *Porque o valor do Governador Fernam de Sousa, & o grande cuidado, & vigia com que todo este mes, de noyte, & de dia, assistio armado no campo com seus capitaes, não deixou lugar a se atreuer o pirata saltar em terra, onde em breues horas tiuera certa sua perdição; mas **POSTO QUE** não leuou aqui o castigo que merecia, não lhe faltou na Capitania do Spirito Santo, 100. legoas da Bahya pera a banda do Sul, onde aportou a 12. de Março de 625...(JVC, XVII)*

Além de *posto que*, outro conector causal *x-que* de base verbal encontrado no *corpus* é *visto que*. Seus primeiros registros estão no texto *Cartas de Leitor*, do século XIX:

(182) ...deverão vir despachar os róllos de Tabaco, que estão em limpa na Casa do Pezo respectivo, e lhes possão pertencer, constantes da lista que se acha na porta da mesma Casa, sob pena de, o não fazendo, proceder-se a leilão na forma da Lei, **VISTO QUE** tem excedido o prazo. (CL, XIX)

(183) perguntou-se-lhe o motivo porque tinham levado esses cartuxos, **VISTO QUE** sabia terem elles sido avisados para huma revista, e se o seo Commandante do Batalhão não tinha passado a sua primeira revista... (CL, XIX)

Em virtude de escassez de dados – apenas 3 –, faltam a este trabalho os indícios diacrônicos necessários para traçar o percurso de gramaticalização de *visto que*. Contudo, com base em estudos mais concludentes sobre a gramaticalização de conectores locucionais (LONGHIN-THOMAZI, 2004; BARRETO, 1999), é possível, também nesse caso, delinear algumas hipóteses sobre seu processo de emergência. Assim, por se tratar de um conector formado a partir de um particípio, *visto que* parece apresentar trajetória de gramaticalização semelhante à de *posto que*. Dessa maneira, é possível que esse conector tenha emergido de estruturas de encaixamento, na qual uma forma verbal nominal, base de uma oração matriz, é seguida da partícula *que* introdutora de uma oração subjetiva, como se sugere na paráfrase do exemplo a seguir:

(184) O ônibus já se preparava para o embarque. Dali em diante enfrentaria mais dezesseis horas de estrada, **VISTO QUE** a cidade onde iria morar ficava no extremo oeste do Estado. (D&G, XX)

(184a) Era visto /Podia ser	que	a cidade onde iria morar ficava no extremo
visto		oeste do estado.
<i>Oração matriz</i>	<i>Integrante</i>	<i>Oração subjetiva</i>

Assim, de acordo com essa hipótese, a gramaticalização de *visto que* se implementa por meio da reanálise esquematizada a seguir:

[VISTO]	[QUE]	➤	[VISTO QUE]
VERBO + INTEGRANTE			CONECTOR CAUSAL

O contexto favorecedor para essa reanálise é aquele em que a estrutura de encaixamento é anteposta ou posposta a um segmento que estabelece com ela algum tipo de causalidade:

(184b) [Dali em diante enfrentaria mais dezesseis horas de estrada.] [PORQUE] [Era visto que /Podia ser visto que a cidade onde iria morar ficava no extremo oeste do estado.]

Estruturas encaixadas do tipo “verbo ser+visto” ou “verbo poder + visto” podem ser comparadas àquelas que carregam subjetividade, uma vez que corresponderiam, pragmaticamente, à oração matriz “verbo ser + adjetivo avaliativo/modalizador”, como, por exemplo, “é notório”:

(184c) Era notório que a cidade onde iria morar ficava no extremo oeste do estado.

A subjetividade presente na matriz “ser/poder + visto” pode ter favorecido, portanto, a gramaticalização de *visto que*, uma vez que motivaria a reanálise. Dias (2013) explica que

no complexo oracional subjetivo, as orações encaixadas subjetivas passam a funcionar como a informação mais relevante e a oração matriz se gramaticaliza e passa a ser um marcador de atitude do falante, assemelhando-se aos advérbios modalizadores que ocupam várias fronteiras entre os constituintes oracionais. (DIAS, 2013, p. 92)

No caso de *visto que*, ter-se-ia uma gramaticalização da oração matriz não em *marcador de atitude*, mas em um conector causal, que pode, contudo, se assemelhar a um *marcador de assentimento*, indicando intersubjetividade, no sentido de que, mesmo que o ouvinte não compartilhe da informação, o locutor a apresenta como clara, facilmente inferível (DIAS, 2013, p. 99).

Chama a atenção, ainda, o fato de que, muito antes do surgimento de *visto que*, a forma *visto* funciona como conector seguido de oração infinitiva:

(185) E eu, vendo o que m’a asim mandava pedir, **VISTO** ser justo e proveito da dita terra e dos moradores della e serviço do dito Senhor, visto seu regimento que pera ello tenho, lhe concedi a dita terra na maneira abayxo declarada com as condições da berba do dito regimento, que hé o que se segue. (CPJ, XVI)

O mesmo uso é identificado em texto do século XIX, no qual também se encontram ocorrências de *visto que*, apresentadas nos exemplos (182) e (183) acima:

(186) por tanto conheça o Respeitavel Publico que caso a Le-tra saia a giro, á devem considerar como falça, **VISTO** elle mes- mo dizer que está pago; O an- l nunciante hade provar sua execu-ção pelos meios que a Lei lhe tem marcado, e por isso nenhum effei-to tem a sua resposta feita em o numero 41. Bahia 27 de Maio de 1830. Manoel Ferreira de Oli- l veira Guimarães. (CL, XIX)

Assim, o recrutamento da partícula *que*, para a composição do conector, parece não determinar a gramaticalização de *visto* como conector, pois essa forma verbal já desempenha função conectora. Nesse caso, ter-se-ia mais um percurso de gramaticalização do verbo *ver* – verbo > conector causal –, além dos já investigados em outros trabalhos (Cf. CARVALHO, 2011; 2006; LONGHIN-THOMAZI, 2010).

Carvalho (2006) identifica seis tipos semânticos do verbo *ver*, que vão do mais concreto/lexical – *ver* no sentido de percepção sensorial – ao mais abstrato/gramatical – *ver* funcionando como marcador discursivo usado em contexto de pausa de raciocínio, na expressão “deixa eu ver”. Entre esses tipos, é possível supor que o uso causal de *visto* tenha emergido do sentido em que coocorre a percepção sensorial e a percepção intelectual (coocorrência dos sentidos físico e abstrato), uma vez que o gatilho da sua recategorização em conector pode ter sido um processo metafórico: o sentido da forma verbal *visto* – “percebido pela visão”, “notório” – favorece o seu uso como *marca de assentimento*, que se estende aos contextos de causalidade.

É possível, ainda, que, como mencionado no estudo de *posto que*, o emprego causal de *visto que* represente uma atualização de estratégia identificada no latim, em que participípios, usados em construções de ablativo absoluto, destinam-se a indicar circunstância (SAID ALI, 1971, p. 222).

Desse modo, após a semantização do sentido causal, *visto* poder ter se associado ao item *que* por analogia a outros conectores advindos de formas verbais nominais, como *dado que* e *posto que*. Com base nessa última hipótese, a gramaticalização desse conector pode ser representada no seguinte esquema:



Nota-se, nesse *continuum*, uma direção inesperada do ponto de vista dos processos de articulação de orações. Desse modo, o uso primário de *visto* como conector causal instaura, na dimensão sintática, uma construção subordinada, uma vez que esse conector introduz orações não finitas, consideradas mais integradas (HOPPER, TRAUGOTT, 1993). Com a continuidade do processo de gramaticalização, a integração ao *que* promove mudança também na dimensão sintática, já que essa nova variante participa da junção de orações finitas, instaurando, ao contrário da forma-fonte, uma construção menos integrada. Nesse sentido, trata-se de mais um caso no qual a unidirecionalidade descrita pelo *continuum* parataxe>hipotaxe>subordinação não é validada.

5.4.1 POR CAUSA QUE

Entre os conectores identificados no *corpus* desta pesquisa, *por causa que* representa a forma de gramaticalização mais recente: suas ocorrências encontram-se apenas no modo de enunciação oral, em amostras do século XXI.

Tendo como forma-fonte o sintagma preposicional (doravante Sprep) *por causa de*, é possível aventar duas hipóteses distintas para a gramaticalização do conector *por causa que*, conforme se verifica em Amorim (2012), quais sejam, a da reanálise e a da analogia. A primeira hipótese se baseia em um único dado encontrado pelo autor, em um texto epistolar do século XVIII, em que o Sprep *por causa (de)* é seguido de uma oração relativa, reproduzido abaixo:

(187) Disse-me que a tinha visto e, lisonjeando-me novamente a esperança, nomeei-vos também, e respondeu que vos não conhecia, dando-me **por causa que só uma vez estivera na Ópera...** (Cartas de Cavaleiro de Oliveira apud AMORIM, 2012, p. 50)

Dessa maneira, a associação do item *que* ao Sprep *por causa de* resultaria de uma reinterpretação da sentença, por meio da qual *que* perde o seu estatuto de pronome, recategorizando-se como parte integrante da locução *por causa (de)*, processo já atestado em conectores causais que correspondem ao esquema construcional (PREP₁) + (DET) + N + (PREP₂), como, por exemplo (*n*)a hora *que* (LONGHIN-THOMAZI, 2011) e no momento *que* (PEREIRA; BRAGA; PAIVA, 2010). De acordo com essa hipótese, a gramaticalização de *por causa que* pode ser assim representada:

[POR CAUSA (DE)] + [QUE + ORAÇÃO FINITA RELATIVA] > [POR CAUSA (DE) QUE] + [ORAÇÃO FINITA CAUSAL]

Em virtude da escassez de dados que possam sustentar a hipótese da reanálise, Amorim (2012) considera que a analogia representa outra via possível para explicar o recrutamento do item *que* pelo Sprep *por causa de*:

Nesse caso, hipótese seria a de que, por analogia, o elemento que passou a integrar a locução *por causa de*, haja vista o grande número de perífrases conjuncionais de base que, muitas de largo uso no discurso oral: “assim que”, “antes que”, “no momento (em) que”, “(n)a hora que”, “por conta que” etc. (AMORIM, 2012, p. 70)

No *corpus* desta pesquisa, não se identificam ocorrências idênticas ou mesmo semelhantes a de (187) acima, que possam, portanto, atestar contextos propícios à reanálise. Dessa forma, a hipótese da analogia torna-se mais plausível. Soma-se a isso o fato de o Sprep *por causa de*, muito antes do surgimento de *por causa que*, ser empregado como um conector interclausal, indicando que a sua associação ao *que* não gera propriamente uma mudança de estatuto gramatical (recategorização). Nesse sentido, *por causa de*, funcionando como conector de orações não-finitas, mantém a sua função conectora, mas tem seu uso estendido à conexão de orações finitas em virtude da associação ao *que*, inovação implementada por analogia a outros conectores do tipo *x-que*⁸⁷:

[POR CAUSA DE]+[ORAÇÃO NÃO-FINITA CAUSAL] > [POR CAUSA QUE] + [ORAÇÃO FINITA CAUSAL]

Sobre o processo de formação de *por causa de*, Oliveira (2016, p. 42) explica que esse Sprep representa uma instância de uso de um esquema construcional mais amplo, representado pelo esquema PREP₁ + SN + PREP₂ + X. Os exemplos a seguir, retirados do *corpus* deste trabalho, mostram algumas das instâncias de uso desse esquema:

(188) Outrosy mandamos que bispo nẽ abade nẽ prelado non possa uender nen alhear nenhua cousa das *que* garõ **PER RAZON D'**acrecentar en sa eygreya, mays se algũa cousa gaar ou cõprar **POR RAZÕ DE** ssy ou **POR** herdar quẽ quiser ou *de* seu patrimonyo faça *ende* o que lly prouguer e quiser. (FR, XIII)

(189) E seu seenço tiinham todos muy bem e nõ ousava tornar huu) ao outro, senõ **PER RAZOM DO** castigo. (FLOS, XIV)

(190) O fogo era gramde **PER AAZO DO** vemto... (CDF, XV)

⁸⁷ Processo semelhante pode ser visto na gramaticalização do conector concessivo *apesar de que*, que deriva da forma *apesar de* (Cf. BARRETO, 1999, p. 336)

Oliveira (2016) mostra que, dada a alta frequência, *por razão de* representa o Sprep causal exemplar até o século XV, quando surgem as primeiras ocorrências de *por causa de*. No século XVI, conforme se observa na amostra investigada pelo autor, há uma drástica redução na frequência de *por razão de*, o que conduz à inferência de que

no final do período arcaico, mais especificamente durante a passagem do século XV para o século XVI, deve ter havido competição entre as construções *por causa de* e *por razão de*, resolvida na redução e posterior desaparecimento da segunda. Consequentemente, abriu-se o espaço para que *por causa de* assumisse *status* de exemplar da categoria SPrep causal. (OLIVEIRA, 2016, p. 46)

Na presente pesquisa, contudo, as primeiras ocorrências de *por causa de* são identificadas apenas no século XVI, ora como conector intraclausal, ora como conector interclausal:

(191) A viraçam destes ventos entra ao meyo dia pouco mais ou menos, & dura ate de madrugada: entam ceffa **POR CAUfA DOS** vapores da terra q o apagão. (HSC, XVI)

(192) ate que nam podéram yr mais por diante **POR CAUfA DA** agoa fer pouca & o rio fe yr estreitãdo de maneira, que nam podiam ja por elle caber as embarcações. (HSC, XVI)

Entretanto, as ocorrências de *por causa de* encontradas no *corpus* revelam que seu emprego como conector interoracional não se mantém produtivo na língua. Como mostra a tabela a seguir, na grande maioria dos casos, *por causa de* introduz um sintagma nominal, o que permite caracterizá-lo como um conector prototipicamente intraoracional (Cf. OLIVEIRA, 2016; AMORIM, 2012; PAIVA, 2001):

TABELA 12. Distribuição de *por causa de* quanto à natureza morfossintática do segmento a que se liga

Tipo de segmento causal	Português Moderno	Port. Contemporâneo I	Port. Contemporâneo II
SN	01/25%	06/86%	05/40%
Nominalização	–	01/14%	–
Pronome Anafórico	–	–	05/50%
Oração não finita	03/75%	–	–
Total	04	07	10

A tabela evidencia que, na sincronia em que se encontram todas as ocorrências de *por causa de*, *por causa de* é categoricamente utilizado na sua função prototípica. Com isso, a constatação do uso prototípico de *por causa de* como um conector de constituintes, e não de orações, torna questionável a suposição de que o gatilho para a sua gramaticalização em *por*

II. *Por causa que epistêmico*

(197) eu acho que deveria construí(r) mais ALGUNS shoppings... algumas lo::jas... essas coisas né?... **POR CAUSA QUE** nessa cidade aqui só tem um shopping bom né?... (RO, XXI)

(198) eu acho tam(b)ém que falta muito...éh:: divulgação... **POR CAUSA QUE**::... é isso é essencial pra... pra podê(r) divulgá(r) o trabalho... (RO, XXI)

(199) embora eu envelheci junto com ele... tenho só vinte e sete anos mas tem hora que:: eu pareço que tenho cinqüenta... **POR CAUSA QUE** eu tive que amadurecê(r) junto com ele (NE, XXI)

A tabela 13 mostra uma relação de oposição, do ponto de visto semântico-pragmático, entre as formas *por causa de* e *por causa que*: enquanto o primeiro se especializa, categoricamente, na expressão de relações causais menos subjetivas, *por causa que* é empregado, em quase 90% dos casos, para indicar relações causais mais subjetivas. Esse resultado sugere que, no processo de gramaticalização *por causa de* > *por causa que*, além da mudança no estatuto sintagmático do segmento causal – *Oração não finita/SN* > *Oração finita* –, há uma subjetivização:

<i>POR CAUSA DE</i> [- SUBJETIVO]	>	<i>POR CAUSA QUE</i> [+SUBJETIVO]
<i>Relações causais referenciais</i>		<i>Relações causais epistêmicas</i>

Contudo, esse resultado e, por conseguinte, a observação de que há subjetivização no processo em análise deve ser considerado com cautela. Amorim (2012) e Paiva e Braga (2006) revelam que a grande maioria dos usos de *por causa que* indica relações causais referenciais. Amorim (2013, p. 57), por exemplo, explica a referencialidade dos usos de *por causa que* com base no princípio da persistência (HOPPER, 1991), argumentando que, conforme esperado em formas de recente gramaticalização, *por causa que* preserva da forma-fonte a propriedade semântico-pragmática de indicar relações causais menos subjetivas⁸⁸.

O resultado atípico dos usos de *por causa que*, neste trabalho, remete à abordagem das TD, que, na sua interface com a metodologia de Linguística Histórica, postula que a história da língua pode ser diferente da história do texto (Cf. subseção 2.2.2). Assim, verifica-se que, das 18 ocorrências de *por causa que* encontradas no *corpus*, 72% (13) estão no gênero *relato de opinião*. Conforme apontado na seção 4, nesse gênero textual, os falantes são inquiridos e

⁸⁸ Outra explicação possível para os usos referenciais do conector *por causa que* é apresentada em Amorim (2012). Com base no princípio funcionalista da iconicidade, o autor considera o subprincípio da quantidade, segundo o qual maior peso fonético e complexidade morfológica configura mais conteúdo de expressão, para afirmar que “o conector *por causa que*, dispondo de mais forma, apresenta, portanto, mais conteúdo [referencial]” (AMORIM, 2012, p. 106).

motivados a expressarem opiniões acerca de situações e elementos que, geralmente, fazem parte do seu contexto sociocultural, o que atribui à narrativa um alto grau de subjetividade. As demais ocorrências desse conector – 28% (5/18) – encontram-se no gênero *narrativa de experiência*, que assumem um caráter opinativo, na medida em que o falante, ao narrar um fato que o marcou, avalia, por exemplo, os personagens envolvidos e outros aspectos do contexto em que a história ocorre.

Com isso, é possível que a subjetivização revelada nos usos de *por causa que* tenha resultado de um processo de *assimilação* da subjetividade do contexto de ocorrência: como, neste trabalho, se adota o conceito de subjetivização de Traugott (2010), segundo o qual a subjetividade deve ser semantizada pelo item gramatical, a subjetividade de *por causa que* não seria inerente (semantizada), mas excepcionalmente codificada por motivações contextuais, o que inviabiliza a defesa da hipótese de subjetivização.

Quanto ao estatuto sintático, os dados desta pesquisa relevam que o conector *por causa que* apresenta comportamento hipotático, como mostra a tabela a seguir:

TABELA 14. Marcas sintático-discursivas de *por causa que*.

	Padrão Prosódico			Posição		Coocorrência de coordenativo		Clivagem	
	Sem pausa	Pausa leve	Pausa forte	Anteposição	Posposição	Sim	Não	Sim	Não
Por causa que (18)	50% (9)	–	50% (9)	6% (1)	94% (17)	–	100% (18)	11% (2)	89% (16)

Com exceção do padrão prosódico, as demais propriedades atestam que os segmentos causais conectados por *por causa que* articulam-se hipotaticamente. Conforme se discute na subseção 4.4, a flexibilidade posicional e, em especial, a possibilidade de sofrer clivagem são atributos sintático-discursivos bastante característicos da hipotaxe, o que se verifica em (200), em que se nota a sobreposição dessas duas propriedades, uma vez que o segmento causal introduzido por *por causa que* é anteposto para atender à estratégia de clivagem:

(200) A ética da pessoa a moral falo o respeito né? pelas religiões... porque toda religião::... tem que tê(r) um respeito pela o(u)tra né? num é **POR CAUSA QUE** ela num é da religião que cê(r) vai xingá::(r) éh::... (blasfemá(r)) né? (NE, XXI)

As análises empreendidas nesta subseção conduzem às seguintes conclusões sobre o conector *por causa que*:

- i) trata-se do conector de gramaticalização mais recente, visto que as suas ocorrências se registram apenas nas amostras de fala, coletadas neste século. A sua baixa frequência, apontada em outros trabalhos (AMORIM, 2012; PAIVA;BRAGA, 2006), mostra que, antes de significar uma limitação do *corpus*, representa mais um indício de sua recente gramaticalização;
- ii) a evolução *por causa de* > *por causa que* se deve a um processo analógico por meio do qual o item *que*, à semelhança de diversos conectores de uso frequente no modo de enunciação oral (*apesar de que, por conta (de) que, primeiro que* etc.), se integra ao Sprep, formando um conector locucional;
- iii) embora o Sprep *por causa de* apresente uso diacrônico como um conector interoracional, na sincronia em que emerge a forma inovadora, seu uso prototípico se caracteriza como conector interoracional. Com isso, tendo como forma-fonte *por causa de* em seu emprego como conector de constituintes, pode-se afirmar que a gramaticalização de *por causa que* resulta de uma recategorização, representando, portanto, um estágio secundário do processo, em que um item já gramaticalizado segue percurso progressivo na gramática.
- iv) o Sprep *por causa de*, do ponto de vista semântico-pragmático, apresenta uso menos subjetivo, indicando relações causais preferencialmente referenciais. Por outro lado, os usos de *por causa que*, no *corpus* deste trabalho, se revelam mais subjetivos. Essa observação sugere que, na gramaticalização de *por causa que*, pode haver subjetivização. No entanto, como outros estudos sobre esse conector atestam que, à semelhança da forma-fonte, seu emprego expressa causalidade menos subjetiva, essa é uma hipótese bastante discutível. Como discutido, a subjetividade identificada na grande maioria dos empregos de *por causa que* parece derivar do gênero textual – relato de opinião – em que se localizam mais de 70% de suas ocorrências, não configurando, portanto, uma semantização da subjetividade pelo conector, mas uma assimilação circunstancial de tal traço.
- v) do ponto de vista sintático, *por causa que* representa um conector hipotático. Nesse aspecto, vale destacar que a sua forma-fonte, em seu uso como conector interoracional, introduz orações não finita, caracterizando-se como uma forma que mobiliza construções de subordinação [+encaixamento]. Esse uso, identificado, nesta pesquisa, já no século XVI, é, portanto, anterior ao uso hipotático da forma inovadora *por causa que*. Assim, a trajetória *por causa de* [subordinação] > *por causa que* [hipotaxe], sob o viés da gramaticalização de orações proposto por Hopper e Traugott (1993), representa um contraponto ao *continuum parataxe > hipotaxe > subordinação*.

6 CONCLUSÕES

A língua, conforme advoga Coseriu (1979, p.23), deve ser concebida como um *objeto histórico*, visto que a sua realidade sincrônica é, na realidade, resultado de estágios anteriores. Nesse sentido, sincronia e diacronia imbricam-se como métodos de estudo da língua, que possui duas faces indissociáveis: a sistêmica e a histórica. Assumindo a concepção coseriana e considerando o domínio da junção causal, esta tese investiga a língua nas suas dimensões sistêmica – sincrônica – e histórica – diacrônica. Assim, a exposição das conclusões desta pesquisa considera ambas as dimensões. Apresentam-se, portanto, conclusões sob o escopo sincrônico, pelo qual se observa uma estratificação e especialização dos conectores em cada sincronia – português arcaico, português moderno, português contemporâneo I (enunciação escrita) e português moderno II (enunciação falada) –, bem como sob o viés diacrônico, por meio do qual são exibidos rearranjos no inventário dos conectores causais do português como resultado de processos de gramaticalização.

O *corpus* deste trabalho mostra a seguinte configuração sincrônica no inventário dos conectores causais do português:

QUADRO 11: Conectores causais em sincronia

Português Arcaico (XIII-XV):	<i>Ca, porque, que, como, pois, pois que, porquanto</i>
Português Moderno (XVI e XVII):	<i>Porque, que, como, pois, pois que, porquanto, já que, posto que</i>
Português Contemporâneo I (XVIII-XX):	<i>Porque, que, como, pois, porquanto, já que, visto que</i>
Português Contemporâneo II (XXI – amostras de fala):	<i>Porque, que, como, já que, por causa que</i>

Para a análise desse quadro sincrônico, é preciso considerar dois dos princípios postulados por Hopper (1991), a saber, o princípio da estratificação e o princípio da especialização. O primeiro diz respeito à coexistência de formas distintas em um mesmo domínio funcional (tempo, aspecto, caso etc.), o que representa, em termos sociolinguísticos (LABOV, 1978; 1994), uma variação estável. O segundo princípio prevê que uma forma em gramaticalização pode se especializar na codificação gramatical do domínio funcional a que pertence. Desse modo, a especialização pode alterar o cenário da estratificação, na medida em

que, segundo Hopper (1991, p. 26), a forma especializada pode generalizar-se e se firmar como a única representante do domínio funcional a que pertence.

Assim, assumindo a junção causal como um domínio funcional, identifica-se que tanto a estratificação quanto a especialização são princípios presentes no inventário dos conectores causais do português, em diferentes sincronias. No entanto, como no domínio da junção causal existem diferentes domínios de causalidade, é necessário fazer algumas ressalvas quanto à verificação desses princípios. A primeira é a de que, em cada sincronia, a estratificação não deve ser aplicada a todo o domínio da junção: deve-se considerá-la a partir dos *subdomínios*, representados, nesse caso, pelos domínios de causalidade. Visto que a estratificação se refere a “formas alternantes de realização das categorias existentes dentro de um determinado domínio funcional na mesma etapa histórica de uma língua” (NARO; BRAGA, 2000; 129), não se pode, por exemplo, afirmar que, no português arcaico, há estratificação entre os conectores *ca* e *porque*, pois, embora pertençam ao domínio da junção, estão em subdomínios distintos: nessa sincronia, a grande maioria das ocorrências de *ca* está no domínio epistêmico, enquanto os usos de *porque* são referenciais. Por outro lado, nessa mesma sincronia, nota-se que a estratificação pode ser aplicada aos conectores *porque* e *porquanto*, que se concentram no subdomínio referencial, representando, assim, *variantes*.

Quanto à especialização, deve-se também observar a existência dos subdomínios na junção causal: um conector, ao se especializar na codificação de um desses subdomínios, não se generaliza, como propõe Hopper (1991), e, por isso, não pode se firmar como único representante do domínio maior da junção causal. Nesse caso, ocorre uma especialização por especificação (TAVARES, 2003), uma vez que cada variante passa a atuar em um subdomínio particular, cooperando na divisão das tarefas previstas para o domínio.

Assim, para a discussão da estratificação e da especialização dos conectores causais, é preciso retomar os resultados atinentes ao seu emprego nos diferentes domínios de causalidade. Entretanto, como estratégia expositiva para conclusão, esses resultados, geralmente apresentados nas seções anteriores conforme distribuição entre os domínios de Sweetser (1990), são aqui retomados dicotomicamente segundo proposta de Lopes (2012), que propõe a incorporação do domínio epistêmico ao domínio conversacional, reconhecendo apenas dois tipos de relação causal, a do enunciado (referencial) e da enunciação (epistêmica e conversacional) (Cf. Seção 3.4). Mas, como adotado na seção 5.3.1, a causa do enunciado e a causa da

enunciação recebem, respectivamente, os rótulos de *relação causal objetiva* e *relação causal subjetiva*⁸⁹.

Assim, a adoção dessa dicotomização das relações causais evidencia que a estratificação, no português arcaico, não se mostra como um princípio forte, o que se compreende observando a frequência de cada conector nos subdomínios, ou seja, nas categorias de subtipos causais:

TABELA 15. Distribuição dos conectores nos subdomínios, no Português Arcaico

Conector	Relação causal objetiva	Relação causal subjetiva	Total
<i>ca</i>	24/20%	102/80%	126
<i>porque</i>	66/70%	28/30%	94
<i>pois</i>	7/50%	7/50%	14
<i>pois que</i>	4/40%	6/60%	10
<i>porquanto</i>	7/78%	2/22%	9
<i>que</i>	1/100%	–	1
<i>como</i>	1/100%	–	1
Total	110/43%	145/57%	255

Dessa forma, como já afirmado, não há estratificação entre *ca* e *porque*, por exemplo, pois se especializam em funções distintas. Portanto, dentro de cada subdomínio, a *concorrência* entre os conectores parece superada, dada a preferência de *porque*, na indicação de relações causais objetivas, e de *ca*, na expressão de relações subjetivas, o que, por outro lado, aponta a especialização como um princípio bastante notável no inventário dos conectores causais do período arcaico. Além disso, embora não tão eminente como no caso de *ca* e *porque*, *porquanto* pode ser identificado como outro conector especializado do período, podendo, nesse caso, estar estratificado em relação a *porque*; contudo a sua baixa frequência não corrobora esse fato.

No português moderno, no entanto, embora o cenário se mantenha semelhante quanto à variedade conectores, há divergência em relação à manifestação dos princípios em questão. Nessa sincronia, como mostra a tabela a seguir, no subdomínio representado pela causalidade objetiva, *porque* e, principalmente, *como* têm frequências significativas, caracterizando-se

⁸⁹ Como já assinalado, a *dicotomização das relações causais* não deixa de reconhecer a fluidez dessas relações. Trata-se de uma estratégia expositiva pela qual se reúne relações próximas sob dois rótulos que remetem à questão da *evidenciação* ou *exploração* do elo causal (PAIVA, 1991).

como variantes. Essa estratificação parece se implementar também, no outro subdomínio, entre as formas *porque* e *pois*:

TABELA 16. Distribuição dos conectores nos subdomínios, no Português Moderno

Conector	Relação causal objetiva	Relação causal subjetiva	Total
<i>porque</i>	36/40%	53/60%	89
<i>pois</i>	2/8%	23/92%	25
<i>como</i>	25/100%	–	25
<i>que</i>	2/22%	7/78%	9
<i>porquanto</i>	1/17%	5/83%	6
<i>pois que</i>	1/33%	2/67%	3
<i>já que</i>	–	3/100%	3
posto que	–	2/100%	2
Total	67/41%	95/59%	162/100%

No que concerne à especialização, *como* se destaca como um conector categoricamente especializado na expressão de relações causais objetivas e *pois*, na de relações subjetivas. O conector *porque*, ao contrário do que se registra na sincronia anterior, perde o seu caráter de conector especializado, apresentando frequências consideráveis em ambos os subdomínios. *Porquanto* também apresenta comportamento divergente do que se observa no português arcaico, sendo preferencialmente utilizado na expressão de relações subjetivas. Outros fatos relevantes do período são o desaparecimento de *ca* e a emergência dos conectores *x-que*, *já que* e *posto que*.

Na tabela a seguir, verifica-se que, no português contemporâneo escrito, a estratificação se manifesta apenas no subdomínio representado pelas relações causais subjetivas, em que *porque* e *pois* se destacam como variantes. A especialização, por sua vez, tem como representantes do período os conectores *como*, especializado na expressão de relações menos subjetivas, e *pois*, indicando as relações subjetivas. A forma *porque*, nessa sincronia, aparece como um conector notadamente polissêmico:

TABELA 17. Distribuição dos conectores nos subdomínios, no Português Contemporâneo Escrito

Conector	Relação causal objetiva	Relação causal subjetiva	Total
<i>porque</i>	38/47%	42/53%	80
<i>pois</i>	19/24%	59/76%	78
<i>como</i>	28/100%	–	28
<i>porquanto</i>	3/75%	1/25%	4
<i>visto que</i>	2/67%	1/33%	3
<i>já que</i>	1/50%	1/50%	2
<i>que</i>	–	2/100%	2
Total	91/46%	106/54%	197/100%

Por fim, nas amostras de fala, destaca-se a especialização dos conectores *porque* e *que*, preferencialmente utilizados no subdomínio das relações subjetivas⁹⁰, e a emergência do conector *por causa que*⁹¹. Ademais, como nos períodos anteriores, a estratificação não se apresenta como marcante, dada a inexistência de conectores com frequências equivalentes no mesmo subdomínio, de modo que pudessem se caracterizar como *concorrentes*.

TABELA 18. Distribuição dos conectores nos subdomínios, no Português Contemporâneo Falado

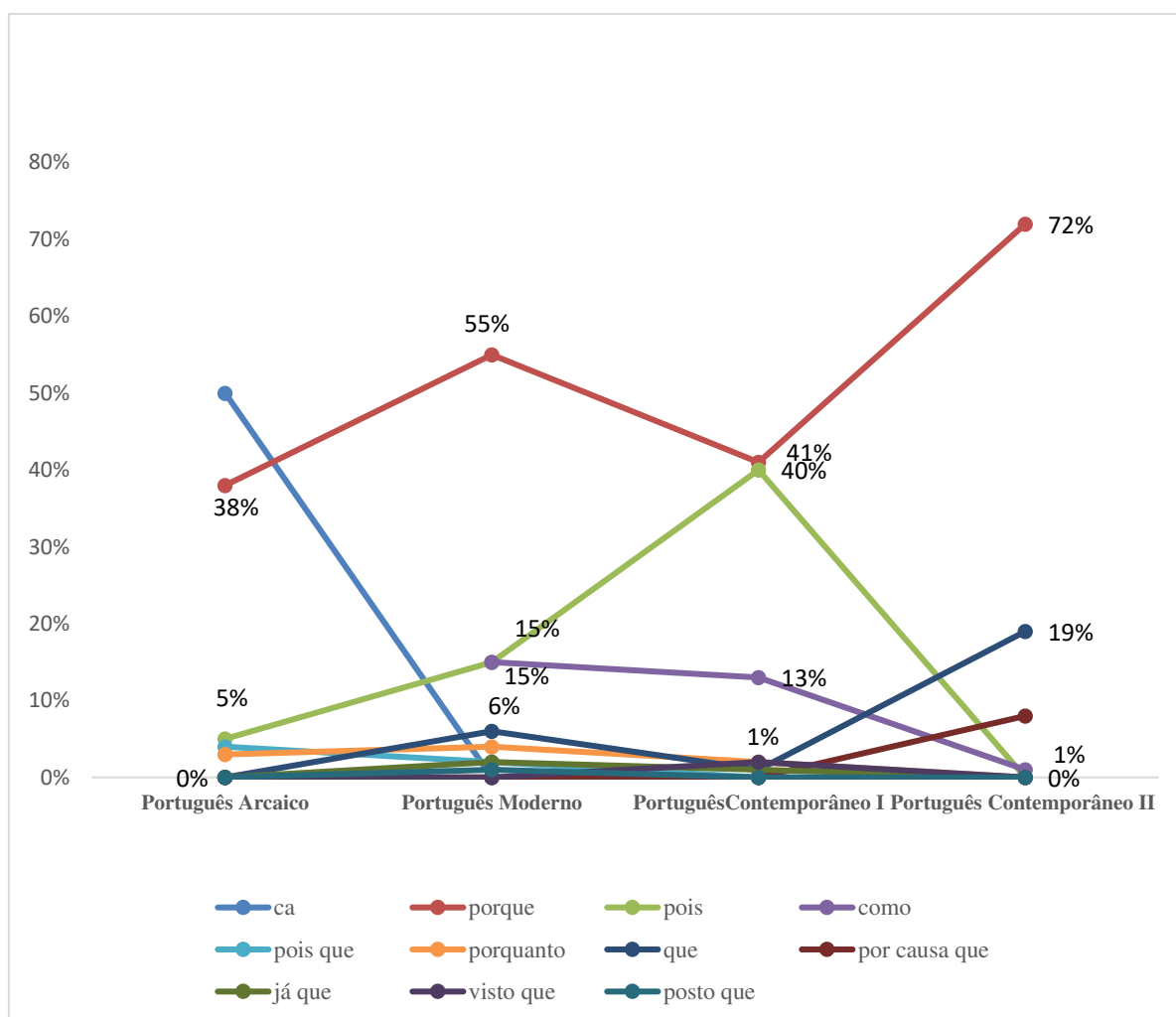
Conector	Relação causal objetiva	Relação causal subjetiva	Total
<i>porque</i>	45/27%	119/73%	164
<i>que</i>	12/27%	32/73%	44
<i>por causa que</i>	2/11%	16/89%	18
<i>como</i>	2/100%	–	2
<i>já que</i>	–	1/100%	1
Total	61/27%	168/73%	229/100%

Sob o escopo diacrônico, é possível observar rearranjos importantes no rol dos conectores causais do português, que seguem graficamente representados:

⁹⁰ Conforme se explica na seção, considera-se que o conector *que* seja a forma reduzida de *porque*.

⁹¹ Não se aponta *por causa que* como uma forma especializada, uma vez que, no *corpus* desta tese, os seus usos subjetivos parecem ser circunstanciais, resultando de uma assimilação da subjetividade presente no gênero textual relato de opinião, de onde se retiram mais de 70% de suas ocorrências (Cf. subseção 5.4.1).

GRÁFICO 19. Rearranjos no inventário dos conectores causais do português



Assim, na história do português, observa-se ganhos e perdas no domínio da junção causal, destacando-se os seguintes fatos:

- i) *ca* – o conector causal mais frequente do português arcaico (50% [126/255]) – não se mantém na língua, desaparecendo completamente no português moderno;
- ii) o desaparecimento de *ca* motiva o emprego causal de *pois*, que, no português arcaico, apresenta baixa frequência em virtude de ainda persistir, em seus usos, a noção de tempo oriunda da sua base latina;
- iii) uma vez que *ca* representa uma forma especializada na expressão de causalidade subjetiva, o seu desaparecimento promove o início da subjetivização de *porque*, que, ao contrário do que se verifica no português arcaico, começa a ser preferencialmente usado para indicar relações causais subjetivas;
- iv) *porque* se destaca como o conector causal prototípico do português, apresentando frequência bastante estável na sucessão de sincronias: português arcaico: 37% (94/255);

português moderno: 55% (89/162); português contemporâneo escrito: 41% (80/197); português contemporâneo falado: 72% (164/229);

v) o uso de *pois* como conector causal começa a se acentuar no português moderno (15%[25/162]) e tem alta frequência na sincronia seguinte, representando 40% (78/197) dos conectores usados no português contemporâneo escrito; mas, nas amostras de língua falada, entra em desuso;

vi) novamente, o desaparecimento de um conector mobiliza mudanças em outros conectores: o completo desuso de *pois*, preferencialmente usado, tanto no português moderno quanto no contemporâneo escrito, para indicar relações causais subjetivas, acentua a subjetivização de *porque* nas amostras de língua falada, que tem mais da metade de suas ocorrências (53%[119/229]) empregadas no subdomínio da causalidade subjetiva;

vii) *como* se mantém estável em duas sincronias, a saber, português moderno e português contemporâneo escrito, apresentando, respectivamente, as seguintes frequências: 15% (25/162) e 13% (28/197); trata-se de uma forma altamente especializada, sendo utilizado apenas na expressão de relações causais menos subjetivas;

viii) *porquanto* tem frequência baixa, mas estável: português arcaico – 3% (9/254); português moderno- 4% (6/162) e português contemporâneo escrito-2% (4/197);

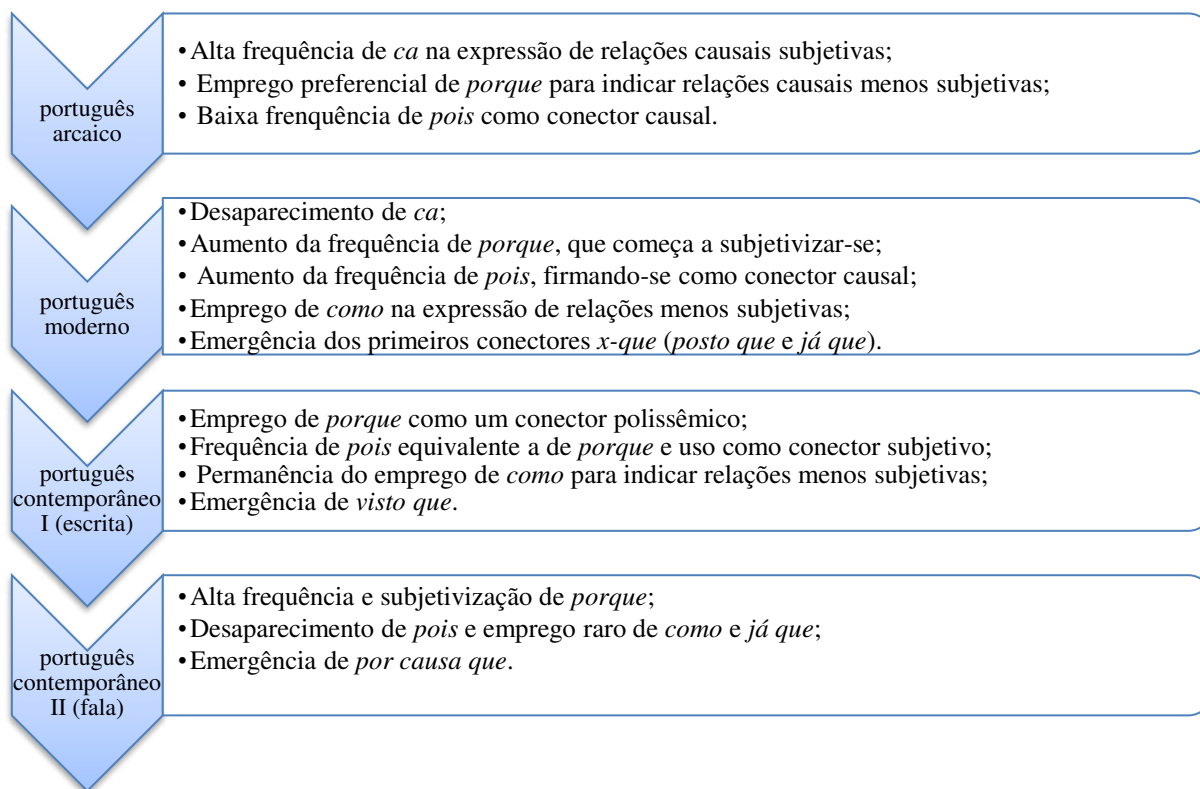
ix) *que* apresenta frequência relevante apenas nas amostras de fala – 19% (44/229) –, sincronia na qual, entre outros aspectos, esse conector é semântica e pragmaticamente equivalente a *porque*, fato que sustenta a hipótese de que esses dois conectores sejam variantes formais;

x) os conectores *posto que*, *já que* e *visto que* são de gramaticalização mais recente e de frequência irrisória: os dois primeiros surgem no português moderno e o último, no português contemporâneo escrito;

xi) *por causa que* representa o conector de surgimento mais recente, sendo identificado apenas nas amostras de fala e com baixa frequência (8%[18/229]).

Em resumo:

FIGURA 5. Panorama diacrônico do inventário de conectores causais do português



As conclusões a respeito dos processos de gramaticalização experimentados pelos conectores causais conduzem às seguintes generalizações:

- i) o inventário dos conectores causais do português é constituído de formas cuja gramaticalização se implementa no decorrer da evolução da língua – *porque*, *pois que*, *porquanto*, *posto que*, *já que*, *visto que* e *por causa que* – ou, em momento anterior, ainda no latim – *ca*, *que*, *como* e *pois*;
- ii) nos processos de gramaticalização dos conectores causais, a subjetivização, embora possa se manifestar na recategorização de um item ou construção, motivando a trajetória [noções lexicais/referenciais] > [noções textuais/argumentativas], apresenta-se como o estágio em que se detecta uma crescente abstratização da noção de causa, que assume valores mais (inter)subjetivos;
- iii) os conectores causais que surgem no português como formas já gramaticalizadas não experimentam a subjetivização; mas, no caso de *ca*, preferencialmente utilizado para expressar relações causais subjetivas, e de *pois*, que, ao se firmar como conector causal, também se mantém preferencialmente no domínio das relações subjetivas, supõe-se que tenham experimentado esse processo em sua gramaticalização primária, no latim;

- iv) em geral, os conectores causais que se gramaticalizam no português também não apresentam tendência à subjetivização, com exceção de *porque*, que apresenta, na história do português, trajetória crescente de usos mais subjetivos;
- v) os conectores causais *x-que* são de gramaticalização mais recente, surgindo a partir do português moderno: *posto que*, *já que*, *visto que* e *por causa que*⁹². A única exceção é o conector *pois que*, identificado desde o português arcaico em virtude de seu surgimento imbricar-se à gramaticalização de *pois*, sua base;
- vi) em relação aos mecanismos que operam nos processos de gramaticalização implementados no português, identificam-se, no nível sintagmático, a reanálise (*pois que*, *porque*, *porquanto* e *já que*) e a analogia (*posto que*, *visto que* e *por causa que*), e, no nível cognitivo, a metonímia (*pois que*, *porque*, *porquanto* e *já que*);
- vii) o conector *que*, em seu emprego causal identificado desde o português arcaico, não se fixa na língua. A sua notável presença nas amostras de fala se deve ao fato de representar a forma reduzida de *porque*, fato que configura uma perda de forma resultante da continuidade do processo de gramaticalização desse último conector;
- viii) à medida que se implementa, a gramaticalização de conectores causais pode promover alteração na dimensão sintática da junção. Assim, no processo de gramaticalização de *porque* e na continuidade do processo de *pois*, observa-se a mudança de uma articulação hipotática para a paratática; no caso da gramaticalização de *já que*, *visto que* e *por causa que*, a mudança se dá da subordinação para a hipotaxe. Nesses casos, a trajetória de mudança infringe a unidirecionalidade proposta para a gramaticalização de orações: parataxe>hipotaxe>subordinação.

⁹² A quantidade irrisória de dados dessa natureza inviabiliza conclusões a respeito da presença da subjetivização na gramaticalização dessas formas.

Essas generalizações são sinopticamente retomadas no quadro abaixo:

QUADRO 12: Propriedades e mecanismos da gramaticalização de conectores causais

Conector	gramaticalização primária		reanálise	analogia	metonímia	subjativização	mudança sintática
	latim	português					
ca	x				x	x	
que	x				x		
como	x				x		
pois	x				x	x	x
pois que		x	x		x		
porque		x	x		x	x	x
porquanto		x	x		x		
posto que		x		x		?	
já que		x	x		?	?	x
visto que		x		x	?	?	x
por causa que		x		x			x

A análise do quadro sinóptico acima mostra que a hipótese norteadora desta tese, retomada a seguir, se confirma apenas parcialmente na grande maioria dos casos investigados:

A gramaticalização de conectores causais no português apresenta, em um dos seus estágios, uma subjativização marcada, do ponto de vista semântico-pragmático, por uma trajetória de crescente abstratização da noção de causa – [relações causais menos subjetivas]>[relações causais mais subjetivas] –, o que pode ter reflexos, mediante um pareamento de forma e função, na dimensão sintática, promovendo alterações no fluxo do continuum parataxe>hipotaxe>subordinação.

O único caso pelo qual essa hipótese é integralmente validada é o de *porque*: a sua gramaticalização envolve a subjativização dos seus usos, que, no português contemporâneo falado, expressam, mormente, relações causais subjetivas; além disso, nessa sincronia, nota-se uma rigidez sintagmática dos segmentos introduzidos por esse conector (propriedade da parataxe), que são sempre pospostos ao segmento nuclear, sugerindo que o estatuto hipotático desse conector, atestado em sincronias anteriores, tem se enfraquecido numa aproximação à parataxe.

Para alguns dos conectores cuja gramaticalização ocorre no português, a saber, *já que*, *visto que* e *por causa que*, verifica-se que mudanças na articulação sintática, resultantes da gramaticalização primária desses conectores, independem da subjativização. Nesses casos, conforme assinalado, a reanálise responsável pela recategorização de *já que* e a analogia que

promove o surgimento de *visto que* e *por causa que* alteram o modo de combinação das orações, em que o encaixamento dá lugar à hipotaxe. Outros conectores, como *pois que* e *porquanto*, apresentam trajetória de gramaticalização que não apresenta subjetivização nem mudanças na dimensão sintática.

Outra conclusão de grande relevância diz respeito à prevalência de relações causais subjetivas em todo o *corpus*: em todas as sincronias, como se pode ver nas tabelas de 11 a 14, a maioria dos conectores causais se concentra no subdomínio das relações causais subjetivas. Considerando todos os conectores, ao longo das sincronias, 61%(513/842) deles expressam relações causais subjetivas. Esse resultado corrobora hipótese aventada por Amorim (2012, p. 109), segundo a qual as construções causais do tipo *p porque q* especializam-se na expressão de causalidade subjetiva, enquanto as do tipo *q por isso p* são especializadas na expressão da causalidade referencial. Reforça a validade dessa hipótese, além dos resultados desta pesquisa, o trabalho de Vieira (2016), que estuda os conectores *aí*, *daí* e *então* em amostras de fala do português brasileiro falado: 92% dos dados analisados pela autora indicam causalidade referencial.

Vale destacar a pertinência do modelo de análise adotado nesta pesquisa, que, considerando paralelamente forma e sentido, garantiu resultados que, sob o viés só da forma ou só do sentido, seriam inviabilizados. Desse modo, em relação ao conector *que*, por exemplo, mostra-se que a sua proximidade semântico-pragmática com *porque* – *sentido* – e a possibilidade de sofrer clivagem – *forma* –, sustenta a hipótese já apresentada de que, no português contemporâneo falado, ele seja a variante reduzida de *porque*. Esse tipo de análise mostra, ainda, a relação entre flexibilidade posicional de um conector – *forma* – e a relação de causalidade que estabelece – *sentido*. O caso de *como* é emblemático para representar essa relação: ocupando sempre a anteposição, *como* integra a construção “porque p, q”, em que a causa precede o efeito, ordenação icônica da causalidade no mundo real. E é justamente nesse tipo de construção que se resolvem as relações causais mais objetivas, como também se verifica no caso de outros conectores, como *porque* e *porquanto*, no português arcaico.

As discussões e análises apresentadas, ao longo deste trabalho, além de descreverem diacronicamente processos de gramaticalização de conectores causais, fornecem importantes contribuições de natureza teórico-metodológica. Na seção em que se encontra a fundamentação teórica, pontos importantes da metodologia da linguística histórica são destacados, como, por exemplo, a tarefa de estudar a história da língua através da história dos textos. As questões ali cotejadas suscitam importantes reflexões para o refinamento dos métodos da linguística histórica, contribuindo para a superação de problemas inerentes à atividade de “ouvir o

inaudível”. A seção que aborda as diferentes concepções e propostas de análise da relação de causalidade apresenta um modelo por meio do qual se pode, com maior objetividade, identificar o tipo relação causal estabelecida em um enunciado através de marcas formais e/ou discursivas.

Ainda na esteira das contribuições teórico-metodológicas, têm-se, na seção da metodologia, as descrições do domínio da junção causal, que explicitam problemas da análise desse domínio, quando se parte de dados linguísticos reais. Assim, nesse ponto, contribui-se para o enfrentamento desses problemas, propondo-se decisões metodológicas que servem a este e a outros trabalhos que se propõem a investigar o domínio da junção nas dimensões semântico-pragmática e sintática.

É preciso destacar, por fim, que parte dessas contribuições é permeada por uma limitação que, em alguns casos, afeta o seu potencial, a saber, o baixo número de ocorrências de alguns conectores. Ainda que se possa defender que, como um trabalho notadamente funcionalista, a análise qualitativa deve ter primazia em relação à quantitativa, é notório que uma quantidade relevante de dados – aqui assumida em termos de *frequência*, critério caro à gramaticalização – potencializa interpretações e legítimas conclusões. Algumas descrições sobre *pois que* e *posto que*, por exemplo, tornam-se bastante especulativas em virtude dos poucos dados encontrados no *corpus* desta pesquisa, localizados apenas nos períodos arcaico e moderno. Como outros estudos mostram que esse conector se mantém na língua, infere-se que a sua baixa frequência, neste trabalho, diz respeito à *história dos textos* selecionados para o *corpus*, e não à *história da língua*.

Finalmente, é preciso dizer que, assim como o trabalho de Barreto (1999) representa, aqui, um dos principais interlocutores do *diálogo de análises*, outras pesquisas podem fazer do presente trabalho um interlocutor, o que, certamente, garantirá a ambos importantes legitimações e refutações. Com a sua continuidade, em outras instâncias de pesquisa, é possível, ainda, que ele dialogue com uma versão futura de si mesmo.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. B. M. Fonologia e Fonética. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Org.). **Introdução às Ciências da Linguagem – A palavra e a frase**. Pontes: Campinas, 2006. p. 39-74.

AIJMER, K. *I think*: An English Modal Particle. In: SWAN, T.; JANSEN, O Westvik(eds), **Modality in Germanic Languages**. Historical and Comparative Perspective, 1–47. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1997.

AMORIM, F. S. Gramaticalização em sincronia: o caso do conector por causa que. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 47, p. 45-65, 2013.

_____. **Construções causais com por causa que**: um caso de gramaticalização. 2012. 118f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ANSCOMBRE, J. C. La représentation de la notion de cause dans la langue. **Cahiers de grammaire**, v. 8, 1984, p. 3-53.

BAÑO, J. M. Del latín clásico al latín tardío: eo quod, pro eo quod y la renovación de las conjunciones causales. In: **Actas del XII Congreso Español de Estudios Clásicos**, Vol II, Madrid, 2010.

BARRETO, Therezinha. **Gramaticalização das conjunções na história do português**. 1999. 636 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística), Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BARROS, C. **Versões Portuguesas da Legislação de Afonso X: estudo linguístico-discursivo**. Porto: Porto Editorial, 2010.

BATLLORI, M.; SUÑER, A. El proceso de codificación sintáctica de la causalidad en las lenguas románicas medievales. Formal, Functional and Typological Perspectives on Discourse and Grammar, **38 SLE**: València (ESP), 2005.

BRAGA, M. L. Processo de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. **SCRIPTA**, Belo Horizonte: PUC Minas, v.5, n.9, 2001. p.23-34.

BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

_____; PAIVA, M. C. A. . Gramaticalização e gramática de construções: estabilidade e instabilidade das construções complexas de causa em tempo real. **Letras & Letras**, v. 27, p. 51-70, 2011.

_____. Cláusulas causais introduzidas por porque: da sintaxe ao discurso. In: MOLLICA, Maria Cecília. (Org.). **Usos da linguagem e sua relação com a mente humana**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2010, v. 1, p. 55-71.

CAMACHO, R. G. A interface sintaxe e discurso na gramática funcional. In: **Os fatos da linguagem, esse conjunto heteróclito**. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 39-79.

CÂMARA JR., J. M. **História e estrutura da Língua Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CAMENIETZKI, C. Z.; PASTORE, G. G. 1625, o Fogo e a Tinta: a batalha de Salvador nos relatos de guerra. **Topoi**, v. 6, n. 11, jul.-dez. p. 261-288, 2005.

CANCELA, F. Recepção e tradução do Diretório dos índios na antiga Capitania de Porto Seguro: uma análise das Instruções para o governo dos índios. **História Social** (UNICAMP), v. 2, p. 43-70, 2013.

CANDIDO, F. M. **Os diferentes padrões das construções com pois**. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2009.

CARVALHO, C. S. Gramaticalização de verbos e contextos morfossintáticos. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 40, p. 82-91, 2011.

_____. Usos de VER em sentenças complexas. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 35, p. 532-539, 2006.

_____. Estruturas de causalidade paratáticas, hipotáticas e reduzidas: equivalências e divergências morfossintáticas. **Estudos Linguísticos XXXI**. São Paulo, v. 31, 2002.

CERELLO, A. G. **O livro nos textos jesuíticos do século XVI: edição, produção e circulação de livros nas cartas dos jesuítas na América Portuguesa (1549-1563)**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2007.

CLARIDGE, C.; LESLIE, A.. Pragmaticalisation and Discursisation. In: JUCKER, A.; TAAVITSAINEN, I. (eds), **Historical Pragmatics** (Handbook of Pragmatics, Vol.8), 165–92. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010.

COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística**. Trad. De Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COSTA, S. B. B. **Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização**. 2003. 653 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística), Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

COUTINHO, I. L. **Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1938.

CUNHA, A. S. C.. Algumas propostas de análise da coordenação e da subordinação a partir do comportamento das conjunções da área da causa e da explicação. **Soletras** (uerj), v. 1, p. 9-22, 2008.

DANCYGIER B., SWEETSER, E. Constructions with if, since, and because: Causality, epistemic stance and clause order. In: E. Couper-Kuhlen, Bernd Kortmann (ed), **Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives**, Berlin /New York : Mouton de Gruyter, p.11-142, 2000.

DECAT, M. B. N. **Estruturas desgarradas em língua portuguesa**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

DEGAND, L.; EVERS-VERMEUL, J. Grammaticalization or pragmaticalization of discourse markers? More than a terminological issue. **Journal of Historical Pragmatics**, Vol.16, no.1, 2015. p. 59-85

_____; FAGARD, B. Intersubjectification des connecteurs. Le cas de car et parce que. **Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, 3 (1), 2008, p. 119-136.

_____. Competing connectives in the causal domain French car and parce que. **Journal of Pragmatics 44**, 2012. p. 154–168

DIAS, N. B.. A marca da (inter)subjetividade na sentença complexa subjetiva. **Revista Confluência**, v. 44/45, 2013, p. 83-106.

DIEWALD, G. Pragmaticalization (defined) as grammaticalization of discourse functions. **Linguistics** 49, 2, 2011. p. 365-390.

DUCROT, O. **Dizer e não dizer**. Princípios de semântica lingüística. São Paulo: Cultrix, 1977.

EVERS-VERMEUL, J., DEGAND, L., FAGARD, B. & MORTIER, L. Historical and comparative perspectives on subjectification: A *corpus*-based analysis of Dutch and French causal connectives. **Linguistics**, 49 (2), 2011. p. 445-478

FAGARD, B. Grammaticalisation et renouvellement : conjonctions de cause dans les langues romanes. **Revue roumaine de linguistique**, LIV (1-2), pp.21-43, 2009.

FARACO, C. A. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2007.

FIADDEIRO, P. Conversações fragmentárias de Corte na aldeia e noites de Inverno, de Francisco Rodrigues Lobo. **Forma breve**, n. 04. p. 83-96, 2006.

FIÉIS, A.; LOBO, M. Para uma diacronia das orações causais e explicativas do português. Comunicação. **XXIV Encontro Nacional da APL**, Braga, Portugal, 2008.

FRANK-JOB, B. A Dynamic–Interactional Approach to Discourse Markers. In: FISCHER, K. (ed.), **Approaches to Discourse Particles**, 395–413. Amsterdam: Elsevier, 2006.

GALBIATTI, M. E. **Análise comparativa do processo de gramaticalização das perífrases conjuncionais “agora que” e “já que”**. 2008. 118f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

GIVÓN, T. **On Understanding Grammar**. New York: Academic Press, 1979.

GÜNTNER, S.; KATRIN, M.. Grammaticalization vs. Pragmaticalization? The Development of Pragmatic Markers in German and Italian. In BISANG et al (eds), **What Makes Grammaticalization? A Look from Its Fringes and Its Components**, 77–107. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

HAMON, S. La cause linguistique. **LINX**, n. 54, p. 61-72, 2006.

HEINE, B. Grammaticalization. In: Joseph, Brian & Janda, Richard D. (eds.) **The Handbook of Historical Linguistics**. Oxford: Blackwell. 2003. p. 575-601.

HENGEVELD, K; MACKENZIE, J.L. **Functional Discourse Grammar: a Typologically-based Theory of Language Structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991. p. 17-35.

_____; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HERMANN, J. . Um rei indesejado. Notas sobre a trajetória política de D.Antônio, Prior do Crato. **Revista Brasileira de História** (Impresso), v. 30, p. 1-27, 2010.

ILARI, R. **Um roteiro funcional para o estudo das conjunções**. Mimeo, 1996.

KABATEK, J. Tradição discursiva e gênero. In: LOBO, Tânia Conceição Freire (Org.); CARNEIRO, Zenaide (Org.); SOLEDADE, Juliana (Org.); ALMEIDA, Ariadne (Org.); RIBEIRO, Silvana (Org.). **ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, p. 579-588, 2012.

_____. Tradições discursivas e mudança linguística. In: Lobo, T; Ribeiro, I.; Carneiro, Z.; Almeida, N. (Orgs.) **Para a história do português brasileiro**. Salvador, EDUFBA, tomo II, 2006.

_____. Tradiciones discursivas jurídicas y elaboración lingüística en la España medieval. **Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale** 27, pp.249-261, 2004.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1994.

_____. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Working Papers in Sociolinguistics**, 44, Austin, Texas, 1978.

LANGACKER, R. W. Subjectification, Grammaticization, and Conceptual Archetypes. In: ATHANASIADOU, A.; CANAKIS, C.; CORNILLIE, B. (Ed.). **Subjectification: Various Paths to Subjectivity**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 17-40.

LIMA, B. F. Z. **O percurso diacrônico das construções com o pronome se na Língua Portuguesa como um processo de gramaticalização**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). BH: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

LIMA, F. F. Gândavo e a História. Labirintos. **Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Portugueses (UEFS)**, nº 8, 2010.

LIMA-HERNANDES, M.C. **Processos sociocognitivos da mudança gramatical: estruturas X-que do português**. Tese de Livre-Docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

LOBO, M. **Aspectos da sintaxe das orações adverbiais do português**. 2003. Tese (Doutorado). CLUL, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

_____. Para uma Sintaxe das Orações Causais do Português. In: **Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística** (Coimbra, Setembro 2000), APL, Lisboa; 2001. p. 291-306.

LONGHIN, S. R. **Tradições Discursivas: conceito, história e aquisição**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. O modo paratático da junção: considerações sobre o pareamento entre forma e significado. In: RODRIGUES, V.V. (org). **Gramaticalização, combinação de cláusulas e conectores**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

_____; TENANI, L. E. Flutuação gráfica entre senao e se não: considerações sobre polissemia, constituição morfossintática e prosódia. **Gragoatá (UFF)**, 2015.

_____; LOPES-DAMASIO, L. R. Construções relativas com traços circunstanciais: causa, condição e contraste. **Veredas (UFJF. Online)**, v. 18, 2014. p. 136-155.

_____; SONCIN, G. A causalidade de porque em textos escolares: domínios de atuação, gêneros de produção. **Revista Linguagem & Ensino (Online)**, v. 17, p. 525-549, 2014.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Junção, tradição discursiva e mudança linguística. In: ALMEIDA; M. M.; LIMA-HERNANDES; M. C. (Org.). **História do Português Paulista**, v. III. Campinas: Editora da Unicamp, p. 391-404, 2011 (2011a)

_____. Flutuação e gramaticalização no paradigma dos jutores em português: forma, significado e história de (n) a hora que. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 13, p. 147-166, 2011 (2011b).

_____. Considerações sobre gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial. **Veredas (UFJF)**, Juiz de Fora, v. 8, p. 215-232, 2004.

LOPES, A. C. M. Contributos para uma análise semântico-pragmática das causais de enunciação no português europeu contemporâneo. **Alfa**, São Paulo, 56 (2) , 2012.

LOPES, M. H. C. C. **Aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos das construções causais: contributo para uma reflexão sobre o ensino da gramática**. 2004. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Portugal, 2004.

LOPES-DAMASIO, L. R. Gramaticalização e Tradição Discursiva: um enfoque no domínio da junção. **Signo y Señá** - Revista del Instituto de Lingüística, v. 25, p. 181-213, 2014.

_____. Tradição discursiva e mudança linguística: uma abordagem da gramaticalização. **Estudos Linguísticos** (São Paulo, 1978), v. 41, p. 645-657, 2012.

MACHADO FILHO, A. V. L. **Um flos sanctorum trecentista em português**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

_____. **A pontuação em manuscritos medievais portugueses**. Salvador: EDUFBA, 2004.

MARTELOTTA, M. E. **Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso**. São Paulo: Cortez, 2011. p.91-123.

_____. Unidirecionalidade na gramaticalização. In: VITRAL, L.; COELHO, S. (orgs). **Estudo de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações**. São Paulo: Mercado das Letras, 2010. p. 139-171.

MATTOS E SILVA; R. V. **O Português Arcaico: Uma Aproximação**. Vol. I e II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008 (2008a).

_____. **Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008 (2008b).

_____. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico**. Lisboa: IN/CM, 1989.

MATOS, G. Coordenação frásica vs. subordinação adverbial. In: FREITAS, T.; MENDES, A. (org.) **Actas do XIX Encontro Nacional da Associação**, 2004.

MEYER, P. The relevance of causality. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (eds.) **Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000, p. 9 -34.

MOISÉS, M. **A Literatura Portuguesa através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1968.

MUNIZ, M. R. C. Um espelho real: o 'Leal conselheiro' na perspectiva dos 'Espelho'. In: IV Encontro Internacional de Estudos Medievais, 2003. **Anais do IV Encontro Internacional de Estudos Medievais**. Belo Horizonte: PUC Minas. v. 1. p. 540-549.

NARO, A.; BRAGA, M. L. A interface sociolingüística/gramaticalização. **Gragoatá**, n.9, Niterói. p.125-134, 2000.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000. p. 801-829.

_____. As construções causais. In: NEVES, M. H. M. (org.). **Gramática do português falado**, vol. VII: Novos estudos. São Paulo: Humanitas, 1999 p. 461 – 496.

_____; BRAGA, M. L. As Construções Hipotáticas/Adverbiais. In: NEVES, M. H. M.. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. A construção das orações complexas. São Paulo: Contexto, 2016.

NOORDMAN, L.; BLIJZER, F. On the processing of causal relations. IN: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B.(eds). **Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000, p.35-56.

NUNES, J. J. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. 4ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1951.

OLINDA, S. R M. de. **Pois e Ca: mudanças semânticas e sintáticas no português arcaico**. 1991. 111f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991.

OLIVEIRA, B. A. **A trajetória da construção por causa de: uma análise centrada no uso**. 2016. 83f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

VIEIRA, M. S. **Aí, daí e então em Campo Grande e São Paulo: análise sociofuncionalista no domínio da causalidade**. 2016. 209f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PAIVA, M. C. Gramaticalização de conectores no português do Brasil. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, 2001. p.35-46.

_____. Da Parataxe à Hipotaxe: uma trajetória do Português de Contato. **Revista Estudos Linguísticos**. UNESP/São José do Rio Preto, v. 45, p. 57-63, 1998.

_____. Empregos de porque no discurso oral. **DELTA**. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 27-39, 1995.

_____. **Ordenação de cláusulas causais: forma e função**. 1991. 232 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

_____; BRAGA, M. L. Evolução de *pois* e *pois que* no português: uma trajetória de subjetivização? In: CEZARIO, Maria Maura; CUNHA, Maria Angélica Furtado da(Org) **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro, Mauad Editora, 2013. (2013a)

_____; Gramaticalização e especialização funcional e o caso do conector pois. **Diacrítica** (Braga), v. 27, p. 197-218, 2013. (2013b)

_____. Juxtaposition et coordination: deux formes de parataxe?. In: BEGUELIN, Marie-Jose; AVANZI, Mathieu; CARMINBOUEF, Gilles. (Org.). **La parataxe: entre dépendance et intégration**. 1ed.Berna: Peter Lang, 2010, v. 1, p. 313-332.

PANDER MAAT, H.; DEGAND, L. Scaling causal relations and connectives in terms of speaker involvement. In: **Cognitive linguistics**, Vol. 12, no. 3, 2001, p. 211-245.

PANDER MAAT, H.; SANDERS, T. Domains of use or subjectivity? The distribution of three Dutch causal connectives explained. In: COUPER-KULHEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). **Cause, condition, concession and contrast: cognitive and discourse perspectives**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p.57-82.

PEREIRA, M. H. ; BRAGA, M. L. ; PAIVA, M. C. A gramaticalização das construções (Prep1)+(Det)+ N+ (PREP2) + Que. In: Lorenzo Vitral e Sueli Coelho. (Org.). **Estudos de processos de gramaticalização em português**. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 173-200.

PEZATTI, E. G. O Funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, F. BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. V.3. São Paulo: Cortez, 2004, p. 165-218.

PIT, M. **How to express yourself with a causal connective?** Subjectivity and causal connectives in Dutch, German and French. Dissertation Utrecht University. Amsterdam: Rodopi, 2003.

RAIBLE, W. Linking clauses. In: HASPELMATH, M.; KÖNIG, E.; OESTERREICHER, W.; RAIBLE, W. (Eds). **Language typology and language universals – an international handbook**. Berlin, New York: De Gruyter, 2001.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 7ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

SANDERS, T. et al. Toward a taxonomy of coherence relations. **Discourse Processes**, Norwood, v.15, p.1-35, 1992.

SILVA, A. S.. (Inter)subjetificação na linguagem e na mente. **Revista Portuguesa de Humanidades – Estudos Linguísticos** 15 (1). 2011, p. 93-110.

SIMON, A. C.; DEGAND, L. Connecteurs de causalité, implication du locuteur et profils prosodiques. Le cas de car et de parce que. In: **Journal of French Language Studies**, Vol. 17, no. 3, p. 323-341, 2007

SOUSA, M. C. P. Linguística Histórica. In: NUNES, J. H.; PFEIFFER, C. C. (Org.). **Introdução às Ciências da Linguagem – Linguagem, História e Conhecimento**. Pontes: Campinas, 2006. p. 11-48.

SPÓSITO, C. C.. **Construções adverbiais de causa, razão, explicação e motivação na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional**. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, S. José do Rio Preto, 2012.

SPOOREN et al. Subjectivity and causality : a *corpus* study of spoken language. In: RICE, S.; NEWMAN, J. (eds.). **Empirical and experimental methods in cognitive/functionnal research**, CSLI Publications, 2010, p. 241-255.

STUKKER, N.. **Causality marking across levels of language structure**. 2005. 298 f. TESE, University of Utrecht, 2005.

SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure.** New York: Cambridge University Press, 1990.

TAVARES, M. A. **A gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista.** 2003. 400 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

TRAUGOTT, E. C. (Inter) subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE et al (Eds.). Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization. **Topics in English Linguistics.** Mouton De Gruyter, Berlin, 2010. P. 29–71.

_____. (Inter)subjectification and unidirectionality. **Journal of Historical Pragmatics**, 8(2), 2007. p. 295-309.

_____. **The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization.** Manchester: Stanford University, 1995.

TRAVAGLIA, L. C. Da distinção entre orações coordenadas explicativas e orações subordinadas adverbiais causais: uma questão sintática, semântica ou pragmática? **Letras & Letras**, 2 (2), Uberlândia, 1986.

VISCONTI, J. Facets of Subjectification, **Language Sciences**, vol. 36/1, 2013. pp. 7-17.

VOGT, C. Indicações para uma análise semântico-argumentativa das conjunções *porque*, *pois* e *já que*. In: **Linguagem, pragmática e ideologia.** São Paulo: Hucitec, 1978.

VOTRE,S.; NARO, A. Mecanismos funcionais do uso da língua. **D.E.L.T.A.**,5,2, 1989.

ZUFFEREY, S. Car, parce que, puisque' revisited: Three empirical studies on French causal connectives. **Journal of Pragmatics**, 44(2), 138 153, 2012

ZIERER, A. Damas e Cavaleiros n' A Demanda do Santo Graal. **Graphos** (João Pessoa), v. 15, p. 1-12, 2013.

WANG, C-C.; HUANG, L. M. Grammaticalization of connectives in Mandarin Chinese: a corpus-based study. **Language and Linguistics**, 7, 2006, p. 991-1016.